

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP**  
**Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE**  
**Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq)**

**Gladys Mary Santos Sales**

**TOMO I**

**ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA *JUDAEA-PALAESTINA* DO SÉCULO I  
AEC AO II EC – Análise de moedas em contexto urbano**

**São Paulo**  
**2022**

**Gladys Mary Santos Sales**

**TOMO I**

**ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA *JUDAEA-PALAESTINA* DO  
SÉCULO I AEC AO II EC – Análise de moedas em contexto urbano**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq), do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/ USP, como requisito para a obtenção do título de Doutora, sob a orientação do Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto.

**Linha de Pesquisa:** Arqueologia e Identidade

**São Paulo  
2022**

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sales, Gladys Mary Santos  
ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA JUDAEA-  
PALAESTINA DO SÉCULO I AEC AO II EC - Análise de  
moedas em contexto urbano / Gladys Mary Santos  
Sales; orientador Prof. Dr. Vagner Carvalheiro  
Porto. -- São Paulo, 2022.  
Tomo I - 325 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em  
Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e Etnologia,  
Universidade de São Paulo, 2022.

1. Arqueologia. 2. Poder e negociação. 3. Judaea-  
Palaestina. 4. Organização urbana. 5. Moedas Romanas  
Provinciais. I. Porto, Prof. Dr. Vagner  
Carvalheiro, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável:  
Monica da Silva Amaral - CRB-8/7681

**Gladys Mary Santos Sales**

**ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA *JUDAEA-PALAESTINA* DO  
SÉCULO I AEC AO II EC – Análise de moedas em contexto urbano**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Arqueologia.

**Data da aprovação: 13 de junho de 2022.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Vagner Carvalho Porto (Orientador)**

Doutor em Arqueologia  
Universidade de São Paulo – MAE/USP

---

**Prof. Dr. Ivan Esperança Rocha (Titular)**

Doutor em História Social  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis  
Departamento de História

---

**Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (Titular)**

Doutor em Arqueologia  
Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História

---

**Profa Dra Maria Cristina Nicolau Kormikiari (Titular)**

Doutora em Arqueologia  
Universidade de São Paulo – MAE/USP

---

**Prof. Dr. Marcio Teixeira Bastos (Titular)**

Doutor em Arqueologia  
Universidade de São Paulo – MAE/USP

---

**Profa Dra Maria Isabel D'Agostino Fleming (Suplente)**

Doutora em Arqueologia  
Universidade de São Paulo – MAE/USP



---

**Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan (Suplente)**

Doutor em História  
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL

---

**Prof. Dr. Jorge Luiz Fabbro da Silva (Suplente)**

Doutor em Arqueologia  
Associação Brasileira de Arqueologia do Mediterrâneo Oriental – ABAMO

---

**Profa. Dra. Viviana Lo Monaco (Suplente)**

Doutora em Arqueologia

---

**Prof. Dr. Cláudio Walter Gomez Duarte (Suplente)**

Doutor em Arqueologia  
Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

À minha amada mãe Merenice, a qual possibilitou meu grande amor aos estudos e apreço pela vida. Meu eterno amor.

## RESUMO

A presente Tese de Doutorado intitulada **ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA JUDAEA-PALAESTINA DO SÉCULO I AEC AO II EC – Análise de moedas em contexto urbano** discorre sobre a compreensão das estruturas de poder e negociações observadas na organização urbana, na produção, na circulação e na iconografia monetária das cunhagens de duas cidades da *Judaea-Palaestina* (Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima) entre os séculos I AEC e II EC, para a compreensão dos aspectos relacionados à negociação local diante da fundação/refundação dessas cidades por Roma, considerados cruciais para o entendimento dos possíveis padrões de interações político-administrativa, sociocultural e religiosa do Império Romano com as elites locais. O discurso de poder representado nas moedas e na organização do espaço urbano relaciona-se ao elemento legitimador da presença romana na *Judaea-Palaestina*, por isso, as análises desta pesquisa apoiam-se nas epistemologias históricas, arqueológicas e numismáticas existentes, para a verificação da intencionalidade persuasiva observável no registro arqueológico, associada ao contexto sociocultural dos séculos I AEC ao II EC na região. Assim, para a compreensão dos questionamentos desta tese, faz-se necessário a reflexão da cultura material (moeda e espaço urbano) e suas representações (estruturas de poder e negociações), a saber – i) Qual o impacto da presença romana nas cidades Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima observado em dois veículos oficiais do Estado: a moeda e a malha urbana? ii) Qual a contribuição da amoedação e da fundação/refundação dessas duas cidades da província *Judaea-Palaestina*, para veiculação e legitimação do poder imperial na região, nos séculos I AEC ao II EC?

**Palavras-chave:** Arqueologia; Poder e negociação; *Judaea-Palaestina*; Organização urbana; Moedas Romanas Provinciais.

## ABSTRACT

The present doctoral thesis, **POWER STRUCTURES AND NEGOTIATIONS IN JUDAEA-PALAESTINA BETWEEN THE FIRST CENTURY BCE AND THE SECOND CENTURY CE – Analysis of coins in an urban context**, examines the understanding of power structures and negotiations observed in urban organisation, production, circulation and iconography in the coinage of two cities in *Judaea-Palaestina* (Jerusalem/Aelia Capitolina and Caesarea Maritima) between the 1st century BCE and the 2nd century CE. Based on this archaeological analysis, we aim to understand aspects related to local negotiation towards the foundation/refoundation of these cities by Rome, deemed crucial to understand possible patterns of interaction – political, administrative, sociocultural and religious – between the Roman Empire and the local élites. The power discourse represented in the coins and in the organisation of the urban space is linked to the legitimising element of Roman presence in *Judaea-Palaestina*. For that reason, the analyses in this research are based on the existing historical, archaeological and numismatic epistemologies, in order to verify discernible persuasive intentionality in the archaeological record in the sociocultural context of that period in that region. It is therefore necessary to reflect upon material culture (coins and urban space) and their representations (power structures and negotiations) with the purpose of exploring two main questions: i) What impact of the Roman presence in the cities of Jerusalem/Aelia Capitolina and Caesarea Maritima can be observed in two official State channels: coins and urban network? And ii) What is the contribution of coinage and the foundation/refoundation of these two cities in the province of *Judaea-Palaestina* to the channelling and legitimisation of the imperial power in the region, from the 1st century BCE to the 2nd century CE?

**Key words:** Archaeology; Power and negotiation; *Judaea-Palaestina*; Urban organisation; Roman provincial coinage.

## AGRADECIMENTOS

Ao onipotente Deus, fonte primária de minha força e otimismo para a realização de mais esse sonho do doutorado em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/ USP.

Ao Prof. Dr. Vagner Carneiro Porto, pela incansável orientação no processo de desenvolvimento de meu mestrado e doutorado ao longo desses anos, pela constante dedicação e excelentes aulas ministradas, que abordaram métodos teóricos significativos de muita relevância social, cuja aplicação no âmbito profissional será de grande valia, que consequentemente contribuirá para a melhoria do ensino e pareceres técnicos de qualidade, bem como para uma Educação patrimonial transformadora e mais humanitária.

Ao meu estimado Orientador atribuo equivalência de figura de linguagem arqueológica em meu percurso na pós-graduação “à pá, balde e pincel”, porque certamente muniu-me das ferramentas necessárias para que eu pudesse visualizar além da “minha quadrícula”, ofertando-me na Academia, uma experiência ímpar, similar à “decapagem de superfície ampla”.

Aos docentes Dr. Ivan Esperança Rocha, Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, Dr. Cláudio Umpierre Carlan, Dra. Viviana Lo Monaco, Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari, Dra. Maria Isabel D'Agostino Fleming, Dr. Marcio Teixeira Bastos e Dr. Jorge Luiz Fabbro da Silva, pela aceitação do convite para a composição da Banca Examinadora.

Aos Dr. Eduardo Góes Neves, Dr. Marcio Teixeira Bastos e Dr. Camilo de Mello Vasconcellos, agradecimentos grandiosos, pelas valiosas contribuições nas aulas do doutorado e nos diálogos constantes e enriquecedores.

Aos profissionais supra recorro novamente ao sentido figurado para descrever o meu entendimento da importância de cada um deles nesta etapa de minha formação, na compreensão de ser “parte”, e a formação do “todo” dever-se às relações “inter” e “intrassítios” deste campo científico, o qual possibilitou “um horizonte cultural” e uma compreensão além do “médio alcance”.

Aos Ilustríssimos Membros da Banca de Defesa e a todos os profissionais de Educação que puderam, em algum momento, fazer parte de minha trajetória educacional, atribuo a similaridade na formação “contextual do registro arqueológico”, o qual de maneira acumulativa transita fluidamente nos múltiplos e amalgamados estratos sociais.

À minha amiga (irmã de alma) Claudia Gradim, que em um gesto de extrema amizade e carinho, presenteou-me com uma das obras fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À secretaria do Departamento de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, pelas contribuições da Karen e do Kleber pelas incessantes informações e orientações prestadas ao longo do Curso.

À minha família: à minha mãe, a qual sempre me incentivou nessa caminhada; ao meu amado esposo Nelson Conegundes dos Santos que foi muito além do apoio durante as horas de leituras e noites não dormidas, e mostrou-se verdadeiramente como meu “ponto de equilíbrio e força”; à minha filha Ashley Sales Conegundes, a qual desde o ventre tem transformado minha vida; aos meus irmãos Eduardo, Elaine, Gleidsilane e Helton, os quais contribuíram nessa jornada.

Aos amados familiares jamais esquecidos, relaciono-os à minha experiência no trabalho desenvolvido em gabinete, por ser o lugar pós campo, para a reflexão e registro das interpretações de um mundo novo!

Aos professores e colegas de doutorado, com os quais compartilhei por meio dos seminários e das aulas, momentos de muita reflexão e aquisição de conhecimentos.

Finalizo meus agradecimentos a todos àqueles que me apoiaram nesta incrível jornada acadêmica repleta de desafios, com o reconhecimento de minhas limitações e por ser uma arqueóloga de Estudos Clássicos que não descobriu Troia, ou algo de semelhante grandeza arqueológica, compartilho humildemente esta titulação acadêmica a todos citados, na compreensão do fim de um ciclo em minha jornada acadêmica, mas a primeira de todas as gerações dos Santos e dos Sales, em uma alusão geracional, racial, regional e social de superação do “PRONAPA” e acesso ao “IPHAN”!

Muitíssimo obrigada!

*“A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência.”*

Foucault (2004)

## LISTA DE FIGURAS

1 – Mapa da <i>Judaea-Palaestina</i> do século I ao III EC – em destaque as cidades de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima .....	17
2 – Mapas de diferenciação entre o termo ‘Judeia’ e ‘província romana <i>Judaea</i> ’ – do século I AEC ao II EC .....	20
3 – Os períodos arqueológicos da Palestina .....	24
4 – Delimitação arqueológica de Jerusalém desde o Bronze Médio até o Período Islâmico ...	28
5 – Vista aérea de Jerusalém a partir do Sul .....	33
6 – Moeda romana referente à visita de Adriano à <i>Judaea/Palaestina</i> .....	36
7 – Moeda referente à fundação da colônia Aelia Capitolina .....	37
8 – Reprodução de Jerusalém/Aelia Capitolina no mapa de Madaba .....	39
9 – Desenho do mapa de Madaba em uma placa explicativa em Jerusalém .....	40
10 – Vista aérea de Cesareia Marítima .....	41
11 – Copo com a representação do mito de fundação da Torre de Estratão .....	43
12 – Representação do traçado da nova cidade – <i>orientatio</i> .....	92
13 – Projeto construtivo de Herodes, o Grande .....	105
14 – <i>Palaestina</i> nos períodos romano e bizantino tardios .....	108
15 – Cidades da <i>Palaestina</i> nos períodos romanos e bizantinos tardios em hectares .....	109
16 – Áreas de escavações arqueológicas em Jerusalém .....	111
17 – Áreas de escavações arqueológicas em Jerusalém e suas respectivas datas .....	112
18 – Detalhe do mapa com levantamento de Wilson em Jerusalém (1864-1865) - antiga cidade e arredores, com cisternas de água existentes em azul .....	116
19 - Topografia e elevação de Jerusalém vistas do sul .....	120
20 - Mapa topográfico de Jerusalém – visão aérea .....	122
21 – A estratificação da Cidade de Davi .....	124
22 – Mapa de Jerusalém ao final do Segundo Templo .....	129
23 – Reprodução artística da antiga cidade de Jerusalém em 63 EC .....	130
24 – Antiga cidade de Jerusalém durante o cerco de Pompeu em 63 AEC .....	132
25 – Mapa de Aelia Capitolina – século II EC .....	138



## LISTA DE FIGURAS

26 – Igreja Russa com vestígios de Aelia Capitolina – século II EC .....	142
27 – Mapa das expedições arqueológicas em Cesareia Marítima .....	145
28 – Mapas comparativos de Cesareia Marítima – Período Herodiano e Período Bizantino .	150
29 – Reprodução artística de Cesareia Marítima .....	151
30 – Transformação tipológica do Hipo-Estádio em Cesareia Marítima .....	157
31 – Moedas que circularam na <i>Judaea-Palaestina</i> .....	163
32 – Cidades cunhadoras de moedas na <i>Judaea-Palaestina</i> entre os séculos II AEC ao II EC. Em destaque Cesareia Marítima e Jerusalém/Aelia Capitolina .....	167
33 – Relação dos achados monetários por áreas de escavação em Jerusalém .....	170
34 – Distribuição de achados monetários por conjuntos de escavações .....	172
35 – Locais onde se encontrou moedas em expedições arqueológicas em Jerusalém (realizadas até 1982) .....	173
36 – Relação de moedas por período e locais de achado .....	174
37 – Porcentagem de distribuição de moedas por período histórico .....	175
38 – Áreas com achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina (séc. I AEC ao VII EC) .....	175
39 – Mapa de dispersão e quantificação dos achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina .....	176
40 – Relação dos achados monetários em Jerusalém sob Antíoco VII .....	178
41 – Moeda de João Hircano I emitida em Jerusalém .....	178
42 – Moedas estrangeiras encontradas em Jerusalém por período histórico .....	181
43 – Denominações das moedas de prata e ouro por oficina monetária, período e locais de achado .....	183
44 – Dados comparativos de achados monetários por período histórico .....	185
45 – Emissões estrangeiras em ouro e prata (séc. I AEC ao II EC) encontradas em Jerusalém/Aelia Capitolina .....	188
46 – Relação de moedas locais por autoridade emissora .....	190
47- Iconografia judaica nos tipos secundários nas moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina ...	191
48- Iconografia judaica nos tipos principais nas moedas de Jerusalém/Aelia .....	192
49 – Moedas da Primeira Revolta encontradas em Jerusalém .....	196

## LISTA DE FIGURAS

50 – Moedas dos Nabateus encontradas em Jerusalém .....	198
51 - Tetradracma de Tiro .....	201
52 - <i>Solidus</i> de Antioquia .....	201
53 - <i>Tremissis de Constantinopla</i> .....	202
54 – Emissões estrangeiras (séc. I AEC ao II EC) encontradas em Cesareia Marítima ....	205
55 – Áreas de escavações da JECM em Cesareia Marítima .....	207
56 – Porcentagem de moedas por período e locais de achado .....	210
57 – Distribuição dos achados monetários de Cesareia Marítima (JECM) .....	211
58 – <i>Prutah</i> com duas cornucópias cruzadas, caduceu e âncora – Herodes, o Grande ....	212
59 – Moeda em bronze cunhada em <i>Berytus</i> .....	213
60 – Moeda em bronze cunhada em Sídon .....	213
61 – Tipos principais nas moedas de Cesareia Marítima .....	215
62 – Tipos secundários nas moedas de Cesareia Marítima .....	217
63 – Série monetária <i>Judaea Capta</i> .....	222
64 – Representações das contramarcas das moedas encontradas em Cesareia Marítima ....	224
65 – Tipos de Reverso por ano na oficina monetária de Cesareia Marítima (81-253 EC) ...	226
66 – Áreas escavadas pelo CAHEP – 1979-1984 .....	227
67 – Mapa de localização das áreas escavadas CC, KK e NN .....	228
68 – Quatro moldes de pedra encontrados em Jerusalém .....	244
69– Mapa dos achados arqueológicos de moldes monetários em Jerusalém .....	245
70 – Materialidade da produção de moedas em Jerusalém/Aelia Capitolina .....	246
71 – Moldes de pedra para produção de moedas .....	247
72 – Disco metálico ( <i>flan</i> ) e moedas produzidas em Jerusalém sob Agripa I .....	248
73 – Achados monetários com representações de estruturas arquitetônicas .....	259

## LISTA DE TABELAS

- 1 – Moedas estrangeiras que circularam em Jerusalém no período hasmoneu .....186**  
**2 – Emissões estrangeiras que circularam em Cesareia Marítima (séc. I AEC-II EC) .....203**

## LISTA DE QUADROS

1 – Estruturas arquitetônicas por área de escavação .....	208
2 – Achados Monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina .....	236
3 – Achados Monetários em Cesareia Marítima .....	236
4 – Áreas com achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina .....	237
5 – Áreas com achados monetários em Cesareia Marítima .....	238
6 – Achados monetários de Jerusalém/Aelia Capitolina – séculos I AEC ao II EC .....	238
7 – Achados monetários de Cesareia Marítima – séculos I AEC ao II EC .....	239
8 – Achados monetários por área e períodos históricos – Jerusalém/Aelia Capitolina ....	240
9 – Achados monetários por área e períodos de escavação – Cesareia Marítima .....	241
10 – Procedimentos de análise .....	241
11 – Estruturas arquitetônicas de Jerusalém/Aelia Capitolina em que houve o registro de achados de moedas dentro do período recortado .....	250
12 – Estruturas arquitetônicas de Cesareia Marítima em que houve o registro de achados de moedas dentro do período recortado .....	250
13 – Análise das estruturas arquitetônicas de Aelia Capitolina/ Jerusalém .....	251
14 – Análise das estruturas arquitetônicas de Cesareia Marítima .....	253
15 – Quadro comparativo – Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima .....	256

## ABREVIATURAS

*American Joint Expedition to Caesarea Maritima* – JECM  
*American Palestine Exploration Society* – APES  
*American Schools of Oriental Research* – ASOR  
Antes da Era Comum – AEC  
*Caesarea Ancient Harbour Excavation Project* – CAHEP  
*Combined Caesarea Expeditions* – CCE  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq  
*Department of Antiquities of Mandatory Palestine* – DAP  
*Edwin Link Expedition* – LINK  
Era Comum – EC  
*Greek Imperial Countermarks* – GIC  
*Hebrew University of Jerusalem* – HUIJ  
*Israel Antiquities Authority* – IAA  
*Israel Department of Antiquities and Museums* – IDAM  
Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – LARP  
Laboratório de Estudos das Histórias Asiáticas – LEHAS  
Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – LABECA  
Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo – LEIR-MA  
*Missione Archaeologica Italiana* – MAI  
*Moneta Imperii Byzantini* – MIB  
Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE  
Núcleo de Estudos Antigos e Medievais – NEAM  
*Palestine Exploration Fund* – PEF  
*Palestine Oriental Society* – POS  
Parâmetros Curriculares da Educação Nacional – PCN  
Repertório das Estruturas Arquitetônicas – REA  
Repertório Numismático – RN  
*Roman Maritime Concrete Survey* – ROMACONS  
Universidade de São Paulo – USP  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
Universidade de Haifa – HAIFA  
Universidade da Pennsylvania – PENN

# SUMÁRIO

## PREFÁCIO

## INTRODUÇÃO

### **CAPÍTULO 1 - A POSIÇÃO GEOGRÁFICA E A HISTÓRIA DA *JUDAEA-PALAESTINA* SOB A DOMINAÇÃO ROMANA ENTRE OS SÉCULO I AEC E II EC.....14**

**1.1 História Concisa: uma apresentação de Jerusalém/Aelia Capitolina ..... 27**

**1.2 Breve história de Cesareia Marítima ..... 41**

### **CAPÍTULO 2 - APRESENTANDO AS ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA *JUDAEA-PALAESTINA*..... 50**

**2.1 Noções de evergetismo e patronato ..... 54**

**2.2 Estruturas de poder e negociações observadas nas emissões monetárias da *Judaea-Palaestina* ..... 58**

### **CAPÍTULO 3 - URBANISMO E TERRITORIALIDADE..... 75**

**3.1 Emulação na (re)fundação das cidades e na cunhagem provincial..... 93**

### **CAPÍTULO 4 - ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES OBSERVADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS..... 103**

**4.1 Histórico de escavações em Jerusalém/Aelia Capitolina ..... 109**

*4.1.1 Estruturas arquitetônicas identificadas em Jerusalém/Aelia Capitolina no período romano (séculos I AEC ao II EC) ..... 120*

**4.2 Histórico de escavações em Cesareia Marítima..... 142**

*4.2.1 Estruturas arquitetônicas identificadas em Cesareia Marítima no período romano (séculos I AEC ao II EC) ..... 148*

### **CAPÍTULO 5 - ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES OBSERVADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS NUMISMÁTICOS ..... 163**

**5.1 Histórico de escavações com achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina ..... 169**

**5.2 Histórico de escavações com achados monetários em Cesareia Marítima ..... 201**

### **CAPÍTULO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DO INTERCRUZAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E NUMISMÁTICOS ..... 230**

<b>6.1 Dados .....</b>	<b>236</b>
<b>6.2 Procedimentos de análise .....</b>	<b>241</b>
<b>6.3 Análise e discussão dos resultados .....</b>	<b>243</b>
6.3.1 <i>Análise da materialidade relacionada à oficina monetária local .....</i>	243
6.3.2 <i>Análise das estruturas arquitetônicas de Cesareia Marítima.....</i>	253
<b>6.4 Análise comparativa de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima.....</b>	<b>255</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>266</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>271</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>303</b>

## PREFÁCIO

*“Proletarier aller Länder vereinigt Euch!”*

(Karl Marx e Friedrich Engels. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848).

Eis-me aqui!

Imersa na organização de minha Tese de Doutorado em Arqueologia.

Trata-se da formação na tão sonhada Universidade de São Paulo – USP.

No curso escolhido ainda na infância, mas dificilmente acessível a uma filha de nordestinos (baianos), pobres e negros.

O uso de uma linguagem coloquial nessa breve apresentação de minha história de vida, foi propositalmente pensado, para alcançar pessoas, que de alguma forma, sentiram-se marginalizadas, desmotivadas e esquecidas pelo poder público.

Tenho sentido a dor daqueles que resolveram superar tabus, e magistralmente abandonaram suas famílias e crenças, em busca do sonho inacessível de uma vaga na universidade pública, tradicionalmente, burguesa e excludente!

Sou fruto de uma unidade familiar, com mãe, pai e irmãos, residente no extremo sul de São Paulo, com um ímpeto maior do que as posses!

Sou a terceira filha. A sonhadora, que decidiu (contrariando os desejos da mãe), cursar Licenciatura Plena em História, após a perda do pai (aos dezessete anos), para a violência urbana, que é uma realidade presente na vida dos pobres paulistanos.

Com um nascimento propício ao conformismo, mas formação acadêmica de contestação ao *status quo*, deparei-me aos vinte e dois anos, com a realidade da sala de aula na Educação do Ensino Fundamental II, no ensino público estadual, concretizada com o cargo efetivo de Professor de Educação Básica II – História, em 2004, na Secretaria de Estado da Educação – SEE/SP, e como Professor de Ensino Fundamental II e Médio, em 2006, na Secretaria Municipal de Educação – SME/SP.

Com dois cargos efetivos de professora no serviço público paulistano, retornei à Universidade de Santo Amaro, para obter, no ano de 2013, o certificado de pós-graduação de Especialista em Arqueologia.



Em 2015, ingressei no mestrado em Arqueologia na Universidade de São Paulo, no Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP, sob a orientação do Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto, meses após a notícia de uma gravidez.

Com uma gestação de risco, no cargo de professora e estudante, os últimos meses de 2015 foram marcados pela difícil decisão de não trancar minha matrícula no mestrado, para usufruir da licença gestante.

Após muita luta e superação para manter-me estudante, alguns obstáculos foram vencidos, diante da crença minimista e abusiva, de que minha linha de pesquisa, não se relacionava com meu campo de atuação profissional.

Com muitos descontos em folha de pagamento, nem uma bolsa de estudos pude usufruir, pelo entendimento arbitrário, de que meus vínculos empregatícios, eram suficientes para o custeio de meus gastos educacionais.

Os anos de acumulação de emprego na Educação e minha pesquisa acadêmica, foram marcados por extrema hostilidade de minha chefia imediata, perseguição e assédio moral, pelo simples fato, de que gestores de instituição de Educação Básica, não estão capacitados para julgarem sobre o acesso à educação de seus subordinados.

Com todos os motivos para desistir do mestrado, em 2018, custeei uma viagem para Israel, para participar do projeto *The News Tiberias Excavation Project – 2018*, realizado pela Universidade Hebraica de Jerusalém, sob a coordenação da brasileira Profa. Dra. Katia Cytryn-Silverman. Tratou-se do afastamento de dezoito (18) dias do meu cargo como professora, o qual foi previamente solicitado, porém, negado, ainda na Unidade Escolar.

O ano de 2018 foi marcado pelo meu processo administrativo de faltas (início de processo de exoneração), defesa de minha dissertação de mestrado, e o ingresso no Programa de Pós-graduação – Doutorado em Arqueologia, na USP.

As pessoas não entendiam a minha necessidade de estudar, uma vez que, dois cargos públicos já eram ocupados por mim, mas os meus objetivos sempre foram maiores do que os obstáculos enfrentados.

Diante da realidade de que o meu emprego era visto como incompatível com à minha vida acadêmica, inscrevi-me em um concurso público em 2018, cujo cargo era de Arqueólogo, para tentar, quem sabe, mudar a minha história de vida.

Aos trinta e oito (38) anos, no dia 03 de junho de 2019, eu tomei posse do Cargo de Técnico I – Arqueólogo, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN,

uma autarquia federal, que tem possibilitado a continuação de minha pesquisa de doutorado, sem pressões, sem assédios e ainda com muita esperança na Educação Nacional.

Encerro esse prefácio com a certeza de que ninguém poderá aprisionar a mente daquele que jamais se curva ao conformismo.

São Paulo, 01 de novembro de 2019.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa arqueológica tem o objetivo de compreender a dominação romana nas cidades Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima a partir da análise da produção, da circulação e da iconografia monetária, assim como da organização do espaço urbano durante os séculos I AEC ao II EC<sup>1</sup>. Dessa forma, esta pesquisa visa à compreensão da posição ideológica de Roma na cultura material, associada ao contexto sociocultural das comunidades locais na Antiguidade.

Para o entendimento da dominação romana e da posição ideológica citada, elegemos duas cidades pertencentes à província *Judaea-Palaestina*, com ênfase às especificidades que cada uma delas apresentava dentro de cada contexto histórico, no entendimento de que para uma análise comparativa, o ideal é a escolha de duas cidades que em algum momento se destacaram como capital administrativa da *Judaea-Palaestina*, mas que tiveram relações diferenciadas com o Império Romano. Assim, analisamos desde a localização litorânea de Cesareia Marítima; até o histórico religioso de Jerusalém (que se tornou a colônia Aelia Capitolina no século II EC). Logo, esta pesquisa propõe o uso de epistemologias pós-coloniais, históricas, arqueológicas e numismáticas, para a compreensão dessas duas realidades díspares, que possivelmente possuíam semelhanças nas expressões de poder e negociações observados a partir da cultura material (moedas e estruturas arquitetônicas).

Para a evidenciação das estruturas de poder e negociações na *Judaea-Palaestina*, recorreremos nos três primeiros capítulos da tese à organização da fundamentação teórica, que possibilitará ao leitor compreender a conceituação dos léxicos norteadores da argumentação desta pesquisa<sup>2</sup>, principalmente nos capítulos de análise.

Quanto aos capítulos de análise, esclarecemos que as escavações arqueológicas realizadas nas duas cidades desta tese, ainda carecem de publicação e/ou melhor organização dos dados numismáticos. Assim, algumas informações são incipientes e lacunosas, por isso, optamos por uma abordagem de análise de forma amostral, com a utilização dos bens estruturados dados apresentados nas obras de Evans (2006) e Ariel (1982).

Ressaltamos mediante as informações supra, que a obra de Evans (2006) apresenta o levantamento de achados monetários em Cesareia Marítima, em um volume, das expedições

---

<sup>1</sup> Adotamos Antes de Era Comum (AEC) que equivale à Antes de Cristo (a.C.), assim como Era Comum (EC) está para Depois de Cristo (d.C.) por ser uma denominação temporal internacionalmente aceita.

<sup>2</sup> Conceituação de termos como: negociação colonial, estruturas de poder e negociações, memória, monumento, cidade, urbanismo, territorialidade, emulação, dentre outros.

conjuntas realizadas nessa cidade desde 1950, que foram complementados pelas temporadas de escavações de 1971 a 1987, com temporadas de estudo em 1977, 1981, 1985 e 1986, pela *American Joint Expedition to Caesarea Maritima* (JECM). Assim, a referida obra apresenta a organização das moedas de Cesareia Marítima emitidas do século I AEC ao II EC, obtidas em escavação realizadas por outras instituições de pesquisa (e não pela *American Schools of Oriental Research - ASOR*), como as prospecções realizadas por Bull e Toombs (1972); Bull (1973, 1974, 1975, 1978, 1981, 1982, 1984); Humphrey (1974, 1975, 1986); Toombs (1978); Bull, Krentz e Storvick, (1986); Vann (1992); Lehman e Holum (2000); Levine (1975a, 1975b); Foerster (1975); Holum et. al.(1992); Holum (1999); Holum e Raban (1993); Kadman (1957); Hamburger (1959, 1968, 1970); Lampinen (1999); Levine (1975); Hohlfelder (1983); Ariel (1982) e Frova (1965).

Semelhante à abordagem empreendida por Evans (2006), a obra de Ariel (1982) traz a padronização e as identificações de moedas feitas por mais de quinze numismatas ao longo de um período de oitenta anos em Jerusalém – Avigad (1980); Mazar (1969); Johns (1950); Crowfoot; Fitzgerald (1929); Weill, 1947; Broshi, 1976; Rahmani (1960; 1964; 1967; 1976); Bliss (1898); Saller (1957); Hennessy (1970); Bagatti; Milik (1958); Negbi (1970); Meshorer (1961); Meshorer (1963); Tsferis (1974); Baramki (1932); Kloner (1981); Kenyon (1967); Hamilton; Hussein (1935); Hamilton (1944); Stern (1973); Germer-Duxand (1914); Ben-Arieh; Netzer (1974); Hamilton (1933); Kadman (1967); Sukenik (1949); Tsferis; Berman (1982); Spijkerman (1961); Hill (1938); Hamburger (1954); Reifenberg (1944); Thompson et. al. (1973); Lambert (1927); Illife (1935); e Ben-Dor (1948) com a finalidade de organizar e tornar público os achados monetários em Jerusalém desde o início do século XX.

Diante das argumentações acima, esclarecemos que as moedas desveladas pelas escavações arqueológicas foram: Jerusalém/Aelia Capitolina: total = 9110 moedas, sendo 8609 locais e 501 estrangeiras; e Cesareia Marítima: total = 2627 moedas, sendo 2451 locais e 176 estrangeiras. Assim, compreendemos que esse universo amostral, permitiu a elucidação de nossas hipóteses pela completude e relevância numérica dos dados apresentados nas obras supra referidas.

Tão relevante quanto os dados dos achados monetários, foi a escolha das estruturas arquitetônicas selecionadas para a composição do Capítulo 6 - *Análise comparativa a partir do intercruzamento dos resultados obtidos dos elementos arquitetônicos e numismáticos*, que apresenta uma análise comparativa das duas cidades.

Inicialmente, gostaríamos de selecionar as mesmas estruturas para as duas cidades, mas a maioria dos elementos construtivos passíveis de análises arqueológicas não foram igualmente identificados nelas. Logo, optamos pela análise das duas estruturas de culto (Complexo do Templo de Jerusalém e Templo de Roma e Augusto em Cesareia Marítima); edificação relacionada à circulação e acesso à cidade (Portão de Adriano atual Portão de Damasco – Jerusalém/Aelia Capitolina); e, elemento arquitetônico de celebração e espetáculos públicos (Hipo-Estádio de Cesareia Marítima).

Todos os elementos arquitetônicos selecionados para as análises desta tese apresentaram achados monetários; uma vez que foram obras de monumentalização do espaço construído; fizeram parte do projeto imperial de disseminação da *humanitas* romana e devido as essas características elencadas são passíveis de análises arqueológicas. Assim, compreendemos que as estruturas selecionadas proporcionaram o equilíbrio nas análises nas duas cidades, por serem elementos construtivos relevantes e de monumentalização da paisagem, que similares às moedas, são materializações de estruturas de poder e processos multidirecionais de negociações do Império Romano com as elites locais.

Nessa perspectiva, os capítulos de análise associam as moedas (emissões locais e estrangeiras que circularam nas cidades), aos seus contextos de achados, durante parte do período romano na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC). Portanto, embora arbitrária, a escolha dos vestígios materiais (arquitetura), dispersos no espaço construído (moedas), segue a lógica de que as estruturas arquitetônicas onde se encontraram moedas possam revelar os possíveis padrões de poder e negociações nas cidades romanas, objeto desta pesquisa. Assim, entendemos que esta pesquisa se relaciona aos pressupostos teóricos-metodológicos da Arqueologia Pós-Processual, Cognitiva, com destaque às reflexões simbólicas e à Arqueologia Contextual, porque realiza as análises da cultura material e a reflete a partir de seu contexto histórico-arqueológico.

A Arqueologia Contextual foi um conceito desenvolvido por Hodder (1982; 1987; 1991; 1992; 2012), com a colaboração das pesquisas de Shanks e Hodder (1995), Shanks e Tilley (1987), e, posteriormente, Ingold (2008; 2015), dentre outros. Para estes autores, os estudos arqueológicos precisavam englobar análises da materialidade humana, com ênfase nos contextos de achados, na agência dos indivíduos e nos múltiplos significados do registro arqueológico, em oposição à abordagem da Arqueologia Processual que defendia a objetividade e uma leitura sistêmica (HODDER, 1999: 5). Dessa forma, a concepção de agência segue as proposições de Gell (1998), que defende que se deve considerar as relações existentes entre

peças e objetos, para compreender que os objetos, assim como os indivíduos estão relacionados no âmbito da agência social, cujo agente é a fonte e a origem de eventos causais, independentemente do estado do universo físico ao qual pertença (GELL, 1998: 16).

O conceito de agência (GELL, 1998) associado aos pressupostos teórico-metodológicos da Arqueologia Contextual têm permitido análises interpretativas e autorreflexivas, com ênfase às múltiplas interpretações dos contextos de achados monetários. Logo, para a possibilidade de uma análise contextual, elegemos procedimentos que seguiram alguns padrões observáveis no espaço construído de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, por meio da criação de dois repertórios: um numismático (RN) a partir de moedas publicadas até a presente data (que serviram também de *comparanda*) nos mais diversos meios de divulgação científica – catálogos, relatórios de escavações, pesquisas acadêmicas e periódicos científicos correspondentes às emissões monetárias, que circularam nas duas cidades mencionadas entre os séculos I AEC ao II EC, e o outro de estruturas arquitetônicas (REA) constituído pela seleção dos elementos construtivos – localização na paisagem, dimensão, visibilidade, materiais construtivos, moedas encontradas no local (localizadas a partir das escavações ali empreendidas) e menções em textos históricos.

Os repertórios apresentados estarão separados em volume próprio, uma vez que para a coesão, coerência e fluidez textual, optamos por dividir esta pesquisa em dois tomos, sendo no primeiro – Tomo I apresentadas as fundamentações teóricas e metodológicas, assim como, as análises das moedas em contexto urbano das duas cidades selecionadas; e o segundo – Tomo II exibidos os dois repertórios: o *Repertório de Estruturas Arquitetônicas* (REA) e o *Repertório Numismático* (RN), que são complementares e relacionados às informações apresentadas no Tomo I.

As análises com o uso dos repertórios dos elementos construtivos e das moedas escavadas na *Judaea-Palaestina* (cunhadas entre os séculos I AEC e II EC) possibilitaram a compreensão da legitimação do discurso imperial unificador de integração e continuidade, como elementos de coesão sociopolíticos nas possíveis interações existentes entre Roma e a comunidade provincial, às quais possibilitaram as reflexões referentes às estruturas de poder e negociações observadas na relação entre o Império e os seus domínios.

Conforme manifestação anterior, esta pesquisa relaciona-se então, ao conhecimento referente ao Império Romano e as suas províncias, que permeava a relação social entre as pessoas, e entre as pessoas e as coisas, no processo histórico e político de interpretação e ação no mundo (TILLEY, 1992: 176). Assim, esta tese, bem como a Arqueologia não estão livres de

elos sociais e políticos (CHAMPION, 1991: 144), tampouco os arqueólogos estão livres para o desenvolvimento de suas pesquisas, da pressão das questões levantadas por suas próprias épocas e sociedades (BURGUIÈRE, 1982: 437), logo, “qualquer tentativa de compreender a presente configuração da disciplina deve, portanto, ser fundada em uma análise sistemática e empírica de sua História e de sua prática” (PINSKY, 1989: 91).

Dessa forma, para a compreensão da materialidade existente nas duas cidades, objeto da pesquisa desta tese, faz-se necessário, informarmos ao leitor que durante parte do período romano na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC), apresentamos um quadro geral de algumas preocupações teórico-metodológicas, cujo impacto possa ter influenciado os estudos referentes à Arqueologia Romana Provincial em sua atual configuração no século XXI. Logo, trata-se da evidenciação de pressupostos teórico-metodológico da Arqueologia que foram desenvolvidos desde sua introdução como disciplina científica até a atualidade, para compreensão dos questionamentos desta pesquisa, a saber: i) Qual o impacto da presença romana nas cidades Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima observado em dois veículos oficiais do Estado: a moeda e a malha urbana? ii) Qual a contribuição da amoeção no contexto das fundações/refundações das cidades da *Judaea-Palaestina*, para veiculação e legitimação do poder imperial na região, nos séculos I AEC ao II EC?

Para a elucidação desses dois questionamentos principais optamos por análises contextuais pautadas na compreensão dos elementos de dominação romana, passíveis de conciliações e acordos locais. Assim, elegemos moedas em contexto urbano, porque compartilhamos do entendimento de que a corrente pós-processual possa oferecer condições para avançarmos nessas reflexões. Tal corrente teórica pode ser observada nos pressupostos apresentados no ensaio de Marcio Teixeira-Bastos, Lucio Menezes Ferreira e Ian Hodder (2020), no qual se conceitua a existência do emaranhado ‘humano-coisas’ no estabelecimento de inter-relacionamentos ‘biossociomateriais’ observáveis nas maneiras pelas quais os corpos, as coisas, os materiais, os desejos e as sociedades dependem umas das outras. Assim, entendemos que a agência de grupos e indivíduos, de forma consciente ou inconsciente, se apropria da cultura material na construção do mundo, na negociação de posições hierarquizadas, nas interferências nos processos de mudança social e nas relações de poder e dominação existentes nos imperialismos antigos, mais especialmente na porção Oriental do Império Romano, nosso *locus* de estudo.

Ainda no campo da conceituação da agência de objetos e indivíduos descrito acima, destacamos os estudos desenvolvidos por Ingold (2012), que compreendem que às condições

materiais da vida social e cultural são impactadas pela maneira como os seres humanos se relacionam com os seus meios bióticos e abióticos. Logo, a ênfase na materialidade dificulta a compreensão dos campos de força e de circulação de organismos como as moedas, que dão origem às coisas e que são constitutivas do emaranhado cultural de sociedades no passado.

Na perspectiva apresentada acima os “*indivíduos e os grupos se apropriam do poder simbólico, isto é, usam a linguagem da cultura material — e seria mais apropriado usar o plural, as linguagens da cultura material — como estratégia de controle social, de legitimação política, de enfrentamento e resistência*” (TEIXEIRA-BASTOS; FERREIRA; HODDER, 2020: 139). A cultura material, assim, não reflete passivamente a sociedade, mas a recria por meio da agência dos indivíduos, coletivos e instituições. Nessa concepção, a Arqueologia, segundo Michael Shanks e Christopher Tilley (1982) estuda estruturas e relações de poder.

A partir dessa concepção de agência, a relação existente entre moedas e elementos arquitetônicos abordados nesta tese, alinha-se à compreensão de que estes são documentos oficiais de Estado, cada um à sua maneira. Logo, a moeda é oficial por carregar a oficialidade da autoridade emissora (e as escolhas de símbolos e legendas passam por esse crivo) e fazer parte de todo um sistema econômico/ponderal sustentado pelo Império. Enquanto a malha urbana/monumentalidade compõe de certo modo uma oficialidade, posto que Roma, mesmo em terras orientais e pela emulação das mãos de reis e líderes locais, procura levar a noção da *humanitas*<sup>3</sup> romana aos habitantes do Império.

Nessa perspectiva, os monumentos (incluam-se as moedas<sup>4</sup>) comunicavam a existência de um suposto passado compartilhado, que era estabelecido ideologicamente, por meio de estruturas de poder e de acordos que possibilitavam a coesão social. Assim, tanto as moedas quanto a malha urbana são compreendidas nesta pesquisa, como monumentos inseridos em um emaranhamento cultural fluído e dinâmico, daquilo que vem da *humanitas* romana com aquilo que diz respeito aos elementos locais existentes tanto em Jerusalém/Aelia Capitolina quanto em Cesareia. Tratava-se, portanto, de uma rede multidirecionada de emulação cultural promovida pelo "rememorar" daquilo que foi selecionado pela administração local, como elegível de mudança e permanência na reconstrução da história comunitária na *Judaea-Palaestina*. Todavia, a teoria dos emaranhados biossociomateriais tem múltiplas fontes, e assim, o estudo das relações de poder precisa focar-se nas relações assimétricas entre humanos e coisas (TEIXEIRA-BASTOS; FERREIRA; HODDER, 2020: 124).

---

<sup>3</sup> Para melhor compreensão do termo *humanitas* consultar WOOLF, Greg. *Becoming Roman – The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003: 7-16.

<sup>4</sup> No capítulo 2 buscamos aprofundar a noção de moeda como monumento.



De acordo com as pretensões argumentativas desta pesquisa, esclarecemos que as análises arqueológicas referentes à presença romana na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC) alinham-se, como dissemos, à corrente pós-processual, no entendimento de que o estudo de moedas em contexto arqueológico, devidamente identificadas nas estruturas arquitetônicas em que foram localizadas, ampara-se no escopo da Arqueologia Contextual. Essa abordagem metodológica permite a compreensão de que a cultura material se relacione ao seu momento histórico-social e questionamentos regionais, na produção de conhecimentos plausíveis e relevantes para a compreensão do passado humano em consonância com o presente, na perspectiva crítica do futuro. Portanto, esta pesquisa entende que as construções teórico-metodológicas dos estudos arqueológicos estão em constantes mudanças, resultado do dinamismo e interdisciplinaridade que a Arqueologia dos séculos XX e XXI possui. Assim, o dinamismo conceitual desta tese relaciona-se ao intercâmbio e às contribuições de outras ciências para a construção e interpretação de dados arqueológicos.

As análises das estruturas arquitetônicas e das moedas encontradas nestas pelas escavações em Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima do século I AEC ao II EC podem oferecer subsídios para a melhor compreensão da circulação/concentração dessas moedas em alguns espaços, que possivelmente, possibilitam inferências quanto à existência de estruturas de poder e negociações no espaço construído. Entendemos que esta abordagem desvincula esta pesquisa dos tradicionais estudos da Arqueologia Clássica desenvolvidos pela corrente histórico-cultural. Assim, de acordo com Martin Bernal (2005), durante o século XIX e início do XX:

Eles teriam [os estudos da Arqueologia Clássica] incorporado os padrões sociais e culturais dos contextos em que se desenvolveram, fornecendo, em troca, argumentos em favor da noção de uma incontestável superioridade europeia sobre todos os outros continentes. Tal estratégia veio ao encontro de uma espécie de justificação das ações imperialistas ou neocolonialistas do período, como se fossem “missões civilizadoras”. (BERNAL, 2005).

Neste sentido, Richard Hingley (2002) analisou como as imagens proporcionadas pela Roma Clássica foram utilizadas, ou nas palavras dele, “redesenhadas” para ajudar na definição das ideias referentes às origens europeias, bem como a justificativa da emergência de impérios de 1880 até 1930.

Dessa forma, as concepções teóricas dos autores pós-processuais rompem com as concepções da Arqueologia Clássica que estiveram associadas ao nacionalismo durante o século XIX, principalmente na Europa central e do norte, que possibilitavam o uso das

pesquisas arqueológicas sobre o Império Romano na justificação de certas relações de poder e no fortalecimento de ideologias, que buscavam a legitimação e sustentação científica das pretensões imperialistas por meio de testemunhos materiais.

As análises arqueológicas deste estudo ao romperem com as concepções da Arqueologia Clássica do século XIX, pretendem inserir a moeda em seu contexto de achado bem como relacionando-as às estruturas arquitetônicas escavadas, alinhadas às concepções teóricas e metodológicas da corrente pós-processual.

Ressaltamos que tais concepções surgiram em uma época de grandes crises mundiais, que envolveram desde crises econômicas e sociais dentro do sistema capitalista à falência do sistema soviético, acarretando guerras civis, tudo isso contribuindo para o fim do otimismo tecnológico do pós-guerra/Guerra Fria (LEMOS; PELLINI, 2011). Assim, este estudo arqueológico pretende ser contextual e atual, pois além de ser reflexo de nossa formação, subsidia-nos quanto ao campo teórico da prática pedagógica como Professoras de História atuantes na Educação Básica do Estado de São Paulo, bem como ao posicionamento como Arqueólogas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, também, com a pretensão de contribuir de forma crítica e assertiva com o debate sobre a presença romana no Oriente em nosso país.

Temos ainda a ciência da reflexão acerca da relevância dos eventos histórico-arqueológicos na Educação Brasileira, que traz à luz da discussão sobre a possibilidade da extinção do conteúdo programático relacionado aos estudos da Antiguidade Clássica na Base Nacional Comum Curricular – BNCC – Proposta educacional de ensino implementada no sistema educacional do Curso de Educação Básica, a partir dos anos 2012/2019.

Esclarecemos, ainda, que não há consenso no IPHAN a respeito de parâmetros norteadores para o reconhecimento e acautelamento de patrimônio arqueológico no país. Entendemos que as concepções teóricas e metodológicas da corrente Pós-Processual presentes nesta tese quanto ao entendimento contextual de elementos argumentativos como “monumento”, “estruturas de poder imperiais”, “negociações” e “emulação” contribuirão nas discussões da importância educativa e emancipadora da análise do registro arqueológico, para a reconstrução e compreensão do passado brasileiro.

Os estudos referentes ao período romano na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC) alinham-se à consciência de que a ciência (aqui representada pela arqueologia Pós-Processual) deva ser tratada como uma forma de conhecimento entre tantas outras e não como

a única. Ciência não é razão universal, ela é contextual e relativa (SANTOS, 1995). Isso pode ser visto como o reflexo de um campo emergente da ciência atual: a ciência pós-moderna.

Para a análise das estruturas de poder e negociações observadas nas cidades que compõe esta pesquisa, seguimos a ênfase da Escola Pós-Processual no estudo dos contextos histórico-arqueológicos e nos significados da materialidade. Neste sentido, segundo Ian Hodder (1986):

[...] a cultura, antes do que norma ou resposta comportamental, consiste em esquemas organizantes e organizados da ação que são significativos para os indivíduos nela envolvidos, não sendo, portanto, determinada por qualquer elemento externo” [Tradução livre] (HODDER, 1986: 92).

Assim, para o autor, a mudança cultural será sempre produto da ação humana. Logo, “*a cultura material, por sua vez, participa ativamente na criação, no desenvolvimento, na alteração e na extinção dos complexos simbólicos; nesse sentido, os artefatos deixam de ser considerados apenas como os vestígios materializados de comportamentos que foram culturalmente condicionados, e se tornam cultura por si próprios*” (WATSON, 1995: 686-687).

Desse modo, a proposta das análises pautadas nos elementos construtivos e nas moedas cunhadas que circularam na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC) aproxima de uma proposta focalizada na cultura material, nos hábitos de vida e nas configurações do espaço como os meios da produção e reprodução social.

Observamos nos vestígios materiais do período romano em Jerusalém/Aelia Capitolina, e Cesareia Marítima, que o presente e passado não são concebidos de uma forma oposta – como uma dicotomia –, pois um se constitui em relação ao outro num processo ativo, dialético e orgânico. O passado não é visto como completo, acabado, uma vez que ainda estaria vivo de alguma forma no presente por meio da presença física dos vestígios materiais (HODDER, 1992).

Esta pesquisa propõe análises referentes à *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC) por meio do abandono de termos reducionistas como ‘romanização’, assim, a comunidade local compreendendo a complexidade que envolve o processo de dominação romana organizou dentre tantas e diferentes ações e diversas revoltas contra o império, que ocasionou na evidencição da resistência cultural e política das cidades à ocupação estrangeira (MATTINGLY, 1996; MUNZI, 2001).

Dessa forma, essa pesquisa relaciona-se ao Império Romano e suas relações com as cidades da *Judaea-Palaestina* lastreada pelos anseios pós-coloniais dos trabalhos sobre o Mediterrâneo Oriental.

Podemos citar como exemplo das novas concepções arqueológicas, os estudos sobre o Império Romano desenvolvidos no Brasil (GUARINELLO, 1985, 2008, 2006; FLEMING, 2001, 2008, 2014; FUNARI, 2005, 2006, 2008), assim como, a presença de brasileiros em escavações de sítios romanos ocidentais (GARRAFFONI; CAVICCHIOLI; SILVA, 2001); e da equipe brasileira que escavou pela primeira vez um sítio romano oriental, a saber, o sítio arqueológico de Apollonia (MARSHALL, 2003). A propósito desta escavação, destacam-se os estudos desenvolvidos na *área E*, o estrato romano de Apollonia (trabalho coordenado pela Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano do MAE-USP e pelo Prof. Dr. Francisco Marshall da UFRGS), que escavou uma área que foi identificada inicialmente como *villa maritima*<sup>5</sup> (RECH, 2003; ROLL; TAL, 1999). Contudo, o mais provável é que se trata de uma *mansio*<sup>6</sup> construída por volta de 70 EC ao longo da Via Romana Jope-Cesareia, estabelecida no contexto da Primeira Guerra Judaica (TAL; TEIXEIRA-BASTOS, 2012).

As atuais discussões brasileiras sobre o Império Romano<sup>7</sup> – nas quais este estudo está inserido –, englobam as pesquisas desenvolvidas na Universidade de São Paulo – USP, no Laboratório de Arqueologia Romana Provincial coordenado pela Profa. Dra. Maria Isabel D’Agostino Fleming e Prof. Dr. Vagner Carvalheiro Porto – cujos estudos dessa região foram enriquecidos com as pesquisas desenvolvidas por Marcio Teixeira-Bastos (*Cristianização dos Espaços na Antiguidade Tardia: O caso de Apollonia-Arsuf*, dissertação de mestrado, 2011; *Análise e distribuição espacial de lamparinas romanas de disco: o caso das províncias da Palestina e do norte da África*, tese de doutorado, 2016). Recentemente, o Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – LARP/USP foi representado pelas pesquisadoras Profa. Ma. Gladys Mary Santos Sales, Ma. Claudia Gradim e Dra. Lygia Ferreira Rocco nas escavações em Israel, organizadas pela Universidade Hebraica de Jerusalém – *Projeto Tiberíades em 2018*,

---

<sup>5</sup> Segundo Bastos (2015: 225) a *villa* originalmente caracterizava-se como uma moradia de luxo, destinada a elite romana. Desde suas origens a função e ideias a respeito da *villa* transformaram-se consideravelmente. Após o período da República Romana, as *villae* transformaram-se em pequenos entrepostos agrícolas, e durante a Antiguidade Tardia, tornaram-se cada vez mais fortificadas. Em muitos dos casos, sob o domínio Bizantino foi transferida a posse do lugar à Igreja para reutilização como centro religioso, comumente mosteiros.

<sup>6</sup> *Mansio*, que vem do verbo latino *mansus* e derivada de *manere* (forma verbal), significa "*lugar para passar a noite enquanto viajam*". Esse entreposto tratava-se de uma parada oficial em uma via romana e era mantida pelo governo central para o uso de oficiais e negociantes ao longo de suas viagens ao redor do Império. Em período posterior foram adaptadas e transformadas para acomodar os mais diversos viajantes e habitantes fixos (como no caso de Apollonia) de todas as esferas da sociedade (BASTOS, 2015: 225).

<sup>7</sup> Os principais centros de estudos no país: LARP-MAE/USP; LEIR-MA/USP; UNICAMP; UNESP; UFES; UFRJ; UERJ; UFSC; UFPE; UFPR; UFOP; UFRN, dentre outros.

sob a coordenação da Profa. Dra. Katia Cytryn-Silverman. Acrescenta-se no contexto do LARP, os estudos de Doutorado, Mestrado e Iniciação Científica em curso que tratam dessa região, dos pesquisadores Kelly Gillikin Schoueri, Gabriela Rodrigues Marques de Oliveira, Carolina Mattoso e Ana Rigolon.

A Academia Brasileira conta ainda com os estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Antigos e Medievais – NEAM, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, criado pelo Prof. Dr. Carlos Roberto de Oliveira no ano de 1985, que supriram parte da carência de produções científicas e acadêmicas no Brasil sobre a Antiguidade e o Período Medieval. Esse grupo considerado de excelência científica foi contemplado com cinco bolsas de iniciação científica, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em 1986. Neste mesmo ano, passou a ser também composto pelos docentes Dra. Olga Mussi, Dr. Sidnei Galli e Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari. Nos anos de 1994 e 1996 o Prof. Dr. Ivan Esperança Rocha e o Dr. Ruyde Oliveira Andrade Filho, respectivamente, também ingressaram como membros pesquisadores do NEAM.

As contribuições brasileiras são percebidas, também, nas pesquisas desenvolvidas pelo Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese, o qual é Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e leciona no Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História e no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional, assim como, nos estudos do Prof. Dr. Alex Degan, que é Professor Adjunto e coordenador do Laboratório de Estudos das Histórias Asiáticas (LEHAs) do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Dessa forma, observamos que as questões históricas e arqueológicas no Oriente Próximo são debatidas na contemporaneidade em diversas universidades públicas pelo país.

Metodologicamente esta tese integra as pesquisas brasileiras mencionadas, a qual também se refere ao Império Romano, bem como, aos pressupostos pós-processuais de Hodder (1986) e seus colaboradores, para a compreensão da cultura material e suas múltiplas expressões simbólicas e estéticas, passíveis de análise arqueológica. Logo, a conceituação de cultura material neste estudo refere-se à conceituação desenvolvida por Hodder (1982), que a definiu “*como um sistema de representação*”.

O entendimento de que a Arqueologia é um sistema de representação, permite que esta tese almeje a mediação da reconstrução do passado imutável com os anseios do presente em constante construção, por meio da consciência de que a materialidade é uma construção contextual e uma apreensão social. Dessa forma, seguimos as proposições de Funari (2003: 15),

que compreende que a Arqueologia “[...] *estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico*”.

Para a compreensão da totalidade material produzida por diversos agrupamentos humanos através do tempo, faz-se necessário transpor os limites territoriais e cronológicos. Dessa forma, este estudo referente ao Império Romano alinha-se às pesquisas desenvolvidas no Brasil e em diversas instituições de pesquisas internacionais, que têm proporcionado maior intercâmbio de conhecimento entre as universidades públicas e contribuído para a melhoria da Educação Básica no país.

Como exemplo da cooperação existente entre as universidades públicas e a Educação Básica, pode-se considerar a disciplina – **Problemáticas Educacionais em Museus de Arqueologia**, ministrada pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos, que promove o reconhecimento das pesquisas arqueológicas e sua musealização como conhecimento formal além da sala de aula e do monotético *Parâmetros Curriculares da Educação Nacional* – PCN.

Embora esta pesquisa não esteja relacionada diretamente com sítios arqueológicos no território nacional, ela permite a autorreflexão sobre o impacto do estudo da cultura material no passado, como agente transformador e consciente em si, das manifestações sociais no presente, em uma perspectiva crítica do futuro próximo. Logo, esta tese almeja contribuir com as inquietações contemporâneas quanto à valorização e preservação do passado, diretamente associada às ações educacionais no país, bem como, viabilizar a compreensão da relevância social da Arqueologia Clássica – hoje, para melhor englobar os diversos povos ao redor do Mediterrâneo também chamada de Arqueologia Mediterrânica – como possibilidade metodológica de interpretação do registro arqueológico, independentemente de sua localização geográfica.

Esta tese está estruturada por capítulos e subcapítulos, a saber – i) Capítulo Primeiro – **A POSIÇÃO GEOGRÁFICA E A HISTÓRIA DA JUDAEA-PALAESTINA SOB DOMINAÇÃO ROMANA ENTRE OS SÉCULO I AEC E II EC**, neste capítulo serão abordados a posição geográfica e o contexto histórico da *Judaea-Palaestina* sob dominação romana (I AEC ao II EC), para verificação das mudanças e permanências na região, com enfoque nas cidades de Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia Marítima; ii) Capítulo Segundo – **APRESENTANDO AS ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÃO NA JUDAEA-PALAESTINA**, tratamos da evidenciação das estruturas de poder e negociações identificados nessas duas cidades no período mencionado, para compreensão histórico-geográfica específica

das cidades dessa pesquisa, por meio das teorias referentes ao poder e negociações desenvolvidos por Foucault (1979, 2009 e 1999), Bourdieu (1996,1998, 1999 e 2001), dentre outros; iii) Capítulo Terceiro – **URBANISMO E TERRITORIALIDADE**, serão apresentadas as concepções teóricas referentes a multiplicidade da compreensão sobre urbanismo e territorialidade, na inserção de seus significados nesta tese de doutorado, uma vez que, compreendemos a importância do arcabouço conceitual para o subsídio das discussões nos capítulos interpretativos; iv) Capítulo Quarto – **ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES OBSERVADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS**, neste capítulo será aprofundado o referencial teórico escolhido para a análise dos assentamentos em Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, com a contextualização das escavações arqueológicas nestas cidades. As leituras obtidas a partir da Arqueologia Espacial, Arqueologia da Paisagem e Arqueologia do Ambiente Construído são apresentados com base na bibliografia selecionada e em dados coletados de relatórios de escavação; v) Capítulo Quinto – **ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES OBSERVADAS NOS ELEMENTOS NUMISMÁTICOS**, apresentamos às análises e discussão dos resultados das moedas de Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia Marítima, sob dominação romana nos séculos IAEC ao II EC, com ênfase na identificação e análise das estruturas de poder e negociações, verificados na produção monetária local e circulação das moedas imperiais; vi) Capítulo Sexto – **ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DO INTERCRUZAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E NUMISMÁTICOS**, refere-se ao inter cruzamento das informações obtidas por meio das análises das estruturas arquitetônicas e da numismática da *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC) e, por fim, a **CONCLUSÃO** apresenta a reflexão da relevância social dos resultados desta pesquisa para a Arqueologia, e evidencia a necessidade da pesquisa acadêmica sobre a interpretação ideológica da cultura material na construção das identidades regionais; e as **REFERÊNCIAS**.

# CAPÍTULO 1

## A POSIÇÃO GEOGRÁFICA E A HISTÓRIA DA *JUDAEA-PALAESTINA* SOB A DOMINAÇÃO ROMANA ENTRE OS SÉCULO I AEC E II EC

Esta pesquisa arqueológica tem o objetivo de apresentar o entendimento das relações existentes entre Roma e as elites locais para a compreensão da integração imperial e as comunidades provinciais de Jerusalém/Aelia Capitolina e da Cesareia Marítima, por meio de um estudo integrativo entre a numismática e a organização urbana.

Para o desenvolvimento de um estudo integrativo, houve a preocupação da análise dos elementos arquitetônicos e das moedas cunhadas e que circularam na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC). Para isso, seguimos múltiplos conceitos, dentre eles a conceituação de dominação romana, que se alinha à utilizada por Norberto Guarinello (2008). Guarinello (2008) afirma que havia duas áreas de dominação romana – Oriente e Ocidente, passíveis de estratégias de dominação diferentes. Enquanto no Ocidente houve a promoção do ‘ser romano’, com ênfase no latim, nos modelos arquitetônicos e em convenções de difusão dos ideais romanos (vestimentas, os *fora* e o anfiteatro), no Oriente, o evergetismo e o urbanismo pré-romano, promoveram o helenismo e a disseminação do grego. Logo, as estratégias romanas no Oriente “*visavam reforçar características helenísticas que já haviam interagido com as culturas daquela região*” (GUARINELLO, 2008: 13).

Nessa perspectiva, o ‘ser romano’ nas províncias orientais, relacionava-se à emulação da herança helenística na região, o que não era algo automático e pronto, uma vez que conforme Márcio Meirelles Gouvêa Júnior (2012: 6):

No século II a.C., Políbio propôs descrever sob qual espécie de constituição política Roma pôde, em tão curto tempo, dominar o mundo (Plb. 1.1). Embora o texto reflita a reverência do autor pela nova potência, em um momento único da obra, Políbio deixou trair sua admiração e chamou Roma de bárbara. Reprovando o método de reflexão do historiador Timeu, ele disse que, no trecho em que esse narrara a vida de Pirro, interpretara de modo infantil o costume romano de sacrificar um cavalo no Campo de Marte durante a comemoração anual da queda de Troia, relacionando-se ao fato de ter sido um cavalo de madeira o responsável pela vitória dos Aqueus. Segundo Políbio, a interpretação correta teria sido a de que Roma conduzia um sacrifício comum com os bárbaros, que abatiam o animal antes das batalhas para lerem a sorte da guerra na observação do lado em que esse caía. Assim, Políbio afirmava que, caso se desse crédito a Timeu, os outros bárbaros também deveriam ser considerados descendentes dos troianos, mercê da disseminação de tal costume pelo mundo bárbaro (Plb. 12.4 apud GOUVÊA JÚNIOR, 2012: 6).



Os romanos foram em algum momento histórico, considerados alheios ao mundo cultural helenístico, o que ocasionou no esforço coletivo pelo afastamento da condição de não-civilizado, por meio do refinamento da educação dos jovens romanos (GOUVÊA JÚNIOR, 2012).

De acordo com o autor mencionado, a proximidade de Roma com o helenismo a distanciava da ‘barbárie’, a partir do refinamento cultural nos moldes do ‘mundo civilizado de herança grega’. Nessa perspectiva, Cícero, em *A República*, alinhou-se a Políbio (na consideração de que os romanos tinham alguns costumes não ‘civilizados’), uma vez que, para os autores mencionados, os romanos eram negligentes com a educação de suas crianças livres. Esse entendimento de ‘educação’ do qual os romanos eram negligentes (cf. Cícero), recebeu uma conceituação mais fluida e ampla no léxico latino *humanitas*. (CIC. *Rep.* 4.3 apud GOUVÊA JÚNIOR, 2012).

O termo *humanitas* adquiriu nas obras de Cícero o alcance da percepção do sentimento de união entre os homens, na unificação de todos em uma só comunidade (GOUVÊA JÚNIOR, 2012: 8). Nesse sentido, o termo *humanitas* se relacionou, inicialmente, à convicção de pertencimento ao gênero e à solidariedade dos homens. Todavia, esse termo recebeu vários significados em Cícero e através dos tempos, o que do ponto de vista mais amplo era o sentimento de pertencimento ao gênero humano, assim como estava relacionado à cultura (adquirida por esforço individual, como herança artística, arquitetônica, literária, científica e filosófica), era ainda, o aspecto subjetivo de assimilação cultural, que embora fosse em caráter restritamente individualizado, era conquistado a partir de leituras, das artes, da religião, da agricultura e da reflexão, o que possibilitava que uma pessoa fosse considerada como ‘civilizada’ (GOUVÊA JÚNIOR, 2012: 9).

Dessa forma, com o tempo, o modo de vida dos romanos e seus valores éticos e estéticos, tornaram-se o modelo a ser imposto aos povos vistos por eles como ‘não-civilizados’, por meio do processo imperialista de conquista dos povos dominados.

No processo imperialista citado anteriormente, Roma deparou-se, principalmente na área Oriental do Império (amplamente helenizada), com uma multiplicidade cultural extremamente complexa, o que exigiu uma série de transformações, negociações, cooptações das elites locais e assimilação de costumes, crenças e hábitos. Assim, a compreensão de *humanitas*, foi instrumentalizada pelos romanos no processo de seu imperialismo no Mediterrâneo, na articulação da ‘superioridade moral e cultural’ romana, como justificava para suas dominações e ações bélicas na região (GOUVÊA JÚNIOR, 2012: 9).

A disseminação do termo *humanitas* deu-se por meio de integração e interação cultural, que de acordo com Guarinello (2008) e com as concepções de Costa Junior (2010;2011), ocorreu pelo estabelecimento de diálogo entre culturas assimétricas:

As estratégias de dominação romana e a resistência apresentada pela população nativa, evidenciam que o processo de dominação imperial acarretava, invariavelmente, um diálogo entre as culturas do dominador e do dominado. Ao deixar de lado a coerção física (intervenção militar) e partir para novas formas de aproximação (negociação), baseadas principalmente nas relações entre a elite romana e as elites provinciais, Roma iniciou um processo definido por Gramsci como “*negociação colonial*” (GRAMSCI, 1971 apud PORTELLI, 2002: 32), que manteve a hegemonia política nas mãos do conquistador, por meio da colaboração política da elite local (COSTA JUNIOR, 2010: 27; 2011: 69 apud SALES, 2018).

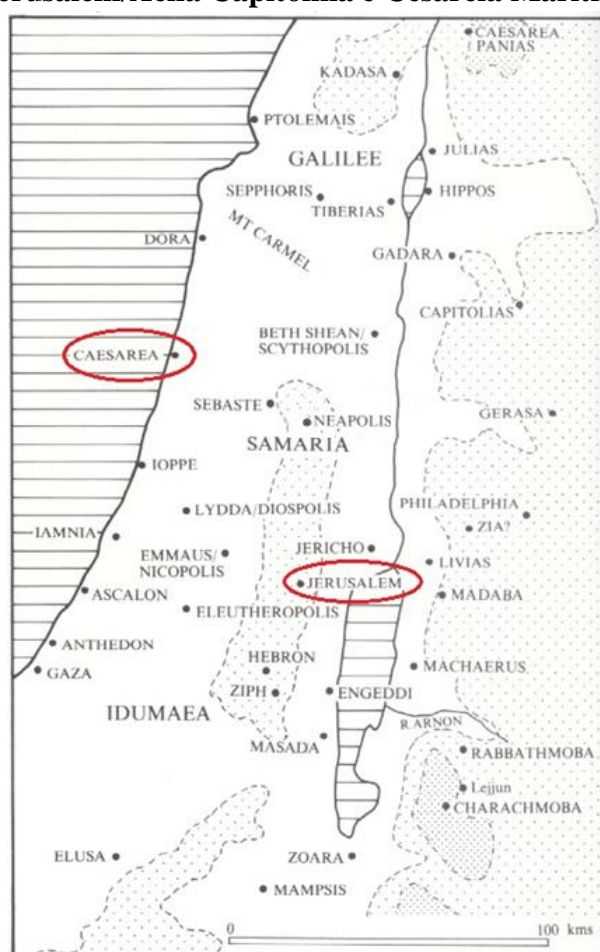
A definição de Gramsci (1971) referente à negociação colonial articulada aos conceitos de Bobbio et al. (1998) contribuem para o entendimento da fundamentação teórica desta pesquisa relacionada ao poderio romano na *Judaea-Palaestina*. Logo, a conceituação de negociação colonial citada anteriormente coaduna-se com as questões observadas por esta pesquisa, uma vez que o autor defende que tal domínio não se deu somente por meio da superioridade bélica (BOBBIO, et al., 1998).

Outras formas de negociações coloniais sem o uso das armas foram observadas na *Judaea-Palaestina* no século I AEC ao II EC, posto que esta região abrigava uma pluralidade étnico-cultural (com a presença de gregos, judeus, samaritanos, dentre outros), que exigia dos romanos habilidade política e sagacidade nas formas de abordagem com os diferentes grupos humanos que compartilhavam o mesmo espaço geográfico. Ainda que a dominação do Oriente romano englobasse negociações, ela se deparou com a resistência da comunidade provincial, o que evidencia que o imperialismo romano não ocorreu de forma uniforme, mas foi compelido a adequar-se às especificidades culturais da região.

Diante da compreensão de negociação colonial desenvolvida acima, esclarecemos que esta tese se alinha aos pressupostos conceituais dos estudos arqueológicos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX, que permitem análises pautadas no posicionamento das populações locais, diante da dominação romana. Neste sentido, nossas reflexões sobre a arquitetura e o desenvolvimento da malha urbana, assim como a produção local de moedas passam por essas reflexões. Dessa forma, o estudo do processo de dominação imperial romana na *Judaea-Palaestina* precisa contemplar as interações e mudanças culturais no Império e nas províncias.

Para a compreensão das interações e mudanças culturais na província mencionada, elegemos duas cidades: Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima (ver Fig. 1, abaixo), que dentro do recorte temporal desta pesquisa alternaram-se como capital provincial, e assim, podem melhor representar as instâncias de dominação e negociações da elite local com o Império Romano.

**Fig. 1 – Mapa da *Judaea-Palaestina* do século I ao III EC – em destaque as cidades de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima**



Fonte: Mapa adaptado de Millar, 2001.

Segundo Teixeira-Bastos e Funari (2019: 89), a região do Oriente Antigo, durante aproximadamente oito séculos se viu dividida entre as influências grega e romana, em sua porção ocidental e as do Império Parta e Persa Arsácida, em sua porção oriental. Destacamos que essa região foi palco de intenso fluxo de pessoas e culturas, uma vez que possibilitou diferentes períodos de hegemonia local.

Os processos de expansão e delimitação de fronteiras geográficas e culturais no Oriente Antigo possibilitaram que inúmeras cidades fossem fundadas, distintas instituições criadas, contribuindo para o crescimento das imigrações, além da intensa interação entre as línguas e as culturas nas mais diversas áreas dessa ampla região. A importância dessa região para o Império Romano, portanto, se dava em termos econômicos, culturais e estratégicos (TEIXEIRA-BASTOS; FUNARI, 2019: 83).

A conquista imperialista romana se consolidou sucessivamente no quadro das campanhas no Oriente, conduzidas pelos generais Silla, Lucullo e Pompeu, sendo o último responsável por assegurar a presença romana em 62-63 AEC na Judeia. Nesse processo de anexação imperialista, os reinos de Galácia (Commagene), Emesa, Nabatania e a Judeia foram progressivamente desaparecendo (TEIXEIRA-BASTOS; FUNARI, 2019: 83).

De acordo com Tufi (2000: 323) *“a realidade política mais relevante com que Roma entrou em contato nesta área tão significativa do Oriente Antigo foi a grande dinastia helenística dos Selêucidas, que foi fundada por Selêuco Nicator I (301-281 AEC) em uma área que compreendia também a parte da Ásia Menor”*.

Com a dominação romana na região, os governantes adquiriram outras funções e poderes, adaptando-se às novas realidades locais. A eliminação dos estados clientes do oeste do Eufrates e o reforço do poder imperial nos governos orientais foram processos concomitantes à presença do próprio imperador na região. Paulatinamente, o Oriente Antigo concebeu a figura do imperador e os aparatos de seu governo como uma realidade presente (TEIXEIRA-BASTOS; FUNARI, 2019: 83).

De acordo com Liverani (2016: 46), a paisagem do Oriente Antigo era heterogênea e composta pelo conjunto de cadeias de montanhas, planícies aluviais e planaltos desérticos. Assim, a região é conhecida pela simplificação geográfica do termo “Crescente Fértil”, a qual refere-se ao semicírculo de terras férteis e irrigadas, propensas aos assentamentos agrícolas e urbanos na Antiguidade. Essa região é um amalgamado territorial extremamente complexo, cujas terras altas contêm várias bacias hidrográficas, características do “Crescente Fértil”. Todavia, as áreas férteis são meandradas por colinas, montanhas e desertos, enquanto os planaltos áridos apresentam uma constelação de oásis e áreas secas.

A região da Judeia se enquadra nesta pluralidade ambiental considerada como característica do Oriente Antigo, uma vez que do ponto de vista histórico, a implicação para a compreensão das interações culturais se situa nas mais diversas potencialidades geográficas.

De acordo com Y. Karmon (1971), no Oriente Antigo, a região da Judeia situava-se entre o Mediterrâneo à Oeste e uma faixa desértica quase ininterrupta à Leste e Sul, neste trecho de terra estavam quase todos os principais elementos de relevo característicos das regiões adjacentes: planícies costeiras, cadeias de montanhas, planaltos de pequena escala e várias bacias. Como muitas outras partes do Mediterrâneo, a Judeia era caracterizada por duras condições climáticas e geográficas que restringiam os assentamentos e a agricultura durante a maioria dos períodos históricos.

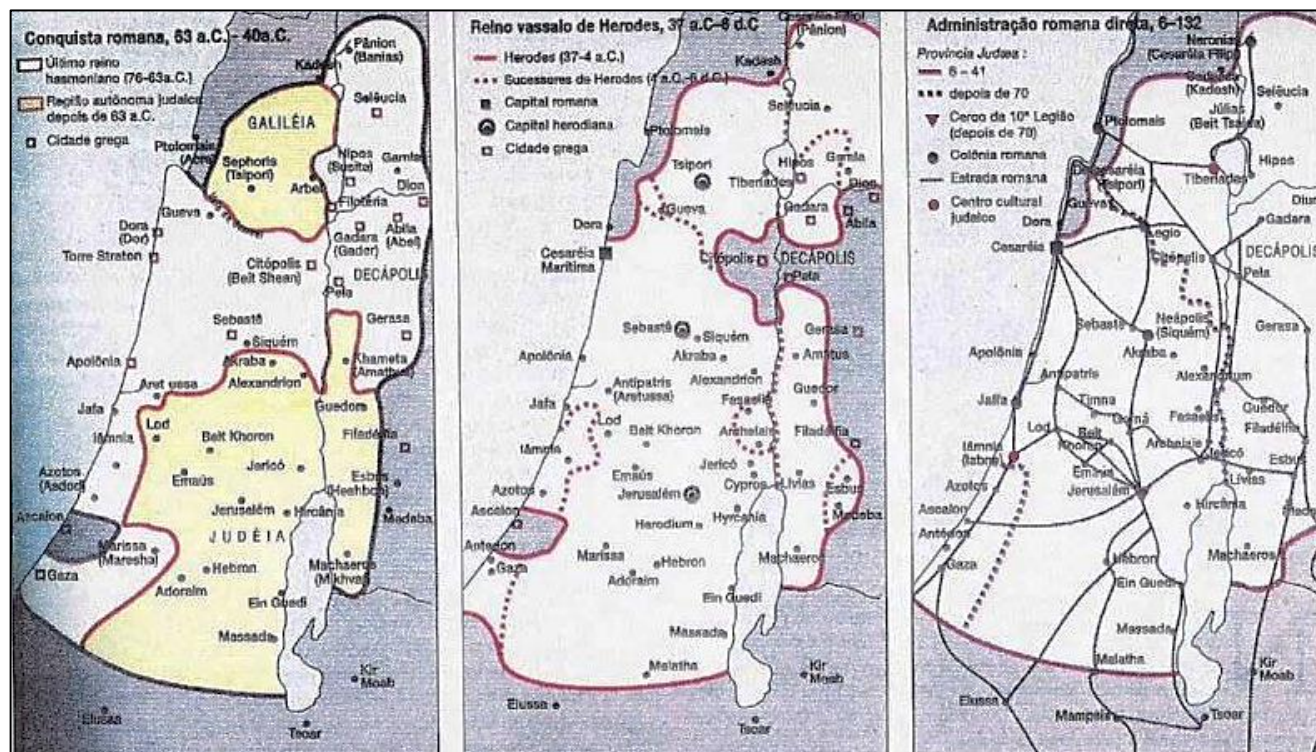
Segundo Doron Bar (2004: 70), hidricamente esta região está entre zonas áridas e semiáridas, tornando a água preciosa, devido à escassez de rios correndo na região e o número de nascentes também ser restrito. Assim, o potencial agrícola da terra é igualmente limitado, com poucas planícies e vales que podem ser cultivados confortavelmente. A maioria das partes da Judeia é montanhosa, enquanto muitas outras são desérticas. A terra é geralmente coberta apenas com uma fina camada de solo cultivável e uma proporção substancial dela está repleta de pedras. Cultivar e ganhar a vida a partir desta terra foi sem dúvida uma tarefa difícil durante a maior parte da história da região. Em relação a essas condições geográficas restritivas, o acúmulo de registros arqueológicos agora permite definir "*áreas de assentamento estáveis*", onde a habitação era generalizada e comum durante grande parte da história da Judeia. Isso contrasta com as "*áreas instáveis de assentamento*", onde cidades, vilarejos e fazendas eram escassos na maioria dos períodos.

A província romana denominada 'Judeia', às vezes escrita em suas formas latinas originais *Iudaea* ou *Judaea*, distingue-se do termo 'Judeia' usado para nomear esta região geográfica (anterior ao domínio romano), a qual incorporava as regiões da Judeia, Samaria e Idumeia, e se estendia por partes das antigas regiões dos reinos hasmoneus e herodianos (Fig. 2). Assim, ela foi nomeada após a Tetrarquia<sup>8</sup> da Judeia de Herodes Arquelau, mas a província romana abrangia um território muito maior. Em termos cronológicos, podemos situar a província *Judaea* entre 6 EC a 135 EC (PORTO, 2021).

---

<sup>8</sup>Segundo Porto (2021), a Tetrarquia Herodiana foi formada após a morte de Herodes, o Grande, em 4 AEC, quando seu reino foi dividido entre seus filhos Herodes Arquelau como etnarca, Herodes Antipas e Filipe como tetrarcas, enquanto a irmã de Herodes, Salomé, brevemente governou a toparquia de Jamnia. Após a deposição de Herodes Arquelau em 6 EC, seus territórios (Judeia, Samaria e Idumeia) foram transformados em uma província romana (BEN-SASSON, 1976: 246). Com a morte de Salomé I, em 10 EC, seu domínio também foi incorporado à província. No entanto, outras partes da tetrarquia herodiana continuaram a funcionar sob os reis herodianos. Assim, Filipe, o Tetrarca, governou a Batânia, Traconítides e Auranítide até 34 EC (seus domínios mais tarde foram incorporados à província da Síria), enquanto Herodes Antipas governou a Galileia e a Pereia até 39 EC. O último governante notável herodiano com algum nível de independência foi Agripa I, a quem foi concedida a província da *Judaea*, embora, com sua morte em 44 EC, o status provincial da *Judaea* tenha sido restaurado para sempre.

Fig. 2 – Mapas de diferenciação entre o termo ‘Judeia’ e ‘província romana *Judaea*’ – do século I AEC ao IEC



Fonte: Barnavi (1995: 49).

Dessa forma, observamos na Fig. 2 que o território hasmoneu em 63 AEC englobava as regiões da Galileia e Judeia, as quais foram incorporadas ao domínio herodiano de 37AEC-6 EC, todavia, a Província *Judaea* (6-132[5] EC), apresentava limites territoriais maiores do que os observados nos anos 63 AEC ao 6 EC.

Conforme Teixeira-Bastos e Funari (2019: 85), a região da Judeia se tornou independente do controle do reino selêucida da Síria em 142 AEC, por meio do reinado da dinastia dos hasmoneus. Contudo, em 63 AEC, Pompeu anexou a região ao Império Romano. Hircano II, apoiando Pompeu, recebeu a confirmação como sumo-sacerdote e o título de “etnarca” (líder do povo), lhe foi outorgado. Ao mesmo tempo em que confirmou a nomeação de Hircano, César designou Antípater ao cargo de *Procurator Augusti da Iudaea*. Então, Pompeu dividiu a região em duas partes: uma ao sul que abarcava parte da Judeia, a Idumeia, e a Pereia; e outra ao norte, abrangendo a Samaria e a região da Galileia (vide Fig. 2).

Segundo Tufi (2000: 339-340), nesse período de implantação imperialista, Roma contava mais com o auxílio dos exércitos de seus reis clientes do que propriamente com suas próprias legiões, fenômeno mais presente ao longo do tempo nos territórios conquistados.

De acordo com Teixeira-Bastos e Funari (2019: 86), na região da Judeia, o que emergiu

nesse período, além da relação de patronato foi uma situação em que o governante local controlava uma pequena área e contava com um poderoso exército. Quando havia conflito com o poder local as legiões romanas vinham de outras partes do Império para assegurar o controle e poder romano no Oriente Antigo. Herodes, que era idumeu e genro de Hircano, aproveitou-se da relação de patronato com o imperador Augusto e foi elevado à condição de rei da Judeia. Herodes, o Grande, filho de Antípater foi homem de confiança de Pompeu, de Cesar e de Crasso nesta área conturbada do domínio romano.

Observamos na relação de Roma com a dinastia herodiana, que os romanos acompanharam o mesmo sistema de domínio selêucida na região, o qual possibilitava pela relação de evergetismo/patronato a aproximação de Roma às famílias mais influentes das elites locais, e assim, articulavam os interesses imperiais aos mecanismos de acesso à lógica regional e grau de interação para o controle do estrato social reinante.

De acordo com Anderson (1998: 450), Roma impactou a urbanização da *Judaea-Palaestina*, uma vez que as cidades provinciais romanas (as totalmente desenvolvidas) se diferiam das cidades-estado helenísticas, assim, as cidades romanas eram proibidas de guerrear ou fazer alianças entre si, e eram obrigadas a cumprir os desejos do governador da província.

De acordo com Josefo, as fundações da cidade começaram sob o domínio de Gabínio, procônsul da Síria em 57-55 AEC (*Antiguidades Judaicas* 14.5.3.88), todavia, com exceção de algumas casas e um muro construído sob o domínio de Gabínio (CROWFOOT et al., 1957: 5), nenhum local escavado produziu evidências de atividades de construção durante este período (ISAAC, 1990: 339). Assim, a evidência arqueológica não atesta fundações de cidades conforme afirma Josefo, mas no máximo, que Pompeu e Gabínio restauraram, ao invés de fundarem novas cidades. Logo, os relatos de Flávio Josefo não são considerados (nesta pesquisa), como verdades absolutas, mas confrontados com as evidências arqueológicas existentes.

Na maioria das vezes, as cidades gregas reestabelecidas sob o domínio de Gabínio mantiveram sua maioria não-judaica durante todo o período romano, provavelmente, porque os primeiros imperadores favoreciam as cidades gregas ou mistas (APPLEBAUM, 1989: 159).

A evidência literária sugere que as populações judaicas em cidades mistas foram alvo de um tratamento de animosidade, o que culminou em guerras e insurreições no período romano.

Em Cesareia Marítima, embora existisse uma comunidade judaica conhecida antes de 70 EC, não há registros de sua existência até o terceiro século EC, assim, a cidade contava com



uma população de não-judeus, judeus, cristãos e samaritanos, os quais estavam equilibradamente representados (LEVINE, 1975: 34).

Quanto à Jerusalém/Aelia Capitolina e às cidades fundadas pelos filhos de Herodes, não há evidências da manutenção de suas populações puramente judaicas.

Embora houvesse certa autonomia nos assuntos internos, Herodes frequentemente buscou a relação de patronagem com o imperador enquanto esteve no poder.

A sucessão dinástica de Herodes não usufruiu das mesmas relações de patronagem com os imperadores romanos, uma vez que Arquelau (4-6 EC) foi substituído por um *Procurator Augusti*, subordinado ao governador romano da Síria. Todavia, Herodes Antipas, se manteve como soberano da Galileia durante trinta e três anos, sendo que após seu governo, a administração foi designada novamente aos procuradores romanos. Concentrando os poderes civil, militar e jurídico, os governantes romanos residiam comumente em *Caesarea Maritima*, na Planície do Sharon, mas em épocas de festas religiosas se transferiam para Jerusalém (TEIXEIRA-BASTOS; FUNARI: 86-87).

Até o ano 41 EC, a Judeia, Samaria e a Idumeia foram administradas por distintos procuradores romanos e, segundo o historiador Flávio Josefo, imediatamente após a deposição de Herodes Arquelau (6 EC), a Judeia foi transformada em uma província romana, período durante o qual o procurador romano recebeu autoridade para punir com execução os opositores. Ainda no primeiro ano destas mudanças foi estabelecido o censo de *Quirinius* que resultou na imposição de uma taxa *per capita* sobre a população de toda a *Judaea* (TEIXEIRA-BASTOS; FUNARI: 87).

Conforme os autores mencionados, as taxações e opressões fiscais teriam sido um dos principais motivos das revoltas judaicas contra Roma, o que colaborou para que parte expressiva da população local fosse lançada à pobreza generalizada.

A dominação romana não se restringiu à taxação da população local, conforme Teixeira-Bastos e Funari (2019: 87-88):

Calígula, em seu governo (37-41 EC), interferiu diretamente na religião da população e procurou substituir o culto judaico a יהוה (grego: *τετραγράμματον*, transliterado, *YHWH*) pelo seu próprio culto, instalando uma estátua a sua semelhança em Jerusalém com o objetivo de fortalecer o culto ao imperador. A combinação de elementos simbólicos, econômicos e culturais alimentou a rejeição ao domínio romano. A *Judaea* foi agregada como província tardiamente (44 EC), a tensão desse outrora reino manteve-se, todavia, elevada, essencialmente por causa do mau governo dos magistrados romanos e da altivez do povo de Israel na tentativa de defender suas próprias tradições. A Primeira Guerra Judaico-Romana (latim: *Primum Iudaeorum Romani Bellum*), também conhecida como a Grande Revolta Judaica (hebraico: *המלחמה הגדולה*, *ha-Mered Ha-Gadol*), terminou com a vitória de Tito, em 70 EC, com a



conquista de Jerusalém e a definitiva destruição do Templo de Israel. A Segunda Guerra Judaico-Romana (em hebraico תְּיִלְגָה דְרָמָא, *mered ha'galoyot*, ou “Rebelião do Exílio”), também chamada de “Guerra de Kitos”, uma corruptela do nome do General romano Lúcio Quieto, explode com Adriano [...] quando este imperador começa a transformação e reconstrução de Jerusalém sob nova designação e religião oficial, Colônia Élia Capitolina (latim: *Colonia Aelia Capitolina*). Ainda entre os anos de 132-135 EC um terceiro conflito ainda foi vivenciado. A chamada Revolta de Bar Kokhba (nome que recebeu por seu principal expoente, Simão Bar-Kosba, em hebraico, שִׁמְעוֹן בֶּרֶב אֲבִיבָיָה) (foi vencida por Severo e sob as ordens de Adriano a paisagem da *Judaea* foi intencionalmente transformada. Adriano conseguiu prevalecer e na esplanada do Templo de Jerusalém foram colocadas as estátuas de Júpiter e do próprio imperador, assegurando seu culto e prestígio. A revolta encabeçada por Simão Bar-Kokhba resultou, portanto, numa diminuição demográfica em toda *Judaea* e com o passar do tempo, a região foi se recuperando dos efeitos causados por esses acontecimentos. [...] Sumariamente, a demografia e a paisagem da região foram afetadas pelos conflitos de anexação. Em 66 EC, duas legiões com oito esquadrões de cavalaria, sob o comando de Vespasiano foram designadas para o combate aos judeus rebeldes e o restabelecimento da ordem na região. Durante a guerra Vespasiano tornou-se patrono de Flávio Josefo, um dos principais líderes intelectuais da resistência judaica. Num curto intervalo de tempo, entre os anos de 115-117 EC, eclodiu o segundo conflito e a partir de 135 EC a província passou a ser designada como *Syria Palaestina* e os judeus foram proibidos de entrar na cidade por um período, bem como expulsos dessa província romana de maneira geral. Contudo, um número significativo da população permaneceu na região e adaptou-se ao novo contexto de controle estabelecido.

De acordo com Flávio Josefo, a população em geral começou a ser tributada por Roma (*Guerra Judaica* 2.8.1), e a província *Judaea* foi palco de inquietação na sua fundação em 6 EC, durante o Censo de *Quirinius*, a crucificação de Jesus por volta de 30-33 EC, e várias guerras, conhecidas como guerras judaico-romanas, as quais foram travadas durante o domínio romano na região.

Conforme Porto (2021), o Segundo Templo de Jerusalém foi destruído pelos romanos em 70 EC, perto do final da Primeira Guerra Judaico-Romana, e o *Fiscus Judaicus* foi instituído.

Alguns estudiosos interpretam como sendo uma tentativa de desconectar o povo judeu de seu território os fatos ocorridos após a revolta de Bar Kokhba (132–135 EC) e a mudança do nome da província para *Syria Palaestina* (e de Jerusalém para Aelia Capitolina) (LEWIN, 2005: 33).

Diante das informações mencionadas referentes à diferenciação entre região da Judeia e da Província *Judaea*, esclarecemos que esta pesquisa se alinha a periodização arqueológica da *Judaea-Palaestina* desenvolvida por Mazar (1990), Wiseman (1962) e Brisco (1998), conforme Fig. 3 a seguir:

**Fig. 3 - Os Períodos Arqueológicos da Palestina**

Período ou Idade	Povo Principal	Datas a.C.
Neolítico Pré-cerâmico A (Idade de Pedra Nova A)		8.500 a 7.500
Neolítico Pré-cerâmico B (Idade de Pedra Nova B)		7.500 a 6.000
Neolítico Cerâmico A (Idade de Pedra Nova A)		6.000 a 5.000
Neolítico Cerâmico B (Idade de Pedra Nova B)		5.000 a 4.300
Calcolítico (Idade de Cobre-Pedra)		4.300 a 3.300
Bronze Primitivo I	cananeus	3.300 a 3.050
Bronze Primitivo II e III		3.050 a 2.300
Bronze Primitivo IV / Bronze Médio I		2.300 a 2.000
Bronze Médio IIA		2.000 a 1.800
Bronze Médio IIB e IIC		1.800 a 1.550
Bronze Recente I		1.550 a 1.400
Bronze Recente IIA e IIB		1.400 a 1.200
Ferro IA		israelitas
Ferro IB	1.150 a 1.000	
Ferro IIA	1.000 a 925	
Ferro IIB	925 a 720	
Ferro IIC	720 a 586	
Babilônico e Persa	judeus, gentios	586 a 332
Helenístico	judeus, gregos	332 a 63
Romano	judeus, gregos, romanos, etc.	63 a.C a 324 d.C.
Bizantino	judeus, bizantinos (cristãos), árabes	324 a 638 d.C.

Fonte: Adaptação das obras de Amihai Mazar, *Archaeology of the Land of the Bible* (New York: Doubleday, 1990: 30); D. J. Wiseman, “Arqueologia,” em *O Novo Dicionário da Bíblia* (São Paulo: Vida Nova, 1962, Vol. I, pág. 118); e Thomas V. Brisco, *Holman Bible Atlas* (Nashville, Tennessee: Holman Reference, 1998: 31 apud Teixeira-Bastos, 2018).

Dessa forma, este estudo limita-se ao período romano, iniciando no processo de conquista e intervenção direta romana em 63 AEC (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas*, XIII, 10.2.211), até a refundação de Jerusalém como Aelia Capitolina no século II EC.

Pompeu conquistou o Templo de Jerusalém em 63 AEC propiciando o início da intervenção direta romana na Judeia, que foi marcada pelas duas grandes revoltas mencionadas – a de 66 EC e a de 132 EC (WILLIAMS, 2000).

Clouse, Pierard e Yamauchi (2003) reforçam que a partir de 37 AEC a Judeia foi administrada por um rei cliente (Herodes) e seus filhos. Como vimos, essa dinastia foi removida do poder em 6 EC e substituída por governadores (prefeitos ou procuradores), que transferiram no século I EC a capital provincial de Jerusalém para Cesareia Marítima. Foi nesse período que houve a deflagração da primeira revolta judaica contra os romanos em 66 EC.

Segundo Degan (2013), apesar da resistência judaica, os romanos conseguiram romper as muralhas da cidade, e dessa forma, a Primeira Revolta Judaica terminou com a queda de Jerusalém em 70 EC.

Ao término da revolta, ocorreram comemorações em Roma, sob o comando de Vespasiano e Tito, os quais promoveram a exibição de um desfile de prisioneiros e tesouros saqueados de Jerusalém. Esses espólios de guerra incluíam a *menorah* (candelabro de sete braços) e mesa de pães da proposição do Templo de Jerusalém, que foram representados no Arco Triunfal de Tito, edificado no Fórum Romano e em exposição em um templo que Vespasiano dedicou à Paz (SALES, 2018).

Ao final desta revolta (depois de 70 EC), Jerusalém ficou em destroços e para o fortalecimento romano sobre a região, alterou-se as instâncias administrativas e a província da *Judaea* tornou-se independente da Síria e a Décima Legião *Fretensis* ficou acampada em Jerusalém (SALES, 2018).

A destruição de Jerusalém foi mantida na cidade até 129-130 EC, quando o imperador Adriano viajou à Jerusalém e decidiu promover a reconstrução da cidade, sob o nome de Aelia Capitolina. A referida cidade seguiu o modelo construtivo romano, com a existência de um templo dedicado a Júpiter Capitolino construído no Monte, que um dia abrigou o Templo de Salomão (DION, LXIX, 12-14).

A partir da refundação de Jerusalém como Aelia Capitolina, a região foi marcada por uma nova revolta judaica em 132 EC. Essa nova revolta judaica contra os romanos foi liderada por Simeão Bar Kosiba (Bar-Kokhba) – que supostamente teria recebido apoio do proeminente rabino Rabi Aqibaben Joseph (KIPPENBERG, 1988: 150-151).

Segundo Porto (2007: 64), essa nova revolta provavelmente ocorreu pela opressão vivida na região (principalmente pela ausência de autonomia da elite agrária nos contratos de arrendamento, e pela imposição romana de novos impostos no campo).

A maior parte da informação histórica sobre a Revolta de Bar Kokhba vem das obras de Dion Cássio (autor romano do século III EC). Todavia, a descoberta de documentos arqueológicos no Deserto da Judeia contribuiu para a elucidação dos fatos ocorridos durante a Revolta de Bar-Kokhba. Assim, a Arqueologia tem fornecido informações cruciais referentes à Revolta de Bar Kokhba, que tem complementado as lacunas existentes na escassa fonte documental.

De acordo com os documentos encontrados em contexto arqueológico, os seguidores de Bar-Kokhba (*o filho de uma estrela*), o associavam ao messianismo de textos judaicos, mas a

literatura rabínica o chama de Bar-Kosiba – *o filho de um mentiroso ou enganador* – em virtude de o interpretarem como um falso messias que liderou uma fracassada revolta (ALLEGRO, 1976: 231).

Essa revolta foi finalizada com a tomada de Bethar (perto de Belém), e assim, a morte de Bar-Kokhba.

Alla Kushnir-Stein ao citar Eusébio informa que depois de muita luta, um enviado de Adriano, Júlio Severo conseguiu dominar a revolta em 135 EC, vendendo, em seguida, os rebeldes como escravos (EUSÉBIO, *História Eclesiástica* IV, 6 apud KUSHNIR-STEIN, 1990: 212; SALES, 2018).

De acordo com Applebaum, a Revolta de Bar Kokhba resultou na morte de dois terços da população de judeus da *Judaea* (APPLEBAUM, 1989: 157). Dessa forma, Roma impôs a proibição da entrada dos judeus em Jerusalém (EUSÉBIO, *História Eclesiástica* IV, 6.3).

Segundo Teixeira-Bastos e Funari (2019: 89), em 135 EC a *Judaea* foi renomeada *Syria Palaestina* (uma lembrança do termo usado por Heródoto, I, 105). Assim, a derrota judaica na Revolta de Bar Kokhba resultou no êxodo populacional nos séculos seguintes, quando grande parte da população judaica se estabeleceu ao Norte (Galileia e Golan).

Para Rajak et al. (1992: 11), a diáspora judaica citada proporcionou a formação do judaísmo rabínico, que foi fortalecido pela derrota judaica na Primeira Revolta contra Roma e pela destruição do Templo em 70 EC, por isso, observamos o crescimento do judaísmo rabínico na vida e no pensamento judaico ao longo dos primeiros cinco séculos da era cristã (SALES, 2018).

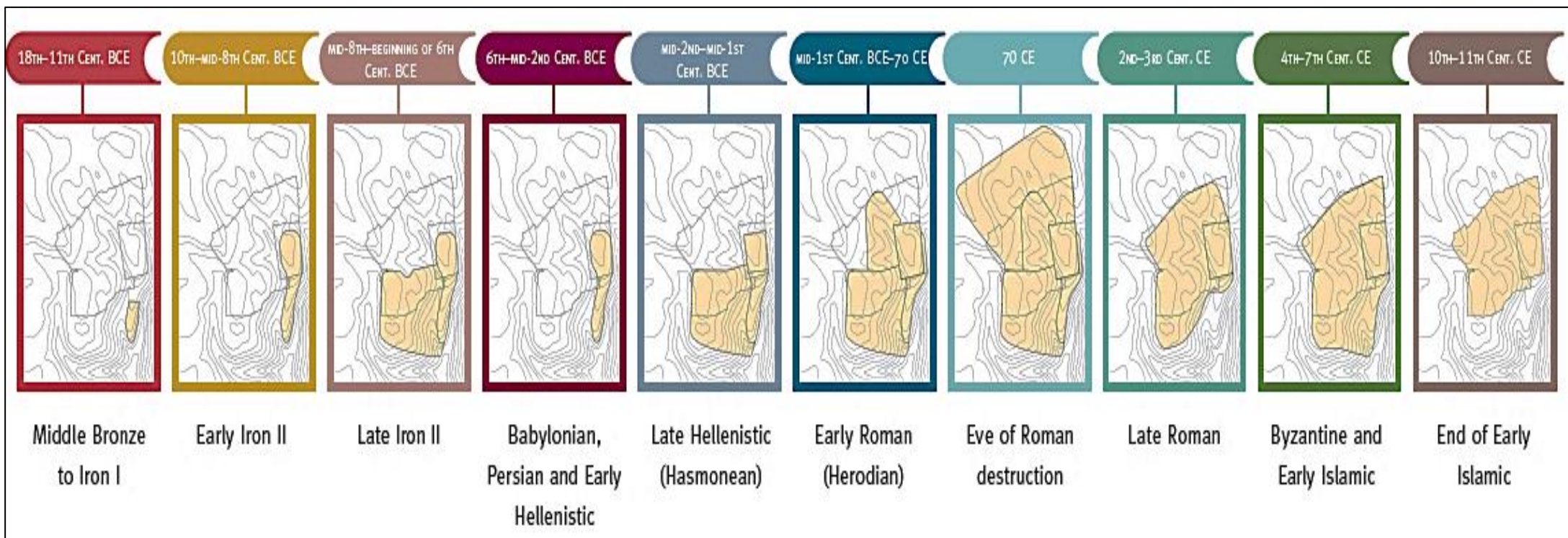
A produção de textos rabínicos começou com a *Mishná*, a qual apresentava resumidamente práticas judaicas com comentários e foi compilada por volta de 200 EC. A obra citada recebeu a complementação do *Tosefta*, todavia, uma compilação massiva e heterogênea do século V EC destacou-se nesse período e foi chamada de Talmude Babilônico. Esta obra não foi produzida na *Judaea-Palaestina*, mas durante a diáspora, em aramaico (SALES, 2018).

Para a compreensão do contexto histórico mencionado na *Judaea-Palaestina* (do século I AEC ao II EC), especificamente nas cidades de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, discorreremos, a seguir, sobre a histórias dessas cidades.

## **1.1 História Concisa: uma apresentação de Jerusalém/Aelia Capitolina**

O recorte temporal dessa pesquisa (século I AEC ao II EC) está inserido, praticamente em mais de seiscentos anos do período do Segundo Templo (538 AEC a 70 EC), cujos componentes urbanos, demográficos, topográficos e arqueológicos da cidade estiveram repletos de grandes variedades de regimes políticos, instituições públicas, grupos sociorreligiosos e estruturas culturais e religiosas. Dessa forma, Jerusalém se encontrava neste período nas órbitas persa, helenística e romana, respectivamente, e assim, estes amplos e difusos contextos socioculturais influenciaram profundamente a maioria dos aspectos da vida da cidade e desempenharam um papel importante, direta e indiretamente na formação do perfil urbano (conforme podemos observar na Fig. 4, abaixo).

**Fig. 4 – Delimitação arqueológica de Jerusalém desde o Bronze Médio até o Período Islâmico**



Fonte: Hillel Geva (2014: 143)

Segundo Rocha (2005: 129), a palavra “Jerusalém” é uma composição de “Yerû+Shalem”, com o significado de fundação (do deus) “Shalem” (= aquele que leva à perfeição; “estrela que completa o dia”), ou seja, um lugar onde existia, originalmente, um templo ou uma edificação dedicada ao deus “Shalem”.

De acordo com Andrade (2012):

[...] a denominação mais antiga de Jerusalém é atestada nas tabuinhas de *Tell el-Amarna*, datando de 1350 AEC quando o rei de *Wru-shalém* enviou cartas ao faraó Amenófis IV pedindo ajuda bélica contra os bandos de guerreiros que tentavam assediá-la. Jerusalém era uma cidade-estado cananeia pertencente aos jebuseus. Emugarítico chamava-se *Wru-shalém*, uma palavra composta pelo termo “*wru*”, que significa “fundada” ou “fundamento” e “*Shalém*” uma das divindades dos povos cananeus. *Wru-shalém* era um nome teofórico que significava “fundada pelo deus Shalém” ou “cujo fundamento é o deus Shalém” (ANDRADE, 2012: 3).

Para Magness (2012: 20), os vestígios arqueológicos mais antigos referentes à Jerusalém consistem principalmente de vasos de cerâmica depositados próximos à túmulos e paredes fragmentadas pertencentes às casas, que indicam que Jerusalém surgiu no início da Idade do Bronze (cerca de 3000 AEC).

A antiga cidade de Jerusalém era a capital do reino de Judá e à sua história é comumente dividida em dois períodos distintos: o período do Primeiro Templo (ca. 1000-586 AEC), quando a cidade serviu como capital do reino de Judá e o período do Segundo Templo (538 AEC a 70 EC), quando Jerusalém funcionava amplamente sob o domínio estrangeiro (LEVINE, 2002: xiii).

A Arqueologia evidenciou alguns documentos da Idade do Bronze do Egito (1900 AEC) que confirmam a existência de um assentamento em Jerusalém neste momento. Estes documentos referem-se a Jerusalém como “*Rushalimum*”, semelhante ao nome “*Urusalim*”, que é mencionado em textos acadianos posteriores (SALES, 2018).

Segundo Rocha (2005: 129), são nos *Textos de Execração* egípcios dos séculos XIX e XVIII AEC, que aparecem pela primeira vez menção à Jerusalém, numa forma equivalente à “*Urushalim*”. Nas Cartas de Amarna (séc. XIV AEC) aparece como “*Urusalim*” e, posteriormente, nos textos assírios como “*Urusilimmu*”. O texto massorético indica a leitura “*Yerushalayim*”, enquanto o aramaico traz “*Yerushalem*”, transliterado como “*Ierousalêm*”, que se tornou o nome corrente da cidade – Jerusalém.

De acordo com o autor mencionado (2005), a palavra “Jerusalém” é uma composição de “*Yerû+Shalem*”, com o significado de fundação (do deus) “*Shalem*” (= aquele que leva à perfeição; “*estrela que completa o dia*”), ou seja, um lugar onde existia, originalmente, um templo ou uma edificação dedicada ao deus “*Shalem*”.

Em 1887, foi encontrado na antiga Akhetaton<sup>9</sup>, parte de seus arquivos reais, composto de tabuinhas de argila escritas em cuneiforme acadiano, algumas foram examinadas por peritos,

---

<sup>9</sup>Atual Amarna, El Amarna ou Tel el-Amarna (em árabe: العمارنة; romaniz.: *al-'amārnah*) é o nome atual em árabe de uma localidade que funcionou como capital do Antigo Egito construída pelo faraó Aqueatom (também conhecido

os quais as declararam espúrias e diziam que o cuneiforme jamais havia sido usado no Egito. Todavia, o valor arqueológico desse achado só foi percebido cinco anos mais tarde. Eram tabuinhas de argila que datam de 1400-1360 AEC e se encontram espalhadas no Museu Britânico, na Universidade de Oxford, no Museu de Berlim, no Cairo e outras em coleções particulares.

As tabuinhas de argila correspondem a um período histórico em que os egípcios haviam conquistado a Judeia e a Síria e as dominavam, quando, de acordo com o texto bíblico, Moisés conduziu os israelitas pelo deserto. Na maior parte são cartas dirigidas aos faraós Amenotepe III e Amenotepe IV do Egito, pelos reis e governadores dos países vassallos da Síria e da Judeia. Sete delas foram escritas pelo rei Arad-Hiba de *Urusalim* (Jerusalém), outras foram escritas pelos reis de Tiro, de Sídon, de Biblos, dentre outros. O conteúdo é múltiplo: algumas tratam de negócios, de presentes oferecidos e recebidos e outros assuntos relacionados com a política externa, porém, a grande maioria trata de pedidos de socorro para que fossem mandados reforços imediatos a fim de resistirem aos invasores, os quais ameaçavam a segurança dos locais sob a dominação egípcia.

Segundo Henry (2003: 85), a arqueologia bíblica<sup>10</sup>, por muito tempo acreditou que essas tábuas de *Urusalim* descreviam um estado de preocupação com os avanços de um exército rebelde do leste, que invadiu as terras (e cidades) tradicionalmente pertencentes a *Urusalim*. Os atacantes foram chamados nessas tábuas de "*Habiru*", que em hebraico significa "*companheiros de ladrões*" (LIVRO DE ISAÍAS, 1:23); "*tropas de ladrões*" (LIVRO DE OSÉIAS, 6: 9); ou "*companheiros de um destruidor*" (LIVRO DE PROVÉRBIOS, 28:24). O termo "*Habiru*" é usado de forma intercambiável nas letras com "*SA-GAZ*", que é traduzido como "*assassinos*" e

---

como Amenotepe IV ou Amenófis IV), sendo então designada como Akhetaton (em árabe: *أخاتون*, lit. "O horizonte de Áton"). Está situada na margem oriental do rio Nilo na província egípcia de Al Mínya, a cerca de 312 quilômetros ao sul da cidade do Cairo (DAVID, 1998).

<sup>10</sup>Segundo Darius e Hosokawa (2017), assim como a Arqueologia, a sua vertente denominada 'Arqueologia Bíblica' surgiu do nacionalismo observado no século XIX, na demonstração de força, da percepção de superioridade racional, em um momento histórico em que Charles Darwin lançava as bases de sua famosa teoria acerca da seleção natural. Nesse sentido, uma comprovação empírica dessa superioridade, por meio de uma escavação arqueológica, poderia auxiliar na construção dos 'mitos de fundação' de determinada nação e ampliar a própria noção de 'nação'. É neste contexto histórico que surge a Arqueologia Bíblica. Esclarece-se que não há metodologia distinta para supri-la, ou tampouco, técnica específica que não sirva também para a Arqueologia como um todo. Ressalta-se, todavia, a existência dos mesmos perigos de usos e propósitos da arqueologia geral e da bíblica: enquanto o nacionalismo do século XIX serviu para incursões arqueológicas, a arqueologia bíblica, por vezes, se posicionou como a ciência que, por fim, "comprovaria empiricamente a verdade bíblica". Todavia, a Arqueologia Bíblica pode hoje ser usada para comprovar ou refutar o texto bíblico. Em 1955, o jornalista Werner Keller escreveu o clássico *E a Bíblia tinha razão*, que foi utilizado por muitos pastores e teólogos como evidência arqueológica da existência factual de uma infinidade de sítios bíblicos. A referida obra foi refutada em 2003, pelo livro *E a Bíblia não tinha razão*, escrita pelo arqueólogo israelense Israel Finkelstein com a colaboração de Neil Asher Silberman, contestando o texto de Keller. O simples exemplo ora apresentado, esclarece que o uso da Arqueologia com pretensão ideológica, ou, no mínimo, mercadológica, impede que os resultados das escavações arqueológicas falem por si mesmos. Por conta disso, é indispensável que a Arqueologia, enquanto ciência, não defenda determinado ponto de vista, atestando seu uso puramente ideológico.



"*bandidos*". De fato, quando as cartas foram traduzidas pela primeira vez, o termo "*Habiru*" foi considerado a primeira menção literária a "*hebraico*".

O vestígio arqueológico das cartas do rei Arad-Hiba de *Urusalim* (Jerusalém), apenas demonstram que o território estava sofrendo uma invasão, porém, há grande dificuldade de datação desse período em consonância com o texto bíblico.

A existência de mais de um século de explorações arqueológicas em Jerusalém – a capital da glamourosa Monarquia Unificada bíblica –, de acordo com Finkelstein (2010) falhou em revelar evidências de qualquer atividade de construção significativa do século X AEC. A famosa estrutura de pedra escalonada – geralmente apresentada como a monarquia unificada mais importante (CAHILL, 2003; MAZAR, 2006) demonstra um esforço contínuo de construção que visava apoiar a íngreme encosta oriental da cidade de David. Fragmentos cerâmicos datados do século IX AEC foram encontrados entre os cursos de seu setor mais antigo da estrutura de pedra escalonada, enquanto sua parte superior foi provavelmente reconstruída nos tempos helenísticos, a fim de apoiar o Primeiro Muro do período dos hasmoneus (FINKELSTEIN *et al.*, 2007).

A história de Jerusalém se mistura aos relatos bíblicos, porém, as evidências da materialidade destas histórias religiosas são problemáticas, e não devem direcionar as conclusões dos arqueólogos.

Segundo Levine (2002), a política persa, por exemplo, permitiu e facilitou o retorno de dezenas de milhares de judeus da Babilônia. Mais tarde, depois de Alexandre, o Grande conquistar a região em 332 AEC, Jerusalém tornou-se parte integrante dos mundos helenístico e romano, cujas culturas também deixaram vestígios materiais na organização da cidade.

A arte e a arquitetura da cidade se inspiraram na arte helenística e nos modelos romanos. Os edifícios públicos como o ginásio, teatro, hipódromo e anfiteatro foram erguidos, assim como o uso de utensílios de cozinha, móveis, joias e moedas populares produzidos em outras cidades do Oriente romano também foram amplamente utilizadas em Jerusalém.

Para Levine (2002):

[...] Jerusalém se diferia pouco de qualquer outra cidade greco-romana. Não obstante, apesar do profundo impacto dos impérios persa e greco-romano, Jerusalém sempre manteve um caráter judaico distinto, que encontrou expressão em sua demografia, calendário, feriados, instituições religiosas, formas de adoração, memórias históricas e outras facetas da vida urbana. Andando pelas ruas da cidade no primeiro século EC, não se podia deixar de ser atingido pela ausência de ídolos, estátuas e arte religiosa que diferenciam Jerusalém de todos os outros centros urbanos da antiguidade. Além disso, o número e variedade de banhos rituais e utensílios de pedra para uso doméstico eram exclusivos da cidade e atestavam a ênfase na pureza ritual observada por muitos

de seus habitantes. Essa dupla orientação, refletindo tanto o universal quanto o particularista, distingue Jerusalém dentro da sociedade judaica do mundo romano. Como veremos, essa era a cidade mais judaica e, ao mesmo tempo, a mais cosmopolita das cidades judaicas [Tradução livre] (LEVINE, 2002: xiv).

De acordo com Widengren (1977), a extensa informação literária e arqueológica de que dispomos sobre a antiga cidade de Jerusalém e de sua população no período do segundo templo dessa cidade, está longe de ser uniforme. As fontes relativas à era persa são bastante escassas, em sua maioria nos livros bíblicos (Esdras, Neemias, Crônicas, Ageu, Zacarias, Malaquias e talvez Naum e Joel), que provavelmente são datados desse período, mas os objetos arqueológicos são quase insignificantes (WIDENGREN, 1977: 489).

O início da era helenística compartilha uma escassez semelhante de fontes materiais, no entanto, a partir da primeira metade do século II AEC (175-141), e especialmente com o surgimento da dinastia dos hasmoneus (141-63 AEC), uma maior abundância de fontes primárias está disponível. Estas incluem a segunda metade do livro de Daniel, 1 e 2 Macabeus, e uma série de livros apócrifos (por exemplo, Jubileus, partes de Enoque e os Testamentos dos Doze Patriarcas e Judith), Flávio Josefo, os pergaminhos do Mar Morto, vários escritos helenísticos, e muito mais achados arqueológicos do que antes (SCHÜRER, 1973; SCHÄFER, 1977; GRABBE, 1992).

Comparado ao período anterior do Segundo Templo, a história da cidade nos últimos 130 anos (isto é, da conquista de Pompeu em 63 AEC até a destruição do Templo em 70 EC) é infinitamente mais documentada, devido aos eventos detalhados por Flávio Josefo.

Referente a posição geográfica, a cidade de Jerusalém está localizada entre as colinas arborizadas da Judeia e planícies férteis (*Shefelah*) à Oeste, e o deserto árido da Judeia para o Leste, a uma altitude de 800 metros acima do nível do mar. Dessa forma, selecionamos uma imagem aérea de Jerusalém, para a visualização de um panorama geral da cidade na atualidade, conforme observamos na Fig. 5.

**Fig. 5 – Vista aérea de Jerusalém a partir do Sul**



Fonte: ZevRadovan / BibleLandPictures.com

A cidade de Jerusalém faz parte da terra que foi chamada pelos judeus de *Eretz Israel* (Terra de Israel), local sagrado onde se localizava o Grande Templo judaico, a Terra Prometida descrita na Bíblia hebraica – ‘*que emana leite e mel*’. Para os cristãos tornou-se a Terra Santa, onde Jesus Cristo – o Messias ou o ungido nasceu, pregou e se ofereceu como o sacrifício final. Para os muçulmanos, Jerusalém é uma cidade santa porque lá se localiza a mesquita (ver **REA-02**), que abriga o Domo da Rocha, ou seja, o rochedo de onde Maomé teria alçado voo aos céus (SITCHIN, 1980: 191).

De acordo com os gregos e os romanos, o termo ‘Judeia’ estava relacionado ao reino bíblico de Judá. Após a revolta de Bar-Kokhba terminar em 135 EC, Adriano renomeou a província de Síria-Palestina (*Syria-Palaestina*), reavivando a memória do reino há muito desaparecida da Filistia (MAGNESS, 2012: 1).

Seguimos o entendimento mencionado quanto à reação romana após a supressão de uma revolta, e assim, segundo Rocha (2004; 2012), a obra *A Guerra Judaica*, de Flávio Josefo traz muitas informações militares, destacando o poder dos romanos e a incapacidade dos judeus em resistir, uma vez que, segundo ele, a vitória romana já estava definida desde o seu início.

A tentativa textual de Flávio Josefo em situar os judeus diante da incapacidade judaica de enfrentar os exércitos romanos, não impediu que o conflito se deflagrasse. Para Rocha

(2004), “*o nacionalismo ou a fome falaram mais alto*”. Essa derrota judaica alterou a situação da Judeia, uma vez que, além do grande número de mortos e prisioneiros, o Templo, centro financeiro da região foi espoliado de suas riquezas que foram levadas por Tito para Roma, ostentadas no desfile sob o arco que leva seu nome, construído para a ocasião (ROCHA, 2012).

Conforme as proposições de Rocha (2004; 2012), as obras de Flávio Josefo demonstram que o autor detinha um certo controle literário sobre a descrição dos eventos que culminaram nos conflitos dos judeus contra os romanos, o que de certa forma, caracteriza a possibilidade de resistência, uma vez que, a narrativa e registro desses acontecimentos históricos estavam sob a responsabilidade de um judeu e não de um romano.

Quanto à dominação romana e a possibilidade de resistência citadas, ressalta-se que a intervenção direta romana na Judeia se deu após a conquista do Templo de Jerusalém em 63 AEC por Pompeu. Assim, para manutenção do domínio romano na região e como estratégia administrativa, o senado romano concedeu a Herodes, o Grande, em 40 AEC, a administração da Judeia em oposição a Matatias Antígono.

A peça central do programa de construção de Herodes, o Grande em Jerusalém foi a reconstrução do Segundo Templo (cf. **REA-04** e **REA-05**). Ele reconstruiu o templo em si, bem como todo o complexo que o envolvia, como a esplanada ou plataforma em torno dele (Monte do Templo). Essa obra de reconstrução do templo foi realizada entre 23/20 e 15 AEC, mas a construção do complexo em torno dele continuou até 64 EC.

O governo de Herodes foi marcado por grandes obras de engenharia, que se destacaram a reconstrução do templo de Jerusalém, a construção de um porto na região em que se localizava a Torre de Estratão (Cesareia Marítima), a construção de um palácio de inverno em Jericó, e o estabelecimento de palácios fortificados no deserto da Judeia, incluindo *Herodium* e *Massada*. Herodes morreu em Jericó em 4 AEC, depois de sofrer de uma doença agonizante e foi sepultado em *Herodium* (SALES, 2018).

Com a morte de Herodes, o Grande, seu reino foi dividido entre três de seus filhos (todos nomeados Herodes): Herodes Arquelau recebeu a Judeia, Samaria e Idumeia; Herodes Antipas recebeu a Galileia e Pereia; Herodes Filipe recebeu Gaulanitis, Trachonitis, Batanea e Panias (MAGNESS, 2012: 138).

Os vestígios arqueológicos têm proporcionado a compreensão histórica da região da Judeia, que embora seja um testemunho muito fragmentário, têm permitido a reconstrução do passado local por meio da cultura material. Para além das estruturas de cunho religioso judaico, a Arqueologia também observa outras estruturas do cotidiano, que possibilitam a reconstrução

da vida nas pequenas e isoladas vilas, a partir da Arqueologia da Paisagem, do estudo dos fragmentos cerâmicos, estudos numismáticos, dentre outros. A descoberta, por exemplo, de um importante registro arqueológico da presença romana e da Décima Legião *Fretensis* em Jerusalém/Aelia Capitolina, encontrado pela *Israel Antiquity Authorities*. Esta divulgou a descoberta de um fragmento em pedra que foi localizado em uma das escavações realizadas em 2013 ao norte do Portão de Damasco.

O referido fragmento em pedra continha inscrições em seis linhas em latim e "*foram dedicadas a Adriano pela Décima Legião Fretensis no ano 129 ou 130 EC.*"(ECKER; COTTON,2014).

De acordo com os arqueólogos mencionados, as inscrições em latim apresentavam caráter honorífico à Adriano em nome da Décima Legião *Fretensis*: "*Ao imperador César Trajano Adriano Augusto, filho do deificado Trajano Pártico, neto do Deificado Nerva, sumo sacerdote, investido com poder de tribuno pela 14ª vez, cônsul pela terceira vez, pai da nação (dedicado por) a décima legião Fretensis Antoniniana*" (Sales, 2018).

Ecker esclareceu que a inscrição foi dedicada pela X Legião *Fretensis* ao imperador Adriano no ano 129/130 EC, e afirma ainda que:

[...] a data é uma confirmação significativa e tangível do relato histórico relativo à presença da X legião romana em Jerusalém durante o período intercalar entre as duas revoltas (judaicas), e provavelmente até da localização do acampamento militar romano na cidade, e uma das razões para o rebentar da revolta liderada por Bar Kokhba alguns anos depois e o estabelecimento de Aelia Capitolina (nome dado a Jerusalém pelos romanos, na tentativa de apagar a memória da ligação dos judeus à cidade) (SALES, 2018).

Os estudos arqueológicos citados corroboram a obra de Dion Cássio quanto à visita de Adriano à Jerusalém e da manutenção da Décima Legião *Fretensis* nessa cidade.

Nas proposições de Ecker e Cotton (2014: 96), a fundação de Aelia Capitolina é tradicionalmente datada após a visita de Adriano à Judeia entre 129-130 EC.

A oficina monetária em Roma produziu moedas que representavam a visita de Adriano à *Judaea/Palaestina* (ver Fig. 6). Na Fig. 6, observamos um sestércio de bronze, produzido em Roma por volta de 130 EC, que traz no anverso o busto do imperador Adriano, laureado à direita, com legenda em latim "*HADRIANVS AVG COS III PP*"; e no reverso vê-se Adriano em pé, levantando a mão direita, de frente para a personificação da Judeia, a qual segura em uma mão uma *patra* e na outra um copo. Aos seus pés, dois meninos pequenos à sua frente, um atrás da Judeia, cada um segurando uma folha de palmeira; entre eles, há um altar com um touro

sacrificial deitado. A legenda do reverso em latim “*ADVENTVI AVG IVDAEAE*”, e a sigla “*SC*” no exergo.

**Fig. 6 – Moeda romana referente à visita de Adriano à *Judaea/Palaestina***



Fonte: Strack 752; Banti 43; cf. Hendin 798; Sales, 2018

A Fig. 6 apresenta uma moeda que é mais um dos indicativos de que a cultura material registrou a passagem de Adriano pela Judeia durante seu reinado, assim como observamos também tal passagem pela documentação textual (SALES, 2018).

Segundo Ecker e Cotton (2011: 492), as primeiras moedas produzidas na oficina monetária de Aelia Capitolina trazem no anverso a legenda “*IMP(eratori) CAES(ari) TRAI(ano) HadrianoAVG(usto) P(atri) P(atriciae)*”. No reverso, vê-se o imperador arando o “*pomerium*”<sup>11</sup> da nova colônia com um arado preso a uma vaca e um boi, com a inscrição: “*COL(olonia) AEL(IA) KAPIT(olina) COND(itori)*: “a colônia Aelia Capitolina ao seu fundador”, observa-se *COND(itori)* no exergo, (vide Fig. 7).

<sup>11</sup> Segundo, Samuel Ball Platner. *A Topographical Dictionary of Ancient Rome*. Londres: Oxford University Press, 1929, a palavra *pomério* vem do latim: *pomerium* ou *pomoerium*, que significa "após o muro". Na Roma Antiga, era uma designação para a fronteira simbólica da cidade.



**Fig. 7 – Moeda referente à fundação da colônia Aelia Capitolina**



**Fonte:** Hendin, 810; Rosenberger, 1; Kadman, 1; Meshorer, *City-Coins*, 162; Meshorer, *Aelia*, 2 apud Porto (2007).

De acordo com Ecker e Cotton (2011: 492), o imperador Adriano recebeu o título “*Pater Patriae*” em 128 EC, e dessa forma, permite a datação da cunhagem deste tipo de moeda entre 128 e 138 EC, e não 130-138 EC como sugere Meshorer (1989: 21-24).

Outra informação importante dessa cunhagem é a abreviatura “*COND*” para “*CONDITORI*” (fundador), ao qual prova, caso se faça necessário, que Adriano foi o fundador da Aelia Capitolina, assim como a coroa de louros na cabeça da pessoa que conduz o arado a identifica como sendo o imperador (SALES, 2018).

Ecker e Cotton (2011: 492) esclarecem que embora a moeda referente à fundação da colônia Aelia Capitolina tenha sido, possivelmente, a primeira moeda cunhada em Aelia Capitolina, algumas vezes as cunhagens monetárias tinham início tempos depois à fundação da cidade, quando a oficina monetária se tornava operacional. Assim, a evidência numismática não permite a datação da fundação de Aelia Capitolina por Adriano, assim como, não permite a conclusão de sua fundação como colônia, antes ou depois da revolta de Bar Kokhba.

De fato, as moedas não podem provar que a fundação de Aelia Capitolina ocorreu antes da revolta de Bar Kokhba, mas Dion Cassio afirmou em sua obra *História Romana*, que a causa da Segunda Guerra Judaica foi a fundação de Aelia Capitolina. Assim, segundo o autor Ecker e Cotton (2011: 492), a refundação de Jerusalém como colônia Aelia Capitolina, ocorreu anteriormente a revolta de Bar Kokhba.

Dessa forma, observamos nas exposições anteriores que a interpretação da cultura material diretamente relacionada às fontes literárias fornecem o entendimento da possibilidade da fundação de Aelia Capitolina em qualquer data anterior a 132 EC seja possível, e uma vez que se tem evidências da visita de Adriano em 129-130 EC, é provável que foi nesse período que ele a tenha fundado.

As informações mencionadas foram atestadas pelas intervenções arqueológicas no *Cardo Oriental*, que demonstram a materialidade da reconstrução de Jerusalém entre 100 e 120 EC, mas não há cultura material que sustente sua reconstrução após 130 EC (WEXLER-BDOLAH, 2011). Assim, para o autor, se a colônia de Aelia Capitolina foi fundada em 130 EC, a reconstrução da cidade teve início algum tempo antes. Logo, podemos interpretar que a visita do imperador Adriano à Judeia, teve o intuito de comemorar a reconstrução da cidade, por meio de sua refundação como colônia Aelia Capitolina.

Seguindo as interpretações anteriores, esclarece-se que de acordo com Magness (2012), o imperador romano povoou Aelia Capitolina com veteranos militares romanos (a Décima Legião *Fretensis*), que permaneceu estacionada em Aelia Capitolina até que o imperador Diocleciano a transferiu para Aila (moderna Aqaba), no Mar Vermelho em torno de 300 EC.

Adriano deu a Aelia Capitolina um plano urbanístico típico de cidade romana: uma malha urbana mais ou menos quadrada, com os quatro lados do quadrado orientado para os pontos cardeais, e um portão principal, no centro de cada lado. Estas portas davam acesso a duas estradas principais que ligava a cidade de norte a sul e de leste a oeste, com cruzamento no centro delas (SALES, 2018). Entretanto, ressaltamos que com o passar do tempo, considerando a morfologia da cidade e que o desenvolvimento da malha urbana é algo ‘vivo’, elementos locais também se fizeram presentes com energia na conformação das estruturas da cidade.

Outras estradas foram dispostas paralelamente às duas estradas principais, criando uma grade de ruas no sentido norte-sul e leste-oeste. Os romanos chamavam a estrada norte-sul de *cardo*, e a estrada leste-oeste de *decumanus*. A principal estrada norte-sul era o *Cardo Maximus*, e a principal estrada leste-oeste foi o *Decumanus Maximus*. Este tipo de plano da cidade está relacionado com a malha urbana de campos militares romanos, como os de Madaba. Ela representa uma adaptação do plano Hipodâmico de cidade comum no mundo helenístico, que tinha uma grade de ruas no sentido norte-sul e leste-oeste, mas não tinha o traçado regular (quadrado) dos romanos ou duas estradas principais que atravessavam a cidade (SALES, 2018).



Esse plano arquitetônico Hipodâmico foi ilustrado no mapa de Madaba (Fig. 8 e 9). Trata-se de um mapa da Terra Santa que decora o piso de mosaico de uma igreja bizantina, na cidade de Madaba (cf. REA-21), na Jordânia, conforme Figs. 8 e 9, a seguir:

**Fig. 8 – Reprodução de Jerusalém/Aelia Capitolina no mapa de Madaba**

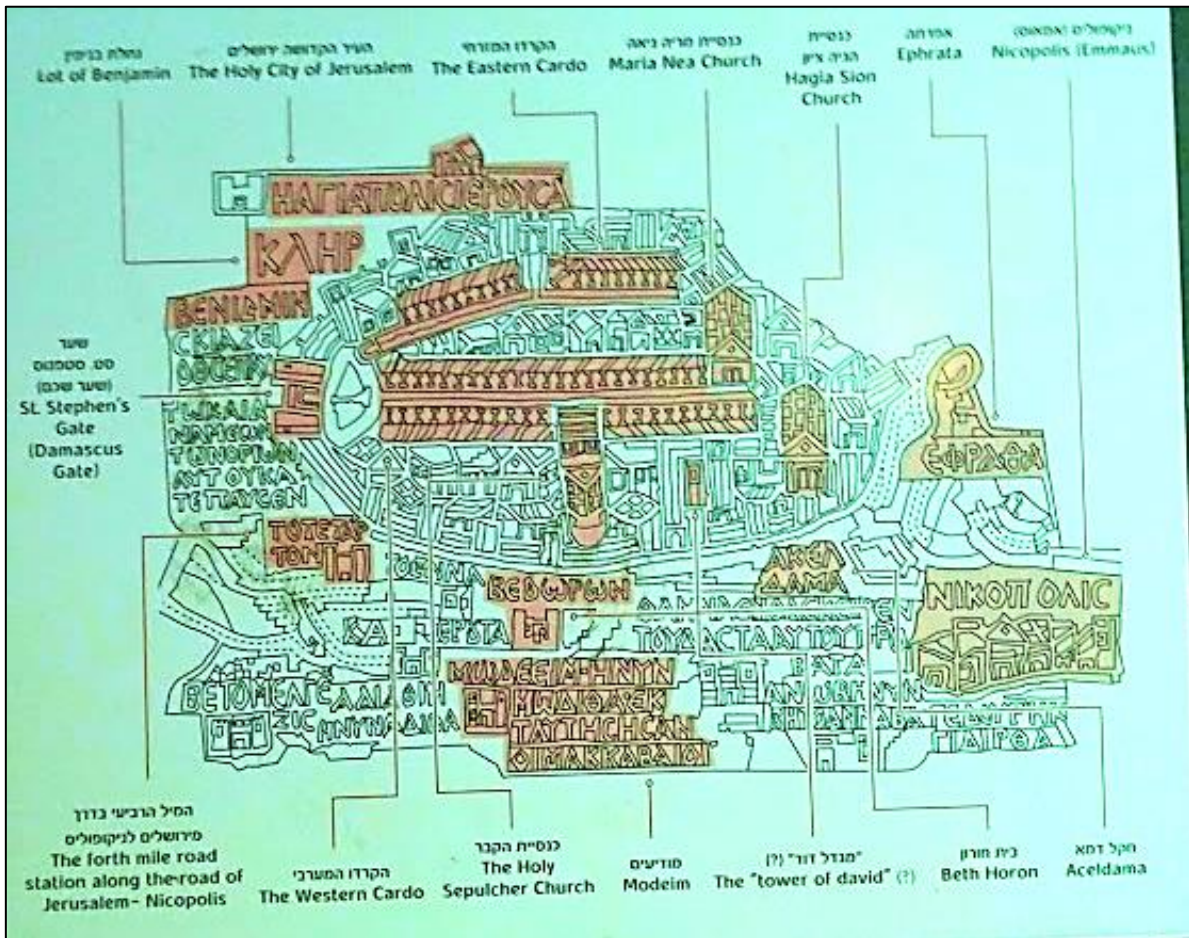


Fonte: Disponível em: <https://www.bridgemanimages.co.uk/en/asset/86282/summary>

A Fig. 9 refere-se à representação artística do mosaico apresentado na Fig. 8. Assim, ambas figuras se complementam quanto aos elementos discursivos desta tese, e garantem maior elucidação das argumentações referentes à malha urbana de Aelia Capitolina sob o domínio de Adriano, apresentados.



**Fig. 9– Desenho do mapa de Madaba em uma placa explicativa em Jerusalém**



Fonte: Arquivo pessoal. Jerusalém, janeiro de 2018

Nesse mapa, Jerusalém/Aelia Capitolina aparece no centro do mapa com algum detalhe (mas sem a cidade de Davi, que não foi preservada). Embora o mapa mostre a Terra Santa por volta de 600 EC, quando o mosaico foi produzido (portanto, retrata monumentos e recursos que foram adicionados depois do tempo de Adriano), é uma fonte importante nos estudos referentes a Aelia Capitolina (MAGNESS, 2012: 272-273).

A moderna cidade de Jerusalém preserva os principais elementos da malha urbana de Aelia Capitolina, porque nunca mais a cidade foi arrasada e reconstruída a partir do zero. Estes elementos, que podem ser vistos no mapa, incluem o portão principal, no extremo norte da cidade, o *Cardo Maximus* e um segundo *Cardo* principal, e o *Decumanus*.

## 1.2 Breve história de Cesareia Marítima

Da mesma forma que Jerusalém desempenhou um papel importante na história da Judeia, Cesareia Marítima também foi uma cidade provincial romana com *status* privilegiado.

Para compreensão espacial da referida cidade, apresentamos a seguir uma fotografia aérea dela (cf. Fig. 10, abaixo).

**Fig. 10 – Vista aérea de Cesareia Marítima**



Fonte: scriptures.lds.org

Cesareia Marítima, cidade da província romana *Judaea-Palaestina* está associada à existência de torres circulares na região, uma vez que Flávio Josefo afirmou em sua obra *Guerra Judaica* que essa cidade foi construída em um local conhecido por *Torre de Estratão*.

De acordo com os achados arqueológicos, as opiniões predominantes referentes à datação da *Torre de Estratão* para o Período Persa foram revisadas. De acordo com Avi-Yonah (1956: 260), a escassez de achados persas lança sérias dúvidas sobre a suposição de muitos estudiosos de que a fundação da Torre de Estratão deveria ser datada nesse período.

De acordo com alguns pesquisadores (REINACH, 1887; SCHÜRER, 1979), um rei de Sídon chamado *Estratão* de origem grega do termo fenício “*Abd-Astart*”, cujo significado “*um servo da deusa Astarte*”, foi quem teria fundado um posto marítimo e comercial na região da atual Cesareia Marítima.

A identificação deste fundador como Estratão I (375/4-361 AEC) tem sido preferida por alguns estudiosos ao invés de sua identificação como Estratão II (343/2-332 AEC)<sup>12</sup>.

A menção mais antiga da Torre de Estratão está nos papiros de *Zenon*, do ano de 159 AEC (*P. Cairo Zen. 59004*), que faz referência ao local de seu desembarque na costa da Síria-Fenícia<sup>13</sup>, sugerindo assim, que o local tinha uma certa importância marítima e econômica na época.

Há argumentos por parte de alguns pesquisadores, de que a Torre de Estratão tenha sido rebatizada sob o domínio dos selêucidas e renomeada *Demetrias*, em homenagem a Demétrio I, o qual emitiu moedas de bronze com esse nome.<sup>14</sup>

Aproximadamente no ano 100 AEC, a região foi mencionada pelo geógrafo Artemidorus de Éfeso (9.18) como uma cidade perto de Dora (Tel Dor) e mais tarde por Estrabão (16.8.27), que apenas observou um local de desembarque (*prosormos*) no local.<sup>15</sup>

Segundo Levine (1974; 1975: 9), durante o século II AEC com a desintegração do reino selêucida, tornou-se junto com Dora uma fortaleza de um tirano local chamado Zoilus, até cair nas mãos de Alexandre Janeu.

As evidências arqueológicas estão amparadas no estudo de fragmentos cerâmicos do Período Helenístico, principalmente do século II AEC, que foi encontrada em quantidades significativas (ROLLER, 1980; RABAN, 1992). Esses vestígios sugerem, segundo Raban (1992), a existência de dois portos: um ao norte e outro no local do porto construído por Herodes posteriormente.

De acordo com Holum (1999: 15-17) e Berlin (1992: 112-22), na plataforma do templo, embora importantes preenchimentos helenísticos tenham sido encontrados nas trincheiras da

---

<sup>12</sup>Para Levine (1973: 75-81; 1975b: 6); Ringel (1975:18-21), a fundação da Torre de Estratão é posterior ao período persa (SCHÜRER, 1979: 115; ROLLER, 1982a; 1983: 61). A cronologia desses reis ainda gera muitas discussões (HAUBEN, 1987:426). Estratão era um rei fenício de grande reputação e amigo do povo ateniense. Galling (1938), é favorável à fundação dessa torre no período helenístico. A datação seguida nesta pesquisa alinha-se às obras de Levine (1973: 76; 1975: 144) e Fabre (1965).

<sup>13</sup>O termo Síria-Fenícia é uma denominação territorial presente na obra de Patrich (2011: 9).

<sup>14</sup>De acordo com Kushnir-Stein (1995), essas moedas foram edições datadas nos anos 1, 3 e 22 AEC. As divindades representadas foram *Tyche* (cabeça com torre e véu), *Nike* (andando e segurando uma coroa de flores e uma palma) e Zeus (cabeça laureada). A legenda trazia “*Demetrias que está no mar*”, inscrita em grego, encontrada perto de Tiro; cf. Lampinen, 1999a; Stieglitz, 1999.

<sup>15</sup>Essa referência pode refletir a humilde condição da cidade antes da fundação de Cesareia por Herodes, e não uma cidade deserta, como afirmou Josefo.



fundação do templo herodiano, apenas uma única parede fragmentária foi descoberta e algumas pedras foram reutilizadas nas fundações do templo herodiano. Segundo os autores, a muralha da cidade herodiana, ao norte, poderia ter sido uma restauração de uma muralha helenística do segundo século. Em outros lugares, a extensão da Torre de Estratão poderia estar relacionada à distribuição dos enterros helenísticos, que provavelmente eram extramurais. Enterros em ânforas foram encontrados ao leste e ao sul. Foram descobertas cistas cortadas sob o terreno superior do palácio de Herodes.<sup>16</sup>

De acordo com as fontes documentais e os achados arqueológicos, a melhor datação para a Torre de Estratão relaciona-se ao período ptolomaico. Tal informação foi sugerida pela primeira vez por Stark (1852), ao considerar o resgate de um copo comemorativo de bronze do século IV (8,2 cm de altura, 20,2 cm de diâmetro superior), decorado com desenhos entalhados e revestido com latão e prata (Fig. 11. HOLUM, K. G. et. al., 1988); este achado vem a corroborar a hipótese de Stark (1852) e Will (1983: 1-24; 1987: 245-51).

Apresentamos a seguir, quatro cenas desse copo representadas na reprodução de Patrich (1999).

**Fig. 11 – Copo com a representação do mito de fundação da Torre de Estratão**



<sup>16</sup>No sudeste e sul, ver Roller (1983); Enterros de ânfora helenísticas nas áreas CC, KK e NN (Cf. figura 75) foram relatadas por alguns estudos. Para as cistas cortadas na rocha, ver Gleason *et al.* (1998: 28, 34).

Destalhes da Fig. 11



I) Libation in front of Tyche



II) Consultation in an oracle



III) Landing at a hostile shore



IV) Hand-shaking treaty between Straton and Asclepius

Fonte: Patrich (1999: 355)

A **cena I** apresenta um ritual de libação diante de Tyche, identificado por uma inscrição em latim como *geniocolonia(e)*. Essa cena está associada à cidade pós-Herodiana – o *status* de colônia romana concedido a Cesareia por Vespasiano. As outras três cenas narram o mito fundacional da Torre de Estratão (a ser lido da esquerda para a direita, no sentido anti-horário). Como apontado por Will (1983), é um mito típico da fundação grega. A **cena II** apresenta uma

consulta em um oráculo de Apolo (presumivelmente o de *Daphne*, perto de Antioquia), por três pessoas, cujos nomes estão escritos acima delas: *Strato (n)*, *Lysimachos* e *Ctesipon*. A **cena III** apresenta três episódios de uma viagem marítima e desembarque em uma costa hostil assombrada por leões. A **cena IV** mostra um tratado de aperto de mão (*dextrarumiunctio*) entre *Straton* e *Asclepius*, acompanhado por sua filha *Hygieia*, os nomes dessas três figuras aparecem acima da cena.

De acordo com Witt (1966: 53-54), outro ponto que sugere uma origem grega, e não fenícia, é o fato de os adoradores de Ísis em Cesareia a adorarem em dois aspectos – como *Agathê* (Bondade) e como *Hellas* (a personificação da Grécia), e não como Astarte, com quem ela foi assimilada em Sídon.

Todos os fatores mencionados corroboram a fundação grega da Torre de Estratão no Período Helenístico, certamente antes da visita de Zenon.

De acordo com Flávio Josefo (*Guerra Judaica*, 1,408; *Antiguidades Judaicas*, 15.331), Cesareia foi fundada por Herodes no local de uma cidade deserta e em ruínas chamada Torre de Estratão, que era muito adequada para ser o local de uma cidade (*polin*):

[...] quando ele <Herodes>observou que havia um lugar perto do mar, anteriormente chamado Torre de Estratão, que era muito adequado para ser o local de uma cidade (*polin*), ele começou a fazer um plano magnífico (*diagraphêi*) e colocar edifícios por toda a cidade, não de material comum, mas de pedra branca (*leukêspetras*). Ele também a adornou com palácio/palácios custosos (*basileiois*), com salas cívicas (*diataispolitikais*) [...] com um porto bem protegido (*aklystôilimeni*), do tamanho do Pireu, com locais de ancoragens secundárias no interior [...] agora esta cidade está localizada na Fenícia, na rota marítima para o Egito, entre Jope e Dora [ . . . ] Em um círculo ao redor do porto, havia uma linha contínua de habitações (*oikêseis*) construída da pedra mais polida (*leiotatoulithou*), e no meio deles havia um monte (*kolônos*) no qual havia um templo de César (*neôsKaisaros*), visível e um ótimo caminho àqueles que navegam no porto, que tinha uma estátua de Roma e também uma de César. A cidade em si é chamada de Cesareia, e é muito bonita, tanto em material quanto em construção. Mas abaixo da cidade as passagens subterrâneas e esgotos (*hyponomoi te kailaurai*) custam menos esforço do que as estruturas construídas acima deles. Destes alguns tinham distâncias iguais (*katasympmetradiastêmata*) um dos outros, do porto e do mar, enquanto uma passagem diagonal (*egkarsia*) ligava todos eles, de modo que a água da chuva e o lixo dos habitantes eram facilmente transportados juntos. [...] Herodes também construiu um teatro de pedra (*theatronekpetras*) na cidade e no lado sul do porto, mais atrás, um anfiteatro (*amphitheatron*) grande o suficiente para acomodar uma grande multidão de pessoas e convenientemente situado para uma vista do mar. Agora a cidade foi concluída no espaço de doze anos, pois o rei não se descansou deste empreendimento e ele tinha meios suficientes para as despesas [Tradução livre] (*Guerra Judaica*, 15,331-341).

Mais detalhes são fornecidos em uma segunda passagem:

[...] O aviso de que foi atraído por uma cidade (*polin*) na costa, chamada de Torre de Estratão, que, embora dilapidada, era, devido à sua situação vantajosa, adequada ao

exercício de sua liberalidade. Ele a reconstruiu inteiramente com pedra branca (*leukôilithôî*), e adornada com os palácios mais magníficos (*basileiois*), exibindo aqui, como em nenhum outro lugar, a grandeza inata de seu personagem. Por toda a costa de Dora a Jope, a meio caminho entre as cidades, não havia porto (*alimenon*), de modo que os navios que partiam para o Egito ao longo da costa da Fenícia tiveram que ancorar a céu aberto quando ameaçados pelo vento sudoeste [. . .] No entanto, por força de gastos e empreendimentos, o rei triunfou sobre a natureza e construiu um porto maior que o Pireu, incluindo outras estradas profundas em seus recessos. Próximo ao porto havia casas (*oikiaî*), também de pedra branca (*leukoulithou*), e sobre ele convergiram as ruas da cidade (*oi stenôpoitouasteos*), dispostas a distâncias iguais (*diastêmametrêmenoi*). O eminente (*gêlophou*) templo de César ficava de frente para a foz do porto, notável por sua beleza e grandes proporções; continha uma estátua colossal do imperador, não inferior ao Zeus Olímpico, que serviu de modelo, e outra de Roma, rivalizando com a de Hera em Argos. A cidade (*polin*) de Herodes dedicada à província (*eparchiai*), o Porto (*limena*) aos navegadores nessas águas, a César a glória desta nova fundação, à qual ele deu o nome de Cesareia. O resto dos edifícios – anfiteatro (*amphitheatron*), teatro (*theatron*), lugares públicos (*agoras*) – foram construídos de maneira digna do nome da cidade [Tradução livre] (*Guerra Judaica*, 1.408-155).

Conforme se observa nas fontes literárias, deduzimos que a Torre de Estratão era uma cidade fortificada, com duas torres circulares e com fundações helenísticas, que marcavam o muro de fortificação do norte. A cidade tinha dois portos do tipo “*limenkleistos*”. Um a oeste das torres circulares o outro ao sul, a oeste de uma colina que dominava toda a área, que mais tarde foi construído o templo de Herodes para Roma e Augusto.

Segundo Roller (1982), a distribuição de fragmentos cerâmicos helenísticos, principalmente do século II AEC, e os poucos vestígios arquitetônicos indicam a extensão da cidade. As descobertas de cerâmica ocorreram em todas as áreas escavadas ao sul das torres circulares, até o porto sul e a '*acrópole*' – a colina na qual a plataforma do templo herodiano foi localizada mais tarde, sendo que a área mais sul estava associada a enterramentos.

Raban (1992) propôs três mapas diferentes para a localização e extensão da Torre de Estratão sob Zoilus: i) provavelmente uma cidade de tamanho reduzido, cercada por um muro que se estendia das duas torres circulares ao norte até o porto ao sul, deixando o '*monte do templo*' fora da cidade murada; ii) essa conclusão foi corrigida em um mapa posterior, no qual a '*acrópole*', com vista para o porto, foi incluída nos limites da cidade e, por fim iii) em uma versão maximalista, Raban havia estendido a muralha da cidade da época de Zoilus para incluir o futuro teatro dentro de sua fronteira sul, todavia, não existem fundamentos arqueológicos para sustentar uma extensão tão ao sul.

Nas escavações empreendidas por Roller (1982), observamos que de fato, os enterramentos helenísticos se encontravam nas áreas CC e KK, não muito longe do canto sudeste da parede dos cruzados. Consequentemente, concluiu-se que a muralha sul da Torre de



Estratão (embora ainda não tenha sido encontrada) devia estar alinhada com a atual Muralha dos Cruzados ao sul, delineando o porto ao sul. Assim, conforme o mapa criado por Raban (1992), a parede oriental provavelmente estivesse alinhada com a parede herodiana posterior, até a parede sul helenística.

De acordo com os autores mencionados, os materiais construtivos, os métodos e a decoração são as principais discrepâncias encontradas entre as descrições de Josefo e os achados arqueológicos, uma vez que o autor se refere à “pedra polida” e à “pedra branca”, temos a interpretação de que poderia tratar-se de mármore (JAPP, 2000: 81-89).

De fato, todas as estruturas construídas por Herodes eram do local, desde o áspero *Kurkar*<sup>17</sup> até o arenito calcário, cujo tom “branco” e face “polida” foram atingidos pela aplicação de uma espessa camada de gesso de cal branca de alta qualidade, assim como os afrescos coloridos no estilo helenístico e no estilo pompeiano, comuns à decoração de paredes herodianas em outros locais, adornavam as paredes interna e externa.<sup>18</sup>

Além dos materiais construtivos citados, acreditamos que a Torre de Estratão tenha servido para estocagem agrícola (LEVINE, 1975: 7-8).

Os vestígios arqueológicos das estruturas circulares relacionadas à Torre de Estratão, sugere que esse elemento construtivo em pedra, esteja relacionado às instalações para processamento de produtos agrícolas, comuns na paisagem da Judeia a partir do século III AEC (LEVINE, 1975).

O uso de um elemento construtivo como designação de uma cidade evidencia que a Torre de Estratão, provavelmente, tenha sido algo proeminente na paisagem local. Portanto, as pesquisas arqueológicas, relacionadas ao período helenístico, concentram-se nos vestígios de uma torre circular que foi incorporada no período herodiano, à parede posterior da cidade de Herodes, no lado norte de Cesareia Marítima.

Vários autores têm discutido a datação da Torre de Estratão, o que para Magness (2012: 170), tratava de um modelo construtivo próprio do final dos séculos – segundo e primeiro AEC, assim, muitos arqueólogos datam a torre circular encontrada em Cesareia Marítima, no período herodiano ou no máximo no período Helenístico Tardio (cerca de 100 AEC).

A imprecisão na datação da Torre de Estratão não é compartilhada com a fundação da cidade de Cesareia Marítima, que foi fundada no ano 30 AEC, quando Herodes, o Grande

---

<sup>17</sup>O *kurkar* é um arenito local.

<sup>18</sup>Ver Rosenberg, 1996; Foerster, 1995: 1-44, referente ao relatório final sobre os afrescos das áreas CC, KK e NN.

determinou a construção de um porto no local. Assim, os limites territoriais de Cesareia Marítima seguiram a delimitação estabelecida no período helenístico para a Torre de Estratão, ou seja, ao sul de Apollonia e ao norte de Dor (AVI-YONAH, 1963: 150-51).

Ao refundar a Torre de Estratão, tornando-a Cesareia Marítima, em homenagem ao imperador romano Augusto, Herodes demonstrou sua lealdade ao novo patrono romano. Logo, a cidade de Cesareia Marítima apresentava dois componentes construtivos honoríficos a César: o próprio nome da cidade e do porto, que foi nomeado de *Sebastos* (Augusto em grego).

A cidade de Cesareia Marítima alcançou grande importância na região, após a destituição de Herodes Arquelau no ano 6 EC, uma vez que ela se tornou a sede do governador romano local (prefeito ou procurador) na *Judaea-Palaestina* (embora Herodes tivesse um palácio em Cesareia Marítima, a cidade de Jerusalém ainda era a capital de seu reino).

A construção do porto de Cesareia Marítima (cerca de 23-15 AEC), destacou-se pelo surpreendente e inovador projeto de engenharia, que resultou na construção do maior porto artificial já edificado em mar aberto até esse ponto (MAGNESS, 2012: 172).

As pesquisas arqueológicas subaquáticas recentes em Cesareia Marítima reforçam a afirmação anterior, uma vez que os vestígios dos quebra-mares indicam que eles foram construídos por meio da utilização de inovações tecnológicas relacionadas ao uso de concreto romano. Assim, Herodes importou concreto hidráulico da Itália, que continha um tipo especial de cinzas vulcânicas, que permitiam a mistura de concreto para seu endurecimento debaixo d'água (SALES, 2018).

Associado ao porto da cidade, Herodes edificou um templo dedicado à Roma (a deusa da cidade de Roma) e ao Augusto. Destaca-se que o referido templo foi construído sob uma plataforma artificial elevada, que permitia a visualização da parte interior do porto. Esse templo estava apoiado sob uma série de abóbodas subterrâneas (arcos). Também foi construído na cidade um santuário dedicado a Mitra (*Mithraeum*), que era uma divindade cultuada no Oriente Próximo, e popular entre os soldados romanos.

Esclarecemos que além das estruturas arquitetônicas citadas anteriormente, Cesareia Marítima seguiu o modelo de cidade romana, assim, sua malha urbana apresentava aquedutos, esgotos, um *forum*, passarelas cobertas com mosaico, colunas de mármore, uma pista [hipódromo], um anfiteatro e o mencionado grande templo dedicado a Augusto e Roma.

Dentre a materialidade dos vestígios arqueológicos da cidade, destacou-se o achado de uma pedra de Pôncio Pilatos (e com o seu nome) que corrobora o entendimento de que a cidade foi base dos governadores romanos.

De acordo com Sales (2018), após a Primeira Revolta Judaica, o imperador Vespasiano alterou o *status* administrativo de Cesareia Marítima, tornando-a uma colônia romana, o que garantiu certos benefícios para a população local, que contava com a presença de veteranos militares romanos. Assim, nos séculos seguintes, Cesareia Marítima continuou a crescer, atingindo o seu ponto máximo durante o quinto e sexto séculos EC (o período bizantino). Cesareia Marítima foi a última grande cidade na *Judaea-Palaestina* a ser dominada pelos muçulmanos em 640 EC, após um cerco de sete meses de duração (MAGNESS, 2012).

# CAPÍTULO 2

## APRESENTANDO AS ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES NA *JUDAEA-PALAESTINA*

A presença romana na *Judaea-Palaestina* entre os séculos I AEC e II EC pode ser compreendida por meio da integração do Império Romano com as suas cidades, bem como, pode percorrer também os múltiplos conceitos de poder. Assim, seguimos as proposições de autores como Michel Foucault referente a essa temática.

Para Foucault as concepções clássicas de poder precisavam ser revistas, e assim, ele o definiu “*como uma rede de relações em que todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a essas relações*” (FOUCAULT, 2004).

Outra importante contribuição no campo das Ciências Sociais foi conceituada por Bobbio et al. (1998), que explicou que a origem etimológica de poder vem do termo latino *potere*: o direito de deliberar, agir e mandar e, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância ou a posse do domínio, da influência ou da força. Assim, o autor citado anteriormente definiu poder como “*a capa cidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos*” e “*pode ser referida a indivíduos ou a grupos humanos*” (BOBBIO et al., 1998: 933).

A conceituação de termos precisa estar alinhada à fundamentação teórica da pesquisa, por isso, seguimos o que foi definido por Foucault (2004):

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2004: 193).

Nessa perspectiva, assim como Foucault, Roberto Machado (2006), esclarece que:

A mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, ‘assumindo’ as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo -, e se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder (MACHADO, 2006: 168).

Na esteira das atuais discussões sobre o que pode ser considerado ‘poder’, seguimos as proposições de Galbraith, 1984 e Mintzberg, 1983, que alertam para o enfoque de estudos reducionistas, que analisam a obtenção e detenção do poder. Entretanto, o poder precisa ser analisado, também, sob o aspecto de seu exercício. Nesse caso, o poder é concebido não como um estado mental, mas como um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente de indivíduos e grupos, como na perspectiva defendida por Foucault (1977, 1979, 1980, 1995).

Essa perspectiva é seguida por outros autores, como Fischer (1989) e sua concepção de círculos de poder, e na noção de circuitos de poder apresentada por Clegg (1992, 1993).

Para Foucault, deve-se levar em consideração as inúmeras formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre os próprios sujeitos e sobre os outros, e de institucionalização, as quais remetem a diferentes formas de poder, de possibilidade de ação sobre a ação dos outros (FOUCAULT, 1995 apud SALES, 2018). Assim, o *“poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; (...) o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”* (FOUCAULT, 2004: 175).

Esclarecemos que além de Foucault, esta tese ampara-se em autor como Bourdieu (2001), que tem defendido a existência do poder simbólico, mediante o qual, as classes dominantes (ou campos dominantes) são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam exercer o poder.

Para o autor mencionado, esses símbolos são instrumentos utilizados para a mediação da integração social, e assim, promovem consensos acerca do mundo social na reprodução da ordem dominante. Desse modo, o poder simbólico seria *“... [n]esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”* (BOURDIEU, 2001: 7-8).

Na perspectiva de Bourdieu (2001), faz-se necessário o exercício de cumplicidade social para assim promover a legitimação do poder pelo outro (também Crozier & Friedberg, 1990 e Pettigrew, 1977).

No emaranhado cultural das relações entre homens e coisas, o poder existe para a manutenção da ordem social, e assim:

Uma classe dominante não é uma abstração, mas também não é um dado prévio. Uma classe que se torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, estes são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação. Mas entre a estratégia que fixa, reproduz, multiplica, acentua as relações de força e a classe dominante, existe uma relação recíproca de produção (FOUCAULT, 1979: 252).

A compreensão da complexa rede multidirecional das estruturas de poder no mundo antigo, ultrapassa as conceituações dicotômicas e verticalizadas de dominador e dominado, o que nas proposições de Mattingly (2004: 206), também estão relacionadas a identidade provincial e a questão do poder na sociedade romana, por meio da criação das identidades provinciais intrinsecamente associadas à negociação de poder entre o Império Romano e os povos conquistados. A etnicidade seria uma forma de identidade que a sociedade constrói (JONES apud MATTINGLY, 2004: 206).

No entanto, como o próprio Mattingly (2004: 210) sugere, a etnicidade não se mantinha constante no tempo e no espaço, pois nem sempre a marcação de identidade era necessária. Mattingly utiliza-se do termo “identidade discrepante”, de autoria de Edward Said (1993), para discorrer a respeito da multiplicidade de resistência provincial em relação a Roma. O termo “discrepante” indica “discordância”, “desarmonia”, por isso, difere do termo “hibridização”. Na verdade, as sociedades coloniais poderiam, conforme o contexto, demonstrarem similaridades ou discordâncias culturais em relação ao modelo imperial romano (MATTINGLY, 2004: 213). Logo, a identidade poderia ser múltipla e redefinida a cada momento.

O entendimento das estruturas de poder e de resistência perpassam a questão das identidades locais dentro do Império Romano, e a aplicação de modelos opositivos como “centro” e “periferia” no contexto do mundo antigo, que têm recebido muitos estudos atuais que apresentam restrições ao uso de teorias gerais para a explicação do Império Romano – entidade complexa, não uniforme em toda sua extensão territorial e com uma incontável diversidade cultural.

Para Foucault (1995) o poder está em toda parte, porque provém de todos os lugares. O poder não é nem instituição, nem estrutura, mas o nome que se dá “*a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada*” (FOUCAULT, 1995: 88).

Nas proposições do autor “*nas relações de poder, estão os diferentes pontos de resistência*”. Foucault (1995) defende que onde há poder, há resistência, sendo necessário reconhecer o caráter estritamente relacional das relações de poder. Estas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, que estão presentes em toda a rede de poder e representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Dessa forma, as resistências existem, assim, no plural, enquanto casos únicos; elas são “*possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício*” e só podem existir “*no campo estratégico das relações de poder*”, inscrevendo-se nestas relações como “*o interlocutor irreduzível*”.

Nesta perspectiva, as relações de poder ocorrem em uma “rede multidirecional”, com pontos e nós, cujos focos de resistência distribuem-se no tempo e no espaço de modo irregular, de forma pulverizada, atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais, podendo provocar o levante de grupos ou indivíduos (GRABOIS, 2011: 11).

Segundo Foucault, os pontos de resistência são, na maioria das vezes, móveis e transitórios, e introduzem na sociedade “*clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis*”.

De acordo com Revell (2009), em seu texto ‘*Roman Imperialism and Local Identities*’, o conceito de poder percorre a ideia de “*redes de poder*” que se formaram nas diferentes localidades, e que devem ser examinadas em suas particularidades. Isto pressupõe compreender “*como as populações viviam durante o período romano e como foi construída, portanto, uma multiplicidade de identidades romanas*” (REVELL, 2009: IX).

A respeito da relação entre poder e resistência em Foucault, Judith Revel resume:

[...] a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte (REVEL, 2009: 74).

Compreendemos, portanto, que a resistência não é anterior ao poder que ela enfrenta, sendo a ele coextensiva e absolutamente contemporânea. “*Para resistir*”, afirma Foucault (1995), “*é preciso que a resistência seja como o poder*”, “*tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele*”, e “*que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente*”.

A compreensão de estruturas de poder e negociações, nesta pesquisa, alinham-se ao entendimento de que o Império Romano se utilizou de uma complexa rede de poder em relação às suas províncias orientais, a qual possibilitou sua legitimação de controle frente à comunidade local. Assim, de acordo com a conceituação de ‘império’, que segundo Mattingly (2004: 6) “*é uma manifestação geopolítica das relações de controle impostas por um estado sobre a soberania de outros*”. Nesta perspectiva, ‘*imperialismo*’ seria, portanto, explorar as redes de poder que o sustentam. Este seria o elo que une todas as épocas e locais do Império, já que a dominação de uns pelos outros é uma característica premente em toda sociedade humana, mas somente um Império atua neste sentido em larga escala (MATTINGLY, 2004: 7).

Os estudos de pós-colonialistas defendem a existência de várias respostas ao domínio colonial, que a simples dicotomia entre “nativos” e “colonizadores” não correspondia de fato à realidade, sendo que o papel ativo da periferia em relação ao centro passou a ser destacado (HINGLEY, 2000).

## 2.1 Noções de evergetismo e patronato

A discussão sobre o conceito do evergetismo e patronato na Antiguidade permeia a compreensão desses termos, que estariam associados, conforme Barnard (2011), à prática do dar e receber presentes (também conhecida como reciprocidade<sup>19</sup>). Para a autora, a reciprocidade seria a base dos clientelismos gregos e romanos, e assim, influenciava a ‘doação’ religiosa e cívica.

Ao examinarmos o conceito de ‘reciprocidade’ nos períodos grego e romano na *Judaea-Palaestina*, entendemos que essa prática se baseava em princípios que Barnard (2011) descreveu como sendo, a saber – i) *um valor ético*; ii) *um fator nas relações interpessoais* e iii) *um elemento de coesão política, que economicamente significativa como uma maneira de*

---

<sup>19</sup> Para compreensão do conceito de *Reciprocidade* consultar MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.



*estruturar as relações humanas com as divindades, para moldar o padrão de narrativa épica e histórica"* (BARNARD, 2011: 2).

Diante das conceituações mencionadas, Perissato (2018: 116), afirma que:

[...] a palavra evergetismo, transliteração do neologismo francês *évergétisme*<sup>20</sup>, é designada para definir o fenômeno da benfeitoria voluntária a uma comunidade antiga, seja uma construção, uma doação de grãos, um monumento honorífico ou uma reforma em benefício de uma comunidade (PERISSATO, 2018: 116).

Podemos observar que este sistema de patrocínio e benfeitorias voluntárias existentes em comunidades antigas, teve início em períodos históricos bem recuados.

Conforme Barnard (2011: 17), as trocas de presentes no período homérico antecederam o evergetismo helenístico. Assim, o evergetismo provavelmente se expandiu no período helenístico para as regiões orientais, e durante o período romano se manteve pelas necessidades econômicas, sociais e políticas do Império (SALES, 2018). Todavia, Barnard (2011) argumenta que durante o período helenístico (com a continuação da reciprocidade religiosa e social de longa data), a utilização da reciprocidade política e econômica, fez do evergetismo um elemento crucial para a legitimação das hierarquias sociais.

Observamos nos contextos cívicos (evergetismo) de dar presentes – seja no religioso (votivo) ou no privado (patrono-cliente) – que essa economia de presentear envolvia a expectativa de que essa operação seria imediatamente recíproca (SALES, 2018: 40). Logo, essa prática de presentear e/ou patrocinar determinada demanda social foi um instrumento político-ideológico, e não um sistema de intercâmbio econômico. Assim, essa prática de clientelismo pode ser entendida como uma forma de autopromoção do doador e como meio de coesão social em sociedades hierarquizadas.

Entendemos que o evergetismo helenístico influenciou de alguma forma o patronato romano. Todavia, ressaltamos que o patronato romano se referia a um sistema em que o acesso aos bens, cargos e serviços se dava por meio de relações interpessoais e da troca de "benesses", ao invés dos sistemas impessoais e imparciais de distribuição (SILVA, 1999: 32). Dessa forma, os suprimentos para as necessidades diárias no primeiro século, dentro do Império Romano, não estavam à disposição de todos, uma vez que a maior parte da propriedade, riqueza e poder político estava concentrada em poucos indivíduos. Logo, o acesso a esses bens se deu por meio de conexões pessoais ao invés de vias burocráticas (SALES, 2018: 40).

---

<sup>20</sup>Neologismo a partir da apropriação moderna do grego antigo *ἐβεργέτω*: “eu faço boas obras” (HORNBLLOWER, SPAWFORTH, EIDINOW, 2014: 293 apud PERISSATO, 2018: 116).

De acordo com Sales (2018), os tipos de benefícios estabelecidos entre patronos e clientes podiam incluir doação de lotes de terra, distribuições de dinheiro para se começar um negócio, fornecimento de alimentos depois de uma queda na safra, dentre outros. Esse sistema de relacionamento interpessoal incluía proteção pessoal, suavização de dívidas etc. Segundo Sêneca "*ajude uma pessoa com dinheiro, outro com crédito, outra com influência, outra com conselho*" (SÊNECA, *Ben.* 1.2.4; LCL). Assim, se o patrono concedesse a petição, o favorecido se tornaria seu cliente, dando início à uma relação provavelmente de longo prazo.

Seguindo o entendimento das relações de patronato acima, destacamos as proposições de Silva (1999: 36), que compreende que a forma extrema de resposta ao beneficiamento de governantes foi a oferta de adoração. Dessa forma, aqueles que recebiam benefícios normalmente exaltavam seus patronos como dignos das honras destinadas às divindades. Logo, segundo Saller (1957), nas petições, os clientes usavam uma linguagem semelhante à cultural, e acrescenta que algo semelhante é descrita na obra de Nicolau de Damasco, referente a origem do culto à Augusto: "*todas as pessoas que se dirigem a ele [Augusto] de acordo com sua estima e sua honra, reverenciam ele com templos e sacrifícios através de ilhas e continentes, organizados em cidades e províncias, admirando a grandeza de sua virtude e pagando aos benefícios dados por ele*" (Nicolau de Damasco, *A Vida de Augusto* apud PRICE, 1984: 1).

Para Silva (2010: 104), Herodes, o Grande foi o primeiro governante local envolvido no modelo romano de patrono-cliente na Judeia, uma vez que ele pertencia a uma classe proeminente na região da Idumeia. Dessa forma, as relações estabelecidas entre Roma e as elites provinciais dependiam da cooperação de dirigentes locais, que mantivessem a coesão social por meio de seu prestígio junto à população. Assim, em troca de seus serviços, as lideranças locais esperavam se beneficiar com essa relação amistosa e alinhada à Roma. Dentre esses possíveis benefícios, existia o apoio romano para a ampliação do prestígio local do governante, a possibilidade do recebimento de parte da renda obtida pela coleta de impostos. Finalmente, poderiam esperar a cidadania, juntando-se assim à próxima classe dirigente romana, por meio do serviço no exército romano ou como representantes (procuradores) dos imperadores nas cidades.

De acordo com Sales (2018: 41), a relação de patronato na *Judaea-Palaestina*, em termos práticos, envolvia a necessidade da elite local em preservar suas propriedades e privilégios, e assim, essas lideranças sempre seriam favoráveis à paz e, conseqüentemente, a Roma. Nessa perspectiva, Roma sempre favorecia as elites locais com as quais tinha contato, governando as províncias por meio da cooptação dessas lideranças. Assim, era prática romana

conceder à administração da cidade às lideranças locais, assim como (de modo igualmente importante), manter sempre que possível, as instituições locais estabelecidas quando era criada uma província.

Segundo Malina (2004):

O primeiro laço patrono-cliente se estabelece entre duas partes desiguais em *status*, riqueza e influência. Segundo a formação e manutenção do relacionamento depende da reciprocidade na troca de bens e serviços. Entretanto, essas trocas mútuas envolvem bens e serviços não comparáveis. Numa transação típica, a pessoa de baixo *status* (cliente) receberá bens materiais e serviços destinados a reduzir ou melhorar as ameaças no seu ambiente, enquanto a pessoa de *status* alto (patrono) recebe menos recompensas tangíveis, tais como serviços pessoais, indicações de boa opinião, deferência ou lealdade (ou como em Roma, em certo tempo, serviços de natureza diretamente política, tal como o voto). Terceiro, o desenvolvimento e manutenção de um relacionamento patrono-cliente se apoia principalmente no contato face-a-face entre duas partes; as trocas incluídas nesse relacionamento eram de caráter altamente íntimo e particular e dependiam dessa proximidade (MALINA, 2004: 40).

Diante da conceituação do laço patrono-cliente citada, ressaltamos que a troca recíproca e pessoal era vertical, assim, as trocas mútuas de bens e serviços nas relações patrono-cliente opunham-se diametralmente às associações horizontais e à reciprocidade personificada nos laços de parentesco nas pequenas cidades. Dessa forma, este sistema de patronato tinha por fundamento a valorização romana da exaltação da honra e do prestígio, que todos reivindicavam, mas derivava do poder de dar o que os outros precisavam e queriam (SALES, 2018).

Diante das elucidações sobre evergetismo e patronato neste subtítulo entendemos que as estruturas de poder e negociações na *Judaea-Palaestina* perpassam as representações de poder e patrocínio. Assim, as evidências materiais de honra e prestígio (patronato) estão relacionadas aos indícios públicos de reconhecimento de determinada benfeitoria, que no caso das moedas estudadas nesta tese, apresentam nos motivos iconográficos a imagem do busto do imperador; imagens de suas edificações e conquistas; e inscrições/legendas relativas à exaltação da figura do governante (denominações como ‘Pai da Pátria’ e ‘fundador’, por exemplo). Em consonância, a monumentalização do espaço construído também seguia essa lógica de exaltação da figura do imperador, que muitas vezes era lembrado na nomeação de cidades (Cesareia Marítima e Aelia Capitolina, em alusão à Cesar Augusto e Públio Aélio Adriano), de grandes obras arquitetônicas (Porto Sebastos (Augusto em grego), Portão de Adriano e Templo de Augusto e Roma), nos espetáculos nos hipódromos e teatros (muitas vezes em comemoração ao início e realizações de determinado governante), dentre outros.

## 2.2 Estruturas de poder e negociações observadas nas emissões monetárias da *Judaea-Palaestina*

Para a compreensão das estruturas de poder e negociações observadas nas emissões monetárias de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima (século I AEC ao II EC), recorreremos à conceituação de múltiplos termos, para o melhor entendimento do alinhamento teórico desta pesquisa, nos capítulos de análises.

Faz-se necessário um breve retorno ao passado de Roma, para a explanação do conceito de ‘memória’ associado à produção monetária, a qual subsidiará a discussão referente à relação existente entre a moeda e as estruturas de poder e negociações na *Judaea-Palaestina*.

Conforme as concepções sobre ‘memória’ desenvolvidas por Hölkeskamp (2004), que compreende a existência de indivíduos relacionados a eventos marcantes no passado romano, que serviram para mediar comportamentos de inspiração coletiva, e que de certa forma estavam presentes na reconstrução da memória cultural do povo romano (HÖLKESKAMP, 2004). Assim, as ‘memórias culturais’ eram mediadas pela materialidade dos espaços e dos lugares dos acontecimentos físicos, em consonância com rituais, eventos culturais, comemorações, imagens e textos<sup>21</sup>. No caso romano, a relação existente entre os acontecimentos locais e sua transformação em memória coletiva, apresenta-se relacionada à cultura material:

Uma característica fundamental da memória cultural da Roma Republicana é a “memória monumental” desenvolvida nos séculos III e II, a combinação e evolução de uma área central de memória cultural, ex: os espaços públicos no centro da cidade, os templos e altares, as estátuas e outras imagens de todos os tipos, bem como a semântica de seu simbolismo e das mensagens e histórias neles contidas. Na paisagem da cidade de memória em pedra e (algumas vezes) em mármore que era Roma, os heróis, que haviam feito sua história estavam permanentemente espalhados e assim, no sentido amplo da palavra, onipresentes. (HÖLKESKAMP, 2004).

A existência da concepção de ‘memória monumental’, que pode ser adaptada para a análise das cunhagens monetárias nas duas cidades desta pesquisa (no século I AEC ao II EC), uma vez que esta conceituação pode ser associada a materialidade da moeda com seus elementos imagéticos (com suas representações iconográficas que remetiam aos ancestrais e aos seus feitos passados), em uma construção conceitual de que esta relação entre moedas e memória era inicialmente mediada pela deusa *Moneta*.

---

<sup>21</sup>Hölkeskamp alinha-se ao conceito de “memória cultural” desenvolvido por Jan Assmann (1992, 2000) e de “lugares de memória” de Pierre Nora (1984) (cf. HÖLKESKAMP, 2004; BARBOSA, 2018).

O conhecimento das estruturas imperiais de dominação e legitimação do poder central, é crucial para a compreensão das forças materiais e simbólicas do Império Romano em relação à Província *Judaea-Palaestina*, assim, como a análise dos elementos observáveis na materialidade da moeda, dos símbolos de anverso e reverso e das legendas, que contribuem para a compreensão da relação de poder e negociações existentes entre a comunidade local e o Império Romano.

Recorremos, portanto, à compreensão de que o estudo monetário pode auxiliar na elucidação das estruturas de poder e elementos de negociações, uma vez que a numismática é a ciência que estuda as séries monetárias, e pode ser considerada “*uma disciplina das ciências sociais*” (FLORENZANO, 1984: 11).

A análise de moedas em contexto arqueológico auxilia no estabelecimento de cronologias de reinados e a datação de relevantes eventos políticos; auxilia também quanto ao entendimento da economia, no que diz respeito à informação do valor intrínseco e fiduciário das moedas dentro dos diferentes sistemas monetários; quanto à geração de informações sobre as desvalorizações e períodos de crise, assim como sobre os comportamentos em relação à moeda, permitindo examinar a aplicação das leis econômicas na Antiguidade. A análise de moedas junto à Arqueologia possibilita ainda, a datação de estratos geológicos e sítios arqueológicos; a vinculação das moedas com a História da Arte, além de permitir por meio dos tipos, uma análise da evolução dos estilos e o reconhecimento de obras desaparecidas ou conhecidas somente por meio de textos literários (VIEIRA, 1995: 94).

De acordo com Kemmers e Myrberg (2011: 89), as moedas são documentos históricos e objetos arqueológicos, e sua produção, em todas as sociedades, está associada a algum tipo de autoridade emissora – na maioria dos casos historicamente documentada – enquanto o consumo (uso) dessas mesmas moedas normalmente envolve todos os níveis da sociedade e pode ser rastreado arqueologicamente.

As moedas foram produzidas em toda a Ásia, Europa continental, bacia do Mediterrâneo e Ilhas Britânicas em todos os períodos da história (proto), permitindo uma ampla abordagem geográfica e cronológica e necessitando de tratamento de uma perspectiva histórico-arqueológica [Tradução livre] (KEMMERS; MYRBERG, 2011: 89).

As moedas são suportes físicos que integram imagem e texto para a construção do significado e devido a essa interação, são fontes multidisciplinares e, para atribuir-lhes a importância de todas as suas dimensões, é necessária uma abordagem interdisciplinar.

Compreendemos que as moedas circulam em diversas sociedades e possibilitam a interação e a integração regional, além de formar elos entre as estruturas de poder e negociações de uma sociedade e a agência do indivíduo. Assim, os estudos numismáticos viabilizam a compreensão do contexto situacional, histórico, social, político, econômico e cultural em que as moedas estão inseridas.

Recorremos à Numismática, para a compreensão do impacto da amoeção na identidade provincial, bem como, nas relações sociopolíticas e econômicas.

Segundo Carlan, (2008):

A moeda tem sido estudada pelos historiadores sob o prisma de mercadoria, objeto de troca. Procurou-se ligá-la com a história social, ou seja, com os reflexos que a mutação monetária produzia na sociedade a nível de salários, custo de vida e os consequentes comportamentos coletivos perante estes. O estudioso da moeda se tem preocupado mais com o corpo econômico e social que ela servia do que com o metal que a produzia e a informava. Estruturalmente este ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

A moeda mesmo sendo um documento oficial, emitido pelo Estado, pode sugerir paradoxalmente o significado, quando apresenta Roma como centro ou a periferia como centro, numa troca muitas vezes necessária de foco (PORTO, 2012), na compreensão de que a ordem imperial na *Judaea-Palaestina* se deu por meio de integração cultural, negociação e legitimação, presentes em uma complexa ‘*rede de poder*’, amalgamada, que percorria as esferas administrativas, políticas, sociais e religiosas.

A palavra ‘*moeda*’ teve provavelmente a origem etimológica na Antiguidade romana possivelmente relacionada a dois elementos principais, a saber: (1) Ao verbo latino *moneo*<sup>22</sup> que significa “avisar”, “advertir”, mas que nesse caso pode ser entendido como “lembrar” e “fazer pensar”<sup>23</sup>, o qual no infinitivo se escreve *monere*. (2) O outro elemento é a vinculação com a deusa Juno Moneta<sup>24</sup>, que possui seu epíteto “Moneta”<sup>25</sup> derivado do mesmo verbo.

---

<sup>22</sup>GLARE, P. G. W (ed.). *Oxford Latin dictionary*. Oxford, second edition, Oxford University Press, 2012. p.1243

<sup>23</sup>MEADOWS, Andrews; WILLIAMS, Jonathan. Moneta and the Monuments: coinage and politics in Republican Rome. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, 2001: 27-49, (p.40).

<sup>24</sup>Há versões conflitantes sobre a origem deste epíteto e seu significado; Cícero (*De Div.* I, 101) associa o nome da deusa a uma narrativa que afirma que a deusa teria avisado (*moneo*) aos romanos sobre um ataque iminente. A *Suda*, documento bizantino do século X, no verbete sobre *μονήτα*, nos conta que o epíteto se deve a um conselho para que se fossem emitidas mais moedas por ocasião de uma guerra.

<sup>25</sup>GLARE, P. G. W (ed.). *Oxford Latin dictionary*. Oxford, second edition, Oxford University Press, 2012, p.1234.

O templo da deusa Juno Moneta se situava no capitólio, próximo à oficina de cunhagem do período republicano, cujas atribuições relacionava-se a manutenção das unidades de medida da república romana (MEADOWS; WILLIAMS, 2001).

Outra palavra vinculada ao mesmo verbo (*moneo*) é o léxico *monumentum*, que segundo Andrew Meadows e Jonathan Williams (2001), pode ser compreendido como uma convenção romana relacionada à *memória* e a *monumento*. As moedas têm, portanto, função de agir como (re)avivadores de uma “*memória coletiva*” (HALBWACHS, 1992; ASSMAN; CZAPLICKA 1995).

Para a compreensão de que a moeda se relaciona à memória e a noção de monumento, Meadows e Williams (2001: 41), recorrem a raiz etimológica desta palavra:

Então Porfírio: “Um monumento não é apenas um túmulo, mas qualquer coisa que testemunha a memória (de algo); de acordo com Varrão: 'Lembrar (*meminisse*) extrair da memória (*memoria*)...Da mesma raiz é lembrar (*monere*), porque aquele que lembra (*monet*) é como uma memória. Assim também os monumentos que estão nas tumbas e de fato na beira da estrada, para que eles possam lembrar aos viajantes que eles próprios eram mortais e que estes também são. A partir disso, as outras coisas que são escritas ou feitas para preservar a memória são chamadas de monumentos (*monimenta*). O sentido arquitetônico, e mais especificamente sepulcral, da palavra pode ser primordial para Varrão, mas para ele está claro que qualquer coisa que faça lembrar a memória de uma pessoa ou evento pode razoavelmente ser chamada de *monumentum*, sem recorrer assim à metáfora, como seria o caso em inglês moderno. Em latim, qualquer coisa que pretenda lembrar (*monere*) a memória de uma pessoa ou evento é um *monumentum*, seja uma obra de história ou poesia, uma inscrição, um prédio ou uma estátua. A conexão etimológica que Varrão constrói entre *memoria*, *monere* e *monimenta*, para não mencionar *manere* e *mens* em outras partes da mesma passagem, também se reflete na correspondência cultivada entre o latim *Moneta* e o grego *Mnemosine*, a personificação divina da memória, dependendo da forma que são percebidas as associações entre *monere* e *memória* e a interpretação romana comum, sendo certa ou errada, do nome *Moneta* como derivada de *monere*.<sup>26</sup>[Tradução livre]

Nesta perspectiva, as moedas romanas, segundo Meadows e Williams (2001), poderiam ser consideradas como “monumentos em pequena escala”, com ampla circulação, que teriam tornado possível a transformação da imobilidade em movimento constante (MEADOWS; WILLIAMS, 2001: 40-43).

De acordo com Barbosa (2018: 203):

Na década de 130 AEC, a iconografia numismática romana passou por significativas transformações, responsáveis por imprimir nas peças um padrão inédito para o Mundo Antigo. Ao lado das referências a deuses e símbolos religiosos, frequentes nas cunhagens desde seu surgimento, alusões ao cotidiano e à vida pública dos romanos

---

<sup>26</sup>MEADOWS, Andrews; WILLIAMS, Jonathan. Moneta and the Monuments: coinage and politics in Republican Rome. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, 2001: 27-49, p.41.

se tornaram cada vez mais constantes nas moedas. Análises pioneiras sobre o fenômeno e que ainda são utilizadas como referências em estudos relativamente recentes tentaram compreender o movimento a partir de motivações políticas, mais especificamente a mudança do sistema de votação nas assembleias romanas para eleição dos magistrados, em 139 AEC.

Nas afirmações da autora, entende-se um impacto proveniente da passagem do voto oral e aberto para o voto escrito e secreto, que teria influenciado as novas formas de promoção junto ao eleitorado, por meio de variados suportes, inclusive motivos iconográficos monetários (CRAWFORD, 1974: 710; MORSTEIN-MARX, 2004: 82-83). Posteriormente, dentro de uma perspectiva cultural mais ampla, sugeriu-se que o movimento seria parte do processo de “monumentalização” da sociedade romana ocorrido na mesma época (MEADOWS; WILLIAMS, 2001: 40-43).

Segundo esses autores, mais do que uma consequência direta da mudança do sistema de votação nas assembleias romanas (MORSTEIN-MARX, 2004: 82-83), a frequente representação das realizações de ancestrais nas moedas a partir da metade do século II AEC se inseriu na “monumentalização” da sociedade romana, ocorrida na mesma época (MEADOWS; WILLIAMS, 2001: 40-44). Nessa perspectiva, Anne Clark (2007), definiu esses novos tipos monetários, cuja emissão iniciou-se na década de 130 AEC, como novos e pequenos “espaços portáteis” nos quais os monetários podiam pensar sobre si mesmos, suas famílias, sua cidade, seu passado e seu presente (CLARK, 2007: 139).<sup>27</sup>

Nessa perspectiva, as mudanças observadas nos motivos iconográficos das moedas romanas, durante a década de 130 AEC, não descartavam as instâncias políticas que influenciaram essa mudança, todavia, não se restringiram a elas.

De acordo com Harriet Flower (2004), a cultura romana pode ser caracterizada como sendo, de muitas formas, a “cultura do espetáculo”:

O espetáculo estava no coração da política e da compreensão da identidade da comunidade. Era, sobretudo, uma cultura visual, do ver e do ser visto, em ocasiões especiais e no dia a dia. Consequentemente, muitas ações eram essencialmente teatrais e havia relativamente muito pouco daquilo que os modernos chamariam de privacidade. Na verdade, o status e a identidade de uma pessoa atingiam seu significado completo apenas a partir do olhar dos outros cidadãos. (FLOWER, 2004: 322).

---

<sup>27</sup> A autora sugere que as imagens nas moedas representavam os espaços nos quais os indivíduos podiam pensar e fazer declarações de si mesmos, dos outros e suas contribuições no passado e no presente (CLARK, 2007: 139).



A concepção de “cultura do espetáculo”, atribuída à cultura romana, relaciona-se às demonstrações públicas de *status* social e podiam ser representadas de diversas maneiras, cuja função era rememorar a posição hierárquica, política e social da família, no passado e no presente.

Dessa forma, a raiz etimológica da palavra ‘moeda’ pode abarcar as concepções ‘*monumentum*’, uma vez que, os dois léxicos derivam da mesma raiz –*Moneta*, a deusa. Logo, o entendimento de que a moeda está relacionada a *monumentum*, portanto, a define como tudo que “*apela para a memória*”, “*particularmente para a memória de um morto: tumbas, estátuas, inscrições*” (Varr. *Ling.* 6. 6; ERNOUT; MEILLET, 2001: 732). Assim, a conceituação de *monumentum* se amplia para além do entendimento de uma construção, que é apenas uma de suas possibilidades de aplicação. No século II AEC, a competitividade entre indivíduos da aristocracia teria favorecido o florescimento dessa característica cultural também nas emissões monetárias (MEADOWS; WILLIAMS, 2001: 49).

Assim, para a compreensão de que a materialização e divulgação de uma determinada mensagem tenha sido amplamente utilizada na iconografia numismática romana, deve-se compreender que outros suportes materiais, também foram utilizados com o mesmo intuito, como as edificações monumentais, estatuária, rituais religiosos e textos. Todavia, entendemos que as moedas integravam a “*memória monumental*” do povo romano.

A associação etimológica da palavra ‘moeda’ com a deusa Juno Moneta, permeia a concepção da relação existente entre ambos os léxicos, o que amplia o entendimento para além da proximidade física existente entre o templo da deusa e a oficina monetária. Assim, entendemos o estreito relacionamento existente entre a concepção de divindade e “*memória*” (GALINSKY, 2014: 1).

Nas proposições de Anne Clark (2007: 135-141), as “qualidades divinas” da deusa Juno Moneta estavam relacionadas à divindade que recebia culto público e na equiparação às qualidades como *Concordia*, *Libertas* ou *Pietas*. Assim, a deusa estaria diretamente associada à **memória**, à capacidade de relembrar ou recordar, logo:

Juno Moneta não era, contudo, a única forma pela qual os escritores romanos podiam conceber a deusa *Moneta*. Ela podia também existir como uma deusa por si só, e as evidências disto são bem remotas. De um fragmento de sua *Odisseia*, fica claro que Lívio Andrônico traduziu o nome da deusa grega *Μνημοσύνη* para o latim equivalente, *Moneta*. No mundo grego, *Mnemosyne* era a deusa da memória, aquela que lembrava, e a mãe das Musas. Para Andrônico e sua audiência, ela poderia existir por si mesma como a deusa Memória. E, ao que parece, esta identidade não ficou confinada aos primeiros anos da Literatura latina. [Tradução livre] (MEADOWS; WILLIAMS, 2001: 33).

As moedas eram consideradas como unidades de pesos e medidas socialmente predefinidas, enquanto o léxico *Moneta* estava relacionado à raiz etimológica do termo memória, a deusa seria a “guardiã” deste conhecimento relacionado à cunhagem monetária.

Segundo Barbosa (2018), outra informação de ordem prática que suscita uma associação entre Juno Moneta e **memória** pode ser observada na obra de Tito Lívio, que cita a existência no templo de Juno Moneta, dos livros de linho (*librilintei*), contendo as listas dos magistrados romanos, que o historiador Licínio Mácer teria consultado (Liv. 4.7; 4.13; 4.20; 4.28). Assim, a presença das listas dos magistrados no templo dessa deusa representaria que ela era a guardiã do passado romano. Nessa perspectiva, a deusa Juno Moneta estava relacionada como fiel depositária, da trajetória das famílias mais antigas e tradicionais de Roma, uma vez que as magistraturas ocupadas por estes membros da sociedade romana, eram registradas nos *librilintei* (BARBOSA, 2018). Logo, a associação da deusa Juno Moneta como guardiã da memória coletiva, possibilitaria a compreensão do papel dessa divindade na cunhagem de moedas, uma vez que os *librilintei* estavam guardados no templo dela. Dessa forma, de maneira objetiva, a “memória” estaria associada aos conteúdos do templo de Juno Moneta (pesos e as medidas das moedas), assim como também aos *librilintei*.

A associação entre a deusa Juno Moneta e os *librilintei* citada possibilita a compreensão do aparecimento de novos tipos monetários a partir de meados do século II AEC em Roma, pois “*ao mesmo tempo em que garantia os padrões de cunhagem, Moneta também certificava a autenticidade das cenas que apareciam nas cunhagens*” (MEADOWS; WILLIAMS, 2001: 49)<sup>28</sup>. Neste sentido, é digno de nota que esquemas iconográficos que surgiram entre fins do período republicano e início do período imperial romano, fossem estabelecidos em Roma e não tardaram a circular por toda a região mediterrânea alcançando a porção oriental do Império. Muitas dessas imagens da iconografia romana chegaram na região da Síria e Judeia e foram absorvidas por seus governantes.

De acordo com Zehnacker (1973), no templo de Juno Moneta eram armazenados ainda os arquivos da cunhagem em Roma, isto é, os moldes que eram utilizados para a cunhagem monetária em grande escala. Essas moedas eram emissões oficiais do Estado, cuja origem remontaria ao início da cunhagem em prata (ZEHNACKER, 1973: 40).

---

<sup>28</sup>Meadows e William (2001), afirmam que as circunstâncias políticas são relevantes para o entendimento do fenômeno do florescimento dos novos tipos monetários a partir da década de 130 AEC em Roma, mas entendem que elas ocorreram em paralelo com outras transformações em outras áreas, como a historiografia, por exemplo. Nesse sentido, o florescimento dos novos tipos monetários deve ser entendido no contexto da importância que tinham os monumentos para a elite e da natureza competitiva da política romana, elementos que se acentuam no século II AEC (MEADOWS; WILLIAMS, 2001: 46; BARBOSA, 2018).

As escolhas dos símbolos verbais e não-verbais que compunham os elementos imagéticos da moeda estavam relacionadas a uma determinada mensagem, uma vez que, possivelmente, essas imagens difundidas se articulavam com uma representação figurada, no qual o poder se expressava secularmente. Trata-se, portanto, do surgimento de representações de águias, leões, como também de torres, cruzeiros, da fênix, de imperadores ou de personagens pertencentes a uma elite político-econômica, que representam a órbita de ação do poder, chegando ao ponto em que a numismática pode ser definida “*como um monumento oficial a serviço do Estado*” (LA FLOR, 1995: 183).

A moeda pode ser compreendida como uma excelente fonte material de estudos arqueológicos, uma vez que, a partir de sua análise, podemos inferir sobre aspectos políticos, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos e estéticos.

Nessa perspectiva, as pesquisas relacionadas às amoedações como documentos ultrapassam o entendimento da simples troca comercial ou aquecimento na economia.

Segundo Roldán Hervás (1975):

Sem dúvida alguma é no terreno das ideias políticas e da propaganda onde é mais fecundo o serviço da Numismática à História... [Devemos] refletir sobre a significação da moeda no mundo antigo, num mundo onde não existiam meios de informação comparáveis aos nossos, onde o analfabetismo se estendia a numerosas camadas da população. A moeda é um objeto palpável, objeto que abre todas as portas e proporciona bem-estar. Nela pode-se contemplar a efígie do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época: *Felicitas Temporum, Restitutio Orbis, Victoria e Pax Augusta*...são *slogans*, propaganda (ROLDÁN HERVÁS, 1975: 166).

Diante das possibilidades interpretativas da moeda para a Arqueologia, entendemos que é possível a construção reflexiva de análises sobre as relações de poder e negociações na *Judaea-Palaestina*, associadas à identificação da função legitimadora da mensagem monetária nas províncias orientais do Império Romano.

Este estudo, como mencionamos, refere-se à província *Judaea-Palaestina*, especificamente às cidades Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, no período cronologicamente recortado do século I AEC ao século II EC, com ocupações que oscilaram entre as emissões monetárias sob a autoridade de povos dominadores e as emissões sob a autoridade de poderes menores. Assim, ainda há controvérsias de que a produção monetária em ouro e prata eram emissões de autoridades externas, ou os poderes dominadores da região como um todo. Logo, as elites locais fabricavam numerários de menores valores, de uso mais restrito, em geral em bronze (FLEMING; TEIXEIRA-BASTOS; PORTO, 2017: 18-19).

Na hodiernidade, diversos estudiosos se dedicaram ao longo desses últimos séculos à tentativa de ordenação e análise das moedas cunhadas na *Judaea/Palaestina*. Destes, destacamos os trabalhos desenvolvidos por C. Cavedoni, *Numismatica Biblica o sia Dichiarazione delle monete antiche memorate nell Sante Scritturi* (Modena, 1850); F. de Saulcy *Recherches sur la numismatique judaïque* (Paris, 1854); F. W. Madden *Coins of the Jews* (London, 1881); M. A. Levy, *Geschichte der jüdischen Münzen gemeinfasslich dargestellt* (Leipzig, 1862); T. Reinach *Les monnaies juives* (Paris, 1887) e Hamburger *Die Münzprägungen während des letzten Aufstandes d. Israeliten gegen Rom.* (Berlin, 1892).

Dois importantes estudiosos da primeira metade do século XX se destacam: G.F. Hill, que em 1914, publicou *Catalogue of the Greek Coins in the British Museum: Palestine*. (London, 1914). Essa obra procurou ampliar o escopo das cidades cunhadoras, promovendo uma catalogação de cidades não judaicas também. Depois, Adolph Reifenberg *Ancient Jewish Coins* em 1940, e a segunda edição em 1947.

Principalmente a partir do século XX, diversos desses autores perceberam a grande diversidade de moedas produzidas e que circularam nesta região, e tentaram criar uma normativa para os grupos de moedas que determinados governantes e períodos produziram. Neste sentido, segundo Fleming *et al.* (2017: 19), vários governantes emitiram moedas na *Judaea-Palaestina*, que gerou denominações confusas, sendo as mais comuns as moedas – nacionais, pré-imperiais gregas, nacionalistas, imperiais gregas, imperiais romanas e as emissões provinciais.

De acordo com a nomenclatura monetária citada, Fleming, Teixeira-Bastos e Porto (2017: 19-20) esclareceram que as emissões nacionais na *Judaea-Palaestina* referem às moedas dos selêucidas e ptolomeus, a partir do século III AEC. As emissões dos hasmoneus foram cunhadas pelos sumo-sacerdotes, em Jerusalém e são consideradas emissões autônomas. As moedas produzidas pelos herodianos foram classificadas como emissões pré-imperiais gregas, porque ocorreram um pouco antes do domínio efetivo de Roma na região<sup>29</sup>.

As emissões judaicas da Primeira e Segunda Revolta (*Primum Iudæorum Romani Bellum* ou a Grande Revolta Judaica entre os anos 66-70 EC, e a Revolta de Bar Kokhba entre os anos 132-135 EC) promoveram uma série de emissões nomeadas de nacionalistas, pois tinha

---

<sup>29</sup> De acordo com Flávio Josefo, o domínio de Roma sobre a Província da Judeia (*Judaea*), teve início com a conquista de Pompeu sobre a região em 63 AEC (*Antiguidades Judaicas*, XIII, 10. 2. 211), a partir da fusão das antigas províncias da Síria e da Judeia. Todavia, após a derrota judaica na Revolta de Bar Kokhba em 135 EC, a região passou a ser denominada província Síria-Palestina (*Syria Palæstina*). (FLEMING; BASTOS; PORTO, 2017: 19).

um caráter de resistência aos romanos. Já as moedas batidas na *Judaea-Palaestina* durante o período anterior à dominação romana receberam o nome de *moedas imperiais gregas*<sup>30</sup>.

As moedas imperiais romanas que circulavam na *Judaea-Palaestina* eram cunhadas pelos romanos em outros locais, já outras eram emitidas por Roma e circulavam pela região. Outra situação ligada às emissões acontecia quando Roma concedia autonomia a determinada cidade aliada. Em algumas exceções, Roma se apropriava de oficinas locais para cunhar suas moedas. Essas cunhagens receberam o nome de *emissões provinciais* (ROSENBERGER, 1972, 1975, 1977; SYON, 2015; ARIEL, 2016; FLEMING; TEIXEIRA-BASTOS; PORTO, 2017).

Diante das informações mencionadas esclarecemos que em Cesareia Marítima houve emissões denominadas pré-imperiais gregas, provinciais, imperiais gregas e “*minimas*”<sup>31</sup>. Todavia, em Jerusalém tivemos emissões autônomas, pré-imperiais gregas, provinciais, nacionalistas e imperiais gregas. Assim, diante desse numeroso universo de emissões monetárias, informamos que as cunhagens de moedas nessas duas cidades, objeto de nosso estudo, foram alvo de resgate arqueológico, e as mais antigas foram encontradas em Jerusalém, cujo início de produção foi atribuído ao final do período persa (375-333 AEC), com emissões que continham a inscrição em paleo-hebraico “*YHD*”.

Segundo Zlotnik (2012), a cunhagem de moedas em Jerusalém ficou estagnada por 175 anos, sendo retomada durante o reinado hasmoneus de Hircano I e de Alexander Janeu. Assim, de acordo com Gitler (2011: 485), essas cunhagens monetárias dos hasmoneus ocorreram por volta de 128-37 AEC, quando as oficinas monetárias em Jerusalém voltaram a funcionar. Esse período de cunhagem de moedas na Judeia corresponde à expulsão dos selêucidas e as primeiras décadas do domínio romano na região. A partir de então, a cunhagem de moedas judaicas continuou sem interrupção por quase dois séculos sob o domínio dos reis hasmoneus e herodianos (SALES, 2018).

Durante o reinado hasmoneu as moedas metálicas destinadas às populações judaicas foram influenciadas pela lei judaica, que proíbe o uso de imagens e/ou esculturas. Dessa forma, as emissões dos hasmoneus contavam com motivos iconográficos de coroas, diademas, cetros, e assim por diante (SALES, 2018).

---

<sup>30</sup> Essas moedas são assim chamadas devido à dominação grega e período helenístico no Levante, época em que a cultura, a língua e as emissões monetárias na região estiveram relacionadas aos governantes que sucederam a Alexandre, o Grande (FLEMING; BASTOS; PORTO, 2017: 20).

<sup>31</sup> Um fenômeno recorrente em torno de Cesareia Marítima foi o aparecimento de imitações reduzidas de moedas em circulação. Essa moeda recebeu o nome de “*minute = minimas*”, que copiavam *prutot* dos períodos herodiano, dos procuradores e da Primeira Revolta Judaica (HAMBURGER, “*Minute Coins from Caesarea*,” *Atiqot I*, 1956).

Matatias Antígono (40-37 AEC), foi o último governante hasmoneu, sendo substituído por Herodes, o Grande, que foi designado rei da Judeia pelos romanos em 37 AEC. Nesse período Herodes conquistou Jerusalém, e a dinastia dos hasmoneus chegou ao fim (MESHORER, 2001; OSTERMANN, 2005).

De acordo com Sales (2018), o rei Herodes (37-4 AEC), que governava na época, cunhou suas moedas primeiro em Samaria e depois em Jerusalém. Seu herdeiro, o rei Arquelau (4 AEC a 6 EC), continuou cunhando moedas na cidade até o momento de seu exílio em 6 EC.

Da mesma forma como Herodes, o Grande foi autorizado a emitir moedas, a relação dele como rei-cliente de Roma foi marcada pelo seu excessivo investimento em projetos de edificações monumentais, relacionadas às estruturas de poder observáveis no espaço construído, como o Templo de Jerusalém, o palácio de Massada e o porto de Cesareia Marítima. Quando Herodes, o Grande morreu em 4 AEC, ele deixou o reino para seus três filhos: Herodes Arquelau, Herodes Antipas e Herodes Filipe. Tanto Jerusalém quanto Cesareia Marítima ficaram sob o governo de Herodes Arquelau.

Os vestígios arqueológicos apontam que as cunhagens monetárias em Cesareia Marítima de período herodiano se concentram entre 4 AEC e 6 EC. Estas geralmente trazem símbolos marítimos e outros motivos iconográficos relacionados às duas cidades desta pesquisa, como imagens que procuram contemplar por um lado a amizade com Roma, e por outro, símbolos que se relacionavam com a cultura judaica.

Herodes Filipe (4 AEC – 34 EC) cunhou suas moedas em Cesareia Paneas. Algumas emissões desse governante apresentavam seu próprio retrato, e assim, tornaram-se as primeiras moedas conhecidas contendo o retrato de um governante judeu (MESHORER, 2001: 61-114).

Observamos no estudo da numismática da Judeia, do período romano, que os elementos iconográficos e os locais de achado das moedas das duas cidades estudadas, estavam intrinsecamente relacionados às estruturas de poder e negociações observadas no espaço construído, uma vez que as relações assimétricas entre humanos e coisas (moedas e espaço construído), tornam-se emaranhados biossociomateriais, porque os locais, os indivíduos e as coisas estão em constante interação através do tempo e do espaço, logo:

O poder depende da habilidade de manipular e controlar esses processos; ou, antes, o poder emerge como potencial no interior dos emaranhados entre humano e coisas. O poder não é função numa rede, mas, sim, assimetrias no interior do emaranhado humano-coisas, o fato de que diferentes fios devem esperar uns pelos outros, dependem uns dos outros. Assim, os humanos são apanhados em particulares fluxos e contrafluxos nos quais encontram dificuldade para escapar (TEIXEIRA-BASTOS; FERREIRA; HODDER, 2020: 124).

Essa lógica do poder romano na região relaciona-se diretamente com a organização jurídico-administrativa das cidades. Dessa forma, quando os romanos dominaram diretamente a Judeia na década de 60 AEC, eles restauraram como pólis todas as cidades gregas da Judeia (ECKER; COTTON, 2011: 493), as quais estavam concentradas em duas regiões: i) zona costeira (*Dora, Demetrias, Joppe, Gaza, Raphia*, com *Gaba* e *Marisa* mais ao interior), ii) Decápolis (*Gadara, Abila, Dium, Hippos, Pella, Gerasa, Philadelphia, Canatha, Nysa-Scythopolis*). Assim, segundo Josefo (*Antiguidades Judaicas* 13, 395–7), a maioria das cidades mencionadas foram conquistadas pelos governantes hasmoneus, e algumas décadas mais tarde, foram restauradas como pólis por Pompeu.

As cidades restauradas como pólis por Pompeu, já tinham este *status* administrativo desde o período helenístico, assim, percebemos que os romanos não criaram pólis na Judeia, mas devolveram este estatuto à maioria das cidades que o possuía sob o domínio dos Selêucidas.

A restauração como pólis das cidades gregas na Judeia reforça a ideia da manutenção de um modelo preexistente e corrobora que Roma não interferiu na estrutura helenística de caráter grego na região, assim, a compreensão de emaranhados biossociomateriais, ou seja, entre o homem e a materialidade das coisas a partir de sua agência são extremamente relevantes para as análises desta tese, uma vez que se percebe que o modelo de pólis era grego e não romano, logo, observamos que as relações assimétricas entre humanos e coisas são instâncias imanentes, históricas e fluidas, assim, as interdependências são materializadas em percursos identitários através dos tempos, sem delimitações rígidas de natureza espacial, cronológica e étnica.

O emaranhado biossociomaterial é inerente à própria emulação cultural de Roma e do que era grego na região pelas populações locais fazendo culminar, assim, em algo novo.

Essa lógica fez com que a maioria dessas cidades adotassem seu próprio sistema de contagem de tempo, com base no ano de sua refundação como pólis, a princípio, e como *municipium*, *colonia* e *metropolis*, como nos deteremos mais adiante. As cidades fundadas pelos governantes da dinastia de Herodes e pelos imperadores romanos em tempos posteriores seguiram o mesmo padrão, cuja representação desses eventos históricos era muitas vezes utilizada como elementos imagéticos da cunhagem provincial o que associa as emissões monetárias à organização do espaço construído.

Alla Kushnir-Stein (2005), assim como Porto (2007) desenvolveram estudos atualizados das trinta e oito (38) cidades que cunhavam moedas na Judeia e Transjordânia durante o período romano.

As cidades provinciais romanas denotavam diferentes eventos para marcar a sucessão histórica delas: autonomia, restauração como pólis, fundação de novas cidades, e épocas comemorativas, os quais estavam amplamente representados nas emissões monetárias. De acordo com Ecker e Cotton (2011: 493), a maioria das moedas da Judeia foram datadas de acordo com as tradições locais que remontam aos tempos helenísticos.

O anverso destas moedas geralmente retratava o imperador romano, enquanto o reverso era dedicado a promover as questões internas da cidade (seus deuses, monumentos, eventos especiais). Esses eventos relacionados à transmissão da mensagem imperial às cidades, eram mediados pela materialidade das moedas em consonância com a organização do espaço construído, uma vez que os elementos retratados nas moedas, muitas vezes representavam a própria cidade.

As legendas destas moedas eram escritas em grego, e apenas as cidades que receberam o *status* de colônia tinham legendas em latim (MILLAR, 1990).

Era utilizado o bronze para produção das moedas emitidas para o uso na cidade e seus territórios adjacentes, enquanto as emissões pré-provinciais eram cunhadas em prata juntamente com os denários romanos (PRIEUR; PRIEUR, 2000).

Nas proposições de Porto (2007), na Judeia, as emissões de bronze das cidades, sejam provinciais ou autônomas datam de 22 a 268 EC. Segundo o autor, a gradual desvalorização da cunhagem de prata deu-se desde Nero, em decorrência das inúmeras reformas monetárias, as quais aos poucos garantiu maior importância à cunhagem de bronze.

As duas guerras contra os judeus que ocorreram durante o período de dominação romana foram determinantes para o estabelecimento da autorização para cunhagem nas cidades da província. Enquanto algumas cidades eram punidas por terem se posicionado contra os romanos, tendo sua cunhagem proibida, outras, ao contrário, puderam continuar ou até mesmo iniciar uma nova fase da vida da cidade produzindo moedas com a autorização do Império Romano (FLEMING; TEIXEIRA-BASTOS; PORTO, 2017: 21). Trata-se, nitidamente, do uso da emissão de moedas, como elemento de controle social, na constatação de que a cunhagem monetária estava intrinsecamente relacionada às estruturas de poder constituídas pelo Império Romano nas cidades da *Judaea-Palaestina*.



Além da emissão de moedas, os romanos negociavam com as cidades por meio da alteração de seus *status* administrativos. Nesse sentido, os acordos firmados entre Roma e as elites locais, foram representados nas legendas monetárias e algumas cidades. Um título importante que apareceu nas moedas das cidades emissoras é *metropolis*. Nas cidades romanas, *metropolis* era a designação de uma cidade que teria se originado de uma *colonia*. A cidade adquiria o status de *metropolis* por ampliar sua importância comercial, política, populacional e sociocultural frente aos romanos (KINDLER, 1982/83: 82-83). Logo, o *status* administrativo de uma cidade, também era elemento de cooptação e emulação de instâncias simbólicas e políticas difundidos nos motivos iconográficos presentes nas moedas.

As estruturas de poder e negociações representadas nas moedas, envolviam o complexo relacionamento das 'redes de poder' dos romanos com as cidades da *Judaea/Palaestina*, e o universo de pessoas e coisas, presentes no complexo emaranhado biossociomaterial. Assim, a emulação social na *Judaea-Palaestina* contava com a herança selêucida e dos hasmoneus, bem como, com a diversidade cultural e religiosa dessa região, na promoção da interação e integração cultural, por meio de acordos e não somente pela imposição bélica imperial.

Dessa forma, as instâncias relacionadas à interação, integração e emulação cultural, também influenciaram as emissões monetárias e foram influenciadas por estas. Destacamos que os motivos iconográficos selecionados para compor a mensagem monetária, apresentava no anverso o busto do imperador ou de membros de sua família, enquanto no reverso predominavam representações de divindades ou personificações de atributos ou ações dos imperadores, mas também inscrições, monumentos (templos, pontes, anfiteatros etc.), animais, corpos celestes, instrumentos de culto, além de cenas de atividades militares e civis (SALES, 2018).

A seleção dos elementos imagéticos das moedas foi impactada com a eclosão da guerra judaica contra Roma em 66 EC, quando a liderança judaica começou a cunhar moedas que estampavam a natureza do conflito: i) Libertação nacional ao expulsar o exército romano da Judeia. ii) Estabelecer a independência do Estado judaico. Assim, Gitler (2011) argumenta que as moedas cunhadas durante essa revolta foram as emissões mais famosas de todas as moedas judaicas antigas.

Durante os cinco anos dessa guerra, inúmeras cunhagens ocorreram, com legendas em paleo-hebraico, e iconografia de símbolos judaicos. Durante as escavações arqueológicas na

região, encontrou-se tesouros monetários<sup>32</sup> que confirmam a produção monetária local no período desse conflito (SALES, 2018: 64).

Para Sales (2018), sem dúvida, estas moedas foram produzidas durante o período da Primeira Revolta Judaica, e é incrível perceber que mesmo em períodos de revoltas, as moedas desempenhavam um importante papel na legitimação do poder e no esforço em fazer uma declaração política para os judeus, e possivelmente aos romanos, ultrapassando os limites de uso da moeda como objeto para troca de mercadorias.

Logo após o Templo de Jerusalém ter sido destruído pelas tropas vitoriosas lideradas por Tito em 70 EC, seu pai, o imperador Vespasiano, lançou uma série de moedas comemorando a vitória romana sobre os judeus.

A série de moedas conhecida como “*Judaea Capta*” durou vinte e cinco (25) anos sob Vespasiano e seus dois filhos que o sucederam no poder – Tito e Domiciano<sup>33</sup>.

Os elementos figurativos básicos das moedas dessa série são uma palmeira e uma figura feminina (representação alegórica da Judeia) sentada em uma atitude de extrema tristeza e submissão.

No período denominado pós-primeira revolta (70 EC a 132 EC) predominaram na Judeia as emissões imperiais romanas, ou seja, as cidades insurgentes foram impedidas de emitir moedas tendo que utilizar somente as moedas produzidas por Roma ou por seus aliados, que por ali circulavam.

No final do verão de 132 EC, os judeus da Judeia iniciaram uma nova guerra contra o Império Romano. De acordo com Gitler (2011), os revoltosos foram liderados por *Shim'on* (Simão) *Ben Kosiba*, mais tarde nomeado por “Bar Kokhba,” ou “Filho da estrela.” Esse líder usurpou a prerrogativa imperial da cunhagem de moedas e estabeleceu-se como o herdeiro legal ao trono (SALES, 2018).

Durante os anos da revolta de Bar Kokhba, os rebeldes criaram um reino judeu independente, que emitia moeda própria. Assim, eles se apropriaram das moedas romanas de prata e bronze que circulavam na região da revolta, e bateram motivos iconográficos relacionados à revolta sobre elas.

---

<sup>32</sup> De acordo com Florenzano (2004: 73), **tesouros monetários** são “*grupos de moedas retiradas de circulação e enterradas ou guardadas em lugares protegidos*”.

<sup>33</sup> Maiores aprofundamentos sobre as emissões *Judaea Capta* serão realizados no capítulo 5 desta tese *Estruturas de Poder e Negociações Observadas a Partir dos Elementos Numismáticos*.

Este ato de sobrepor motivos judaicos às representações iconográficas e legendas romanas simbolizou não só a soberania do povo judeu, mas também a sua oposição aos romanos, uma vez que esse processo de cunhagem desfigurava as imagens originais das moedas romanas (MILDENBERG, 1984; MESHORER, 2001).

Depois da supressão da revolta de Bar Kokhba, quase não se produziram mais moedas na *Judaea-Palaestina*. Somente as cidades gregas da região (que apoiaram os romanos durante o conflito), continuaram com a produção imperial grega. A proibição das cunhagens provinciais e a manutenção da circulação das moedas imperiais romanas, demonstram, entre outras coisas, que a restrição às produções locais foi uma resposta imediata aos judeus “revoltosos”, e que a utilização da moeda como instrumento de repressão, evidenciava a força político-ideológica que possuíam esses pequenos objetos (PORTO, 2007).

Ao término da Revolta de Bar Kokhba, suas moedas receberam a contramarcação de motivos iconográficos relacionados à décima legião *Fretensis*; legião esta que ficou estacionada em Jerusalém por um longo período. Essa contramarcação terminou com a emissão das moedas em Aelia Capitolina (128-251 EC), que também continha símbolos associados à essa legião romana.

Segundo Ariel (1982), o período de funcionamento da oficina monetária de Aelia Capitolina foi compreendido entre o século II EC ao século III EC. Para o autor, foi nesse período, que essa cidade, alinhou-se ao universo romano tanto pelo viés cultural como monetário.

A impressão histórica que se tem sobre Aelia Capitolina nesse período, é de que ela tenha sido um centro provincial que serviu como base legionária. Assim, especialmente neste período, entende-se as moedas encontradas nessa colônia permaneceram em circulação por um longo tempo. Isso se deve, provavelmente, pelo declínio no valor real das moedas de prata, que resultou na revalorização das moedas de bronze (ARIEL, 1982).

As cunhagens monetárias da *Judaea-Palaestina*, mais detidamente nas oriundas das oficinas monetárias das cidades de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, eram distribuídas por estas cidades e circulavam não apenas por elas, mas por diversas outras cidades que estavam sob seu raio de influência. As imagens de anverso e reverso dessas moedas, demonstram a total instrumentalização política destes pequenos objetos, realçando a representação das estruturas de poder e negociações presentes nas instâncias socioculturais, religiosas e econômicas da região, as quais estampavam imagens e legendas para mostrar à sociedade a legitimação e o poderio dos imperadores.

Paralelamente à documentação numismática mencionada, chamamos a atenção para as principais fontes textuais existentes para a investigação da presença romana na região. São as fontes históricas escritas no período romano em Israel, a saber: as obras de Flávio Josefo – *Antiguidades Judaicas*, *Autobiografia* e *Guerra Judaica*. *História Romana*, escrita por Dion Cassio, historiador romano que viveu entre 160-230 EC.

É proposta da tese, colocar esta documentação textual em amplo diálogo com a documentação numismática em todas as suas discussões, principalmente no capítulo sexto quando analisaremos as estruturas de poder e negociação em consonância com o conteúdo numismático das duas cidades, no escopo cronológico da pesquisa, isto é, entre os séculos I AEC e II EC.

# CAPÍTULO 3

## URBANISMO E TERRITORIALIDADE

Para a melhor compreensão desta pesquisa, neste capítulo, recorreremos a definição de variados conceitos que perpassam o entendimento de ideologia, organização urbana, plano ortogonal, cidade, organização social do espaço, planejamento urbano, dentre outros. Trata-se de uma multiplicidade conceitual, na organização de uma discussão dentro do universo geográfico e temporal da tese, a qual permitirá a compreensão dos pressupostos teóricos deste estudo arqueológico.

Observamos no aporte teórico desta tese, que as representações das diversas estruturas de poder nas sociedades antigas e atuais são veiculadas por meio do discurso verbal e/ou não-verbal, da iconografia e por um grande conjunto de objetos materiais. A arqueologia relaciona-se dessa forma, com a materialidade e as múltiplas expressões do poder constituído – cultural, político, econômico e religioso – o que no caso do mundo antigo, distancia-se de interpretações reducionistas e monolíticas da ocupação da paisagem como meros elementos sociais relacionados à originalidade e beleza, e cedem lugar a análises do componente *ideológico*<sup>34</sup>.

O conceito de *ideologia* é bastante complexo, uma vez que a tentativa de elucidação sobre esse assunto envolve-se em emaranhados categoriais, assim como, em múltiplas e polissêmicas interpretações que os diversos autores e tradições têm conferido ao termo. Porém, a conceituação de *ideologia* utilizada nessa pesquisa, refere-se à presença de ordenação no espaço construído, a qual é definida por Knapp (1988) “*não só como uma reflexão epifenomênica sobre a base político-econômica de uma sociedade, mas como mais um meio pelo qual grupos mantêm, resistem ou mudam ativamente seu poder relativo dentro da sociedade*” (1988: 132). Dessa forma, a *ideologia* e o poder estão em contínua e íntima interação e, para que os grupos hegemônicos continuem exercendo seu domínio sobre os

---

<sup>34</sup> O termo **ideologia** aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Idéologie* (Elementos de Ideologia). Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, DeStutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). Os ideólogos franceses eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos. Pertenciam ao partido liberal e esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseadas exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados, pudesse levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral (CHAUI, 1980: 10).

demais, a *ideologia* é reiterada por meio de estratégias e símbolos que usam suportes variados e, dentre eles, os materiais que podem ser acessados pela análise dos arqueólogos (HIRATA, 2012: 25).

Para Knapp, certos artefatos – aplicáveis à organização do espaço construído –, servem como “*correlatos materiais*” da *ideologia*, constituem-se em vestígios tangíveis de um “*aparato ideológico centralizado*” (KNAPP, 1996: 16).

O aparato ideológico centralizador, materializado na ordenação do espaço construído, necessita de dispêndio excessivo de recursos e de energia, o que segundo Torelli (2005: 8-9), deve ser levado em consideração quanto aos grandes contingentes de escravos, bem como a mobilização de artesãos altamente especializados (por certo bem pagos), que implicam uma forma de controle dessas atividades por um poder centralizador forte.

Dessa forma, essa pesquisa se relaciona com a interpretação das vinculações existentes entre projetos construtivos, estruturas de poder e negociações na compreensão arqueológica das formações paisagísticas e da organização das cidades no mundo antigo. Tal composição atua como mediadora e legitimadora do poder constituído, possibilitando, assim, formas de negociações e integrações na *Judaea-Palaestina*.

Conforme Kormikiari (2009), o sedentarismo levou os grupos sociais, de uma maneira geral, a construírem assentamentos mais complexos, de acordo com inúmeros fatores: políticos, econômicos, sociais e inclusive demográficos. A cidade, nesta perspectiva, constitui o nível máximo de elaboração de um assentamento por um determinado grupo social. Impérios da Antiguidade ou países modernos, ambos se baseiam na existência de núcleos populacionais vivendo em cidades, grandes e pequenas. No fundo, a definição de aldeia, vilarejo, fortificação e outros que possam ser empregados na descrição de um assentamento humano tem como parâmetro a cidade.

O surgimento da cidade como forma de assentamento complexo costuma aparecer vinculado ao próprio desenvolvimento da agricultura entre os homens (CHILDE, 1960).

Segundo Tolfo (2017), o conceito de organização urbana é abordado por diferentes áreas do saber, definindo-se, deste modo, como um campo multidisciplinar, que nos remete para o questionamento sobre o que vem a ser ‘urbano’.

Numa perspectiva geral podemos pensar o *urbano* como “*um espaço físico que compreende um conjunto de normativas e equipamentos reguladores que nos remetem para a esfera política, administrativa, religiosa, econômica e social*” (TOLFO, 2017: 20).

Dessa forma, a organização urbana constitui, atualmente, uma área de estudo relacionada à formação da cidade, a qual corresponde a conceituação multidisciplinar de numerosos saberes produzidos no âmbito das Ciências Sociais.

Segundo Ribeiro (2008: 29), “a preocupação sobre o modo de construir o espaço urbano e sobre o seu funcionamento começou a perfilar-se já na Antiguidade Clássica, como testemunham algumas obras que chegaram até nós”. Observa-se na obra de Vitrúvio<sup>35</sup>, escrita no século I AEC, um modelo que influenciou profundamente alguns autores do Renascimento, entre eles Leon Battista Alberti<sup>36</sup>. Entretanto, antes de Vitruvius, Hipodamos de Mileto, no século V AEC, propôs uma teoria racional para a organização das cidades, ainda que tal teorização tenha sido resultado de uma prática já consolidada nas civilizações do Oriente Antigo e Vale do Indo<sup>37</sup>, onde a organização reticulada dos espaços de convivência era habitualmente utilizada para concentrar e organizar a população local. Sabe-se que a Arqueologia contribuiu para a demonstração de que o plano ortogonal antecede o próprio Hipodamos de Mileto nas colônias gregas da Sicília, o que permite a desconstrução da lógica de que esse plano foi importado da “metrópole”.

A reflexão acerca do fenômeno urbano já podia ser observada nas obras de Platão<sup>38</sup> (428-348 AEC) e de Aristóteles<sup>39</sup> (384-322 AEC). Contudo, a teorização sobre a cidade ganhará ênfase particular no Renascimento, surgindo associada à Tratadística da Arquitetura, na qual diferentes autores discutem a linguagem arquitetônica, procurando a sua normalização e racionalização, na busca de um método de elaboração intelectual e de abstração matemática, quer para os edifícios, quer para a organização das cidades (RIBEIRO, 2008; TOLFO, 2017).

Segundo Hirata (2012: 24), dentre os precursores de uma abordagem social do espaço está Gordon Childe, que, já na década de 1950, escreveu: “os homens gradualmente descobrem,

---

<sup>35</sup> *Marcus Lucius Vitruvius Pollio*, conhecido por Vitruvius, era romano e foi autor da obra *De Architectura*, que se refere a um tratado de arquitetura composto por dez livros, onde o autor aborda diversos temas, entre os quais a formação dos arquitetos, as diferentes construções públicas e privadas, ou os processos e os materiais de construção. Este tratado terá sido redescoberto no ano de 1414, em St. Gall, tornando-se numa obra de grande importância para a época (CASTRO VILLALBA, 1995; ROSENAU, 1988), circunstância que se manteve até à atualidade. Recentemente foi traduzida do latim para o português (MACIEL, 2006).

<sup>36</sup> Leon Battista Alberti (1401-1472) foi uma das principais figuras do Renascimento italiano, autor da obra *De Re Aedificatoria*, publicada em 1485. Esta obra enfatiza os problemas construtivos das cidades, analisando diversos aspectos como a habitação, as ruas, as fortificações, ou os arrabaldes (ROSENAU, 1988). Esta obra encontra-se traduzida em castelhano, sob o título *De Re Aedificatoria*, 1485, versão de J. Fresnillo Núñez, com prólogo de J. Rivera (FRESNILLO NÚÑEZ, 1991).

<sup>37</sup> O conhecimento acerca das origens das primeiras cidades, teve relevante contribuição dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Arqueologia. Existem inúmeras obras publicadas acerca do tema, destacando-se, desde logo, V. G. Childe, pioneiro nos estudos sobre a origem da cidade (Childe, 1954).

<sup>38</sup> Em particular, nas obras *República, Leis e Críticas*.

<sup>39</sup> Sobretudo na sua obra *Política*.

*por experimentação, como coisas e pessoas podem ser organizadas, definindo então uma ideia de espaço. Então isto deve encontrar um veículo simbólico e ser expresso”* (CHILDE, 1954: 76). Nessa perspectiva, o ambiente que nos cerca existe em função de nossas ações e dos significados que imprimimos nele; tem, pois, a conotação de um espaço existencial. Já o espaço arquitetônico, o ambiente construído, nada mais é do que a concretização desse espaço existencial. A relação espaço-sociedade é hoje um tema prioritário na pesquisa arqueológica e vem sendo abordado por estudiosos de várias correntes teóricas.

Seguindo as epistemologias pós-processuais referentes a identificação e análise do *espaço construído*, entendemos que ele seja inegavelmente uma via de comunicação entre grupos sociais hegemônicos ou poderes institucionalizados e os demais grupos de indivíduos integrantes de uma sociedade.

Para Pearson e Richards (1994) a forma e disposição das estruturas arquitetônicas na paisagem são manifestações visuais da ideologia que dão suporte às relações sociais assimétricas, típicas de sociedades rigidamente hierarquizadas. Para esses autores, a relação entre ocupação do espaço e expressão de poder é uma via de acesso privilegiada para o estudo da estruturação social e política de grupos humanos através dos tempos.

Torna-se imprescindível para essa pesquisa o entendimento das interações entre espaço, sociedade e relações de poder, por isso, tal perspectiva alinha-se aos conceitos desenvolvidos pelo arqueólogo Bruce Trigger (1990), o qual defende o pressuposto de que, nas construções monumentais – ou seja, naquelas que excedem tanto em escala quanto em qualidade de construção as necessidades funcionais de um edifício – atesta-se o chamado *consumo conspícuo*, um comportamento que integra as estratégias de afirmação do poder em sociedades estratificadas.

Para esse autor, nas sociedades humanas, o controle de energia constitui “*a mais fundamental e universalmente reconhecida medida de controle de poder*”, e daí decorre que “*o mais básico meio pelo qual o poder pode ser simbolicamente reforçado é através do consumo conspícuo de energia*” (TRIGGER, 1990: 128).

Segundo Rezende (2013: 15), da monumentalização da arquitetura, ou seja, da habilidade de gastar energia, especialmente na forma do trabalho de outras pessoas, em maneiras não-utilitárias, mais universalmente entendida como o investimento de energia na produção de símbolos de poder, resulta que a:

Arquitetura monumental e artigos pessoais de luxo tornam-se símbolos de poder porque eles são vistos como incorporações de uma grande quantidade de energia



humana e daí simbolizam a habilidade de alguns para quem esses objetos são construídos de controlar essa energia em um nível fora do comum. Além do mais, participando da construção de monumentos que glorificam o poder das classes superiores, os simples trabalhadores são levados a reconhecer seu status de subordinação e o senso de sua própria inferioridade é reforçado (TRIGGER, 1990: 125).

Justamente porque a monumentalização do espaço construído mobilizava “*arquitetos e um grande número de operários, artesãos especializados (os escultores) e as autoridades da cidade, ele [espaço] encarna uma certa imagem que a cidade quer passar de si mesma, reflexo de sua ideologia e de sua história* (REZENDE, 2013: 15).

Segundo Hirata (2012):

A ordenação do espaço construído é uma forma de alta visibilidade e durabilidade a comunicar esse consumo extraordinário, associando-o a um governante ou a uma camada hegemônica detentora do poder. Impõe uma mensagem claramente inteligível que sinaliza materialmente para a eternidade e imutabilidade de uma ordem social e, ao negar a possibilidade da mudança, responde ao temor e à ansiedade pela passagem do tempo. As obras monumentais podem efetivamente mascarar o arbítrio com que o poder é exercido clamando por representar a vontade e pensamento coletivos. São edificações que testemunham como esses detentores do poder conseguem dispor de habilidosos artesãos, uma grande monta de recursos materiais e massivas quantidades de trabalho para realizar essas obras. O princípio do consumo conspícuo seria, pois, a contrapartida oposta a outro comportamento muito observado nas sociedades humanas, o princípio do menor esforço, ou seja, o recurso a um gasto maior de energia no tempo curto para reduzir o dispêndio da energia no tempo longo (HIRATA, 2012: 24).

Nessa perspectiva, a ordenação do espaço construído deve ser analisada também pelos recursos dispendidos na transformação da paisagem natural.

É crucial para essa pesquisa a identificação da função política, cultural, econômica e social da ordenação do espaço construído nas cidades de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, durante a administração romana da *Judaea-Palaestina*, na identificação das estruturas de poder e negociações observadas no planejamento urbano e nas cunhagens provinciais<sup>40</sup>, como elementos sociais de mediação, negociação e integração social dessas comunidades ao Império Romano.

Segundo Smith (2003: 2), desde a Antiguidade que governantes e construtores estavam claramente envolvidos no *planejamento urbano*, e suas cidades foram assentamentos humanos *planejados*, seguindo as noções do senso comum de planejamento. No entanto, a maioria das

---

<sup>40</sup> Ressalta-se que a tese terá um capítulo destinado às análises numismáticas, bem como, outro para a análise das estruturas urbanas, os quais possibilitarão o intercruzamento destas informações em um capítulo ao final da pesquisa.

cidades antigas são classificadas como *não planejadas* na literatura sobre urbanismo histórico. Quase todos os estudiosos adotam um esquema simplista em que as cidades com um traçado ortogonal são classificadas como *planejadas*, enquanto àquelas que não têm esse princípio em *grade* não são planejadas.

Este ponto de vista minimista sobre o espaço construído, tem extrema conotação ocidental moderna e etnocêntrica, o qual entende que planejamento construtivo está diretamente relacionado ao uso de uma malha urbana de cidade com a construção de ruas ortogonais ordenadas como único tipo válido de planejamento urbano. Essa concepção ignora a variedade de esquemas de planejamento urbano concebidos por povos antigos nas mais diversas partes do globo.

Nessa pesquisa arqueológica, a visão tradicional de planejamento da cidade antiga amplia-se, uma vez que há total rejeição de esquemas dicotômicos e monolíticos de *espaço planejado versus não-planejado*, em favor da consideração de princípios espaciais, além do traçado ortogonal. Assim, segue-se conceitos como coordenação entre edifícios e espaços urbanos, e padronização de formas urbanas.

Esta perspectiva reconhece uma grande variedade de abordagens para o planejamento urbano no mundo antigo, e permite a variação no grau ou extensão de planejamento (ou seja, algumas cidades foram mais planejadas do que outras).

Ressaltamos a necessidade da conceituação de *cidade*, o que pode denotar vários pensamentos e direcionar o estudo de modos diferentes.

Segundo Kormikiari (2009):

Um dos grandes debates das Ciências Humanas, desde o século XIX, gira em torno da definição e conceituação da 'cidade'. A cidade pode ser analisada a partir de diversos prismas. O que significa cidade para nós? O que significava cidade para os antigos? É possível realizarmos esta apreensão? Com relação ao mundo grego, aparentemente sim. As fontes textuais são claras quanto ao aparato necessário para se poder denominar uma certa localidade cidade-estado (aparato político) ou cidade (aparato físico). No entanto, ao contrário do esperado, os estudiosos modernos não chegaram ainda a um acordo sobre a definição e os motores de produção nem da cidade-estado nem da cidade grega. Vários estudos privilegiam aspectos diferentes, religiosos, econômicos ou políticos. No entanto, a ampla produção acadêmica sobre o tema nos permite abraçar algumas hipóteses e tentar estabelecer certos parâmetros norteadores. Nosso interesse ao apontar esses dados reflete a necessidade de estabelecermos critérios acerca do uso do espaço entre populações não gregas. É possível transferir a conceituação grega para todas as sociedades do Mundo Antigo [...]? (KORMIKIARI, 2009: 137).

Kotkin (2012:18), define que a maior criação da humanidade foram suas cidades, pois elas representam a realização da imaginação, atestando a capacidade de alterar o ambiente natural das maneiras mais profundas e duradouras.

Para Da Mata (2007) a melhor definição de *cidade* seria entendê-la como a fortificação, a cidadela, o lugar onde o homem se defende do inimigo natureza ou do inimigo militar.

Nas proposições de Ferreira (2010), cidade é um:

Complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i.e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; **urbe**: ‘Cidade é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca, - numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico.’ (FERREIRA, 2010: 495).

Segundo Guarinello (2009), o conceito de cidade antiga permeia vários autores ao longo da História, como Fustel de Coulanges (1864), Polignac (1995), Max Weber (1950), Marx e Engels (1961), Adam Smith (1776), entre outros.

Fustel de Coulanges (1864) afirma que cidade não é uma reunião de indivíduos e sim uma confederação de vários grupos, famílias, tribos, que já estavam constituídos antes de ela se formar e que ela a deixa subsistirem, mesmo com costumes diferentes.

Da mesma forma se refeririam os romanos à *civitas*, a cidade no sentido da participação dos cidadãos na vida pública. Se, no caso da *polis ou da civitas*, o conceito de cidade não se referia à dimensão espacial da cidade e sim à sua dimensão política, o conceito de cidadão não se refere ao morador da cidade, mas ao indivíduo que, por direito, pode participar da vida política (ROLNIK, 1995: 17).

Kormikiari (2009: 138) argumenta que o próprio termo “cidade” traz em si uma carga, moderna, cheia de subentendidos que dificulta uma definição clara do que venha a ser, de fato, uma cidade. Assim, entendemos que alguns elementos são recorrentes nos estudos sobre a cidade antiga: homogeneidade social, étnica e de crenças; questão da posse de um território; defesa; divisão do trabalho e elementos de culto estariam todos, em maior e menor proporção, relacionados com o surgimento das cidades.

As discussões acadêmicas atuais sobre a conceituação de cidade na Antiguidade, têm suas bases iniciais nas obras de Fustel de Coulanges e Gordon Childe (o primeiro no final do século XIX e o segundo no início do século XX), os quais podem ser considerados precursores de duas teses opostas: Coulanges privilegiou os elementos religiosos e Childe os econômicos. Assim, estes autores defendem que o conceito de cidade é tão complexo que as causas de sua

origem, formação e dissolução não podem ser estudadas sem se ter em mente que, na História, não existe apenas racionalidade nas premissas e consequências. Ou seja, o modelo de cidade tem que ser reestruturado de acordo com a realidade que se estuda (FLORENZANO, 2004).

O conceito de cidade na Antiguidade era múltiplo e diferente para os diversos agrupamentos humanos, e que ele só foi “construído” no século XIII, segundo Lencioni (2008). Na época Romana, um conceito muito utilizado era *urbs*, o que podia definir a zona de habitação (KORMIKIARI, 2009).

Para Fustel de Coulanges (1864), *civitas e urbs* não eram sinônimos, uma vez que *civitas* estava relacionada a associação religiosa e política das famílias e tribos, e *urbs* era a definição dada ao local de reunião, o domicílio e, sobretudo, o santuário dessa associação.

Segundo Rolnik (1995):

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (ROLNIK, 1995: 17).

Conforme as proposições de Kormikiari (2009), os vestígios arqueológicos das cidades romanas ou romanizadas precisam ser interpretados, decifrados em seus traçados e seus contextos, para que se possa fazer um estudo contextualizado no tempo e no espaço.

Kotkin (2012: 37) afirma que inicialmente, as cidades surgiram relacionadas ao sagrado, uma vez que a maioria das cidades arqueologicamente atestadas, foi encontrada associada à devoção a algum deus.

No tempo de Heródoto, algumas das maiores e mais populosas cidades de seu passado – Ur, Nínive – tinham decaído e se tornado insignificantes, deixando pouco mais que os ossos secos do que outrora haviam sido pulsantes organismos urbanos. Cidades como Babilônia, Atenas e Siracusa estavam, naquele momento, em seu glorioso auge; dentro de uns poucos séculos, seriam suplantadas por cidades ainda maiores, notavelmente Alexandria e Roma (KOTKIN, 2012: 19).

Segundo Mumford (2004), antes do início das cidades temos as aldeias:

Por toda a parte, a aldeia é um pequeno agrupamento de famílias, variando talvez entre meia dúzia e três vintenas, cada qual com seu próprio lar, seu próprio deus doméstico, seu próprio oratório, seu próprio cemitério, dentro da casa ou em algum campo comum de sepultamento. (...) Na maior parte, o tempo dissolveu a estrutura material da aldeia na paisagem: somente seus cacos e conchas podem reclamar permanência; mas a estrutura social permaneceu rija e durável, pois é baseada em preceitos ditados, histórias de famílias, exemplos heroicos, injunções morais, conservados como tesouros e passados sem deformação dos velhos para os jovens (MUMFORD, 2004: 25).

Segundo Kotkin (2012:14), desde as origens mais remotas, as áreas urbanas realizaram três funções cruciais distintas – criar um espaço sagrado, proporcionar segurança básica e abrigar um mercado.

Em meio a uma multiplicidade de conceitos sobre *cidade*, essa pesquisa se alinha aos conceitos que compreendem as relações sociais como agentes transformadores da paisagem, os quais concordam com as definições encontradas nas obras de Amos Rapoport, arquiteto polonês responsável pelo desenvolvimento do importante conceito do *ambiente construído* (RAPOPORT, 1982).

Para o autor mencionado existem questões básicas a serem pensadas nas pesquisas acadêmicas referentes ao espaço construído como resultado direto da ação do homem e seu meio ambiente. A mais importante delas trata do efeito do meio ambiente no comportamento humano, o qual teria efeitos diretos e indiretos.

Por meio de experimentos com grupos humanos esse autor concluiu que as respostas humanas para ações idênticas variavam de acordo com o ambiente onde foram realizadas. A conclusão de Rapoport é que apesar das ações relacionarem-se a efeitos sociais, percebemos que seus desenvolvimentos também estão associados a situações do ambiente (KORMIKIARI, 2009).

Ressaltamos que esta tese de doutorado se alinha ao entendimento de que o ambiente construído é, pois, uma manifestação cultural onde se materializam os traços organizacionais de uma sociedade, assim como os seus aspectos cognitivos (FLORENZANO, 2004).

Os signos de poder observados no ambiente construído, relacionam-se à interação e emulação social, os quais mediam as relações assimétricas que existem no emaranhado biossociomaterial. Assim, Kormikiari (2009: 139) explica que é preciso ter em mente que os vestígios materiais serão interpretados de acordo com a cultura ou subcultura em que estão inseridos (KORMIKIARI, 2009: 139). Assim, Rapoport não nega que a cultura domina e que o ambiente construído é apenas um coadjuvante, mas propõe o uso do modelo sociológico da *interação simbólica*. Essa interação simbólica dá-se por meio das relações humanas, as quais relacionam-se às coisas e pessoas a partir de significados que promovam o processo de *interação social*. Nessa perspectiva, o processo interpretativo controla e altera os significados, tanto das próprias pessoas como dos objetos. Deste modo, o significado não é intrínseco e sim construído (RAPOPORT, 1982).

Para Kormikiari (2009: 139), tanto a cultura como a estrutura social dependem do que as pessoas fazem. Dessa forma, a interação simbólica estabelece objetos físicos, sociais e

abstratos. No ambiente construído estes vários objetos juntam-se e interagem. Logo, o esquema conceitual de Rapoport engloba interação simbólica, antropologia cognitiva, noção de ambientes comportamentais e efeitos indiretos do ambiente sobre o comportamento (KORMIKIARI, 2009).

Os conceitos desenvolvidos por Rapoport (apresentados por KORMIKIARI, 2009), referentes ao espaço construído, refletem a tentativa de identificar os aparatos culturais que estabelecem a interlocução visual do ambiente edificado, assim o autor argumenta que: 1. O espaço construído é uma ferramenta de aprendizagem e interação; 2. É um instrumento social que demonstra relações hierarquizadas; 3. Expressa padrões de comportamento; 4. É uma ferramenta *mnemônica*; 5. Manifesta a conformação de comportamentos sociais; 6. Conduz à atuação social.

Com base nos conceitos citados, a linha teórica desta pesquisa converge com o entendimento de que as múltiplas opções sociais disponíveis a um determinado grupo humano – na forma como este se organiza no ambiente que ocupa – sejam materializações comportamentais que permitem o entendimento desse agrupamento social.

O historiador C. R. Whittaker (1993) esclarece que a tentativa de conceituar o que foi o agrupamento social denominado ‘cidade’ na Antiguidade, demonstra a variedade interpretativa deste léxico. Assim, a cidade (modelo grego tradicional), compreendia a existência de uma “rede urbana” (moradias; edificações públicas; locais de eventos coletivos como teatros e *ágorai*; templos e estradas que orientavam a circulação de objetos e pessoas), e um território envoltório, constituído por pastagens, plantios, mineração, matas e florestas (todas essas características não precisavam ser necessariamente atendidas) (FLORENZANO, 2004).

Segundo Ferreira (2010: 218), urbanização é o processo de criação ou desenvolvimento de organizações urbanas, de acordo com os princípios do planejamento da paisagem cultural.

Nesse sentido, para Kotkin (2012):

O maior legado de Alexandre, no entanto, consistia nas novas cidades que ele e seus sucessores fundaram. Antioquia, Selêucia e mais notavelmente Alexandria aplicaram princípios racionais de planejamento numa escala raramente vista em cidades gregas mais antigas. Construída a partir do zero, cada cidade foi projetada com uma *ágora*, um templo e prédios administrativos apropriados. Ali vemos o desenvolvimento sistemático e planejado de obras públicas em larga escala (KOTKIN, 2012: 59).

Segundo Harouel (2004)

[...] o termo ‘urbanização’ passou a englobar uma grande parte do que diz respeito a cidade, obras públicas, morfologia urbana, planos urbanos, práticas sociais e pensamento urbano, legislação e direito relativo à cidade. A palavra ‘urbanização’, nesta concepção abrangente, é comumente aplicada às sociedades urbanas do passado. Fala-se, frequentemente, de um urbanismo chinês, babilônico, grego, romano ou pré-colombiano para designar as formas urbanas características dessas diversas civilizações (HAROUEL, 2004: 8).

Para Marshall (2000):

A experiência arquitetônica e urbanística, no mundo antigo, era presidida, por normas de ordenação do espaço originadas em diversos mitos e ideologias, os quais foram compartilhados entre os povos antigos em episódios ou estruturas da narrativa, assegurando à cidade e a toda a atividade edificadora o prestígio de um ato ritual, um rito realizado conforme modelos celestiais ou ancestrais, [...] Edificar era um ato de poder [...] (MARSHALL, 2000: 11).

A organização urbana, pode assim, ser pensada, como signo ativo de poder e de integração social, a qual torna-se imprescindível na organização de identidades, de intervenções na paisagem, na contribuição da configuração espacial e de agrupamentos humanos.

Segundo Hora (2016), a construção de espaços urbanos organizados e setorizados, simbolizados por sua ostentação arquitetônica requer um dispêndio de energia que somente é possível por meio de um poder político centralizado, que disponibilize recursos necessários e mão de obra suficiente para tal empreitada.

Para Knapp (2008), a tarefa de construir grandes e complexas estruturas requer compromisso a longo prazo, controle de recursos e investimento em trabalho e mão de obra. Ao contrário da maioria dos objetos estudados pela Arqueologia, a organização do espaço urbano é culturalmente pensada para marcar as paisagens que expressam ativamente ideologia, acionam memória e ajudam a construir identidades (KNAPP, 2008; CHILDE, 1954). Trata-se assim, da expansão da malha urbana, a relação dela com os grandes templos, a expansão do território, o crescimento das habitações e a movimentação dos portos, os quais delinearão e propiciaram as condições necessárias para o crescimento populacional (HIRATA, 2010).

Segundo Aldrovandi *et. al.* (2011), a expressão de poder por meio do discurso visual na paisagem também pode ser visualizada na própria ordenação das cidades. As edificações cívicas, religiosas, portões e muralhas são dispostos na paisagem de forma pensada, como um discurso monumental.

Para Rapoport (1982), o “ambiente construído” é um conceito abstrato usado para

descrever produtos da atividade humana, sendo uma manifestação cultural materializada, por vezes, monumental.

Nesse sentido, a análise do ‘ambiente construído’ precisa oferecer a reflexão dialética do tempo-espaço no processo histórico da urbanização das cidades, como um conjunto indissociável e polissêmico dos emaranhados biossociomateriais, os quais são fixos e fluídos, contraditórios e solidários, no contexto ao qual a história local ocorre.

Nessa perspectiva, Milton Santos (2002) desenvolveu o conceito de “rugosidades do espaço”, como figura de linguagem na representação da necessidade em se analisar o passado materializado nas formas da apropriação do ambiente construído no presente, em que as diversas ocupações e apropriações espaciais têm ocorrido de maneira sucessiva, sobreposta e concomitante. Assim, para o autor o espaço é o “corpo vivo do tempo”.

As ‘rugosidades’ citadas anteriormente, referem-se às formas e processos inerentes às relações históricas e dialéticas estabelecidas por uma urbanização que promove a homogeneização, ao mesmo tempo em que fraciona e hierarquiza as relações biossociomateriais nas cidades. Dessa forma, esses processos sociais contraditórios precisam ultrapassar as engessadas periodizações dos momentos de urbanização das cidades, em uma abordagem analítica que contemple a associação da rugosidade espacial com a noção de territorialidade, para o entendimento do espaço construído como heranças físico-territoriais, socioculturais e de representações identitárias.

Diante da conceituação de rugosidade do espaço mencionada, entendemos que os traços organizacionais de uma sociedade e seus traços cognitivos ficam impressos na paisagem. Portanto, o ambiente construído propicia a leitura, que determina o comportamento diante de um determinado lugar (PORTO, 2014). Logo, as transformações físicas, observadas na organização do espaço urbano podem trazer informações sobre transições importantes a respeito de uma comunidade, ou seja, a memória compartilhada de um lugar.

Partindo do pressuposto de que os conceitos de lugar e espaço são constituídos por atividades humanas, que por sua vez estabelecem conexões, poderíamos estipular, como marcos históricos da paisagem, os lugares biográficos, os espaços setorizados que compõem a estrutura de um território construído e seus significados, uma história contextual. Assim, as construções que foram envolvidas ao longo dos séculos mostram que o lugar não é um espaço isolado, mas um agregador de sentido, de memória, de experiências religiosas que contextualizam aquele espaço (PORTO, 2014; RAPOPORT, 1982; ZEDENO, 2008).



Entendemos que assim como a organização do espaço urbano propicia a materialização da memória compartilhada do lugar, a multiplicidade de identidades romanas percorreu o campo das interações, cuja atuação da população provincial não deve ser superestimada, na afirmação de que ela de algum modo conseguiu “neutralizar” a influência do mundo romano. Neste contexto, Porto (2012) sugere que uma “*abordagem alternativa deve considerar o impacto da presença militar, a resistência ao Império, compreendida não somente no âmbito da luta armada, mas também na esfera cultural, social e simbólica, a relação entre elite provincial e imperial, bem como os demais agentes sociais envolvidos no processo que não as elites*”. Do mesmo modo, a atuação da população provincial não deve ser subestimada, pois a agência de suas ações na vida política e cotidiana implicam sobremaneira nos destinos da cidade.

A compreensão do fenômeno urbano no contexto do universo romano, necessita do entendimento da representação da funcionalidade da cidade. Para o urbanista francês François Ascher (2004):

[...] o fenômeno da urbanização está vinculado às interações produzidas dentro das cidades, enquanto ‘urbanidade’, cujo potencial multiforme produz o reagrupamento de grandes quantidades de população num mesmo lugar (ASCHER, 2004: 19).

Para esse autor, a função da cidade transpunha sua divisão técnica, social e espacial da produção de bens e serviços, o que proporcionava o intercâmbio de natureza diversa entre os que produziam bens de subsistência, bens manufaturados, bens simbólicos (sacerdotes e artistas) e o poder.

Seguindo essa linha de pensamento de Ascher, Michael Pacione (2009), entende o conceito de *urbano* enquanto um “*efeito sobre o estilo de vida das pessoas dentro de uma cidade. Assim sendo, a cidade é tanto um fato físico e estrutural como subjetivo (estruturas cognitivas)*” (PACIONE, 2009: 21).

De acordo com a concepção de cidade como um espaço físico articulado a subjetividades inerentes às ações humanas, a cidade pode ser vista como um objeto de estudo da “*Arqueologia urbana que recupera as suas materialidades e espaços ao longo do tempo, ou da História urbana que recupera os seus protagonistas*” (MARTINS; RIBEIRO, 2010: 153; TOLFO, 2017).

Para o historiador Pierre Grimal, “*o Império Romano continua a ser, para nós, um fenômeno urbano*” (GRIMAL, 2003: 295).

Segundo Tolfo (2017: 23):

[...] os romanos disseminaram pelo Império um modelo de cidade, com concepções urbanísticas singulares, que não condizia com a capital, Roma, metrópole que, segundo o seu passado literário, teria sido formada num contexto de unificação dos povos do Lácio, possuindo traçados irregulares condicionados pelo relevo. No entanto, ao longo de sua história, o expansionismo romano abarcou dentro de suas fronteiras antigos territórios, anteriormente independentes, reestruturando-os e organizando-os em províncias. Dentro delas integravam-se cidades de fundação anterior, ou criaram-se outras novas para responder às necessidades de administrar o território. Não cabendo aos romanos a invenção da cidade como espaço de vivência, deve-se a Roma a difusão sobretudo ocidental, de um padrão de vida urbano, enquanto lugar onde se acumulavam funções políticas e administrativas, econômicas e culturais. Mas a cidade romana era também uma realidade física, na sua estrutura, representada no traçado das suas ruas e quarteirões e nos edifícios públicos e privados (TOLFO, 2017: 23).

Para Ribeiro (2008: 100-101), a cidade romana pode ter diferentes origens, de acordo com o modo como se formou. Assim, existem cidades que resultaram de prévios acampamentos militares (*castra*) e cidades que evoluem de antigos povoados e cidades ‘criadas do nada’ (*ex nihilo* – sugere que a cidade foi uma ‘fundação de raiz’ ou *ex novo*). O estatuto jurídico das cidades, em ordem crescente de importância, organizava-se em peregrinas (*oppidum civium romanorum*), municípios (*municipium civium romanorum*) e colônia (*coloniae civium romanorum*). A partir do principado de Augusto o mundo romano passará por um período de reestruturação político-administrativo, tendo na remodelação ou criação de novas cidades, e na reorganização do seu território, em antigas e novas cidades, um dos principais fatores para desenvolvimento do *ideal urbano* (TOLFO, 2017).

A organização jurídico-administrativa mencionada das cidades romanas ocorreu mais na parte ocidental do Império<sup>41</sup> do que na parte oriental, o que segundo Millar (1990), pode ser compreendido, porque no Oriente as cidades já eram bastante estruturadas, em razão de terem herdado aspectos políticos e culturais decorrentes da presença grega na região.

Conforme observamos nas proposições de Porto (2007: 70):

No final do período helenístico somente cidades com direito de autonomia possuíam sua própria data de fundação, ou seja, seu *status* de *polis* estava diretamente associado à sua data de fundação ou refundação. Tal autonomia conferia a essas cidades também a prerrogativa de organizar seu calendário de maneira autônoma, independente do calendário das outras cidades. As *poleis* que tiveram sua fundação no período helenístico utilizavam a data de fundação Selêucida, por outro lado, está claro que,

---

<sup>41</sup> Ressalta-se o trabalho desenvolvido por Irmina Doneux dos Santos (Um conto de três cidades: a *Urbs*; *Ammaia*, a colônia *ex nihilo*; e Conimbriga – a adaptação dos *oppida lusitanos*. **R. Museu Arq. Etn.**, 32: 57-78, 2019), o qual apresenta estes elementos para o Ocidente tomando como exemplo a província Lusitânia.

em tempos romanos, uma *polis* poderia introduzir sua própria data de fundação, se esse fosse o seu desejo.

O status administrativo de uma província oriental, era seguida de uma nova data de fundação da cidade, o que poderia significar, que os romanos – inseridos numa política integracionista – tenham dado autonomia a alguns reis e/ou às elites de algumas cidades para decidirem sobre seus próprios dispositivos (KUSHNIR-STEIN, 1990: 167-168).

Segundo Porto (2012: 02), o conhecimento romano referente à realidade oriental na organização do espaço construído, fez com que Roma embasasse o seu domínio na *Judaea-Palaestina*, por meio do incentivo ao culto imperial<sup>42</sup>, como forma de integração, como elemento de coesão, de unidade, pois se traduzia em diferentes tipos de culto e em diferentes formas de interação com os deuses locais.

A elevação do *status* administrativo das cidades da Judeia foi uma das principais características de integração desenvolvida pelos romanos, as quais poderiam ser designadas como *polis*, *municipium*, *colonia* e *Metropolis*. A maioria das cidades que receberam a concessão da mudança de *status*, já era inicialmente uma *polis*, uma vez que este *status* foi concedido pelas autoridades helenísticas na região.

O *status* denominado *municipium* era o segundo mais elevado grau atribuído a uma cidade no Império Romano, inferior, no entanto, ao estatuto de *colonia*. Para conseguir o estatuto de *municipium*, uma cidade deveria dispor de algumas infraestruturas mínimas, como aquelas necessárias para o governo local. Os cidadãos dos *municipia* de primeira ordem (entenda-se uma elite favorável a Roma), possuíam uma cidadania romana plena, e direitos associados (*civitas optimo iure*), onde se incluía o direito ao voto. Os cidadãos do *municipium* tinham direito a uma autogestão (KUSHNIR-STEIN, 1990; BEARD; NORTH; PRICE, 1998).

De acordo com Porto (2007: 71):

A *colonia* romana originalmente era um assentamento de veteranos de alguma legião romana, que havia recebido terras como parte do pagamento por sua aposentadoria. Com o tempo, o termo virou sinônimo de grande *status*. Todos os cidadãos das *coloniae* eram considerados cidadãos romanos. As *coloniae* – tal qual o exército – reproduziam o sistema religioso romano no exterior. O seguimento do calendário romano pelas *coloniae* sugeria que a ordenação das práticas religiosas romanas ditava o ritmo da vida nas *coloniae*. Os procedimentos sacerdotais também eram os mesmos que os de Roma.

---

<sup>42</sup> Para maiores aprofundamentos sobre o culto imperial no Ocidente ver R. ÉTIENNE, *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Aguste a Dioclétien*. Paris: E. de Boccard, 1974. Sobre o culto imperial no Oriente ver James S. McLaren, Jews and the Imperial Cult: From Augustus to Domitian, *Journal for the Study of the New Testament* 27(3), 2005, pp. 257-278. Também V. C. Porto, O Culto Imperial e as Moedas do Império Romano, *PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, 24-1, 2018, pp. 138-154.

Outro *status* que se observa nas moedas das cidades da *Judaea-Palaestina* é *metropolis*. O termo ‘*metropolis*’ era a designação de uma cidade que teria se originado de uma *colonia*.

Segundo Martin Hengel e Christoph Markschies em *The ‘Hellenization’ of Judaea in the First Century after Christ*, referente a cidade de Jerusalém, afirmaram que a cidade não era apenas a capital da *Judaea* na época de Herodes e dos procuradores, mas era ao mesmo tempo uma *metropolis* – internacional, no sentido *lato* – uma grande ‘atração’, no sentido literal, o centro de todo o mundo habitado (HENGEL; MARKSCHIES, 1989: 37).

Entende-se que a política de integração presente na fundação e refundação das cidades na Judeia ocorresse desde o período helenístico, a qual foi utilizada por Roma na transformação das cidades da região em colônias.

Os romanos substituíam as já existentes pólis por meio de um ritual de refundação da nova *colônia*, conforme se observa na obra de Mary Beard, John North e Simon Price, intitulada *Religions of Rome*, a saber:

Todas as estruturas simbólicas da *colonia* enfatizavam seu status como ‘mini-Romas’ a partir do momento de sua fundação, conduzida com ritos que ecoavam a fundação mítica de Roma propriamente dita: os auspícios foram tomados – como Rômulo no bem conhecido mito – o fundador arando em torno do lugar, suspendendo o arado onde os portões deveriam estar; dentro dessas fronteiras definidas, nenhum sepultamento poderia ser feito. [Tradução livre] (BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S., 1998: 313).

Dessa forma, observamos que a fundação de uma cidade romana tinha sobretudo um carácter funcional, racional e religioso, que lhe conferia o estatuto de *espaço sagrado*. A característica principal da sua morfologia condiz com o plano ortogonal, teorizado por Hipodamo de Mileto, como vimos páginas atrás, mas que na realidade já existia milênios antes, pois constitui a forma mais simples de organizar um espaço. Assim, a cidade romana era pensada de forma prática e funcional, que era assegurada pela malha ortogonal das suas ruas, cujo cruzamento permitia desenhar os quarteirões, onde se iriam construir os futuros edifícios. Mas se a regularidade era uma herança helenística, os rituais de fundação, que *tornavam a cidade um espaço consagrado*, eram de origem etrusca. Logo, a cidade basicamente era criada a partir de um rito religioso, o chamado *haruspícius* (ou *aruspice*), em que um sacerdote, ou o cidadão que detivesse o direito a interpretar o *aruspício* (*augur*), procurava perceber a vontade dos deuses relativa à escolha do sítio para fundar uma nova cidade (RIBEIRO, 2008: 100-101).

Segundo alguns autores (HAROUEL, 1990; RIBEIRO, 2008: 101-102; RYKWERT, 1985: 117), a função dessa nova cidade romana residia na interpretação dos voos dos pássaros,

na identificação dos presságios e na leitura das vísceras de animais. Assim, a primeira etapa consistia na identificação dos signos sagrados, em busca de aprovação para o estabelecimento do solo sagrado no qual se iria consagrar a nova cidade, a *inauguratio*.

Após a eleição do local onde se iria construir a cidade, passava-se à fase da *limitatio*, ou seja, à demarcação dos limites da cidade (TOLFO, 2017).

Segundo Tolfo (2017), o fundador, provavelmente algum magistrado romano, utilizando uma simbologia que remontava à tradição etrusca, traçava o que seriam os futuros limites da cidade, usando para o efeito um arado, emblema da rusticidade e virilidade do homem do campo, cujo significado representa o cidadão ideal (o fundador).

Seguindo ainda, os conceitos estabelecidos por Tolfo (2017), entendemos que no universo cultural romano, a fundação e a refundação das cidades dialogavam com a questão da fronteira. Era um ato de fundação de uma nova *colonia* por parte do imperador romano – que é, simbolicamente, o fundador de todas as cidades. Logo, a cerimônia de fundação da *colonia* era representada por meio de ritos que remetiam a fundação mítica de Roma, e assim, se estabelecia sua soberania por meio da definição dos territórios em torno dos quais se ordenava a cidade. Este rito de fundação romana esteve presente no conjunto dos motivos iconográficos das moedas, e foi reiterado sucessivas vezes por vários imperadores em diversos lugares.

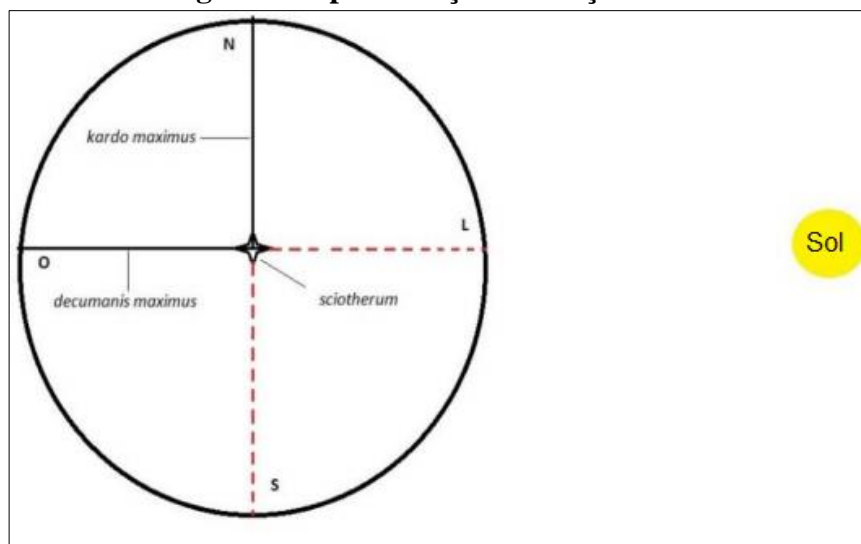
Diante dos rituais de fundação das cidades mencionados, os auspícios romanos foram utilizados como estruturas temáticas na construção iconográfica das moedas na *Judaea-Palaestina*, na qual vê-se o próprio imperador na representação do sacerdote, arando a terra, na demarcação do *pomerium* (cf. nota 10). A delimitação da muralha era um elemento importante desta demarcação da refundação da cidade romana. Essa representação monetária da cerimônia de fundação das cidades será aprofundada no capítulo da tese referente as análises numismáticas de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima.

Os sulcos formados pelo arado simbolizarão o *pomerium*, que identificava a separação do solo onde se constituiria a nova cidade, ou seja, a divisão do solo sagrado (interior), do não sagrado (exterior, ou *ager*).

Segundo Tolfo (2017), a futura muralha da cidade seria erguida no local da demarcação dos *sulcus* do arado. A etapa seguinte é designada por *orientatio* (Fig. 12). Nessa fase os agrimensores determinavam os dois eixos principais que se cruzavam ortogonalmente, formando um ângulo de noventa graus (90°), sendo marcados o *decumanus maximus* e o *cardus maximus*, que representariam as principais ruas da cidade.

A demarcação do *decumanus maximus* e do *cardo maximus* era realizado pelo agrimensor, que através de delicados cálculos traçava as linhas perpendiculares.

**Fig. 12 – Representação do traçado da nova cidade – *orientatio***



Fonte: Tolfo (2017: 25)

Nessa perspectiva, as ruas restantes eram demarcações baseadas nos alinhamentos ortogonais dos eixos configurando o aspecto da morfologia da cidade que seria repartida em quadrantes divididos em *centuriae*.

Por fim, Tolfo (2017: 25) afirma que a *consecratio* era a última etapa da fundação da cidade, cujo objetivo era receber o aval divino para compor um novo terreno urbano na terra.

No decorrer desse processo de demarcação do espaço urbano, o solo era transformado em terra pátria (lugar sagrado), já que para os romanos a *urbe* era considerada um fato espiritual antes de material, sendo necessário, deste modo, a eleição de uma *divindade zeladora da nova cidade*.

Após o rito de inauguração e de estabelecidos os seus eixos principais e secundários, a área da nova cidade representava um espaço de simetria axial, em cujo centro, no cruzamento do *cardo* e *decumanus maximus*, se iria localizar o espaço público do *forum*.

O conjunto das ruas secundárias, paralelas àqueles eixos principais, deixava entre si espaços que formavam os quarteirões (*insulae*) (HAROUEL, 1990; RIBEIRO, 2008: 101-102; RYKWERT, 1985: 117).

Segundo Burón Álvarez (2006: 289), os edifícios públicos e privados que compunham as cidades romanas, materializavam no espaço as funções necessárias à vida urbana, de carácter

político, administrativo, econômico e religioso, estendendo a influência de Roma às diferentes regiões do Império. Por isso, os seus edifícios e espaços públicos possuíam um caráter religioso e funcional, cujos serviços estavam diretamente associados às engrenagens da vida pública.

Para Tolfo (2017), dentre os elementos construtivos, inerentes ao espaço urbano público e religioso, havia as ruas, praças, basílicas, foros, termas, aquedutos, fontes, pórticos, templos, teatros, anfiteatros, hipódromos, cloacas, dentre outros. Assim, no âmbito privado, destacavam-se os espaços destinadas a habitação, como as *insulae* e as *domus*<sup>43</sup>.

De acordo com as concepções do autor mencionado, na periferia ordenavam-se as necrópoles, dispostas ao longo das vias que saíam da cidade. Por outro lado, embora as cidades fundadas pelo Império Romano obedecessem a um plano ortogonal, todas elas eram singulares e possuem planos ortogonais distintos, decorrentes de vários fatores de origem geográficos, topográficos e mesmo culturais que lhes conferiam especificidades. Neste mesmo raciocínio, sobre as particularidades regionais na fundação de cidades, a base econômica e o substrato cultural das diferentes regiões, influenciaram diretamente nas características das edificações, no que se refere à sua maior ou menor monumentalidade e aos métodos e materiais utilizados na sua construção (TOLFO, 2017). Logo, o processo de urbanização empreendido por Roma, nas suas múltiplas variantes, representou um modelo administrativo de integração das populações das províncias sob o domínio imperial.

### **3.1 Emulação na (re)fundação das cidades e na cunhagem provincial**

As cidades eram a base político-administrativa do Império Romano, por meio de uma aliança entre o imperador e as elites locais, os impostos eram cobrados e o poder era nelas exercido (GUARINELLO, 2013: 142-143).

As cidades anexadas pelos romanos ao Império passavam pelo processo de fundação ou refundação; muitas cidades no Império Oriental foram refundadas porque já havia um florescimento da vida urbana na região, como as cidades de fundação grega. A vida urbana encontrava-se pouco estabelecida no Império Ocidental e, a partir de um padrão de urbanização, os romanos construíram muitas cidades, por exemplo, na Bretanha e nas Gálias.

---

<sup>43</sup> De acordo com Martire et. al. “do ponto de vista arqueológico, as moradias urbanas romanas eram divididas em duas categorias: as casas térreas (denominadas domus), e os blocos de apartamentos (chamados insulae)”. O Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP-MAE-USP, [www.larp.mae.usp.br](http://www.larp.mae.usp.br)) desenvolveu um aplicativo virtual educativo intitulado DOMUS em que se consegue ‘mergulhar’ no interior de uma casa romana.

As cidades romanas estavam alinhadas ao modelo de urbanização de Roma e, como dissemos, eram como “*mini Romas*”, comportando na parte plana dos territórios os edifícios públicos, como as termas, latrinas, o fórum, enquanto a parte alta era reservada aos templos (FUNARI, 2002: 96)<sup>44</sup>.

Embora se observe na literatura a ideia de “imitação” do plano urbano de Roma na configuração espacial das cidades provinciais em virtude da disseminação da *humanitas* romana, os estudos pós-processuais referentes a ordenação do espaço permitem a compreensão de que essa ideia de “reprodução” se trata de uma explicação minimista. Veremos que apesar de Roma ter servido de inspiração para a configuração urbanística de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, estas cidades desenvolveram morfologia própria, por conta de sua realidade física, política, social, cultural e religiosa.

Para a compreensão da ideia de inovação presente na ordenação espacial das províncias romanas orientais, recorreremos ao conceito de *mimesis*. Tendo sua origem remontando aos trabalhos de Aristóteles, principalmente na obra intitulada *A Arte Poética*, a ideia de *mimesis* trazida para a Arqueologia permite a reflexão sobre processos de continuidades e assimilações. Neste sentido, tanto o estilo urbano ou mesmo uma cunhagem monetária, próprios a cada cidade, não seriam entendidos como simples “imitação”, mas como *emulação*<sup>45</sup>. Dessa forma, não se trata de identificar *ipsis litteris* modelos urbanísticos romanos nas representações provinciais, mas de detectar e refletir sobre a apropriação destes modelos e da emulação destes dentro do contexto provincial.

Segundo Alicia Jiménez (2014), *mimesis* é um dos aspectos essenciais da filosofia de Platão. A compreensão da *mimesis* é abordada de forma mais explícita na obra *A República* (PLATÃO, *A República*, X, 598), por meio da famosa *alegoria da caverna* e em outras passagens do mesmo trabalho. De acordo com Platão, objetos e outros elementos do mundo sensível são apenas um reflexo ou sombra de suas formas ideais. *Mimesis* cria aparências, imagens de coisas que são invisíveis e que estão presentes através da representação. Nesse sentido, a imagem tem um status intermediário entre o que é e o que não é (JIMÉNEZ, 2014: 29).

Em Platão, o conceito de *mimesis* está intrinsecamente vinculado aos outros domínios contemplados pelo conjunto de sua filosofia, como a linguagem, a política, a moral e a educação, dentre outros.

---

<sup>44</sup> Para melhor compreensão ver conceito de *humanitas* na Introdução dessa pesquisa. Consultar também WOOLF (2003).

<sup>45</sup> Neste sentido, soma-se a perspectiva do trabalho de doutorado de Juliana Figueira da Hora (2018: 200), o qual entende como *emulação* a noção de que algo novo se revela. O contato entre duas ou mais culturas gera o novo.



Segundo Saltarelli (2009: 252), o filósofo parte do pressuposto de que há três realidades possíveis de serem criadas: o *arquétipo*, que é a realidade verdadeira, denominada *idéa* em grego, criada por um deus; a cópia do *arquétipo*, ou *phainómenon*, criada pelo artífice ou artesão; a cópia da cópia do *arquétipo*, ou *mímema*, criada pelo artista.<sup>46</sup>

Na obra de Platão, a cópia feita pelo artífice, encontrada na natureza, no mundo humano, é imitação direta da *idéa*, ou seja, da Verdade (*alétheia*), ao passo que a cópia feita pelo artista, encontrada na arte, é já imitação da aparência (*phántasma*). A *mimesis*, então, é entendida basicamente como imitação da natureza, ou seja, da aparência.<sup>47</sup>

Aristóteles parte do mesmo princípio platônico da *mimesis* como imitação<sup>48</sup>, mas rejeita a noção de uma mera cópia da natureza, afastada da *idéa* ou *arquétipo*, para concebê-la como representação. Isso significa que a natureza não precisa ser recriada exatamente como é, mas como poderia e deveria ser. Assim, o artista não imita a realidade de forma absolutamente fidedigna, mas nela promove uma melhoria. Tal concepção da *mimesis* advém de duas principais inovações da filosofia aristotélica em relação à platônica. Primeiro, a de que a natureza ou o mundo dos homens ganha estatuto de realidade independente, não mais sendo concebida como simples imitação de um *arquétipo* ou de uma *idéa*. Em segundo lugar, Aristóteles considera que o objeto principal da *mimesis*, para a poesia, é a *práxis* humana, ou seja, as ações desempenhadas pelos homens. Daí decorre que a arte imita não as coisas da natureza, porém suas leis, princípios e proporções. O importante, então, é que essas leis estejam em acordo com a natureza e entre si, formando uma imitação não do verdadeiro, mas do semelhante ao verdadeiro (Cf. ARISTÓTELES. *Poética*, 2, § 7 e 9, § 54 apud SALTARELLI, 2009).

De acordo com Saltarelli (2009), Aristóteles (*Arte Poética* 4, 4-6), por sua vez, analisou a teoria platônica da *mimesis* em sua poética, enfatizando, no entanto, os aspectos positivos da imitação. Para o filósofo (apud JIMÉNEZ, 2014: 30), a *mimesis* é natural ao ser humano, revela-se já na infância, e o instinto de *imitação* e aprendizagem ocorrem em suas primeiras lições por meio da representação.

O conceito de *mimesis* desenvolvido na Grécia Antiga por Platão e Aristóteles foi utilizado por Jimenez (2014) para se pensar as cidades. Alicia Jiménez nos remete ao conceito de emulação vivenciado já em época romana (JIMÉNEZ, 2014: 31-32, ao tratar sobre *mimeses* e emulação). A autora nos informa que, para Potolsky (2006), a transformação de uma “imitação” repetida em um modelo original (em que um conjunto de características podem ser

---

<sup>46</sup> Cf. PLATÃO. *A República*, X, 596-598.

<sup>47</sup> Cf. PLATÃO. *A República*, X, 598.

<sup>48</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Poética*, 1, § 2

reconhecidos em cada contexto e criar tradições) afirma, por um lado, a identidade por meio da diferença e, por outro lado, a descontinuidade daquilo que foi tradição transformada em algo novo no presente (POTOLSKY, 2006: 54-57).

H. Bhabha (1998) estudou os aspectos subversivos da *imitação* da cultura do conquistador. Para ele, *mimesis* nunca é uma cópia verdadeira da realidade, mas interpretação e tradução. Os processos de mímica podem ser entendidos como uma forma de reformular tanto a imagem do colonizador quanto a das populações locais. Por *imitação*, os indivíduos pertencentes aos grupos conquistados podem tornar-se quase como os seus conquistadores. Como Bhabha lembra, a presença do modelo colonial é, por essa razão, sempre ambivalente e inevitavelmente se divide entre a sua aparência autorizada e a articulação da repetição, da reprodução da diferença e a produção de diferentes (BHABHA, 1998: 107).

Por meio da concepção mencionada de *mimesis*, entendemos que a sociedade romana provincial não foi fruto de um processo direcional, de *aculturação* e de um progresso do mais simples ao complexo. A cultura material “romana” não era superior à da sociedade provincial e muito do que se considera como item material de Roma proveio das províncias.

Diante do conceito de *mimesis* argumentado até aqui, concluimos que o contato entre grupos humanos viabiliza a transformação cultural de todos os envolvidos, conforme afirma Silva (2015: 75-76):

Os romanos assimilaram dos gregos variados traços culturais. Sua morfologia urbana, por exemplo, era uma mistura de sua herança etrusca com a própria estrutura da pólis: por exemplo, os romanos decidiram manter o costume grego de estruturar o espaço público da cidade ao redor de um lugar aberto, na Grécia, a *ágora* ou nas cidades romanas, o *fórum*. Mas também havia descontinuidades entre eles, especialmente na forma de colonizar. Algumas dessas diferenças seriam:

1) A presença de um detalhado plano urbanístico anterior à fundação de uma colônia romana demonstra uma prática menos acidental e urgente de assentamento colonial. Os gregos se adaptavam ao novo ambiente e, aos poucos, iam construindo sua estrutura urbana à medida em que já ocupavam o território (Romano 1993).

2) Os gregos, na maioria das vezes, preferiam fundar suas colônias em territórios pouco habitados. Uma vez estabelecidos ali, eles erguiam uma nova cidade geralmente localizada em um lugar favorável às relações marítimas e comerciais, bem como ao desenvolvimento de algum tipo de agricultura. Os romanos, por sua vez, evitavam estabelecer colônias em novos lugares. Sua tática era conquistar um território já munido de algum assentamento (que eles mais tarde iriam reurbanizar). Depois expulsavam dali uma parte da população local, transferindo-a para algum lugar distante. A fatia populacional banida era, então, repovoada por outros cidadãos romanos e latinos e uma guarnição permanente de soldados era ali estabelecida para assegurar a submissão do território e de sua administração que, na maioria dos casos, era exercida por nativos da própria região que eram indicados ou validados por Roma (Stephenson 2006: 10).

3) A relação entre a colônia e a cidade mãe também era diferente entre os gregos e romanos. Roma era considerada a mãe de colônias miméticas que eram filhas da Metrópole. Já Atenas nunca é descrita como uma mulher genitora, antes, é vista como um reflexo do cosmo, a cidade ideal (Lefebvre 1996: 169).

4) Os romanos criavam uma hierarquia nas colônias já antes de sua fundação, os gregos não tinham essa prática. Para os romanos havia as colônias dos cidadãos romanos (*colonia civium Romanorum*) e as colônias dos latinos (*colonia Latina*). A colônia dos cidadãos provia a seus moradores uma série de regalias e direitos próprios da cidadania romana que não eram compartilhados pelos habitantes de uma colônia latina (Smith 2009: 91).

5) As colônias de Roma em sua grande maioria foram conquistadas por ação militar. Já colônias gregas não foram fruto de “exércitos helênicos” (somente depois de Alexandre é que se pode falar de uma expansão militar greco-macedônica). As colônias gregas surgem sem ação de guerra, elas se separam de sua cidade mãe sem perder a memória de uma origem comum (Stephenson 2006: 10).

Dessa forma, a multiplicidade de características materializadas na urbanização romana se difundiu ao longo do império e demonstrava a força da *humanitas* romana, por meio do poder construtivo de estradas, aquedutos, templos para Júpiter Capitolino e de basílicas. Por outro lado, algumas dessas instalações comuns estavam relacionadas ao contato dos romanos com outros lugares e à incorporação de ideias desses locais. Exemplo disso, pode ser observado na cidade de Pompeia que possuía uma arena, um teatro e uma basílica, todos em pedra, antes da presença de Roma (BÈDOYÈRE, 2012: 98). Além disso, elementos construtivos atribuídos aos “romanos”, muitas vezes se diferiram no significado, natureza e contexto ao longo do próprio império, como as construções públicas do fórum e do anfiteatro (HINGLEY, 2010: 38). Assim, as análises das estruturas arquitetônicas e das moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, propostas nesta tese, permitem o desvelamento de traços e situações em que a *humanitas* romana se torna observável tanto no contexto situacional, como no sociocultural e urbanístico de cada uma das duas cidades abordadas.

Nessa perspectiva, o urbanismo romano envolvia conceitos como ‘cidadãos’, que formavam o senso de coletividade dos romanos. Assim, a palavra em latim *civis* gerou *civitas*, “cidadania”, “cidade”, “Estado”, porque o entendimento era de que antes de existir o coletivo deveria haver os cidadãos (FUNARI, 2003: 49). Logo, a conceituação de ‘cidade’ para os romanos, não se limitava à sua estrutura física (*a urbs*), porque ela (a cidade), também estava relacionada com o conjunto de cidadãos e a vida coletiva. Dessa forma, os lugares de encontros coletivos nos monumentos públicos eram centrais para a vida das cidades romanas, como nos anfiteatros, termas públicas e no fórum.

De acordo com Gardner (2002), o conceito de cidadania no Império Romano estava relacionado à possibilidade de uma pessoa exercer seus direitos e deveres políticos e civis, assim como, agia como elemento de diferenciação entre cidadãos e não-cidadãos.

Conforme Mathisen (2006), durante os primeiros séculos do Império Romano, a cidadania estava relacionada ao *status* social de uma elite que usufruía certos direitos (públicos e privados), privilégios e obrigações asseguradas pelas leis romanas. Assim, os não-cidadãos,

geralmente, permaneciam sujeitos às legislações das comunidades provinciais de origem. Todavia, segundo o autor citado, a cidadania romana, com o passar dos séculos, poderia ser adquirida pela compra dela, por meio da integração ao exército ou em conselhos municipais, bem como, poderia ser herdada.

Dentro desta perspectiva de cidadania romana, ser cidadão possibilitava a inserção do indivíduo nas relações evergéticas (ações de benesses públicas e/ou cívicas) com a cidade, com o poder local ou mesmo com os romanos. Logo, a cidadania poderia ser compreendida como portadora de significados simbólicos e identitários capazes de ultrapassar os limites territoriais das províncias e do Império.

Nessa perspectiva, a coletividade presente no universo cultural das cidades, envolvia o que Funari (2003), conceituou como a multiplicidade das possíveis maneiras de ‘ser romano’. Nessa concepção, o Império Romano era fundado nas cidades, com interações entre romanos e locais (ou não romanos) observando seus conflitos, formas de negociação e resistência. Logo, a identidade romana era um discurso construído no nível local e no global. Os espaços urbanos eram diferenciados e com reinterpretações dos costumes locais anteriores à conquista romana – como deuses locais que não eram abandonados, mas aproximados aos deuses romanos e reinterpretados –, havia cidades romanas de fala latina, grega, cidades com o uso corrente de uma dessas línguas, como o púnico ou o céltico (acrescente-se o hebraico e aramaico para a região aqui estudada), tampouco havia no Império Romano homogeneidade nos modos de sepultamento e de construção de habitações (FUNARI, 2003).

O centro Roma utilizava a construção das obras públicas, a monumentalização, como forma de expressar o seu poder. As cidades romanas possuíam um sentido material entrelaçado com um sentido sagrado, simbólico, e nesse contexto o mito de Rômulo, o qual arou a terra no ato de fundação de Roma, era relembrado nos atos de fundação e refundação das cidades integradas ao Império (GRANDAZZI, 2003: 19).

A cidade romana englobava o *ager*, o campo, e a *urbs*, a parte urbana geralmente cercada pelas muralhas, o subúrbio era um espaço intermediário entre o campo e a cidade e acomodava as atividades artesanais, como oficinas que utilizavam fornos em suas produções. Uma característica comum das cidades romanas era a existência do espaço dos vivos e dos mortos, a cidade era considerada local dos vivos, de modo que os mortos deviam ser enterrados fora do espaço urbano. Havia muitos enterramentos ao longo das estradas para fora da *urbs* ou no subúrbio (FUNARI, 2002: 96).

A sociabilidade do Império Romano possuía estreita ligação com a vida nas ruas. Assim, as ruas eram muito movimentadas e constituíram espaços de encontros e discussões. O aspecto mais marcante das ruas das cidades romanas eram as lojas, a maior parte delas era cercada pelas tabernas, como bares, oficinas e padarias. Os escravos realizavam todo o serviço doméstico nas

cidades, a escravidão do Império Romano predominou no espaço urbano e não no espaço rural (JOLY, 2006: 68). Outro elemento comum importante às cidades romanas era o estabelecimento de um fórum, praça principal da cidade e local dos principais monumentos. O fórum geralmente concentrava a atividade comercial mais valorosa e a sua construção marcava a condição de cidade romana. Conforme o pesquisador Pedro Paulo Funari, a presença do fórum era o que assegurava um estatuto propriamente urbano a um assentamento humano (FUNARI, 2003: 45)

A cidade romana esteve associada a uma malha urbanística de cruzamento de duas vias principais, o *cardo maximus* (norte-sul) e o *decumanus maximus* (leste-oeste), como dissemos anteriormente. O traçado urbano de ângulos retos deixava um espaço no centro para o fórum, com as vias principais direcionando o fluxo de pessoas e coisas, para os diversos acessos da cidade. As estradas conectavam as cidades romanas e foram usadas para o deslocamento de tropas militares e do correio (FUNARI, 2002: 92). Nem todas as cidades romanas possuíram uma malha urbana quadriculada, devido às condições naturais e realidades socioeconômicas locais. Nesse sentido, as realidades locais e naturais influenciavam o desenvolvimento urbano, que muitas vezes, estava desvinculado das características físicas da Roma urbana.

Nessa linha argumentativa, referentes às realidades locais consideramos os conceitos de *mimesis* e emulação mencionados, que serão retomados e pontuarão as discussões desta pesquisa nos capítulos analíticos (4, 5 e 6), assim como, integrarão as arguições referentes às estruturas de poder e negociações observadas no espaço construído e nas moedas produzidas nas duas cidades. Concomitantemente, esta pesquisa se pauta nas conceituações desenvolvidas pelos estudos de Curchin (2004), Key e Terrenato (2001), Williams (2000), Mattingly (2004) e Revell (2009), que propõem a superação das visões tradicionais em relação aos conceitos de “romanização” e cultura. Segundo Porto, “*Romanização é um termo mais descritivo do que definitório ou explicativo*” (Porto, 2012: 16).

Além da constante necessidade de uma revisão de termos como “romanização” e cultura<sup>49</sup>, faz-se necessário o entendimento do diálogo conceitual entre documentação material e os elementos simbólicos que carregam. Assim, é proposta desta tese recorrermos ao registro arqueológico (documentação numismática e arquitetônica-urbanística) e a fonte textual para a interpretação da materialização da presença romana na *Judaea-Palaestina* entre os séculos I AEC ao II EC, em uma perspectiva contextual. Dessa forma, esta pesquisa alinha-se aos

---

<sup>49</sup> Há pelo menos três décadas vem se rediscutindo o termo e o conceito de romanização. Neste sentido, destaco o trabalho de Jane Webster e Nick Cooper (Eds.). *Roman imperialism: post-colonial perspectives*, 1996. Também os trabalhos *Not so Romanized? Tradition, Reinvention or Discovery in the Study of Roman Britain* (2008) de Richard Hingley, e *Romanization 2.0 and its alternatives* (2014) de Greg Woolf.

conceitos da Arqueologia Contextual, porque analisa os repertórios monetário e das estruturas arquitetônicas em seus contextos situacionais e de achado.

Entendemos que para a compreensão contextual das relações existentes entre Império Romano, elites locais e comunidade provincial sugerida acima, seja necessário a contextualização das estruturas de poder e negociações na região. Logo, recorreremos às teorias formuladas no século XX – principalmente nos EUA e na França – que deram origem às epistemologias pós-coloniais. Tal perspectiva de estudo acerca da materialização das relações existentes entre Roma e suas províncias, permite o entendimento de que os estudos de sociedades antigas devam ser desvinculados das engessadas concepções contemporâneas e capitalistas de economia e organização do espaço urbano. Lembremo-nos que na Antiguidade todas as esferas da sociedade – econômica, religiosa, política, social – estavam amalgamadas.

Essa concepção de que todas as esferas da vida em sociedade estavam amalgamadas, permite o alinhamento desta pesquisa às teorias desenvolvidas por Karl Polanyi (1944), que afirma que as análises realizadas no intuito de compreender às economias antigas, demandam diferenciações conceituais quando comparadas às economias mercadológicas modernas. Isso se deve ao entendimento de que não se aplicam conceitos contemporâneos à economia de sociedades não capitalistas.

Conforme esclarecimentos anteriores, recorreremos a Polanyi (1944), por basear-se em conceitos antropológicos, contrapõe a conceituação de economia desenvolvida por Adam Smith (1776). Assim (conforme Polanyi), Adam Smith (1776) teria sugerido que a divisão do trabalho em qualquer sociedade (independente do caráter histórico e geográfico dela), dependia da existência de mercados ou, como ele definiu, da "*propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra*". Esta frase resultou, mais tarde, no conceito do 'Homem Econômico' (POLANYI, 1944).

Nessa esteira argumentativa, a monetarização das economias antigas, envolvia o valor intrínseco de mercado, de cada liga metálica usada para produção de moedas (que valiam inicialmente o que pesavam), na viabilização das trocas de bens e serviços. Isso também auxiliava no transporte e circulação de mercadorias, entre sociedades geograficamente distantes.

Dessa forma, esta pesquisa leva em consideração que a moeda era uma das formas de materialização de valor mercadológico socialmente estabelecido. Assim, compreendemos que a moeda estava inserida em um sistema econômico ponderal e fiduciário, com atribuições bem claras e definidas, em contexto comercial, organizado pela racionalidade da equivalência de pesos e medidas. Logo, ainda que a moeda estivesse inserida na economia de sociedades antigas, ela também atendia às demandas culturais locais. Nessa perspectiva argumentativa, a amoedação de economias antigas, também viabilizou a disseminação de um discurso

legitimador das autoridades emissoras, uma vez que, como citado anteriormente, as esferas econômica, religiosa, política, histórica e social eram construções biossociomateriais emaranhadas e indissociáveis.

Compreendemos, portanto, a crucialidade da análise documental e econômica das moedas em contexto urbano, sem se descartar a importância da compreensão dos motivos iconográficos selecionados para a composição dos campos das moedas. Por meio desse viés analítico, objetivamos o entendimento das representações comunicativas de estruturas de poder e esferas conciliatórias presentes nas moedas das cidades estudadas. Logo, compreendemos que imagens, signos e texto legitimavam o poder romano sobre as províncias (PÉREZ, 1986), e eram utilizados na esteira das negociações, como elementos de pacificação, integração e legitimação.

Diante do escopo da compreensão das representações imagéticas da moeda, seguimos o entendimento empreendido por Paul Zanker (1987), que defende ser crucial a observação das mudanças estruturantes no início do Império Romano por meio das imagens, para o entendimento monetário em seu contexto de achado. Assim, Zanker (1987) sugere que os símbolos imagéticos que passaram a ser observados em conjunto, representaram uma inovação no discurso visual como padrões de centralização do poder imperial romano (ZANKER, 1987).

Com essa concepção de Zanker (1987), podemos pensar a dominação romana de forma complexa e emulada e não mais estabelecida unilateralmente. Assim, temos a necessidade da reflexão da existência de atores biossociomateriais que se relacionam (enfrentam-se, aliam-se), nas interações sociais assimétricas, na troca de posicionamento na extensa rede de relações de poder, conforme a necessidade estabelecida pelo momento histórico.

Nossas análises das moedas em seus contextos de achado dialogam com as análises iconográficas do campo monetar. Trabalhos que analisam a moeda em seu contexto de achado são ainda bastante insipientes, principalmente no que tange a região recortada. Neste quesito, destacamos os trabalhos de Achim Lichtenberger (2017), Gabriela Bijovsky (2015) e, no Brasil, Vagner Carvalheiro Porto (2020).

Ressalta-se que trabalhos relacionados às análises iconográficas das moedas, têm ainda nos dias de hoje contribuição de pouquíssimos autores, todavia, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano e da Profa. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari, assim como, os estudos desenvolvidos por Caccamo Caltabiano (1998), Christine Pérez (1986) e Claudio Carlan (2014). Nessa mesma perspectiva, recorreremos à metodologia desenvolvida por Léon Lacroix, que organiza suas análises nos tipos monetários

em contexto arqueológico, por meio do aprofundando dos conhecimentos relativos à tradição lendária ou religiosa relacionado àquele tipo monetário, às fontes escritas e epigráficas.

O método desenvolvido por Maria Caccamo Caltabiano (1998) é bastante importante para nossa pesquisa. A autora sugeriu que os tipos monetários “*são expressos através de códigos iconográficos de antiga formação e consolidados no tempo, relativamente simples, mas cuja compreensão nem sempre é imediata se as regras não são conhecidas*” (CACCAMO CALTABIANO, 1998: 57 apud FLORENZANO, 1999: 39). Assim, essa autora relaciona cada símbolo (imagem e letra/legenda) enquanto substantivos e adjetivos. Desse modo, ela possibilita a associação completa de cada traço iconográfico de uma cunhagem, inclusive entre anverso e reverso. Assim, essa forma de análise iconográfica da moeda entende que todos os símbolos e elementos cunhados nas moedas são interdependentes (SALES, 2018).

As contribuições de Kormikiari, devem-se ao seu entendimento de que os pequenos símbolos (religiosos, abstratos, letras púnicas) “*representavam o valor da denominação, ou a oficina onde a série foi batida, ou o nome abreviado do oficial responsável*” (KORMIKIARI, 2000: 228). Do mesmo modo, temos esse fenômeno nas moedas da *Judaea-Palaestina*, uma vez que, há uma infinidade de exemplos em que são representadas essas marcas de emissão, seja nas produções selêucidas, dos hasmoneus ou sob dominação romana (SALES, 2018).

Complementares e igualmente importantes, são os conceitos desenvolvidos por Christine Pérez (1986), na obra *Monnaie du pouvoir - Pouvoir de la monnaie*, que possibilitam análises em conjunto das legendas, dos signos e símbolos dos achados monetários.

Nessa perspectiva de análise e argumentativa sobre as instâncias subjetivas das emissões monetárias, seguimos, ainda, as proposições de Porto (2007), que esclarece que os romanos usavam símbolos, inscrições e desenhos sobre as moedas para promover ideias políticas, eventos sociais e religiosos, mensagens militares ou econômicas (SALES, 2018). Assim, podemos propor que nos séculos I AEC ao II EC, as moedas se tornaram importantes espaços portáteis e monumentais de disseminação e legitimação política, econômica e sociocultural do império. Logo, para numismatas e arqueólogos, moedas em associação às fontes textuais e arqueológicas, são promissoras fontes de informações. Elas fornecem subsídios materiais para a reconstrução histórica das cidades que as produziu. Assim, podem ainda auxiliar no entendimento das características dos habitantes, de sua religião e de sua economia (MESHORER, 1985: 6-7; PEREZ, 1986: 40-47).

Outros importantes dados sobre moedas antigas, se encontram em revistas científicas e catálogos numismáticos, dos quais nossa ênfase dá-se nos capítulos de análise (5 e 6), no reconhecimento das imagens relacionadas às estruturas de poder e negociações nas duas cidades desta tese, durante parte do período romano na região (I AEC ao II EC).



# CAPÍTULO 4

## ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES OBSERVADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

A dominação romana da *Judaea-Palaestina* é normalmente dividida em três períodos históricos: o período Romano Inicial, o período Romano Médio e período Romano Tardio (CHANCEY; PORTER, 2001: 165). Todavia, as datas exatas das transições entre esses três períodos, ainda são muito debatidas, mas alguns parâmetros cronológicos são frequentemente utilizados como diretrizes gerais. Entendemos que o Período Romano Inicial começou com a intervenção direta dos romanos na Judeia, por meio da conquista de Jerusalém em 63 AEC, por Pompeu, sendo finalizado com o término da Revolta de Bar Kokhba em 135 EC. O período Romano Médio durou do ano 135 até cerca 250 EC. O Período Romano Tardio se estendeu de meados do século III EC até a primeira metade do quarto século EC. Embora alguns arqueólogos considerem que este último período tenha terminado com o terremoto que sacudiu a região por volta de 363 EC, todavia, esta pesquisa considera o fim do período romano na região em 324 EC (cf. CHANCEY; PORTER, 2001: 165), quando Constantino se tornou imperador romano e inaugurou inúmeras mudanças em todo o império.

De acordo com Flávio Josefo, como já mencionado, o período romano na Judeia teve início quando o general romano Pompeu conquistou a região em 63 AEC, após sitiar o Templo em Jerusalém (*Antiguidades Judaicas* 14, 58-67). Esclarece-se que não há evidência arqueológica deste cerco, isso se deve, provavelmente, à reconstrução do Templo por Herodes, anos depois.

Pouco depois, em 57 AEC, o senado romano nomeou Gabínio, que ajudou Pompeu no cerco de Jerusalém, como governador da Síria (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas* 14.82). As escavações arqueológicas revelaram paredes, ruas e *insulae* refletindo um sistema de grade da cidade, que provavelmente remonta ao tempo de Gabínio em meados do primeiro século AEC.

Conforme Chancey e Porter (2001: 165), o evento político na região, mais importante da segunda metade do primeiro século AEC foi a invasão parta, a qual ocorreu por volta do ano 40 AEC. Os partas mataram Phasael, o irmão mais velho de Herodes, o qual escapou viajando para Roma. O Senado Romano o nomeou Rei da Judeia, e deu-lhe a tarefa de conquistar seu

reino (tarefa realizada por Herodes em 37 AEC). Ressaltamos que não há evidências arqueológicas da invasão parta em 40 AEC, ou da conquista da Judeia por Herodes, que começaram a complementar os relatos literários do período, somente quando Herodes se tornou rei (CHANCEY; PORTER, 2001: 165).

O período em discussão coincide com o que é geralmente chamado de período Romano Inicial ou Herodiano. Embora o primeiro termo seja bastante preciso e um tanto neutro, o último é um tanto mais apropriado, uma vez que este período traz a marca nítida de Herodes, o Grande e seus sucessores dinásticos, que governaram a Judeia de 37 AEC em diante.

Herodes, o Grande introduziu novos estilos e métodos de construção na região e construiu em uma escala monumental e em uma extensão sem paralelos: cidades, fortalezas, palácios, um grande porto em Cesareia Marítima e o Complexo do Monte do Templo em Jerusalém. Dentro desse projeto construtivo de Herodes, o Grande destacaram-se novas áreas de assentamento humano; palácios; fortalezas; teatros; templos; portos; estruturas para espetáculos, dentre outros (cf. Fig. 13).

**Fig. 13 – Projeto construtivo de Herodes, o Grande**



**Fonte:** J. F. Strange, 'The Capernaum and Herodion Publications', **BASOR 226** (1977: 66).

Observamos na Fig. 13 que a organização do espaço construído na *Judaea-Palestina*, durante parte do período romano (século I AEC ao II EC), foi marcada por obras arquitetônicas em grande escala, o que segundo Smith (2007: 8), está relacionado ao arranjo coordenado de edifícios e espaços, nos quais as características arquitetônicas individuais parecem ter sido arranjadas e construídas com referência umas às outras.

Dessa forma Taylor (1981) argumenta que o conceito de *formalidade* se refere às obras cujos princípios organizacionais são claros aos observadores e/ou participantes. Assim, o arranjo formal de edifícios e espaços urbanos das cidades antigas combinavam normalmente a *formalidade* com a *monumentalidade*.

As estruturas arquitetônicas relacionam-se às análises dos elementos monetários da *Judaea-Palaestina* nos séculos I AEC ao II EC, porque ambos estão inseridos neste universo cultural capaz de representar uma realidade local em que as identidades eram multifacetadas e polissêmicas, nas quais os indivíduos pertenciam a vários agrupamentos humanos distintos, mas estavam sob o domínio das estruturas de poder cujas negociações eram centralizadas na organização espacial e monetarização estabelecidas por Roma.

Faz-se necessário explicar que para a compreensão das estruturas de poder e negociações, passíveis de estudo arqueológico, a partir das estruturas arquitetônicas, recorreremos neste capítulo, às escavações arqueológicas de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, para o entendimento dos achados monetários em contexto urbano.

O início das pesquisas arqueológicas modernas em Jerusalém relacionadas ao período romano foi inaugurado pelas explorações do estudioso americano Edward Robinson, que em 1838, notou em Jerusalém a inclinação de um arco herodiano (agora com seu nome), e ainda identificou os vestígios do “Terceiro Muro”, bem como os sítios de Massada, *Herodion*, dentre outros. O francês F. de Saulcy foi o primeiro a escavar as chamadas Tumbas dos Reis (Jerusalém) em 1854. Em 1864, o britânico Charles Wilson iniciou uma série de sondagens ao redor do Monte do Templo, iniciando assim, a abordagem científica da Arqueologia moderna (cf. **REA-06; REA-07; REA-08**).

A pesquisa arqueológica neste período deve muito à riqueza das fontes literárias, especialmente aos escritos de Flávio Josefo.

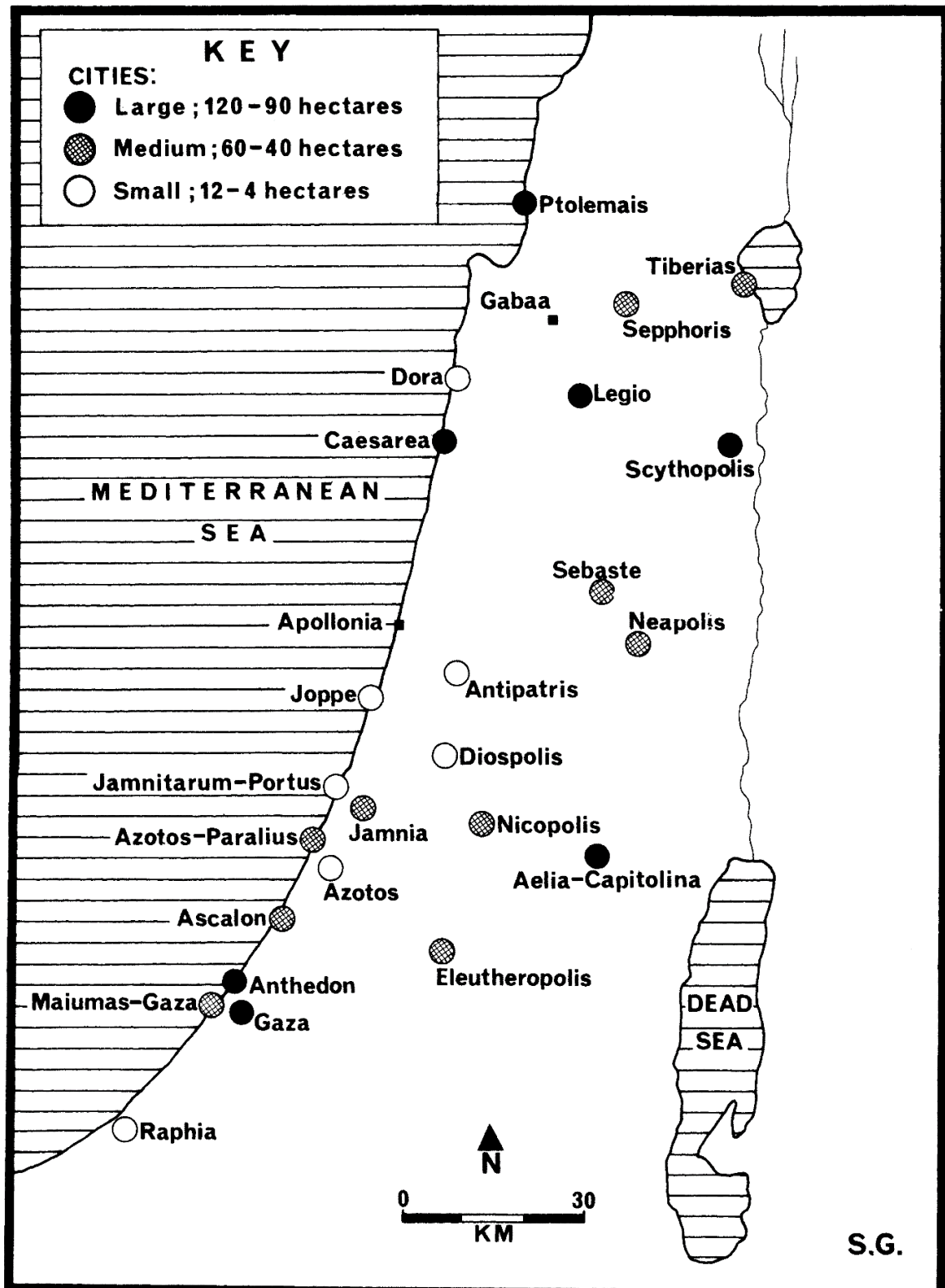
De acordo com Broshi (1979: 3) nos tempos romanos e bizantinos tardios, havia cerca de vinte e seis (26) cidades na *Palaestina*, o que pode ser considerado uma densidade relativamente alta, considerando-a em uma área de cerca de 15.000 km<sup>2</sup>.

Conforme o autor mencionado essa abundância de cidades não resultava apenas de fatores econômicos, mas sim de circunstâncias também políticas. Esses assentamentos tinham a maioria das características típicas da cidade antiga. Pelos vestígios arqueológicos e pelas antigas fontes literárias, sabemos que a maioria das instituições urbanas essenciais estavam presentes nelas: fortificações, culto (templos, sinagogas, igrejas), educação e cultura (escolas), entretenimento e esportes (teatros, estádios e pistas de corrida) e equipamentos públicos (abastecimento regular de água, casas de banho). De acordo com Broshi (1979: 3) "*quase todas essas cidades emitiram moedas em um momento ou outro neste período, uma indicação de um certo grau de autonomia*", o que indica que as emissões monetárias e o espaço construído estão intrinsecamente relacionados, seja pela mediação da circulação e integração de pessoas e mercadorias na cidade, ou na demonstração de autogerência dos poderes locais, desde as escolhas dos motivos identitários nas emissões monetárias, até a organização da malha urbana da cidade. Assim, a organização espacial das cidades deveria atender às necessidades e anseios provinciais e possíveis adaptações e ressignificações do espaço construído, em detrimento das limitações estabelecidas pela geografia do lugar e suas limitações no espaço-tempo.

Para Broshi (1979) a *Palaestina* podia ser dividida em três grupos, de acordo com o tamanho das suas cidades: pequenas (4-15 hectares = 9 cidades); médias (30-60 hectares = 10 cidades); e grande (90-120 hectares = 7 cidades). Esta é uma divisão muito significativa que determina a posição e o caráter dessas cidades dentro do contexto romano (POUNDS, 1969).

Broshi (1979: 3) afirma que ao tentar calcular a área das cidades, descobriu-se que apenas os números de Jerusalém foram publicados, mas a área de Cesareia Marítima, assim como das outras cidades foram calculadas a partir de estimativas pautadas em escavações arqueológicas, conforme dados territoriais apresentados nas Figs. 14 a seguir:

Fig. 14 – Palaestina nos períodos romano e bizantino tardios



Fonte: Broshi (1979: 4)

Esclarecemos que a Fig. 14 é complementar à Figura 15, uma vez que traz a elucidação dos dados apresentados no mapa desenvolvido por Broshi (1979: 4).

**Fig. 15 – Cidades da *Palaestina* nos períodos romanos e bizantinos tardios em hectares**

Cidade	Área (hectares)	Fonte
Aelia Capitolina (Jerusalem)	120	M. Broshi (1978).
Anthedon	90	I. Goldrat
Antipatris	12	M. Kochavi
Apollonia	9 ?	Estimate, based on group average
Ascalon	52	J. Garstang (1922: 112)
Azotos	12 ?	M. Dothan
Azotos Paralius	40	R. Gophna
Caesarea	95	M. Avi-Yonah (1973: 373-74)
Diocaesarea (Sepphoris)	60	A. Siegelmann
Diospolis (Lydda)	10	R. Gophna
Dora	8	M. Prausnitz
Eleutheropolis (Beth-guvrin)	30	A. Kloner
Gabaa	9 ?	Estimate, based on group average
Gaza	90	I. Goldrat
Jamnia	50	R. Gophna
Jamnitarum-Portus	10	R. Gophna
Joppe	4	J. Kaplan
Legio	100	M. Gichon
Maiumas Gaza	30	Goldrat
Neapolis (Shechem)	30	Z. Safrai
Nicopolis (Emmaus)	40	I. Hirschfeld
Ptolemais (Acre)	100	M. Prausnitz
Raphia	12	E. Oren
Scythopolis (Beth-shan)	110	C. R. Conder & H. H. Kitchener (1882: vol. 2: 105).
Sebaste (Samaria)	77	J. W. Crowfoot et al. (1942: pl. 1).
Tiberias	40	G. Foerster
Total	1240	

Fonte: Broshi (1979: 5)

De acordo com Broshi (1979: 5) essas cidades surgiram de circunstâncias políticas e culturais particulares, nem sempre de fatores econômicos e administrativos. Logo, o autor afirma que "*podemos inferir que uma grande parte da população dessas cidades em outras províncias estaria dentro de uma estrutura rural, e a partir disso, podemos deduzir que uma proporção significativa da população da Palaestina era urbana, ou seja, aproximadamente um terço dela.*" [Tradução livre]. (BROSHI, 1979: 5).

#### **4.1 Histórico de escavações em Jerusalém/Aelia Capitolina**

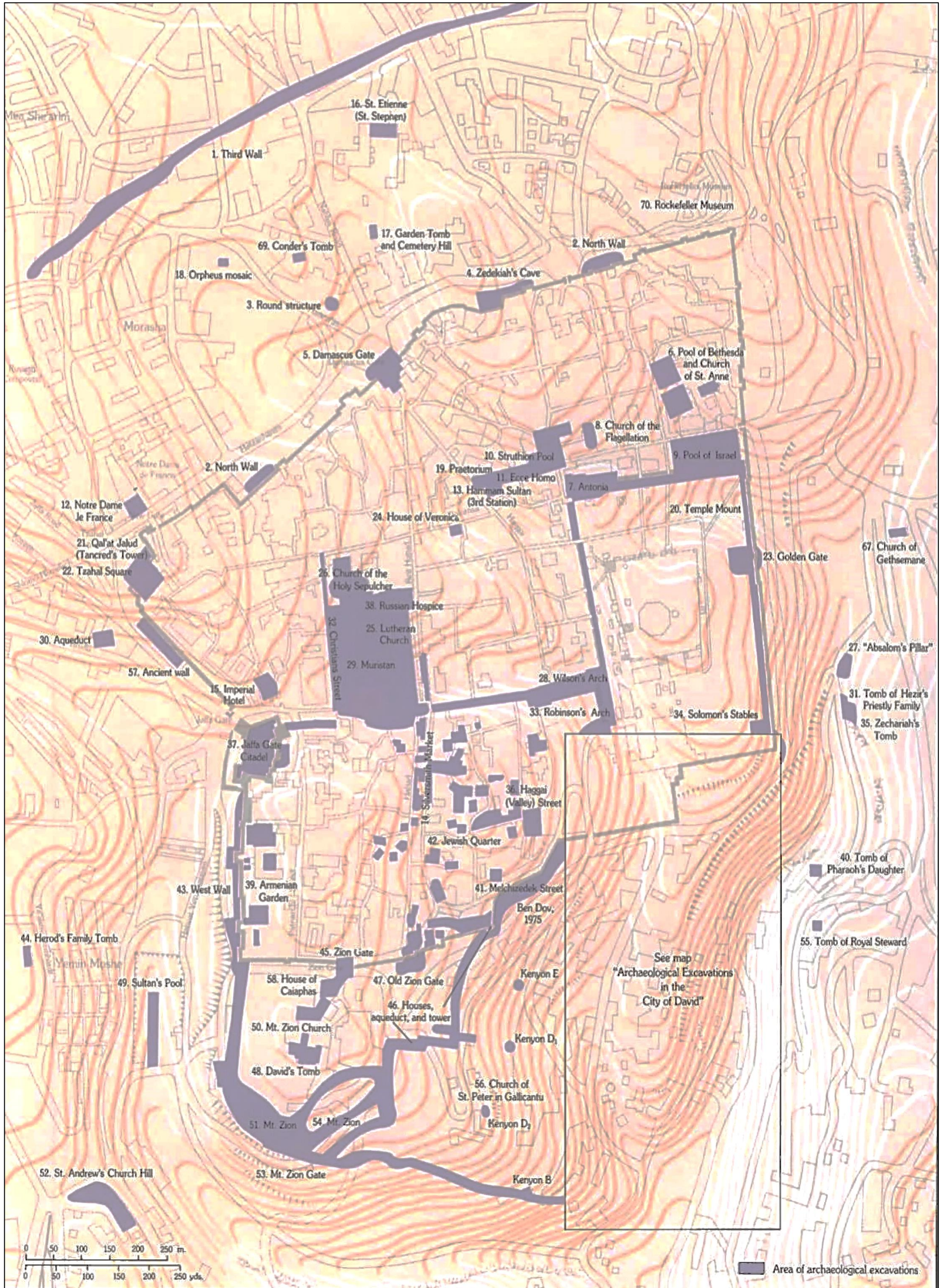
As escavações arqueológicas na cidade de Jerusalém foram influenciadas pelo contexto político no Oriente Próximo no final do século XVIII e o início do século XIX, impulsionadas pela grande rivalidade e confronto entre vários estados europeus.

As escavações arqueológicas não esgotaram, territorialmente, os limites da antiga cidade de Jerusalém (ver Figs. 16 e 17, abaixo).

As Figuras 16 e 17 são complementares. Na Fig. 16 Bahat (1990) apresenta as áreas escavadas da antiga cidade em roxo, com cada área devidamente numerada. Na Fig. 17 tem-se o nome dos arqueólogos responsáveis por áreas de escavação, e a respectiva data de intervenção arqueológica de cada uma delas. Ressaltamos que utilizamos esses mapas para a criação de um Mapa de Calor, referente à dispersão das moedas na cidade, apresentado no Capítulo 5 desta tese.



Fig. 16 – Áreas de escavações arqueológicas em Jerusalém



Fonte: Bahat (1990: 18)



**Fig. 17 – Áreas de escavações arqueológicas em Jerusalém e suas respectivas datas**

**Archaeological excavations in Jerusalem** increased rapidly from 1860. At first they took the form of pillaging of antiquities rather than archaeological excavations, but in the course of time experience was gained and scientific data became available. The numerous historical sources and the many excavations have made it possible to devise, even if only in theory, reconstructions of the city's layout in its various periods. The maps of the archaeological sites presented here are evidence that a large part of the city has already been excavated. However, questions about the basic topography of the city, which could have been resolved through excavations, have not yet been determined since the dense settlement of the city makes it possible to carry out extensive excavations in nonbuilt-up areas only.

**(opposite) Map of archaeological excavations in the Old City and its environs.**

**Archaeologists and Dates of Excavation:**

1. Wilson: 1864  
Sukenik and Mayer: 1925-1927  
Netzer, Ben-Arieh: 1973  
Kenyon, Hamrick: 1961-1967
2. Hamilton: 1937-1938  
De Groot, Terler: 1979
3. Netzer, Ben-Arieh: 1977  
Schick: 1879
4. Mazar: 1983
5. Hamilton: 1937-1938  
Hennessy: 1964-1966  
Magen: 1979-81
6. Mauss: 1863-1876  
White Fathers: 1889
7. Clermont-Ganneau: 1873-1874  
Vincent: 1912
8. Franciscans: 1884, 1889, 1901
9. Warren: 1867-1870
10. Warren: 1867-1870
11. Clermont-Ganneau: 1873-1874  
Benoit: 1972
12. Warren: 1867-1870  
Bahat, Goethert: 1981-1985  
Chambon: 1985
13. Clermont-Ganneau: 1873
14. Schick: 1876  
Guthe: 1885  
Merrill: 1902
16. Dominicans: 1881-1894
17. Warren, Wilson: 1867  
Schick: 1867, 1873, 1894, 1896
18. Bliss: 1894
19. Clermont-Ganneau: 1874  
Greeks: 1906
20. Warren and Conder: Examination of walls around Temple Mount, 1867-1870
21. Warren: 1867-1870  
Vincent: 1912
22. Bahat, Ben Ari: 1971
23. Schick: 1872, 1891
24. Greeks: 1895
25. Lux: 1970-1971
26. Wilson: 1863  
Harvey: 1933-1934  
Corbo: 1961-1963  
Broshi: 1975
27. Clermont-Ganneau: 1870  
Slouschz: 1924  
Avigad: 1945-1947

28. Wilson, Warren: 1867
29. Warren: 1867-1870  
Schick: 1872, 1882, 1888, 1894, 1895, 1899, 1900
30. Merrill: 1902
31. Avigad: 1945-1947
32. Margalit and Chen: 1977
33. Warren: 1867-1870
34. de Saulcy: 1863  
Warren: 1867-1870
35. Slouschz: 1924  
Avigad: 1945-1947  
Stachbury: 1960
36. Hamilton: 1931
37. Johns: 1934-1940  
Amiran and Eitan: 1968-1969  
Geva: 1976-1980  
Sivan, Solar: 1980-1984
38. de Vogüé: 1855, 1862  
Pierotti: 1857-1860  
Clermont-Ganneau: 1873-1874  
Hitrowo: 1883
39. Kenyon, Tushingham: 1961-1967  
Bahat, Broshi: 1970
40. Avigad: 1945-1947  
Ussishkin: 1968
41. Edelstein: 1977
42. Avigad: 1969-1982
43. Broshi: 1970
44. Schick: 1891
45. Broshi, Tsafir: 1971
46. Margovski: 1970
47. Broshi: 1974
48. Pinkerfeld: 1949
49. Kloner: 1974
50. Eisenberg, Hess: 1984
51. Modisley: 1871-1875
52. Barkay: 1975-1983
53. Margalit and Chen: 1979-1981
54. Bliss and Dickie: 1894-1897  
Clermont-Ganneau: 1870
55. Avigad: 1945-1947  
Ussishkin: 1968
56. Germer-Durand: 1882-1912
57. Schick: 1878
58. Broshi: 1971

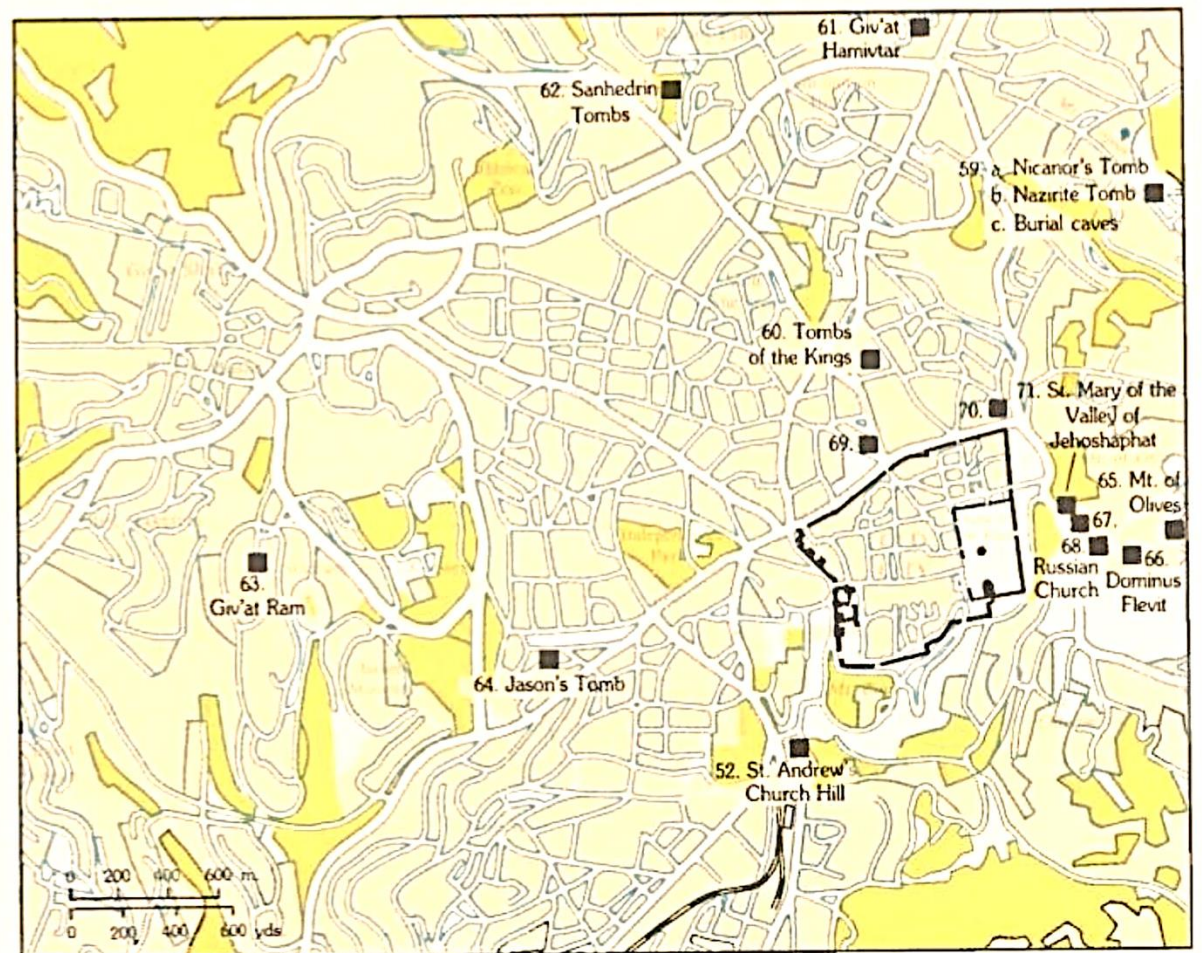
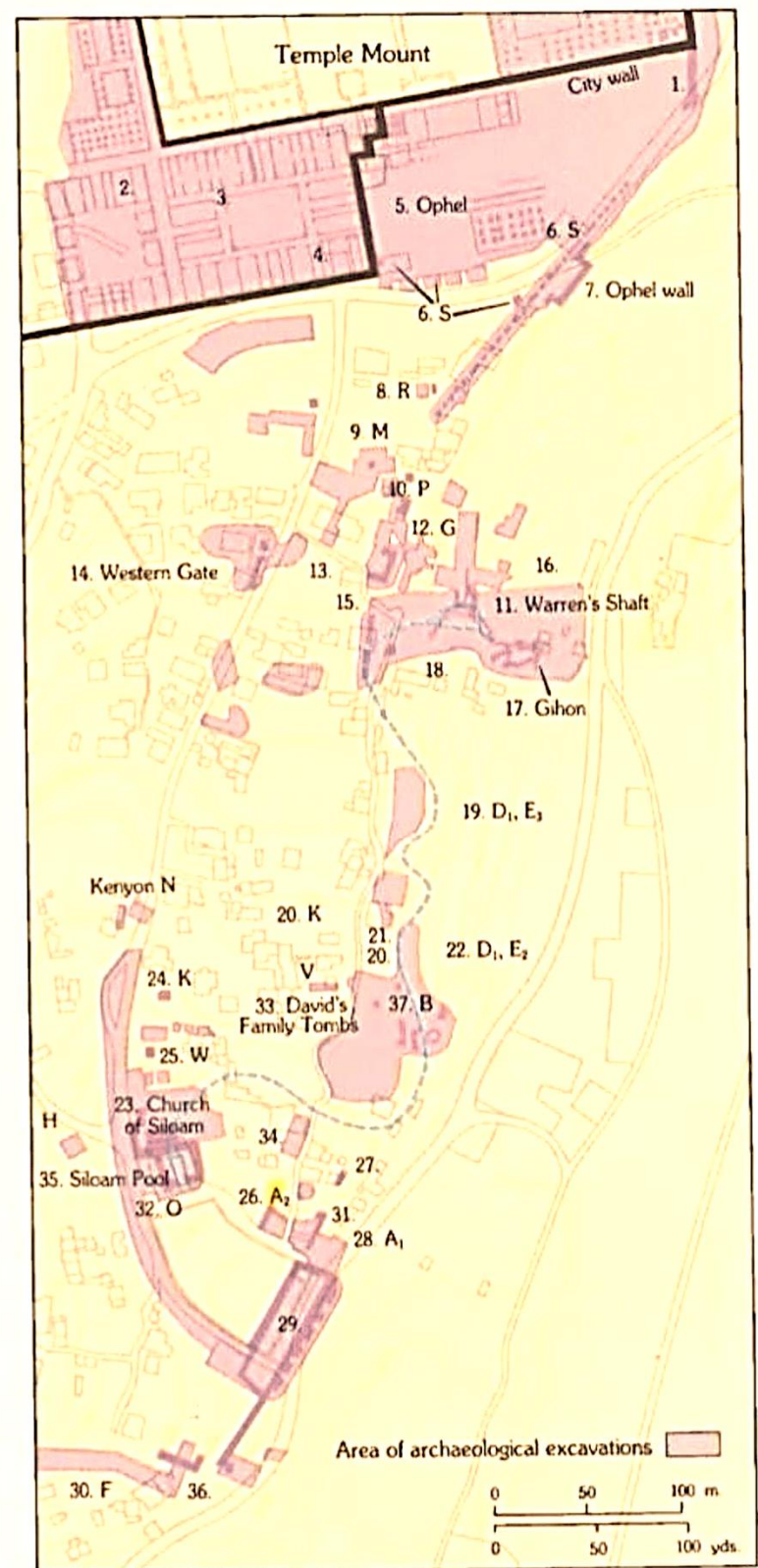
**(right) Map of archaeological excavations in Jerusalem.**

59. a. Sukenik: 1928-1929  
b. Avigad: 1967  
c. Reich, Geva: 1972
60. de Saulcy: 1863  
Clermont-Ganneau: 1869
61. Tsafiris, Reich, Kloner, Bahat: 1967-1980
62. Palmer: 1898  
Palestine Exploration Fund: 1900  
American School: 1902  
Slouschz, Sukenik, Ben-Zvi: 1924
63. Avi-Yonah: 1949
64. Rahmani: 1954
65. Vincent: 1910-1913  
Corbo: 1959
66. Bagatti and Milik: 1953-1955  
Saller, Lamer: 1954
67. Orfali: 1909
68. Russian Church: 1870, 1881, 1893
69. Schick: 1881
70. Vincent: 1913  
Baramki: 1931
71. Johns: 1938  
Katsimbini: 1973

**(right) Map of archaeological excavations in the City of David.**

**Archaeologists and Dates of Excavation:**

1. Warren: 1867-1870
2. Mazar: 1968
3. Kenyon: 1961-1968
4. Kenyon: Areas J, L, 1961-1968
5. Mazar: 1968-1982
6. Kenyon: 1961-1968
7. Warren: 1867-1870
8. Kenyon: 1961-1968
9. Kenyon: 1961-1968
10. Kenyon: 1961-1968
11. Parker: 1909-1911  
Warren: 1867-1870  
Shiloh: 1980
12. Shiloh: 1978-1984
13. Macalister and Duncan: 1923-1925
14. Crowfoot and Fitzgerald: 1927-1928
15. Guthe: 1881
16. Kenyon: 1961-1968
17. Schick: 1886-1900  
Parker: 1909-1911  
Warren: 1867-1870
18. Parker: 1909-1911
19. Shiloh: 1978-1984
20. Shiloh: Area K, 1978-1984  
Shiloh: 1983  
Kenyon: 1961-1968
21. Clermont-Ganneau: 1873
22. Shiloh: 1982-1984
23. Bliss and Dickie: 1894-1897
24. Kenyon: 1961-1968
25. Kenyon: 1961-1968
26. Shiloh: 1982
27. Guthe: 1881
28. Shiloh: 1978
29. Bliss and Dickie: 1894-1897
30. Kenyon: 1961-1968
31. Weil: 1923-1924
32. Kenyon: 1961-1968
33. Kenyon: 1961-1968
34. Bliss and Dickie: 1896-1897
35. Warren: 1867-1870  
Schick: 1880
36. Kenyon: 1961-1968
37. Weil: 1913-1914  
Shiloh: 1978-1984





De acordo com Katharina Galor (2017: 28) durante os séculos XIX e XX, o território do Império Otomano foi visitado por uma "comunidade sem precedentes, a qual possibilitou o influxo de comerciantes, exploradores, missionários, aventureiros e militares ocidentais." Assim, cinco escolas estrangeiras de arqueologia escavaram em Jerusalém antes da Primeira Guerra Mundial: a francesa, a americana, a alemã, a britânica e a italiana. De acordo com A. Glock (1994: 73), foram os britânicos, no entanto, quem dominaram a prática de campo na Palestina, e em Jerusalém mais especificamente.

Segundo N. A. Silberman (1990: 12) em 1865 a *Palestine Exploration Fund (PEF)* foi fundada em Londres, seguida em 1870 pela *American Palestine Exploration Society*, da *Deutscher Palästina-Verein* (Sociedade Alemã para a Exploração da Palestina) em 1878, e da *American Schools of Oriental Research (ASOR)* em 1900.

Conforme Galor (2017: 28-29) a presença estrangeira e suas atividades arqueológicas nem sempre eram bem recebidas pela população local. Em 1863, a comunidade judaica impediu a conclusão da primeira escavação (iniciada em 1850-51), realizada em uma antiga estrutura funerária ao norte da antiga cidade de Jerusalém. Houve semelhante resistência às escavações realizadas ao redor e perto de Haram pela comunidade muçulmana. Somente no início do século XX é que alguns dos habitantes locais mostraram interesse em participar de empreendimentos arqueológicos (SILBERMAN, 1990: 17).

Segundo A. Glock (1994: 73) o envolvimento do governo otomano foi mínimo, já que grande parte da atividade arqueológica dependia de relações diplomáticas entre governadores locais, diplomatas estrangeiros e autoridades religiosas em Jerusalém e Constantinopla. Foi apenas no final do século XIX que o governo otomano nomeou um comissário oficial para supervisionar as escavações e decretou que todos os achados descobertos deveriam ser considerados propriedade do Estado.

Em 1837, Edward Robinson, uma das principais autoridades bíblicas na América, recebeu o cargo de Professor de Literatura Bíblica no *Union Theological Seminary* na cidade de Nova York. Sua experiência lhe rendeu títulos como "pai da geografia bíblica" ou "fundador da Palestinologia moderna" (cf. J. B. Pritchard, *Archaeology and Old Testament*. Princeton: Princeton University Press, 1958: 57-58).

Em 1838 Robinson viajou para a região junto com o reverendo Eli Smith e estudou as paredes, os portões, o abastecimento de água e a topografia de Jerusalém. Quanto ao Haram, ele foi forçado a restringir suas investigações às características externas do complexo. Foi Robinson quem notou o início de um arco saliente, perto da extremidade sul, da parede oeste

da plataforma do Templo de Jerusalém, o qual é conhecido até hoje como ‘Arco de Robinson’ (cf. **REA-07** e **REA-10**). De acordo com as proposições de Robinson, baseadas nos escritos de Flávio Josefo, o referido arco foi associado ao Complexo do Monte do Templo (restaurado pelo Rei Herodes, o Grande). Esta foi, de fato, uma das muitas observações que levaram à conclusão de Robinson de que a parede de Haram, como um todo, foi originalmente construída no primeiro século AEC.

De acordo com V. Lemire (2011: 31, 38-45) o pesquisador Felix de Saulcy nasceu em uma família nobre em Lille, França. Depois de uma carreira no exército, foi nomeado curador do *Musée d’artilleries* em Paris. Ele era um orientalista, numismata e arqueólogo, e publicou várias pesquisas acadêmicas sobre a região. Em 1850-1851, ele conduziu a primeira escavação arqueológica em Jerusalém. Ele viajou duas vezes a Jerusalém para escavar uma estrutura que ele erroneamente identificou como o local do sepultamento dos reis de Judá (ainda hoje é conhecido como a ‘Tumba dos Reis’).

O pesquisador Felix de Saulcy descobriu um sarcófago que acreditava ser do Rei Davi, todavia, durante sua segunda visita, em 1863, ele recuperou um sarcófago com uma inscrição em hebraico incluindo a palavra ‘rainha’, que ele identificou como pertencente à esposa do rei Zedequias. Segundo L. Y. Rahmani (1982: 112), o túmulo foi reconhecido como pertencente à rainha mesopotâmica Helena de Adiabene, uma convertida ao judaísmo que viveu no primeiro século EC. De Saulcy foi forçado a suspender a escavação e fugir do país quando a comunidade judaica de Jerusalém suspeitou que ele profanou enterramentos judaicos. O sarcófago e outros artefatos foram enviados para a França e exibidos no Museu do Louvre. Ao contrário de seu trabalho sólido como numismata, as escavações de Felix de Saulcy e sua documentação, nunca foram reconhecidas como científicas.

Conforme Katharina Galor (2017: 30) a *Ordnance Survey of Jerusalem* foi a primeira expedição oficial à Jerusalém (cf. **REA-06**; **REA-07**; **REA-08**). Esta expedição foi financiada por Angela Georgina (mais tarde tornou-se a Baronesa – Burdett-Coutts), que tinha como objetivo o fornecimento aos habitantes de Jerusalém um novo sistema hídrico. Com base em seu interesse pessoal pela história da cidade, a baronesa decidiu-se por financiar um levantamento completo e preciso da antiga cidade de Jerusalém. Esta pesquisa foi realizada por Stanley de Westminster, que apresentou uma petição a Lord de Gray e Ripon, Secretário de Estado da Guerra britânico. Assim, em um esforço para resolver os problemas recorrentes de malária, disenteria e cólera, a *Jerusalem Water Relief Society* contratou os Engenheiros Reais

para pesquisar as características topográficas da cidade e os sistemas de água existentes, usando os equipamentos topográficos modernos.

Em 1864 designaram o capitão Sir Charles William Wilson para a tarefa. Dessa forma, Wilson foi o primeiro explorador ocidental na Terra Santa, que não tinha interesse pessoal no passado bíblico.

O estudioso Wilson desenvolveu um mapa detalhado de Jerusalém, na escala 1: 2.500, que apresentava todas as ruas e edifícios importantes da cidade (cf. **REA-06**). As referências foram feitas nos cantos das muralhas da cidade, seus portões e em vários edifícios públicos. Um mapa em menor escala (escala 1: 10.000), dos arredores da cidade incluiu características topográficas e edifícios localizados fora da antiga cidade de Jerusalém (ver Fig. 18). Wilson também produziu planos do complexo da Cidadela e da Igreja do Santo Sepulcro. Ele foi o primeiro a investigar e documentar as características subterrâneas ocultas de Haram, as quais incluíam numerosas cisternas, canais e aquedutos. Acima do solo, na parede ocidental de Haram, ele descobriu um vão bem preservado de um arco monumental, semelhante em tamanho e paralelo ao Arco de Robinson. Este arco ficou conhecido como ‘Arco de Wilson’ (cf. **REA-11**), o qual foi identificado como outra entrada que conduzia ao Monte do Templo de Herodes. Wilson ingressou no *Palestine Exploration Fund (PEF)* em 1867 e serviu como presidente de 1901 até sua morte em 1905.

**Fig. 18 – Detalhe do mapa com levantamento de Wilson em Jerusalém (1864-1865) - antiga cidade e arredores, com cisternas de água existentes em azul**



**Fonte:** PEF-M-OSJ 1864-5 PLAN 1. Cortesia da *Palestine Exploration Fund (PEF)*

Segundo Gibson (1921: 15-18) a atividade arqueológica passou por uma mudança dramática após a conquista britânica da Palestina durante a Primeira Guerra Mundial. Inicialmente, para evitar danos a locais e monumentos sagrados, estabeleceu-se a *Pro-Jerusalem Society*, cujo objetivo era "a proteção e preservação, das antiguidades de Jerusalém."



A criação no início do século XX do *Department of Antiquities of Mandatory Palestine* (DAP) transformou Jerusalém em um dos centros mais dinâmicos de escavações e pesquisas arqueológicas no mundo, uma vez que foi durante o domínio britânico que grande parte da arqueologia científica moderna e investigações na cidade foram feitas (GIBSON, 1921: 15-18).

De acordo com Silberman (1989: 15) o período entre as duas guerras mundiais (1918-1939) foi considerado a ‘Era de Ouro’ da exploração arqueológica na Terra Santa, uma vez que foi marcado pela realização de um total de cento e quarenta (140) escavações arqueológicas realizadas somente em Jerusalém, setenta e seis (76) foram realizadas pela equipe do DAP, incluindo arqueólogos britânicos e locais.

Muitas dessas escavações foram prospecções de salvamento conduzidas após as descobertas casuais de antiguidades durante o desenvolvimento de empreendimentos de engenharia na região.

Entre 1923 e 1925 as primeiras expedições oficiais do *British Mandate* foram realizadas na Colina Sudeste de Jerusalém por Robert Alexander Stuart Macalister e John Garrow Duncan em nome do PEF. Foram escavados vários edifícios residenciais, assim como uma parede de suporte maciça, mais tarde conhecida como Estrutura de Pedra Escalada. Dois anos depois, em 1927, John W. Crowfoot e Gerald M. FitzGerald continuaram trabalho no mesmo local e descobriram um portão maciço na área.

O foco da próxima grande expedição mudou para a Cidadela perto do moderno Portão de Jaffa, que a partir de 1934, foi dirigida por Cedric N. Johns sob os auspícios do DAP. Embora o projeto tenha sido planejado como uma operação de salvamento, as sondagens arqueológicas revelaram no canto noroeste de um antigo sistema de fortificações (presumivelmente associada ao palácio do rei Herodes), e esse trabalho continuou por mais cinco anos. Outras importantes escavações foram realizadas sob a égide do DAP, sob a liderança de Dimitri Baramki perto do chamado ‘Terceiro Muro’, e por Robert Hamilton no Portão de Damasco (cf. **REA-17**; **REA-18**) e ao longo da parede norte da antiga cidade de Jerusalém.

O DAP também esteve envolvido na gestão dos locais sagrados para islâmicos e cristãos, seus inspetores tinham acesso ao Haram, e podiam medir e documentar todos os seus principais monumentos. Os trabalhos mais notáveis foram desenvolvidos por Richmond no Domo da Rocha, e pelo arquiteto Robert Hamilton, que realizou o levantamento de subsuperfície da mesquita de *al-Aqsa*, assim como a realização de estudos na Igreja do Santo Sepulcro.

Em 1914 um grupo de estudiosos judeus locais havia estabelecido a independente *Society for the Reclamation of Antiquities*, renomeada por *Jewish Palestine Exploration Society (JPES)* em 1920, cujo propósito era avançar as pesquisas históricas, geográficas e arqueológicas sobre a Terra de Israel. Este grupo foi responsável pelas primeiras escavações arqueológicas já realizadas por uma organização judaica local, incluindo a Tumba de Absalão e o Terceiro Muro da antiga cidade de Jerusalém.

Outras importantes instituições foram fundadas na região como a *Hebrew University of Jerusalem*, que em 1935 estabeleceu um departamento de arqueologia, assim como foi criada em 1920 a *Palestine Oriental Society (POS)*.

Os arqueólogos Emanuel Ben Dor e Benjamin Maisler (Mazar), se tornaram os arqueológicos responsáveis por Jerusalém (não incluindo Jerusalém Oriental<sup>50</sup>). Em 1950, um terceiro oficial se juntou a eles, e Michael Avi-Yonah e foi o primeiro arqueólogo a servir como secretário científico e inspetor de antiguidades de Jerusalém, sendo substituído por Ruth Amiran em 1951.

De acordo com Seligman (2013: 133) entre 1949 e 1967, oitenta e oito (88) escavações arqueológicas (principalmente em complexos funerários), foram conduzidas em Jerusalém Ocidental. A maioria dessas escavações estavam relacionadas à grandes projetos de desenvolvimento urbano, construção de estradas e habitações. Todavia, as restrições orçamentárias impediram os investimentos em conservação e preservação, e assim, muitos artefatos arqueológicos tiveram que ser destruídos quando os projetos de desenvolvimento urbano continuaram.

De acordo com o *Official Gazette* (número 1390, 1967) em 30 de agosto de 1967, após Israel ter ocupado Jerusalém Oriental, a antiga cidade de Jerusalém e seus arredores foram declarados sítios de antiguidades protegidos de acordo com a Portaria de Antiguidades local, assim o Estado de Israel estendeu seu controle de atividades arqueológicas e de supervisão às áreas recém-ocupadas. Embora a convenção de Haia (da qual Israel era signatário), proibisse explicitamente a remoção de proprietários de áreas ocupadas militarmente, inúmeras escavações foram iniciadas neste período.

Em 31 de janeiro de 1978 foi aprovada a Lei das Antiguidades de Israel, e a aprovação dessa nova lei permitiu a criação em 1989 da *Israel Antiquities Authority (IAA)*, com Amir Drori como seu primeiro diretor.

---

<sup>50</sup> Nessa época Jerusalém Oriental não fazia parte do Estado de Israel. Foi conquistada na Guerra dos seis dias em 1967, a qual ampliou o território israelense na Península do Sinai, a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Oriental e as colinas de Golã.



Várias mudanças significativas na administração e gestão de todas as atividades de escavação e pesquisa arqueológica foram iniciadas, afetando principalmente os procedimentos de inspeção arqueológica, escavação de salvamento e local e conservação de artefatos.

As escavações realizadas imediatamente após a guerra de 1967 foram efetivadas nos bairros recém-estabelecidos de *Givat HaMivtar*, *French Hill*, *Mount Scopus*, *Ramot*, *East Talpiyot*, *Har Nof e Giloh*, e ligeiramente mais tarde, nas vizinhanças de *Emek Rephaim*, *Malha* e *Pisgat Ze'ev*. Os sítios arqueológicos delimitados próximos à antiga cidade de Jerusalém incluem *Akeldama*, *Gethsemane*, *Mamilla*, e *Mandelbaum Gate*. Entre aqueles localizados dentro e adjacentes à antiga cidade estão a Cidadela, o Jardim Armênio, o Portão de Damasco, o Portão de Herodes, *Daraj el-Ain* em *Ohel Yitzhak* e a Igreja do Santo Sepulcro.

Em termos de tamanho, os projetos mais ambiciosos foram conduzidos no Bairro Judeu, perto do Monte do Templo, e na cidade de David. Desde 1967, apenas um número limitado de escavações e levantamentos arqueológicos foram realizados sob os auspícios de instituições estrangeiras. Destacaram-se entre estes as recentes escavações de resgate da *École biblique at the Church of St. John* e a obra realizada dentro da Igreja Luterana do Redentor pela *Deutsches Evangelisches Institut für Altertumswissenschaft*. Existe, ainda, as recentes escavações no Monte Sião, sob a responsabilidade da *University of North Carolina* e da *University of the Holy Land*. Duas pesquisas significativas de monumentos mamelucos e otomanos foram realizadas sob os auspícios da *British School of Archaeology*, cujo acadêmico britânico Michael Hamilton Burgoyne foi responsável pelo levantamento da arquitetura mameluca em Jerusalém, desde 1968. As pesquisas conduzidas na antiga cidade de Jerusalém por Mahmoud Hawari e Yusuf Natsheh, que realizaram um estudo de todos os monumentos aiúbidas, e de um monumento otomano.

Com a dissolução do *Israel Department of Antiquities and Museums* (IDAM) para o estabelecimento do IAA em 1990, cerca de duzentos e quarenta e cinco (245) locais foram escavados e documentados. Desde então, um adicional de duzentas e dez (210) escavações foram realizadas. Logo, o número total de escavações arqueológicas oficialmente registradas e documentadas desde meados do século XIX é de cerca de mil e duzentas (1.200).

#### 4.1.1 Estruturas arquitetônicas identificadas em Jerusalém/Aelia Capitolina no período romano (séculos I AEC ao II EC)

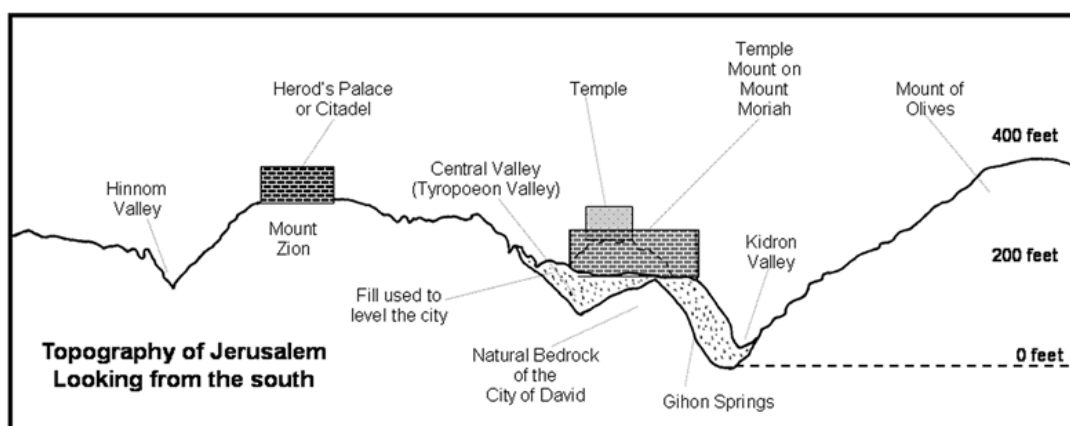
Para a compreensão das estruturas construtivas presentes em Jerusalém durante o Período Romano na *Judaea-Palaestina* (especificamente do século I AEC ao II EC) entendemos a importância de esclarecimentos topográficos, para a análise da ocupação do espaço construído e dos desafios físicos que precisavam ser ultrapassados para a transformação da paisagem local. Recorremos ao emaranhamento humano-coisas, que era vetor das historicidades e multitemporalidades das estruturas de poder e negociações entre esta província e Roma.

De acordo com Ephraim Stern (1993: 701) a Jerusalém antiga se estendia por várias colinas, e possuía sua fronteira oriental marcada pelo Vale *Kidron*, o qual separava o Monte *Scopus* do Monte das Oliveiras. Na fronteira oeste está o Vale *Hinnom*, que se estende à leste, contornando o Monte Sião, na formação da fronteira sul da antiga cidade, na confluência do Vale *Kidron*, perto da nascente de *En Rogel*.

Conforme o autor mencionado a fronteira norte era menos definida, pois nessa direção as colinas em que a antiga Jerusalém foi construída mesclavam-se com as áreas montanhosas ao norte, sem demarcação topográfica bem delineada. Assim, apresentamos a seguir (Fig. 19), a topografia de Jerusalém a partir do sul.

Dentro da perspectiva apresentada anteriormente, vemos que a topografia influenciou diretamente na direção em que ocorria a expansão territorial da cidade. A limitação oriental do Vale *Kidron*, fez com que os limites urbanos de Jerusalém/Aelia Capitolina não avançassem nessa direção. (cf. Fig. 19).

**Fig. 19 - Topografia e elevação de Jerusalém vistas do sul**

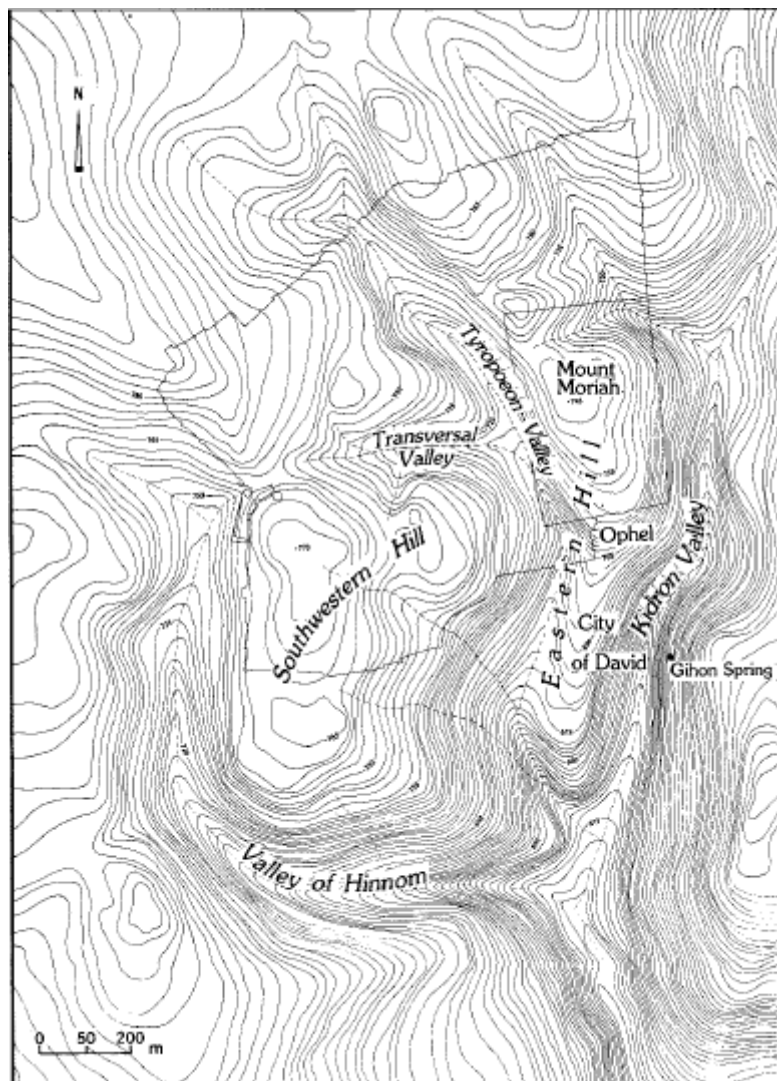


Fonte: Wiemers (2010: 45)

Essa topografia acidentada apresentada na Fig. 19, influenciou no direcionamento que a expansão territorial da cidade ocorreria. Assim, observamos que foi necessária uma grande obra de engenharia para adaptação topográfica que possibilitasse a construção do complexo do Monte do Templo. Essa estrutura arquitetônica exigiu mão-de-obra especializada e demandou o dispêndio de grandes quantias para sua construção. Nessa perspectiva, a ocupação territorial de Jerusalém/Aelia Capitolina, apresentava um grande desafio para o assentamento humano na região, o que demonstra que o uso de estruturas arquitetônicas estavam diretamente associadas à comunicação visual da manifestação de poder construtivo, agregador e de integração do governante.

Observamos nas Figs. 19 e 20 que a cidade era dividida por um vale central (chamado por Josefo em suas obras de Vale *Tyropoeon*, enquanto ele denominava o cume oriental denominado *Ophel*), que se iniciava ao norte, perto de *Morasha*, ao norte do Portão de Damasco. O vale se estende ao sul, através do Portão de Damasco e ao longo da rua *ha-Gai* na atual Cidade Velha, separando o Monte do Templo do Bairro Judeu de hoje, e a Cidade de Davi do Monte Sião. Foi neste Vale Central que se separou a chamada colina ocidental, agora ocupada pelos armênios e pelo Bairro Judeu, com o Monte Sião mais ao sul, que era conhecido nos tempos do Segundo Templo como a Cidade Alta; e a parte principal à leste fica a cidade de Davi e o Monte do Templo. A área ao sul do Monte do Templo era conhecida no Período do Segundo Templo como Cidade Baixa.

**Fig. 20 - Mapa topográfico de Jerusalém – visão aérea**



**Fonte:** Stern (1993: 699).

De acordo com Stern (1993: 699), *Gihon* é a maior fonte de água da cidade de Jerusalém e jorra do sopé da encosta leste da Cidade de David, a qual ainda rega os pomares e outras terras cultivadas no Vale *Kidron*, o que poderia explicar porque estas áreas cultiváveis em sua vizinhança foram um fator importante no incentivo permanente do assentamento em Jerusalém, no final do quarto milênio AEC, e o assentamento subsequente do cume da cidade de David.

Segundo Stern (1993), escavações arqueológicas demonstraram que a totalidade da área da Cidade de David, excluindo o Monte do Templo, era pequena, com uma largura do topo varando entre 60 e 100m, chegando a um pouco mais de quatro (04) hectares, o que fazia com que os habitantes, portanto, precisassem utilizar o declive da colina oriental para a construção de edificações adicionais.

As escavações realizadas por Shiloh (1984) revelaram que este declive foi usado para edificações desde o início da Idade do Bronze, e que continuou a fazer parte da cidade cananita e israelita até a destruição de Jerusalém em 586 AEC. O uso dessa área acrescentou quase dois (02) hectares à área disponível na colina, na configuração da área urbana de aproximadamente seis (06) hectares.

Stern (1993) esclarece que a topografia da cidade de Jerusalém, obrigava a realização de planejamento urbano, desde a Idade do Bronze Médio, uma vez que a utilização desta encosta leste íngreme, também exigia a construção das defesas da cidade um pouco abaixo da encosta, determinando a localização de suas fortificações orientais. Os vestígios arqueológicos apontam para a compreensão de que esta linha de defesa serviu à cidade por cerca de 1.200 anos.

Destacamos que o planejamento urbano mencionado, também emergiu da necessidade da ocupação do espaço geográfico e das relações de evergetismo e patronato locais. Assim, as relações patrono-cliente também foram impactadas pelas limitações topográficas de Jerusalém. Logo, a organização do espaço construído por grupos humanos no passado não impediu a construção de memórias sociais, representadas nas estruturas de poder e negociações na organização do espaço urbano na *Judaea-Palaestina*.

Nas proposições de Stern (1993), por vários séculos, até o final da Idade do Ferro, a rocha natural foi exposta em muitas partes da colina da Cidade de David, especialmente ao lado da inclinação leste. Comprendemos que esta inclinação acentuada, criou desafios aos construtores de todos os períodos, no esforço da utilização desta rocha natural como base, e no aproveitamento de paredes sobreviventes de períodos anteriores. Essas práticas de aproveitamento de estratos anteriores, complicaram a interpretação arqueológica, estratigráfica e cronológica dos vestígios materiais da Cidade de David, principalmente nas primeiras escavações, que não adaptaram suas técnicas às condições acidentadas do terreno, e assim, obtiveram como resultado (na exploração arqueológica da área até a década de 1960), uma série contínua de erros de datação. Dessa forma, a Fig. 21, a seguir, resume as informações sobre a continuidade dos assentamentos na Cidade de David, incluindo a numeração dos estratos geológicos, com base nos achados em todas as áreas de escavação da expedição arqueológica empreendida por Shiloh (1984).

Fig. 21 – A estratificação da Cidade de Davi

<i>Stratum</i>	<i>Period</i>	<i>Date</i>	<i>Comments</i>
1	Medieval and later	14th–20th cent. CE	
2	Arab–Ayyubid	7th–13th cent. CE	
3A	Byzantine	6th–7th cent. CE	
3B	Byzantine	4th–6th cent. CE	
4	Late Roman	1st–4th cent. CE	After 70 CE, few finds
5	Early Roman	From Herodian period to 70 CE	Destruction debris
6	Early Roman		
7A	Hellenistic (Hasmoncan)	First half of 1st cent. BCE to 37 BCE	
7B	Hellenistic (Hasmoncan)	Second half of 2nd cent. BCE	
8	Early Hellenistic	4th–2nd cent. BCE	
9	Persian	6th–4th cent. BCE	
10A	Iron II	6th cent. BCE	Mainly destruction rubble, to 586 BCE
10B	Iron II	Second half of 7th cent. BCE	Subdivided as 10B–C in area G only
11	Iron II	7th cent. BCE	Mainly mid-7th cent. BCE
12	Iron II	8th cent. BCE	Mainly time of Hezekiah
13	Iron II	9th cent. BCE	
14	Iron II	10th cent. CE	
15	Iron I	12th–11th cent. BCE	
16	LB II	14th–13th cent. BCE	
17	MB IIB	18th cent. BCE	
18A	MB IIB	18th cent. BCE	
18B	MB IIB	18th cent. BCE	
19	EB II–III	First half of the 3rd mill. BCE	
20	EB I	31st cent. BCE	
21	Chalcolithic	Second half of 4th mill. BCE	

Fonte: Stern (1993: 701).

Mediante os esclarecimentos referentes aos impedimentos arqueológicos para a datação segura da Cidade de David, informamos que é crucial para esta pesquisa, a compreensão do contexto de achados monetários dentro da malha urbana de cada uma das cidades da tese. Assim, nesta tese, as análises se dão a partir da relação que as moedas têm ao serem consideradas dentro do contexto urbano. Estas análises levam em conta que o passado não se apresenta em sua totalidade, sendo necessário a realização de estudos de ruínas, vestígios materiais fragmentários, descartados, existentes em áreas abandonadas e em áreas que se encontram em meio a vilas e cidades modernas. Nesse sentido, a Arqueologia jamais se dissocia das memórias sociais, nem dos lugares de achado e nem da materialidade dos sítios

arqueológicos. Isto posto, queremos crer que as estruturas de poder e as esferas de negociações entre Roma e as elites locais, precisam ser contextualizadas tanto geográfica quanto cronologicamente. E o estudo da conjunção entre emissões monetárias (considerando-se sua produção, iconografia e circulação) e elementos arquitetônicos, tornam-se a estratégia principal desta operação histórico-arqueológica.

De acordo com K. M. Kenyon (1967), evidências arqueológicas indicam que o desenvolvimento urbano na época do Segundo Templo (ca. 586 AEC-70 EC), assemelha-se essencialmente ao do Primeiro Templo (ca. 1000-586 AEC), uma vez que em ambos os períodos, a área residencial era inicialmente limitada à Cidade de Davi, com o Templo elevando-se acima dela ao norte, todavia, com o tempo, a área habitada se expandiu dinamicamente em direção à colina sudoeste, que acabou se tornando o centro administrativo da cidade.

Conforme E. W. Cohn (1987: 119), ao final desta mudança em Jerusalém, bairros residenciais adicionais foram estabelecidos ao norte da colina sudoeste, os quais no final do Período do Segundo Templo, também foram cercados por um muro.

Segundo Stern (1993: 270), a julgar pelos resultados das escavações arqueológicas, fica evidente que os exilados que voltaram da Babilônia após uma ausência de setenta anos, limitaram o assentamento de grupos humanos aos limites tradicionais da cidade de David.

As pesquisas arqueológicas possibilitaram a conclusão de que nos primeiros anos da restauração de Jerusalém, após o exílio babilônico, a cidade era pequena, sem muros e escassamente povoada, e foi reconstruída a partir das ruínas de um local, que havia sido destruído em 586 AEC pelos exércitos da Babilônia.

Escavações recentes evidenciaram um novo limite para a cidade, assim como, de suas defesas orientais que foram deslocadas para o topo de uma colina durante o período do Segundo Templo, reduzindo assim a área ocupada pela cidade daquele lado. Este muro, foi mais tarde incorporada à Jerusalém, e foi identificado nas obras de Josefo como “Primeiro Muro”.

De acordo com Broshi (1988), a evidência arqueológica indica que no final do período persa (no quarto século AEC), o desenvolvimento da cidade foi bastante lento e gradual, o que observamos também no período helenístico inicial (pré-hasmoneu), nos séculos III e II AEC, uma vez que a cidade permaneceu dentro dos limites fortificados da cidade de Davi, e do Monte Moriá, onde ficava o Templo recém-reconstruído. Segundo o autor, nessa época, a cidade ocupava uma área de aproximadamente doze (12) hectares, e sua população estava estimada em apenas alguns milhares.

Segundo Stern (1993: 278), no início do período hasmoneu, a área urbana de Jerusalém ocupava toda a colina sudoeste, que estava desabitada desde a destruição da cidade no final do período do Primeiro Templo. Traços dessa nova ocupação foram identificados por escavadeiras em muitas áreas. As descobertas indicam a natureza da ocupação nesses estágios iniciais e fornecem evidências marcantes da intensificação da população nessa colina.

A revolta dos hasmoneus, com todas as suas ramificações, possibilitaram a expansão territorial da cidade, que está narrada tanto no livro I quanto no livro II dos Macabeus, com a descrição das extensas atividades de construção dos reis hasmoneus na região.

De acordo com Josefo, o processo de refortificação da colina sudoeste, no início do período hasmoneu, deu origem à construção do Primeiro Muro. Escavações recentes mostraram que os reis hasmoneus apenas restauraram as fortificações, seguindo a mesma linha da parede original do período tardio do Primeiro Templo.

A ocupação da colina sudoeste, que data, como já foi mencionada, do período hasmoneu, desenvolveu-se rapidamente no primeiro século AEC, e logo se tornou uma área exclusivamente residencial, conhecida como “Cidade Alta”. Segundo Stern (1993), esta nova seção protegida pelo Primeiro Muro, aumentou a área fortificada da cidade de uma só vez para aproximadamente sessenta e cinco (65) hectares, e assim, a população da nova área murada foi estimada em mais de trinta mil.

De acordo com Stern (1993), à medida que o período hasmoneu progredia, a população de Jerusalém continuava a se espalhar para o norte, subindo o Vale *Tyropoeon*, quando provavelmente ao final deste período, foi cercado pelo “Segundo Muro”. As escavações nesta parte da antiga Jerusalém são escassas, e até agora não localizaram quaisquer vestígios definitivos desta parede. Assim, o autor argumenta, que uma resposta satisfatória à questão dos limites espaciais do Segundo Muro, ou do período de sua construção, ainda necessita de maiores estudos, todavia, afirma que no final do período hasmoneu, a área fortificada de Jerusalém aumentou para mais de oitenta e dois (82) hectares, com uma população estimada em aproximadamente quarenta mil.

Stern (1993) afirma que Herodes, no final do primeiro século AEC, transformou radicalmente as estruturas arquitetônicas de Jerusalém, por meio da construção de muitos edifícios públicos e luxuosas residências particulares, os quais foram construídos nas tradições da arquitetura helenístico-romana.

O projeto construtivo de Herodes, o Grande utilizou uma série de novas tecnologias, formas de arte, práticas rituais e de eventos comemorativos, como estratégias de evergetismo e



patronato de alianças locais com o Império, por meio da monumentalização do espaço construído, como elemento de emulação cultural e negociações na *Judaea-Palaestina*.

Conforme Kenyon (1967), a estrutura mais impressionante e monumental de Jerusalém era o recinto do Monte do Templo, com seus muros de contenção e o próprio Templo. Escavações à oeste e ao sul das paredes do Monte do Templo revelaram evidências materiais da monumentalidade das paredes e dos enormes esforços investidos por Herodes em elevar artificialmente o nível do recinto sagrado. Vestígios arqueológicos das ruas e das casas indicam o caráter público dos arredores imediatos do Monte do Templo.

Segundo Stern (1993), o outro resultado das intensas atividades de construção na Jerusalém herodiana foi a construção de alguns prédios residenciais particularmente luxuosos na Cidade Alta, alguns de seus vestígios ainda estão expostos no atual Bairro Judeu. A magnificência desses elementos construtivos e a natureza dos achados apontam para a riqueza e o luxo de toda a Cidade Alta, corroborando o relato de Josefo sobre o lugar, assim, observamos que a monumentalização do espaço urbano se estendia às áreas residenciais. Também estão preservados entre as ruínas do Bairro Judeu, algumas evidências da destruição da cidade pelos romanos em 70 EC.

Uma das estruturas mais proeminentes da Cidade Alta era o palácio de Herodes, que dava para ver toda a cidade de sua localização no canto noroeste da colina. O palácio era protegido ao norte por três torres altas: *Phasael*, *Hippicus* e *Mariamne*, as quais Josefo descreveu em detalhes, cujo único remanescente dessas torres é a base maciça de uma delas, que foi incorporada em uma construção posterior como parte do que hoje é tradicionalmente conhecido como Torre de Davi.

De acordo com Levine (2002: 313), Jerusalém atingiu um tamanho sem precedentes física e demograficamente em meados do século I EC. Na verdade, foi apenas no final do século XIX que a cidade novamente atingiu, e depois superou, essas dimensões (AVI-YONAH, 1954).

Nos últimos dois séculos do período do Segundo Templo, Jerusalém triplicou de tamanho, e junto com os edifícios herodianos monumentais e outros erguidos posteriormente, a cidade ganhou reputação internacional, e assim, as estruturas arquitetônicas mediaram o discurso persuasivo de poder com o emaranhado biomaterial das atividades humanas nesta cidade. Conforme Plínio, o Velho, em meados do primeiro século, Jerusalém era "*a mais famosa, de longe, das cidades do Oriente*" (*Natural History* 5, 70), e Tácito referiu-se a ela como "*a capital dos judeus com um templo possuindo riquezas enormes*" (*Histories* 5.8,1).

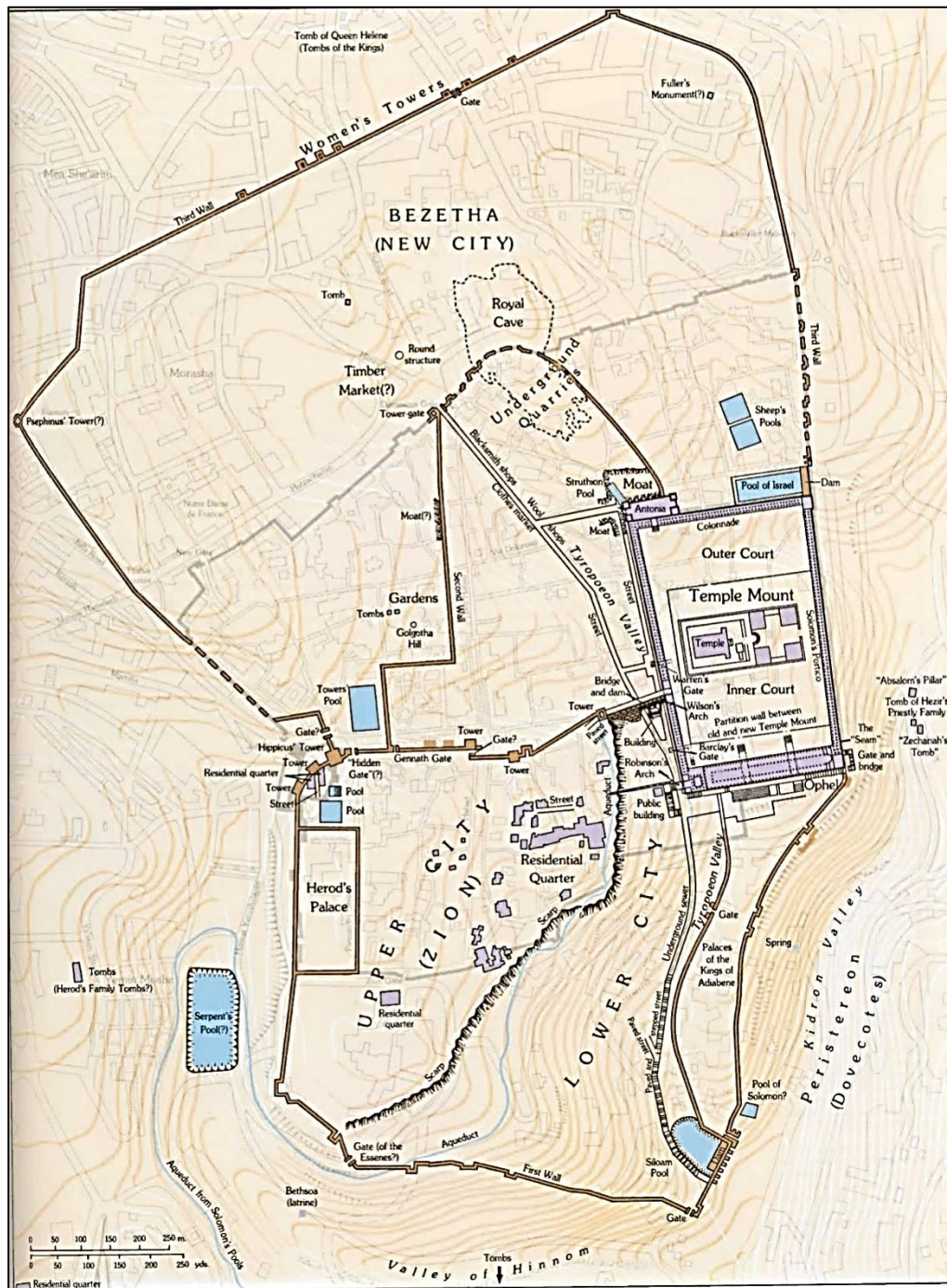
Segundo Levine (2002: 314-315), o rápido crescimento continuou pelo menos até a quinta década do primeiro século, quando Agripa I julgou necessário iniciar a construção do que Josefo denominou de "Terceiro Muro" (Fig. 26). No entanto, este projeto foi frustrado pelo governo romano e foi concluído apenas cerca de vinte e cinco anos depois pelos rebeldes com a eclosão da Primeira Revolta (*Guerra Judaica* 5.4, 2, 155).

A área delimitada por este novo muro foi enorme, e dobrou o tamanho da cidade, que passou a abranger cerca de cento e oitenta e dois (182) hectares. O crescimento populacional concomitante pode ter sido resultado de fatores biológicos e naturais, mas não pode haver dúvida de que a atração religiosa de Jerusalém neste período estava no auge, e as pessoas se deslocavam para a cidade (como peregrinos ou futuros residentes), por causa da presença de seu grande Templo (LEVINE, 2002: 315).

De acordo com Stern (1993), à medida que Jerusalém se desenvolvia e sua área construída era expandida, novas seções residenciais surgiram na parte norte da cidade. O novo bairro residencial conhecido como Cidade Nova, estabelecido na colina de Bezetha, foi cercado pelo Terceiro Muro durante o reinado de Agripa I (restos dessa parede estão expostos a uma curta distância ao norte da Cidade Velha), assim, observamos o crescimento na apropriação da paisagem, proporcional ao crescimento populacional, não por determinação do poder imperial, mas como estratégia local, no que Rapoport (1982), define por questões básicas no entendimento do ambiente construído, e assim, a malha urbana se torna o resultado direto da ação humana sobre a paisagem.

Jerusalém atingiu o auge de sua expansão e magnificência no final do período do Segundo Templo, quando a área murada da cidade atingiu aproximadamente cento e oitenta e dois (182) hectares (Fig. 22), abrangendo áreas que não estão mais na Cidade Velha hoje. Uma estimativa cautelosa calcula uma população de cerca de oitenta mil pessoas, neste período.

Fig. 22 – Mapa de Jerusalém ao final do Segundo Templo



Fonte: Bahat (1990: 35)

Observamos na Fig. 22 que o ambiente construído é um emaranhado biossociomaterial de caráter acumulativo, em que a fluidez da *interação simbólica* (RAPOPORT, 1982), dá-se por meio da ação humana em relação às coisas e pessoas, a partir dos múltiplos significados intrínsecos a esses elementos culturalmente construídos. Assim, a observação das estruturas

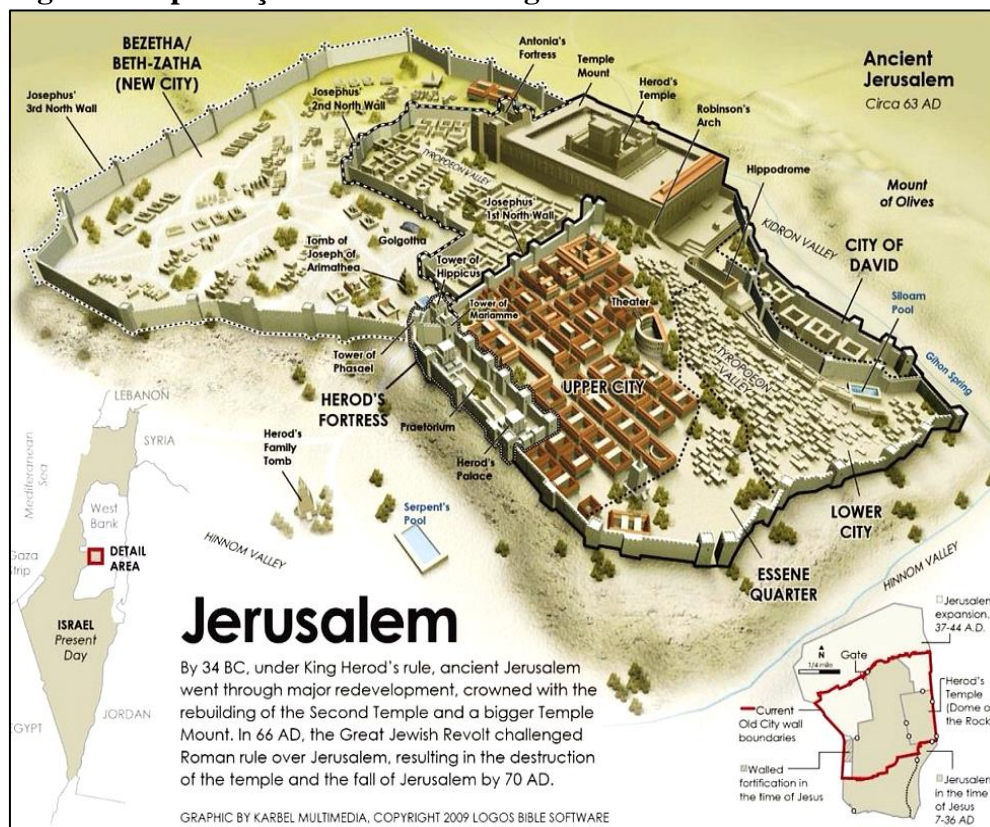


construtivas permite o entendimento de que o espaço é passível de manipulação, cujos símbolos de poder surgem como elementos de negociação no processo de interação social. Deste modo, os significados materializados na malha urbana não são intrínsecos e sim construídos (RAPOPORT, 1982).

De acordo com Seligman (2013), Jerusalém era uma cidade espaçosa que no decorrer dos anos, provavelmente dobrou de tamanho. O ‘Primeiro Muro’, foi iniciado por Jonathan por volta de 144 AEC e concluído por seu irmão Simeão em 141 AEC, abrangia uma área de 65 hectares. Por volta de 70 EC, a área da cidade, incluindo os novos subúrbios cercados pelo "Terceiro Muro", atingiu, como vimos acima, cento e oitenta e dois (182) hectares, sendo que a população na véspera do cerco romano era de aproximadamente 80.000 habitantes.

Durante esse período, a cidade passou por mudanças profundas. O Templo foi reconstruído sobre uma grande plataforma nova, que expandiu a área sagrada para 14,4 hectares, o que fazia dele a estrutura arquitetônica dominante da paisagem urbana de Jerusalém, uma vez que ele ocupava cerca de um sexto da cidade durante a maior parte do período herodiano. Abaixo apresentamos uma representação idealizada dos limites territoriais da antiga cidade de Jerusalém no ano 63 EC. (cf. Fig. 23).

**Fig. 23 – Reprodução artística da antiga cidade de Jerusalém em 63 EC**



**Fonte:** PEF-M-OSJ 1864–5 PLAN 1. Cortesia da *Palestine Exploration Fund (PEF)*.

Observamos na Fig. 23 que a ocupação de cerca de um sexto da cidade pelo Complexo do Templo do período herodiano se alinha às proposições de Hirata (2010), que afirma que grandes monumentos arquitetônicos fazem parte de um discurso visual, uma vez que eles são estabelecidos em lugares de destaque na paisagem das cidades. Logo, a monumentalidade do Templo de Jerusalém, durante sua reconstrução, dependeu da mobilização de um grande contingente de mão de obra e recursos, o que expressou o poder de Herodes, o Grande, nas múltiplas negociações com Roma.

De acordo com Broshi (1979: 1), os dados sobre a população de Jerusalém encontrados em fontes textuais antigas, são geralmente exageradas, e isso se aplica não apenas à Bíblia, mas também aos historiadores greco-romanos<sup>51</sup>, uma vez que a maioria dos números fornecidos são tipológicos (por exemplo, "sessenta miríades", "quarenta mil") e são frequentemente excessivos.

Conforme Shiloh (1980), a população máxima de uma cidade murada (ou densamente povoada), pode ser estimada aplicando um coeficiente de 400-500 pessoas por hectare. Segundo o autor este coeficiente foi obtido de forma independente por vários estudiosos e representa a densidade de assentamentos de grupos humanos contemporâneos em várias "cidades antigas" (Damasco, Líbano e Jerusalém em 1918). É importante ressaltar que este valor representa a densidade máxima em áreas edificadas.

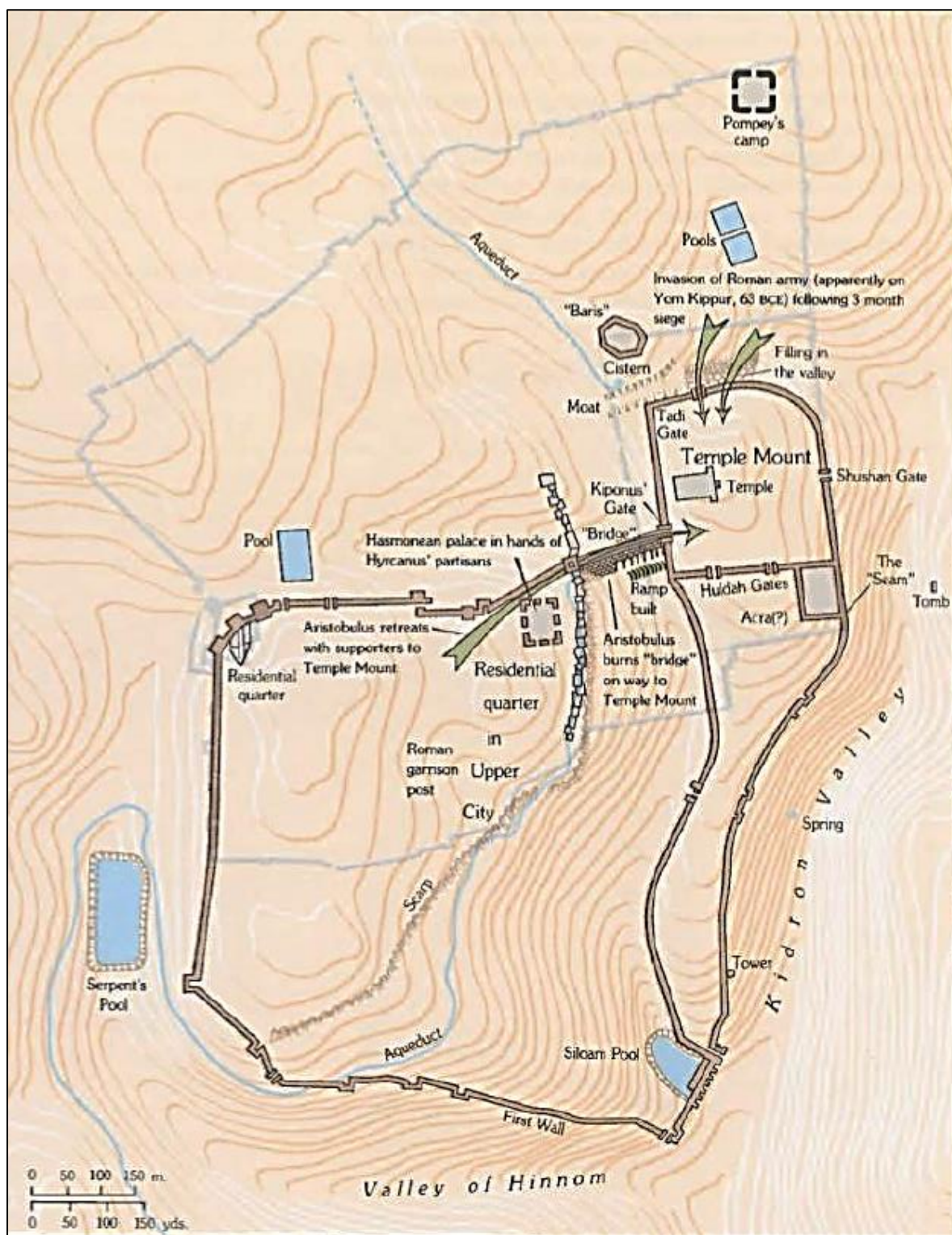
O interesse desta tese doutoral se refere às estruturas arquitetônicas construídas em Jerusalém durante o século I AEC e II EC, as quais puderam ser arqueologicamente identificadas, assim, informamos que, de acordo com Magness (2012: 139), quando Jerusalém esteve sob o cerco de Pompeu (63 AEC), o assentamento murado desta cidade englobava o Monte do Templo (com seu templo), a Cidade de Davi e a colina ocidental, conforme Fig. 24 a seguir.

---

<sup>51</sup> Conforme Oliveira (2019) “o uso do termo “greco-romano” tem sido cada vez mais questionado na literatura, levando-se em conta a realidade plural dos povos que o termo busca abarcar. A Arqueologia, principalmente a partir do século XXI, tem buscado tratar das interações culturais de tais povos como sendo multiformes e heterogêneas. Dessa forma, a ideia de que havia uma cultura grega ou romana que fosse “pura” ou fixa tem sido cada vez mais desacreditada, uma vez que diversos povos e etnias compunham os territórios dominados pelos gregos e, posteriormente, pelos romanos, no decorrer dos séculos. Assim, diversos autores contemporâneos têm buscado interpretar essas relações sob óticas mais flexíveis e diversificadas. Como exemplo, podemos citar o conceito de “creolização” defendido por Jane Webster (2001), no qual não haveria a substituição de uma cultura por outra, mas uma mistura de culturas, dentro de um contexto social heterogêneo. Há também a ideia de “mimesis”, apresentada por Alicia Jiménez (2010), que abarca as relações de Roma e suas províncias. Temos também o termo “emaranhamento”, utilizado por Philipp Stockhammer (2012) para designar os resultados gerados por encontros interculturais. Esses são apenas alguns dos muitos autores que tentam tratar as questões do mundo “greco-romano” dentro de sua real diversidade espacial, temporal e cultural, para além do que esse termo deixa entrever”. Isto posto, e a despeito do caráter generalista do termo, optamos pela manutenção deste léxico na tese, por se tratar de um termo consolidado.



Fig. 24 – Antiga cidade de Jerusalém durante o cerco de Pompeu em 63 AEC



Fonte: Bahat (1990: 39)

Segundo Magness (2012: 140), o Monte do Templo e a Cidade de David foram reassentados após o retorno do exílio babilônico e fortificado sob Neemias, enquanto o muro

em torno da colina ocidental (o Primeiro Muro), foi construído no período Hasmoneu (seguindo a linha do muro existente desde o final da Idade do Ferro). No lado noroeste da colina oeste, Herodes construiu um palácio para si mesmo, o qual Josefo descreveu como um palácio constituído por duas alas separadas por reservatórios e jardins. Apesar da realização de escavações na área onde o palácio de Herodes estava localizado (o moderno Jardim Armênio), quase nenhum vestígio da superestrutura sobreviveu. No canto noroeste do Primeiro Muro e no lado norte desse palácio, Herodes ergueu três grandes torres, as quais serviam a dois propósitos: (1) para reforçar o flanco norte vulnerável da cidade, que não era limitado por um vale profundo natural como os outros lados; e (2) para proteger o palácio, que foi cercado por seu próprio sistema de fortificação.

Conforme vimos em Josefo (*Guerra Judaica*, 1,408), Herodes chamou a maior torre de *Phasaël* (em homenagem a seu irmão mais velho, que cometeu suicídio em 40 AEC), a torre de tamanho médio nomeou de *Hippicus* (homenagem a um amigo), e a menor torre de *Mariamne* (em homenagem a sua esposa da dinastia dos hasmoneus, a quem ele executou).

Magness (2012: 140) esclarece que quando Jerusalém caiu nas mãos dos romanos em 70 EC, Tito mandou destruir duas dessas torres, mas deixou uma de pé, que se encontra dentro de um grande recinto fortificado (a Cidadela) ao lado do Portão de Jaffa, no meio da parede oeste da atual Cidade Velha. A maioria dos vestígios da Cidadela data da época medieval e otomana, a despeito dos vestígios de época romana. Alguns vestígios arquitetônicos encontram-se dentro da Cidadela, incluindo o canto noroeste do Primeiro Muro, no qual se encontra a torre herodiana. Apenas a parte inferior desta torre existe hoje, sendo que a parte superior dela foi reconstruída posteriormente com o uso de pedras muito menores, e ela é identificada atualmente como Torre de David. Devido ao seu grande tamanho, muitos estudiosos identificam a torre como sendo a *Phasaël*, no entanto, Hillel Geva (2014) sugeriu tratar-se da *Hippicus*, com base na descrição de Josefo da localização dela em relação à linha do Primeiro Muro.

Nesse sentido, a Colina Ocidental que no final do período do Segundo Templo era uma área residencial e foi identificada como pertencente à elite de Jerusalém, tratava-se do lugar onde os palácios dos hasmoneus e dos herodianos estavam localizados e onde viviam os judeus mais ricos de Jerusalém. Apesar do palácio dos hasmoneus nunca ter sido encontrado, as escavações de Avigad no bairro judeu em 1970, trouxe à luz áreas residenciais urbanas, densamente povoadas pertencentes à elite local. A maior destas estruturas arquitetônicas foi identificada como *domus* por Avigad, a qual cobria uma área de aproximadamente de 600 metros quadrados, e foi datada como pertencente ao século I EC.

No período herodiano em Jerusalém a peça central do programa construtivo de Herodes foi a reconstrução do Segundo Templo, que havia sido consagrado em 516 AEC. Herodes reconstruiu o próprio templo, bem como a esplanada ou plataforma aberta em torno do Monte do Templo. Embora nenhum vestígio do templo tenha sobrevivido, o Monte do Templo teve sua reconstrução realizada entre 23 e 15 AEC, mas construção do enorme complexo ao redor dele continuou até 64 EC, uma situação aludida pelo autor do Quarto Evangelho: "*Jesus respondeu-lhes: \_Destruam este templo, e em três dias eu o levantarei. Os judeus então disseram: Este templo está em construção há quarenta e seis anos, e você vai levantá-lo em três dias?\_*" (JOÃO 2: 18-19).

Herodes monumentalizou a construção do templo, expandindo a esplanada em que ficava (o Monte do Templo), criando um dos maiores recintos sagrados no mundo antigo (cerca de 140.000 metros quadrados). Para tornar a plataforma nivelada, o alicerce teve que ser cortado ao norte, onde se ergue, enquanto ao sul, onde o alicerce desce em direção à Cidade de David, a plataforma expandida foi apoiada em uma série de arcos subterrâneos ou abóbadas chamadas criptopórtico. Os arcos do criptopórtico ainda sobrevivem (embora a área seja fechada ao público), e agora são chamados de Estábulos de Salomão, um nome que se originou quando Jerusalém fazia parte do reino dos cruzados na Idade Média.

No Monte do Templo Herodes encerrou a plataforma expandida com a parede que delimitava o limite do *temenos*<sup>52</sup>. A parte superior da parede que limitava o *temenos* foi decorada com pilastras acopladas (pilares quadrados incorporados na parede), as quais foram partidas, e podem ser vistas deitadas entre os montes de pedras que caíram em uma rua que Herodes pavimentou ao lado sudoeste do Monte do Templo, o que evidencia a violência romana na destruição causada em Jerusalém em 70 EC. As bases de algumas pilastras foram preservadas *in situ* (na sua posição original), em um túnel subterrâneo no lado noroeste do Monte do Templo.

Relacionado ao Monte do Templo há o Muro das Lamentações, que fazia parte do muro de Herodes e não integrava o edifício do templo em si (que estava localizado no topo da plataforma, aproximadamente onde hoje se encontra o Domo da Rocha).

Uma série de portões na parede do *temenos* dava acesso ao Monte do Templo, vários dos quais ainda são visíveis hoje, especificamente (de norte a sul) o Arco de Wilson, o Portão

---

<sup>52</sup> De acordo com o Glossário eletrônico do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – LABECA o termo *temenos* vem do grego: *τέμενος, εος-ους (τό)*, o qual na Grécia antiga, significava o terreno sagrado, muitas vezes delimitado por muros ou por fileiras de pedras, consagrado a uma divindade, no interior do qual poderia ser erigido um altar e um templo.



Barclay e o Arco de Robinson (todos no lado oeste do Monte do Templo) e os Portões Hulda (no lado sul do Monte do Templo). O Arco de Wilson é parte de uma ponte carregada em arcos que dava acesso, através do Vale *Tyropoeon* à colina ocidental do Monte do Templo.

Atualmente, a parte inferior do primeiro arco da ponte (mais oriental), está no lado norte do Muro das Lamentações, em uma área subterrânea reservada para orações masculinas (mas aberta a todos para visitas em determinados momentos). Os vestígios do Portão Barclay estão preservados no lado sul do Muro das Lamentações (na seção das mulheres).

O Arco de Robinson está localizado no canto sudoeste do Monte do Templo, sendo visível apenas o que deveria ter sido o início de um grande arco, projetado da parede do *temenos*.

Segundo Magness (2012), o Arco de Robinson foi considerado análogo ao Arco de Wilson (uma ponte sobre o Vale *Tyropoeon* carregada em arcos), contudo, escavações realizadas pelo arqueólogo israelense Benjamin Mazar em 1967, nos lados sul e oeste do Monte do Templo, evidenciaram parte de uma escada, o que indicava que o Arco de Robinson se virava em um ângulo de noventa graus e conduzia ao Vale do *Tyropoeon*, logo abaixo. Era uma estrutura arquitetônica inserida em uma área comercial com uma ampla rua pavimentada ladeada por lojas (a mesma rua esmagada em 70 EC pela queda das pedras da parede do *temenos* acima).

Os Portões Hulda são dois portões, cada um originalmente com portas duplas, na parede sul do Monte do Templo que forneciam o principal acesso ao Monte do Templo pelos peregrinos, que poderiam se purificar primeiro em um grande *miqva'ot* fora dos portões ou no tanque de Siloé ao sul. Esclarece-se que os Portões Hulda foram construídos em par, tendo um ao leste, que era usado para a entrada do Monte do Templo, e o conjunto ocidental usado como saída.

Conforme Magness (2012), um edifício monumental de dois andares chamado de *Royal Stoa*<sup>53</sup> ou Basílica Real ocupava o extremo sul do Monte do Templo (abrangendo a área ocupada hoje pela mesquita *al-Aqsa*, mas muito maior).

O templo (do qual nada sobreviveu), ficava no centro do Monte do Templo, em um afloramento natural de rocha, que hoje abriga o Domo da Rocha. O referido templo era cercado por sua própria muralha de fortificação e torres.

---

<sup>53</sup> De acordo com o Glossário eletrônico do LABECA o termo *stoa* vem do termo em grego: στοά, ᾶς (ή) (feminino; plural, *stoai*), que era um pórtico ou galeria com colunada disposto nas áreas urbanizadas da cidade grega. Elemento organizador do espaço desde época arcaica na Grécia. Local de reunião e encontro de pessoas para se abrigar do vento, chuva e sol. Nos santuários, local para reunião e abrigo de peregrinos.

Os únicos vestígios existentes, associados ao próprio templo, consistem em duas inscrições gregas que originalmente foram colocadas em uma mureta de pedra (chamada de *soreg*) que cercava as fortificações do templo. As inscrições existentes na *soreg*, indicavam a proibição de não-judeus de entrar no templo. As duas inscrições gregas sobreviventes foram descobertas no preenchimento ao sul do Monte do Templo. A inscrição mais completa está no Museu Arqueológico de Istambul na Turquia (para onde foi levado depois de ser encontrado quando a Palestina ainda estava sob domínio otomano). A segunda inscrição fragmentária está no Museu de Israel em Jerusalém.

De acordo com Magness (2012), a inscrição mencionada descreve que “*Nenhum homem de outra nação deve entrar na mureta próxima ao templo. E quem for pego, será por si mesmo, o culpado por sua morte que se seguirá.*”

Josefo fornece uma descrição notavelmente semelhante das inscrições de *soreg*:

Prosseguindo através deste [pátio aberto] em direção ao segundo pátio do templo, o qual encontra-se rodeado por uma balaustrada de pedra, três côvados de altura e de primorosa mão de obra; neste, em intervalos regulares, havia placas avisando, algumas em grego, outras em caracteres latinos, da lei da purificação, a saber: que nenhum estrangeiro foi autorizado a entrar no local sagrado, pois assim o segundo recinto do templo foi chamado. [Tradução livre]. (*Guerra Judaica*, 15: 417).

Magness (2012) esclarece que embora tendamos a pensar no Monte do Templo exclusivamente em termos religiosos, ele era também um centro de atividade comercial, no qual milhares de visitantes passavam, o que incluía não apenas peregrinos judeus, mas não-judeus também (que podiam entrar no Monte do Templo, mas não no próprio templo).

A enorme esplanada, com a *Royal Stoa* e pórticos, fervilhava de mercadores e vendedores, muitos deles vendendo animais e pássaros para sacrifícios. Na verdade, O Monte do Templo de Herodes era análogo às antigas *ágoras* ou *forum* (mercado), que normalmente consistia em um grande espaço aberto e pavimentado, que era cercado por edifícios como *stoas*, basílicas, teatros e templos.

O plano construtivo do período herodiano em Jerusalém incluía no canto noroeste do Monte do Templo, uma enorme fortaleza que Herodes, o Grande chamou de Fortaleza Antonia, em homenagem a Marco Antônio (indicando que foi construída antes da batalha do *Actium* em 31 AEC).

Embora Josefo forneça uma descrição detalhada da Fortaleza Antonia, suas dimensões têm sido objeto de debate, porque a área onde a Fortaleza Antonia estava localizada é cortada

ao meio por uma estrada chamada ‘Via Dolorosa’, que corre paralelamente ao norte do Monte do Templo.

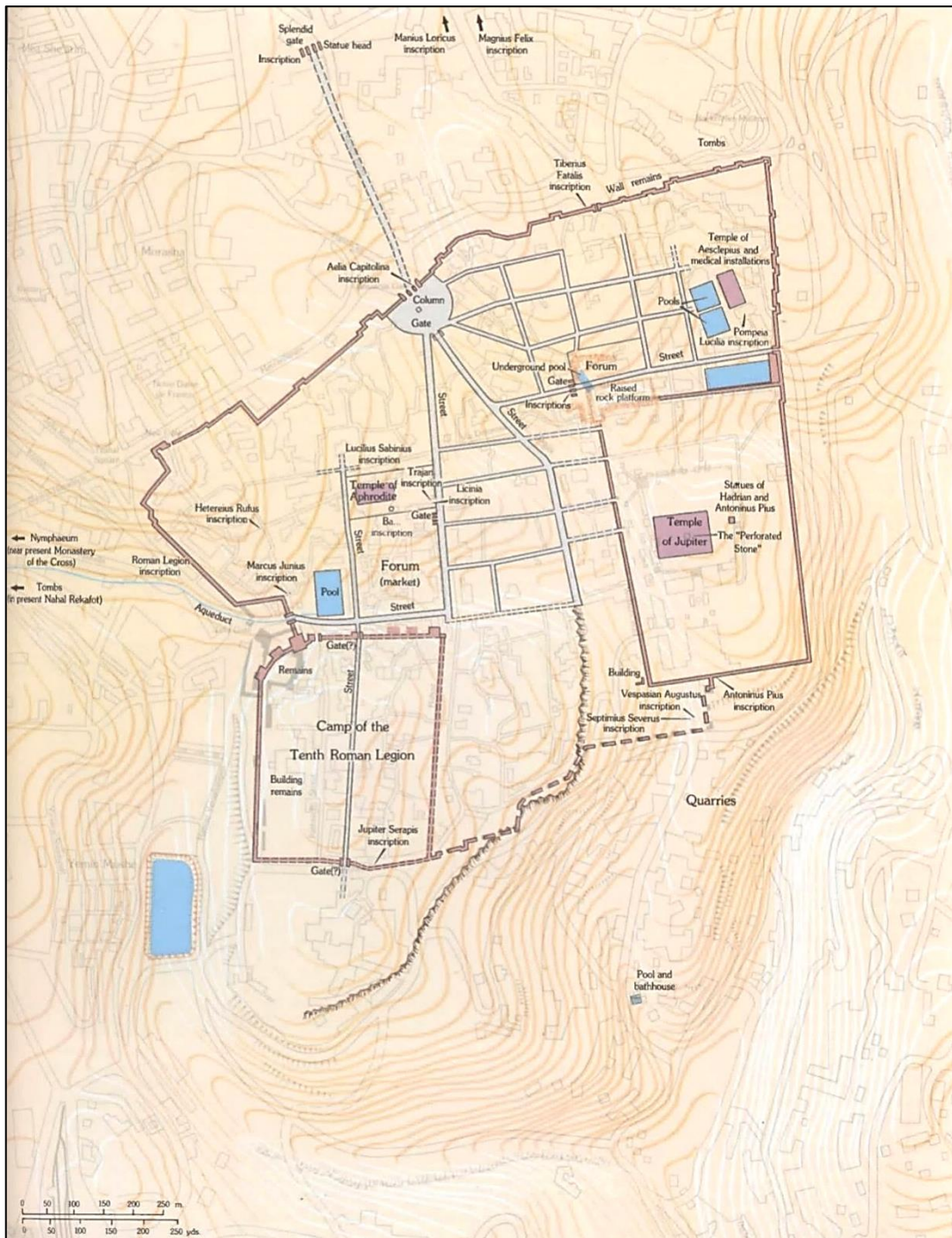
Outras estruturas arquitetônicas em Jerusalém também são apontadas nas obras de Josefo, o qual afirma que na época em que a cidade foi destruída pelos romanos em 70 EC, ela havia se expandido além da linha do Primeiro Muro. O subúrbio ao norte era cercado por duas paredes de fortificação sucessivas, chamadas de Segundo Muro e Terceiro Muro.

Segundo Josefo, o Primeiro Muro foi construído pelos hasmoneus, seguindo a linha do muro do final da Idade do Ferro em torno da colina ocidental. De acordo com o autor, o Terceiro Muro (o último e mais ao norte dos três muros), foi iniciado por Herodes Agripa I e concluído na véspera da eclosão da Primeira Revolta Judaica. Embora Josefo não mencione quem construiu a Segunda Parede, a maioria dos arqueólogos acreditam que tenha sido Herodes, o Grande, uma vez que é consenso de que o Primeiro Muro seja anterior a ele, e o Terceiro Muro é posterior, e porque também o grande crescimento populacional e construtivo de seu reinado, tenha possibilitado a extensão das fronteiras da cidade.

Josefo também descreve o percurso do Primeiro, Segundo e Terceiro Muro, uma vez que não há controvérsia sobre o Primeiro Muro, que se estendia ao norte da colina oeste (logo acima do Vale Transversal), conforme indicado por vestígios arqueológicos. No entanto, não há consenso, na Arqueologia, quanto ao posicionamento exato do Segundo e Terceiro Muro. O problema é que os pontos de referência que são mencionados nas obras de Josefo, relacionados ao percurso físico do Segundo e Terceiro Muro desapareceram há muito tempo e suas localizações exatas são desconhecidas. Embora a descrição de Josefo esclareça que o Terceiro Muro englobava uma área muito maior do que a do Segundo Muro.

Esclarecemos que diante das informações acima, a cidade de Jerusalém não recebeu novas estruturas arquitetônicas, desde o período herodiano, até Adriano refundá-la como Aelia Capitolina, quando a cidade recebeu uma planta típica de uma cidade romana: uma planta quase quadrada, com os quatro lados da praça voltados para os pontos cardeais e um portão principal no centro de cada lado. Esses portões davam acesso a duas estradas principais que cortavam a cidade de norte a sul e de leste a oeste, e cruzavam-se no centro. Outras estradas foram dispostas paralelamente às duas estradas principais, criando uma grade de ruas que corria de norte-sul e leste-oeste (cf. Fig. 25).

**Fig. 25 – Mapa de Aelia Capitolina – século II EC**



Fonte: Bahat (1990: 59)

Segundo Bahat (1990: 58), evidências valiosas para a malha urbana e aparência de Aelia Capitolina vêm do Mapa de Madaba, que retrata a cidade, por meio de uma decoração do piso em mosaico de uma igreja bizantina na cidade de Madaba, na Jordânia. Embora o mapa retrate a Terra Santa por volta de 600 EC, quando o mosaico foi colocado (e, portanto, retrata monumentos e recursos que foram adicionados após a época de Adriano). Na verdade, a atual Cidade Velha de Jerusalém, ainda preserva os principais elementos de Aelia Capitolina, pois

nunca mais a cidade foi arrasada e reconstruída do zero. Esses elementos, que podem ser vistos no mapa, incluem o portão principal no extremo norte da cidade, o *cardo maximus* e um segundo *cardo* principal, e o *decumanus maximus*.

O mapa de Madaba é orientado ao leste (a direção do sol nascente), e mostra a entrada norte da cidade (à esquerda), na ilustração de um portão com uma passagem em arco com duas torres. Trata-se do moderno Portão de Damasco (otomano), que foi construído sobre as ruínas do portão romano.

De acordo com Bahat (1990), na época de Adriano, o portão consistia em três passagens em arco (uma grande passagem central flanqueada por duas menores, com torres de cada lado), mas quando o mapa foi feito, as passagens laterais estavam bloqueadas e apenas a central ainda estava em uso (cf. **REA-13; REA-14; REA-15**). Hoje, os vestígios do Portão de Adriano são visíveis sob o moderno Portão de Damasco (ver **REA-12**), cujos degraus que partem da rua no lado norte da Cidade Velha, mostram o quanto o nível do solo aumentou desde o século XVI, quando o portão atual foi construído. Das três passagens em arco originais (de Adriano), apenas a pequena oriental sobreviveu, com sua torre em flanco.

O portão e a torre foram construídos com pedras de estilo herodiano (grandes silhares com margens desenhadas e saliências planas com painéis) em uso secundário. Os monumentos de Aelia Capitolina normalmente incorporam pedras herodianas reutilizadas, que estavam prontamente disponíveis porque pertenciam a edifícios que estavam em ruínas desde 70 EC. Uma rocha logo acima da pedra angular do arco da passagem tem uma inscrição em latim em sua margem inferior que diz: "*por decreto do Conselho da Cidade de Aelia Capitolina.*"

O mapa de Madaba (cf. **REA-21**) mostra também uma grande praça oval, após o Portão de Adriano no lado norte da cidade. Embora o nível do solo tenha sido elevado desde então, ainda há uma área aberta dentro do moderno Portão de Damasco, a qual corresponderia à praça oval (observada no Mapa de Madaba). Na praça existia uma coluna monumental com uma estátua de Adriano, todavia, quando o mapa foi feito, a estátua já havia sido removida, mas a coluna ainda estava de pé e foi representada no centro da área oval (ver **REA-13; REA-14; REA-15**). Na verdade, o nome árabe moderno de Portão de Damasco é *Bab al- Amud* (o Portão da Coluna), em referência à coluna monumental desaparecida há muito tempo (BAHAT, 1990).

Magness (2012) esclarece que o Mapa de Madaba apresenta ainda o *cardo maximus* e o *decumanus maximus* de Aelia Capitolina. Adriano estabeleceu dois *fora*<sup>54</sup> em Aelia Capitolina, um ao norte do Monte do Templo e outro no lado oeste da cidade. Ambos eram grandes espaços abertos pavimentados cercados por templos e monumentos públicos, com as entradas marcadas por portões autônomos de três arcos semelhantes aos do Portão de Damasco.

O *forum* do norte estava localizado na área que havia sido ocupada pela Fortaleza Antonia de Herodes antes de 70 EC, mas atualmente, essa área é dividida ao meio pela Via Dolorosa. O antigo pavimento de pedra (*Lithostratos*) e o portão de três arcos (arco de *Ecce Homo*), preservados dentro do convento chamado Igreja das Irmãs de Sião, que antes se pensava pertencer à Fortaleza Antonia e estão associados na tradição cristã moderna com a paixão de Jesus, fazem parte do *forum* norte de Adriano. O portal de arco triplo era um monumento independente que marcava a entrada do *forum*, e o *Lithostrato* era o pavimento de pedras do referido *forum*. Este pavimento foi colocado acima dos reservatórios *Struthion*, que originalmente eram tanques ao ar livre no fosso fora da Fortaleza Antonia.

A escassa evidência arqueológica sugere que a Via Dolorosa foi um centro de atividade religiosa em Aelia Capitolina, porque desde o período herodiano se observa neste lado de Jerusalém a estrutura arquitetônica denominada “Tanque das Ovelhas” (*Bethesda* ou *Bezetha*), em alusão ao seu uso ritual na lavagem de animais que eram trazidos ao sacrifício no segundo templo, e porque depois de 70 EC, um santuário ao deus Asclépio foi construído nesta área.

De acordo com estudos arqueológicos desenvolvidos no século XIX, pelo estudioso francês Charles Clermont-Ganneau nas cavernas sob os porões das casas, ao lado norte da Via Dolorosa, e a oeste de *Bethesda*, descobriram dois vasos incomuns, decorados com imagens figuradas em alto relevo, os quais foram associados à época de Aelia Capitolina. O arqueólogo Charles Clermont-Ganneau identificou essas imagens que decoravam os vasos (que agora estão no *Palestine Exploration Fund* em Londres) como mitraicas.

Segundo Magness (2012: 278), o mitraísmo foi um culto que se originou no Oriente Próximo, mas se tornou popular entre os romanos, especialmente entre os soldados, do primeiro ao terceiro século EC. A descoberta desses vasos decorados com imagens mitraicas em cavernas

---

<sup>54</sup> O *forum* (*fora* no plural) era o local de cerimônias triunfais e de eleições. Era também onde se realizavam discursos públicos, os processos criminais e o centro dos assuntos comerciais (GRANT, 1970). Segundo Santos (2006: 12) “a cidade romana ideal devia obedecer a um padrão rígido de urbanismo. Dispunha de um centro monumental, o fórum, onde se concentravam os edifícios destinados às principais funções institucionais, administrativas e religiosas, que, por sua vez, atraíam as principais áreas de comércio. Deste modo, o fórum constituía o centro da cidade.”

subterrâneas da Via Dolorosa, sugere que neste local poderia ter existido um *Mithraeum*<sup>55</sup> (um santuário ao deus Mitra), uma possibilidade apoiada pela popularidade do culto entre os soldados romanos.

De acordo com Bahat (1990: 65), o *Forum* Ocidental ou o segundo *forum* de Adriano localizavam-se na zona oeste da cidade, na área que hoje é ocupada pela Igreja do Santo Sepulcro.

De acordo com o autor mencionado, o *Forum* Ocidental era acessado através do portão autônomo de três arcos, que marcava a passagem do *cardo maximus* para o canto nordeste deste *forum*.

Bahat (1990) esclarece que dois edifícios foram erguidos no lado norte do *forum*, sendo eles: uma basílica (ao leste) e um templo (ao oeste). A basílica era um salão público multifuncional, enquanto o templo estava localizado ao oeste da basílica, o qual foi provavelmente, dedicado à deusa Afrodite/Vênus.

De acordo com a tradição cristã, dois séculos depois da época de Adriano, Constantino demoliu esse templo para evidenciar o suposto túmulo de Jesus, que ele consagrou na Igreja do Santo Sepulcro, assim, os vestígios construtivos do lado nordeste do *Forum* Ocidental, incluindo as colunas do *cardo* original, os portões em arco triplo, a escadaria, a fachada da basílica e o pavimento de pedra do *fórum* estão atualmente preservados na Igreja Russa de Santo Alexandre Nevsky. A Fig. 26 apresenta parte desses vestígios materiais na referida igreja russa.

---

<sup>55</sup> De acordo com Bastos (2015: 51) o *Mithraeum* ou mitreu era uma caverna natural adaptada ou um edifício adaptado que se assemelhava a uma caverna como em Cesareia Marítima. Essa “caverna”, chamada espeleu (*spelaeum*) ou espelunca (*spelunca*), continha bancos acompanhando as extensões das paredes para a refeição cerimonial. O santuário ficava geralmente no fundo da caverna junto com o altar na forma de um pedestal. Muitos mitreus com este mesmo plano básico estão espalhados por todo o território do Império Romano, particularmente onde as legiões ficavam estacionadas.



**Fig. 26 – Igreja Russa com vestígios de Aelia Capitolina – século II EC**



Fonte: Disponível em: <<http://jerusalemexperience.com>>

Os vestígios materiais apresentados acima, possibilitam a compreensão de que o plano construtivo do período herodiano em Jerusalém, e sua refundação como Aelia Capitolina, sob Adriano, fazem parte das estruturas de poder e das negociações amalgamadas no seio daquela sociedade, uma vez que o discurso visual na paisagem desta cidade, foi marcado pela construção de fortificações, reservatórios de água, edifícios cívicos, monumentos sagrados, portões e muralhas, os quais de acordo com suas disposições na paisagem (de forma planejada), mediarão um discurso de monumentalização do espaço construído.

#### **4.2 Histórico de escavações em Cesareia Marítima**

As escavações arqueológicas em Cesareia Marítima de grande escala começaram nas décadas de 1950 e 1960 e continuam até hoje, conduzidas por voluntários que trabalham sob a supervisão de arqueólogos. A maioria das escavações arqueológicas são feitas pelos Estados Unidos e Israel.

De acordo com Raban e Holum (1996), o primeiro a desenhar um plano dos remanescentes da Antiga Cesareia foi Richard Pococke, quando a visitou em 1738.



A primeira publicação sobre Cesareia foi realizada por A. L. Mansell da Marinha Francesa em 1863, o qual desenvolveu parte de um mapa de navegação da costa. O segundo mapa da cidade foi desenvolvido por C. R. Conder e H. H. Kitchener em 1882.

A primeira monografia sobre Cesareia foi publicada em 1923 por Haefeli. Em 1945, J. Ory pesquisador do *British Mandate Department of Antiquities*, publicou estudos referentes à Sinagoga Bizantina, após a evidenciação de sua cultura material, durante uma tempestade de inverno na área da Cidade Antiga, os quais foram complementados por M. Avi-Yonah, junto com escavações na área leste, em 1956 e 1962 pela *Hebrew University Jerusalem* (HUI).

Em 1955 S. Yeivin do *Israel Department of Antiquities* (IDAM) escavou esse sítio, e encontrou uma área identificada como “Vila Suburbana”. Ainda na década de 1950, B. Reifenberg reconheceu em uma fotografia aérea, a impressão oval do anfiteatro na porção nordeste da antiga cidade, que ainda não havia sido escavada.

Escavações em larga escala foram iniciadas em Cesareia, somente em 1959-1960, quando os primeiros arqueólogos compreenderam que esta cidade era um dos poucos exemplares urbanos e marítimos, que recebeu sistemática reconstrução de todas as fases de sua ocupação. Em 1960, Edwin Link identificou o quebra-mares submerso do porto herodiano chamado *Sebastos*.

A *Missione Archaeologica Italiana* (MAI), sob a direção de Antonio Frova, escavou o perímetro do muro externo (Bizantino), e de parte desconhecida do muro interior, pertencente à fortificação do Período Medieval. Entre 1960 e 1964 Avraham Negev da *Hebrew University* supervisionou escavações na área da fachada ocidental da Plataforma do Templo Herodiano, e nas ruínas da basílica do Período Cruzado.

Em 1970 e 1980, foi aplicada uma metodologia de alto nível de sofisticação em arqueologia em Cesareia Marítima, por meio da introdução da escavação estratigráfica no sítio. A *American Joint Expedition to Caesarea Maritima* (JECM), sob a direção de Robert J. Bull, conduziu doze temporadas de verão de escavações entre 1971 e 1987. Em 1973 e 1974, John Humphrey da JECM, conduziu o estudo do Hipódromo de Cesareia Marítima. Foi essa sessão de estudos arqueológicos que encontrou uma estátua de mármore da deusa da cidade (*Tyche*), e ao sul da Cidade Antiga, identificou um centro de culto romano ao deus Mitra, localizado no *horreum*<sup>56</sup>, sob um complexo cujas abóbadas remontam aos tempos de Herodes.

Os vestígios materiais de períodos históricos diversos foram descobertos principalmente nos períodos romano e bizantino, e da cidade fortificada dos cruzados. As principais

---

<sup>56</sup> Segundo Bastos (2015: 52), o *horreum* era um edifício para o armazenamento de mercadorias.

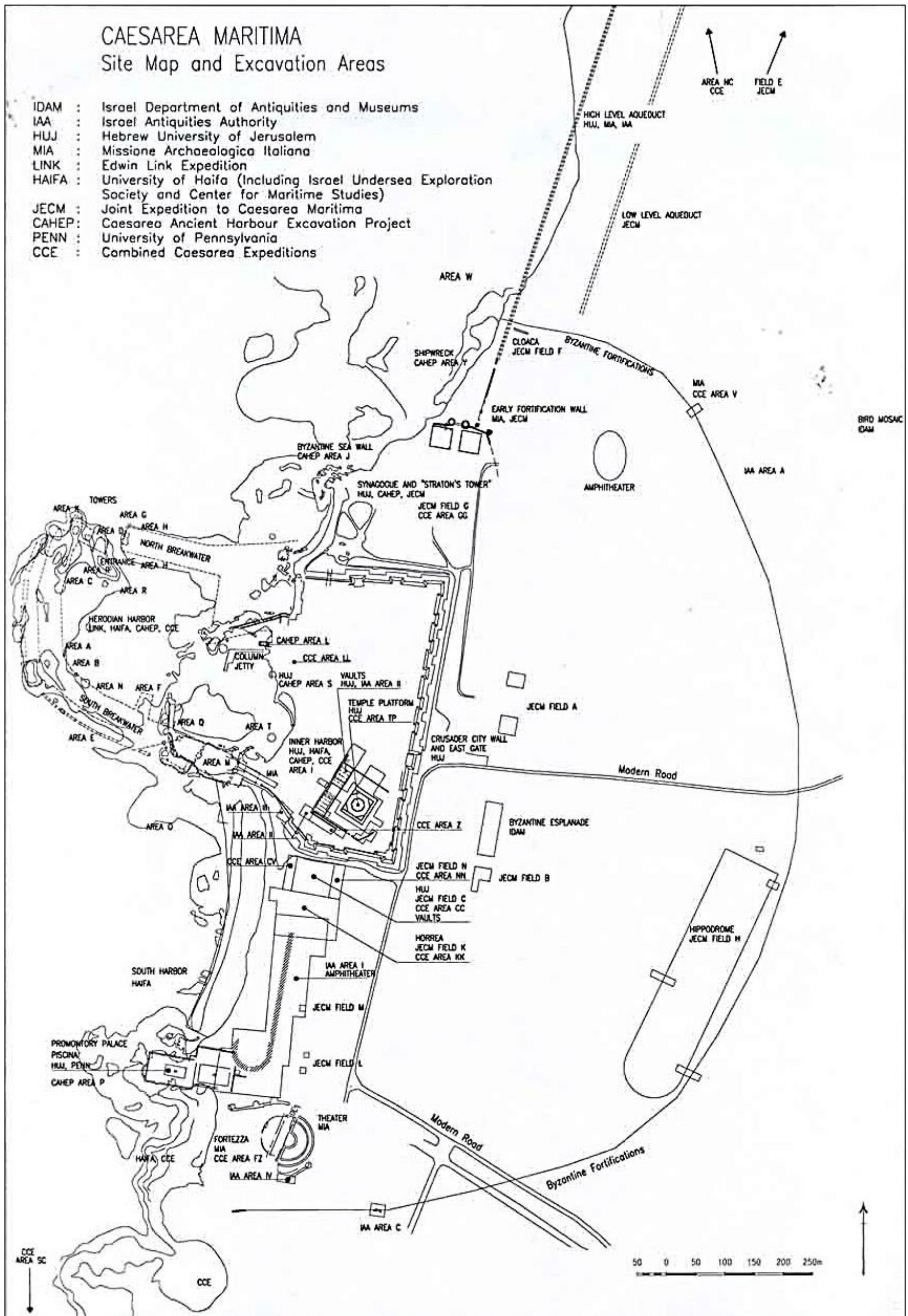
descobertas do Período Romano na região foram o teatro romano; um templo dedicado à deusa Roma e ao imperador Augusto; um hipódromo reconstruído no século II EC como um teatro mais convencional; o *Tiberieum*, onde os arqueólogos encontraram um bloco de calcário com uma inscrição dedicatória mencionando Pilatos – o único achado arqueológico com seu nome e título; um aqueduto duplo que trazia água de nascentes no sopé do Monte Carmelo; uma parede de fronteira; e um fosso de 60 m de largura protegendo o porto ao sul e oeste.

Em 1986, *The Israel Exploration Society* publicou os achados arqueológicos de Levine e E. Netzer, durante três temporadas de escavações (1975, 1976 e 1979) em Cesareia Marítima. Em 2010, pesquisas-escavações arqueológicas no mesmo local, foram realizadas por Dani Vaynberger e Carmit Gur em nome da IAA, e Yosef Porath, Beverly Goodman e Michal Artzy em nome da Universidade de Haifa. O local continuou a ser escavado até 2013. Uma nova fase de exploração começou em 2018 sob a direção de Joseph L. Rife, Phillip Lieberman e Peter Gendelman em nome da Universidade Vanderbilt e da IAA em Cesareia Marítima.

O que resta do porto de Cesareia Marítima está agora submerso, e na área que abrigava os quebra-mares da bacia externa, existem enormes blocos e os restos das elaboradas superestruturas que faziam parte da entrada do porto.

Segundo Raban e Holum (1996), houve muitas expedições e escavações arqueológicas em Cesareia Marítima (também chamada de *Caesarea Palaestinae*), desde 1959, sob a coordenação de várias instituições de pesquisas internacionais, a saber: *The Link Expedition*; *The Missione Archaeologia Italiana*; *The Hebrew University*; *The American Expedition of Caesarea Maritima (JECM)*; *The Israel Antiquities Authority (IAA)*; *Israel Undersea Exploration Society*; *The Caesarea Ancient Harbour Excavation Project (CAHEP)*; *The University of Pennsylvania*; *Combined Caesarea Expeditions (CCE)*; *Caesarea Tourist Development Project*; *Roman Maritime Concrete Survey (ROMACONS)*. Para facilitar a compreensão das expedições arqueológicas na cidade, apresentamos a Fig. 27, que demarca as intervenções arqueológicas por áreas e instituições responsáveis.

Fig. 27 – Mapa das escavações arqueológicas em Cesareia Marítima



Fonte: Rabane Holm, 1996

De acordo com Raban e Holum (1996), o primeiro a desenhar um plano dos remanescentes da Antiga Cesareia foi Richard Pococke, quando a visitou em 1738.

A primeira publicação sobre Cesareia foi realizada por A. L. Mansell da Marinha Francesa em 1863, o qual desenvolveu parte de um mapa de navegação da costa. O segundo mapa da cidade foi desenvolvido por C. R. Conder e H. H. Kitchener em 1882.

A primeira monografia sobre Cesareia foi publicada em 1923 por Haefeli. Em 1945, J. Ory pesquisador do *British Mandate Department of Antiquities*, publicou estudos referentes à Sinagoga Bizantina, após a evidenciação de sua cultura material, durante uma tempestade de inverno na área da Cidade Antiga, os quais foram complementados por M. Avi-Yonah, junto com escavações na área leste, em 1956 e 1962 pela *Hebrew University Jerusalem* (HUIJ).

Em 1955 S. Yeivin do *Israel Department of Antiquities* (IDAM) escavou esse sítio, e encontrou uma área identificada como “Vila Suburbana”. Ainda na década de 1950, B. Reifenberg reconheceu em uma fotografia aérea, a impressão oval do anfiteatro na porção nordeste da antiga cidade, que ainda não havia sido escavada.

Escavações em larga escala foram iniciadas em Cesareia Marítima, somente em 1959-1960, quando os primeiros arqueólogos compreenderam que esta cidade era um dos poucos exemplares urbanos e marítimos, que recebeu sistemática reconstrução de todas as fases de sua ocupação. Em 1960, Edwin Link identificou o quebra-mares submerso do porto herodiano chamado *Sebastos*.

A *Missione Archaeologica Italiana* (MAI), sob a direção de Antonio Frova, escavou em 1959 o perímetro do muro externo (Bizantino), e de parte desconhecida do muro interior, pertencente à fortificação do Período Medieval. Entre 1960 e 1964 Avraham Negev da *Hebrew University Jerusalem* supervisionou escavações na área da fachada ocidental da Plataforma do Templo Herodiano, e nas ruínas da basílica do Período Cruzado.

Uma pesquisa arqueológica foi realizada em 1975-76, por Avner Raban, que chefiou uma pesquisa elaborada para a *Israel Electric Company*, que estava planejando a implantação de uma usina nuclear na costa de Israel, a qual descobriu uma movimentação tectônica de 4 a 5m, nos quebra-mares herodianos externos, uma das principais causas de seu desuso precoce.

Durante os anos de 1975-76 e 1979, uma equipe da *Hebrew University Jerusalem*, dirigida por Lee I. Levine e Ehud Netzer escavou um bairro residencial islâmico bem preservado no setor noroeste da antiga cidade e abaixo dele, no qual identificaram um grande edifício bizantino de função desconhecida. O estudioso Netzer também começou a explorar o

"Palácio Prontório", o qual, na sua visão, poderia ser o palácio real que Josefo mencionou existir na cidade, construído por Herodes.

Em 1970 e 1980, foi aplicada uma metodologia de alto nível de sofisticação em arqueologia em Cesareia Marítima, por meio da introdução da escavação estratigráfica no sítio. A *American Joint Expedition to Caesarea Maritima* (JECM), sob a direção de Robert J. Bull, conduziu doze temporadas de verão de escavações entre 1971 e 1987. Em 1973 e 1974, John Humphrey da JECM, conduziu o estudo do Hipódromo de Cesareia Marítima. Foi essa sessão de estudos arqueológicos que encontrou uma estátua de mármore da deusa da cidade (*Tyche*), e ao sul da Cidade Antiga, identificou um centro de culto romano ao deus Mitra, localizado no *horreum*, sob um complexo cuja abóbadas remontam aos tempos de Herodes.

Em 1985 Yosef Porath pela IAA, conduziu uma série de escavações de resgate em Cesareia e arredores, a qual explorou vários aspectos do sistema de aquedutos da cidade.

As pesquisas arqueológicas em Cesareia Marítima na década de 1990 foram marcadas por projetos revitalizados e novos recursos acadêmicos para a região.

Entre 1993 e 1998, a Universidade de Haifa conduziu extensas temporadas de escavações anuais em três áreas adjacentes (**CC**, **KK** e **NN**, ver **Fig. 31**) ao sul da cidade do Período Cruzado em Cesareia Maritima, todavia, outras prospecções arqueológicas mais curtas e limitadas foram conduzidas em conjunto com esses trabalhos nos anos de 2000 e 2001.

Tratou-se da complementação de quatro expedições diferentes realizadas nessas áreas de escavação: a) A. Negev escavou a parte norte da área **CC** (em 1961), em nome da *Hebrew University*; b) R. J. Bull e o JECM escavaram a maior parte da área **CC** (nomeada de área **C**) durante 12 temporadas de verão ao longo dos anos 1971–1987, e também executaram sondagens em duas outras áreas, chamadas áreas **K** e **N**; c) Os americanos no CCE sob K. G. Holum e C. M. Lehman escavaram as abóbadas na parte ocidental da área **CC** (uma faixa que chamaram de **CV**), bem como a parte ocidental da área **K** durante os verões de 1991-1995; d) G. Blakeley e W. Bennet escavaram a abóbada na área **C** como um projeto separado nos anos 1991–1995.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos últimos anos em Cesareia Marítima evidenciaram edifícios e achados desde o Período Helenístico até o Período Cruzado, que possibilitaram a definição de nove (9) estratos e substratos, na representação das principais fases de construção, povoamento e/ou destruição da cidade.

#### 4.2.1 Estruturas arquitetônicas identificadas em Cesareia Marítima no período romano (séculos I AEC ao II EC)

A cidade conhecida por Torre de Estratão fazia parte do território que Herodes, o Grande recebeu de Otávio (*Augustus Caesar*), após a batalha de *Actium* em 31 AEC, quando o imperador o nomeou rei da Judeia e aumentou o tamanho do seu reino.

A cidade herodiana de Cesareia tinha dois componentes principais: (i) O assentamento terrestre chamado de *Caesarea Maritima*; (ii) O porto, chamado de *Sebastos* (nome grego para Augusto).

A observação da linha costeira da *Judaea-Palaestina* permite a verificação de certa uniformidade, todavia, durante o período romano observou-se a carência de grandes portos e ancoradouros naturais, assim, a estrutura portuária construída por Herodes, preencheu esta lacuna, e Cesareia Marítima se tornou uma grande cidade portuária na região.

Entendemos que a organização espacial de Cesareia Marítima, representa estruturas de poder e negociações, presentes na construção do porto como símbolo ativo de poder e de interação social, assim, os elementos construtivos da cidade mediaram o emaranhamento biossociomaterial como componente formativo e de identidade, por meio da transformação da paisagem, da ordenação da malha urbana e da configuração dos espaços destinados à comunidade local.

De acordo com Holum (2016: 1), na atualidade, nenhum estudioso das antigas cidades mediterrâneas deve subestimar os laços que uniram a cidade ao campo, assim, o conceito de cidade ou pólis, que no segundo século EC havia criado raízes profundas no Império Romano, compreendia que havia uma continuidade espacial entre o centro construído da cidade e o interior circundante de campos, florestas e colinas.

Esta pesquisa limita-se à análise das estruturas arquitetônicas existentes no centro construído das cidades de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, durante os séculos I AEC ao II EC, pela compreensão da necessidade de um recorte espacial para a pesquisa, todavia, está alinhada com as proposições de Holum (2016), quanto ao entendimento de que as cidades romanas na Antiguidade, tinham fronteiras fluídas, com a continuidade espacial entre o urbano e o campo, devidamente documentada nas fontes textuais. Assim, compreendemos a importância de estudos relacionados à monumentalidade da arquitetura urbana, amplamente registrada nas evidências epigráficas e literárias. Contudo, devemos entender que os traços ao

redor do centro das cidades eram um constituinte orgânico, de um único organismo social e econômico, a saber, a pólis.

A cidade de Cesareia Marítima, assim como Jerusalém/Aelia Capitolina, são territórios espaciais contínuos (BROGIOLO; GAUTHIER; CHRISTIE, 2000; BURNS; EADIE, 2001), logo, desde a época de sua fundação, Cesareia Marítima era um território expansivo, que fazia fronteira com Dora e *Ptolemais* ao norte, *Apollonia* e *Antipatris* ao sul, *Gabae* ao nordeste, *Legio-Maximiano polis* ao leste, e Samaria/Sebaste e Neápolis ao sudeste.

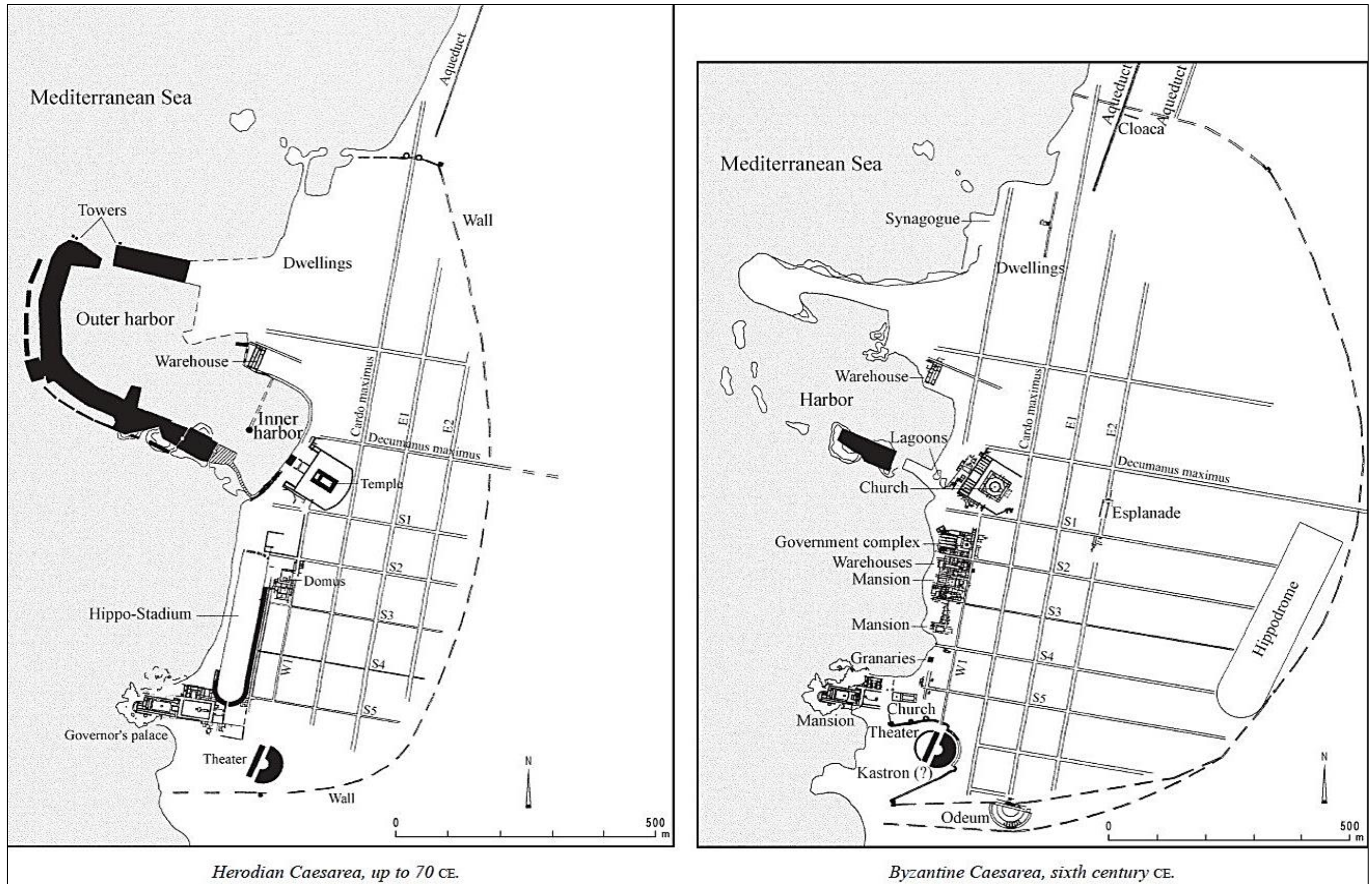
Do primeiro ao terceiro século da Era Comum, as autoridades romanas desenvolveram sete rodovias pavimentadas (*viae publicae*), principalmente para fins militares e administrativos, que ligavam Cesareia Marítima às cidades adjacentes e toda rede viária provincial (ROLL, 1996).

De acordo com Patrich (2011: 15), Flávio Josefo (*Guerra Judaica*, 1,408; *Antiguidades Judaicas*, 15.331), declarou explicitamente que Cesareia Marítima era uma cidade fortificada, o que foi constatado durante a realização de prospecções arqueológicas no século XIX, pelo *Palestine Exploration Fund*, em um muro atribuído ao período herodiano (CONDER; KITCHENER, 1882: 13-29; VANN, 1992: 283-86), todavia, a expedição italiana, liderada por Frova, identificou a estrutura como sendo do período bizantino (cf. Fig. 28).

A expedição mencionada também identificou os vestígios de um "muro interior" (herodiano), localizado entre o muro externo bizantino (semielíptico), e o muro retangular e muito mais curto do período cruzado. Dessa forma, os vestígios do muro herodiano, escavado entre 1959 e 1964 pela Expedição Italiana, também foram estudados pelo JECM ao norte, e pela IAA ao sul, sendo que as três expedições identificaram estes segmentos escavados como herodianos, ao invés de helenísticos.



**Fig. 28 – Mapas comparativos de Cesareia Marítima – Período Herodiano e Período Bizantino**



Fonte: Patrich (2011: 363)



Esclarecemos que o segmento exposto ao sul sugere que, ao contrário do que se pensava anteriormente, o teatro estava englobado dentro da muralha da cidade no período herodiano (FROVA et al. 1965; LEVINE, 1975; RINGEL, 1975; HOLUM et al., 1988). Assim, as pesquisas arqueológicas quanto ao contorno do muro semielíptico e a localização do templo ao centro, com vista para o porto e para a cidade inteira, estão em concordância com a descrição de Josefo, conforme reprodução artística apresentada na Fig. 29 a seguir:

**Fig. 29 – Reprodução artística de Cesareia Marítima**



Fonte: Bergin (2018: 388)

A grande discrepância entre as descrições de Josefo e os atuais achados arqueológicos em Cesareia Marítima refere-se aos materiais e métodos decorativos, todavia, há concordância quanto a dimensão espacial da cidade, a qual atingiu grande extensão, na forma semicircular no período bizantino.

Nos séculos XVIII e XIX, os viajantes europeus R. Pococke e V. Guerin, publicaram um estudo descritivo da cidade, sendo que em 1873, C. R. Conder e H. H. Kitchener cartografaram e descreveram-na com aquedutos, parede semicircular (exterior) perimetral, com fortificações medievais, e um teatro.

De acordo Josefo (*Guerra Judaica*, 1,408; *Antiguidades Judaicas*, 15.331), as ruas da cidade foram planejadas com o uso de uma matriz ortogonal, e havia uma rua diagonal, esta descrição de Cesareia Marítima pode ser visualizada por meio de fotografias aéreas, nas quais se observa esta disposição das ruas ao norte da plataforma do templo a partir do sudeste.

As inúmeras prospecções arqueológicas informaram a existência de um elaborado sistema de drenagem abaixo dessas ruas, e, indicaram que o planejamento delas era de fato ortogonal, na orientação norte-sul (*cardo*) e leste-oeste (*decumanus*).

As ruas descobertas na região sudoeste da cidade (um *cardo* e quatro *decumanus*), evidenciaram que os percursos delas foram mantidos ao longo dos diferentes níveis de ocupação, e assim, as ruas identificadas como pertencentes aos níveis romano ou bizantino, poderiam ter mantido o trajeto original do nível herodiano (VANN, 1983; PORATH, 1996, 1998: 41-42).

A superfície das ruas herodianas escavadas nesta área eram de *kurkar* amarelo, com terra batida, e não pavimentada com lajotas. Estas só foram encontradas em estratos geológicos de fases posteriores, sendo pavimentos de calcário para as ruas romanas e de *kurkar* para as bizantinas.

De acordo com Patrich (2011: 18), as ruas tinham cerca de cinco metros de largura e cada lado delas, era delimitado por uma fileira de pedras, não havendo espaços para pedestres e nem *colunatas*, as quais eram delineadas de ambos os lados por edifícios. Assim, o modelo utilizado por Herodes para adornar a ampla rua de Antioquia (JOSEFO, *Antiguidades Judaicas*, 16.148; *Guerra Judaica*, 1.425), com a utilização de *colunatas*, foi uma inovação e excepcionalidade para o espaço urbano ao leste, no período herodiano (LASSUS, 1972; WILL, 1997: 99-113). Só mais tarde, no período romano, as *colunatas* tornaram-se parte integrante de uma cidade romana no leste, incluindo Cesareia Marítima, onde o *cardo maximus* e *decumanus maximus* eram ruas com *colunatas*. As colunas das ruas de Cesareia Marítima também são

mencionadas no início do quarto século EC em fontes escritas rabínicas e cristãs (PATRICH, 1998: 51, 1999: 73-75; PORATH, 1996: 111).

Segundo Patrich (1998: 51), a cidade era guarnecida por um sistema de esgoto subterrâneo, e por um sistema de abastecimento de água por tubos de chumbo ou terracota adicionados ao sistema de esgotos apenas no período romano e bizantino.

As escavações da CCE na plataforma do templo de Augusto e Roma, do período herodiano, dirigidas pela Holum desde 1989, contribuíram com novas informações significativas para os dados anteriores sobre este complexo, estudados nas escavações dos anos de 1960 por Negev em nome do *Israeli National Park Service*. Essas escavações recentes forneceram, pela primeira vez, informações seguras sobre a estrutura, formato e elevação do *temenos* herodiano, e sobre a localização e o formato do templo (HOLUM *et al.*, 1992, 1993: 53-60, 1999, 2004; KAHN, 1996; NEGEV, 1961, 1963).

De acordo com Holum (1992), o *temenos* do templo estava a uma elevação de cerca de doze metros acima do nível do mar, voltado para a entrada do porto e fora do eixo em relação à malha viária. A plataforma foi estendida e nivelada no topo do outeiro natural por meio de abóbadas longitudinais e uma rede de paredes formando compartimentos preenchidos com areia (cf. **REA-27**; **REA-28**; **REA-29**). O topo foi preenchido com *kurkar* e as fundações do templo foram preservadas a uma elevação máxima de 11,37 metros. Presume-se que seu pódio e pavimento eram na verdade de 1 a 2 metros mais altos, tendo sido removidos após o abandono do templo no período cristão.

Segundo Josefo, no templo que Herodes dedicou à deusa Roma (personificação da Roma imperial) e ao deus-imperador Augusto, havia duas estátuas colossais (Roma e Augusto), as quais ocupavam a área fechada desta estrutura arquitetônica, na representação da deusa Roma igual à Hera em Argos, na Grécia e a de Augusto similar a de Zeus em Olímpia, na nítida alusão aos dois dos cultos mais célebres do mundo antigo (*Guerra Judaica*, 1.414; *Antiguidades Judaicas*, 15.340).

Nada disso sobreviveu, nem no local do templo, nem no *temenos* circundante. Sua fachada oeste serviu como um *nymphaeum*<sup>57</sup>, construído no primeiro ou segundo século EC, cuja relação precisa com a plataforma principal ainda não está clara.

---

<sup>57</sup> De acordo com Irmina Doneux Santos (2015), o termo **ninfheu** (*nymphaeum*) – Literalmente um “Templo das Ninfas”, era originalmente uma gruta com água corrente, dedicada às ninfas. A partir disto, qualquer fonte artificial em forma de gruta. Por extensão, qualquer fonte pública monumental ou, especialmente no final da Antiguidade, uma fonte comparável no uso doméstico.

Conforme Welch (1998: 558-61), o culto ao imperador era celebrado anualmente no templo e em procissão de rua, o qual incluía *munera* e *venationes*<sup>58</sup> realizada no estádio.

A existência de outros templos é sugerida pelas moedas, gemas e estátuas da cidade, com destaque para *Tyche*, a qual poderia estar sendo venerada desde a torre helenística de Estratão. Sua figura como *Tyche-Amazona* em uma estátua de mármore do início do século II EC, ocorreu pela primeira vez em moedas do ano 68, sob Nero, indicando que ela foi reverenciada desta forma já no período em discussão. Seu festival anual de 5 a 7 de março coincidia com *Navigium Isidis*, sugerindo que Ísis era adorada em Cesareia Marítima como *Hellas* e *Agathe* – nomes da *Tyche* local – (KADMAN, 1957: 5–6; HAMBURGER, 1968, 1950, 1955: 118–19, 127–31; RINGEL, 1975: 151–60; GERSHT, 1996).

Uma sinagoga judaica foi escavada em 1956 e 1962 por Avi-Yonah, com a ajuda de Negev, a qual está localizada na zona noroeste da Cesareia Herodiana, com vista para o mar. Dos cinco estratos definidos, os estratos IV e V podem ser identificados com segurança como sinagogas dos séculos IV e V, respectivamente, com base em inscrições e símbolos judaicos em capitéis de mármore. Supõe-se que esta também era a função da estrutura arquitetônica presente no estrato II do período herodiano, e foi sugerido que esta, talvez, fosse a sinagoga mencionada em Josefo e em fontes rabínicas (*Maradatha* sinagoga), em relação aos eventos que incitaram a revolta judaica (AVI-YONAH, 1956: 260-61, 1960: 44-48; AVI-YONAH; NEGEV, 1963: 146-47; NEGEV, 1975: 277-79, 1993: 278-80; RINGEL, 1975: 117-20; GOVAARS et al. 2009; JOSEFO, *Guerra Judaica*, 2.285-92; LEVINE, 1975: 43).

De acordo com as fontes textuais e os achados arqueológicos, Herodes construiu um palácio (*basileia*) em Cesareia e em 6 EC, quando a Judeia ficou sob o domínio romano direto, o governador se estabeleceu neste local. O *praetorium* herodiano serviu de residência ao governador Felix, que foi o primeiro oficial da categoria equestre (com o título de 'prefeito'), e,

---

<sup>58</sup> De acordo com Garraffoni (2017: 362-363), “*munus, cujo plural é munera, é uma palavra de âmbito jurídico-social e pode ser traduzida como “empenho”, “presente”, “tarefa”, “obrigação”, “gratificação”. Derivado de munia, consta em contextos oficiais, como os encargos de um magistrado e, por esta característica administrativa, originou termos como municipium, municipalis, municeps, com o sentido de “tomar responsabilidades administrativas” [...] Desta forma, o termo surgiu em contexto político, de dever do cidadão e, aos poucos, passou a ter um sentido de administração. Dois princípios gerais regulamentavam os munera: a fortuna pessoal, que estabelecia as atividades a serem desempenhadas, e a divisão das despesas. Havia uma legislação que organizava as doações, que poderia variar de acordo com a cidade e região dos territórios romanos. Além disso, destaca-se o fato de que algumas pessoas poderiam ser dispensadas das obrigações por vários fatores como, por exemplo, idade, enfermidade, número de filhos, tipo de profissões, entre outros. Os munera eram constituídos por diferentes tipos de obrigações que incluíam a distribuição de alimentos, provisões para o exército, manutenção de estradas, muralhas e aqueduto, construção de edifícios públicos, hospedagem de soldados e altos funcionários do Império.” Quanto a *venationes*, a referida autora esclarece que “*Nas reformas propostas por Augusto, um munus passou a ter três momentos principais: as caçadas (venationes) ocorriam pela manhã, as execuções penais na hora do almoço e os combates de gladiadores à tarde*”.*

mais tarde, após o curto reinado de Agripa I nos anos 41-44 EC, a patente de governador equestre tornou-se 'procurador'.

Chamada de “*Villa do Mar*” pela Expedição Italiana, foi posteriormente identificada por Netzer e Levine como sendo o Palácio de Herodes. Este complexo foi escavado intermitentemente por várias expedições entre 1976 e o final dos anos 1990, o qual se estendia por dois terraços com uma diferença de elevação de cerca de 3,6 metros.

O terraço inferior de dois andares (110×55 m, foi construído na primeira fase das operações de construção em Cesareia Marítima (século I AEC), serviu como ala privada, e ocupava um promontório natural, estendendo-se por 100 metros no Mediterrâneo. O lado leste e o canto sudeste foram talhados na rocha. As várias alas, fundadas quase ao nível do mar, circundavam um grande reservatório retangular talhado na rocha (35×8 m por 2 m de profundidade), que era forrado com gesso hidráulico, e possuía uma base retangular (possivelmente para abrigar uma estátua), ao centro. Esse terraço possuía um reservatório de água doce, típico dos palácios herodianos (FLINDER, 1976, 1985).

O terraço superior, na parte superior do promontório e com uma orientação ligeiramente diferente, serviu de ala pública, e foi construído entre 15 e 10 AEC, em torno de um vasto pátio (42×65 m = 2.730 m<sup>2</sup>), pavimentado com pedras compactadas e circundado por pórticos com intercoluniação de 3 m (PATRICH, 2011: 18).

As transformações físicas, observadas na organização do espaço urbano de Cesareia Marítima permite inferir sobre a memória compartilhada do lugar. Assim, entendemos que lugar e espaço são constituídos por atividades humanas, que quando contextualizados evidenciam as estruturas de poder e desvelam as negociações necessárias como elementos agregadores de memória e de experiências com o sagrado, na fluidez cultural do espaço construído.

De acordo com Porath (1996: 110), as moradias estavam localizadas na região sudoeste da cidade, as quais apresentavam o tipo romano de *domus*, incluindo um peristilo, e foram construídas sob os primeiros procuradores, na primeira metade do primeiro século EC, e são, portanto, posteriores ao reinado de Herodes.

O desenvolvimento da cidade dentro do espaço urbano insular foi gradual, e abrigava *domus* decoradas com mosaicos e pisos *opus sectile* e paredes com afrescos. Este *domus* romano na área KK (estendendo-se para a área escavada pelo IAA) continha um balneário e um *miqveh*<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup>Segundo Bastos (2015: 48), o termo *miqveh* refere-se a banhos rituais (*mikveh* ou *mikvah*, מִקְוֵה ou מִקְוָה).

Segundo Patrich (2011), as estruturas arquitetônicas de entretenimento constituíram uma parte significativa dos projetos de construção herodianos, e serviam aos interesses políticos internos e externos de Herodes.

O teatro foi um local de dedicação em Cesareia Marítima, que instituiu a festa quinquenal em homenagem a Augusto.

O teatro herodiano foi exposto em sua totalidade nos anos de 1959 a 1963 pela expedição italiana, o que demonstrou que seu modelo construtivo seguia o romano ao invés do grego em sua malha urbana semicircular, e foi excepcionalmente uma construção em pedra, em um período em que a maioria dos teatros em Roma ainda eram feitos de madeira, assim como o teatro construído por Herodes (c. 28 AEC) em Jerusalém (JOSEFO, *Guerra Judaica*, 15.341).

Os assentos inferiores foram cortados na rocha, enquanto o superior, foi construído em pedra fixada artificialmente. O diâmetro externo do teatro, que ficava de frente para o mar a oeste, era de 90–100 metros, e acomodada cerca de 3.500–4.000 espectadores (PATRICH, 2011: 29).

Havia no plano construtivo de Herodes um Hipo-Estádio (*hippo-stadium*), e esse 'anfiteatro' foi um dos principais locais dos jogos realizados por Herodes em Cesareia Marítima no festival de sua inauguração. Esse Hipo-Estádio foi descrito em detalhes por Josefo:

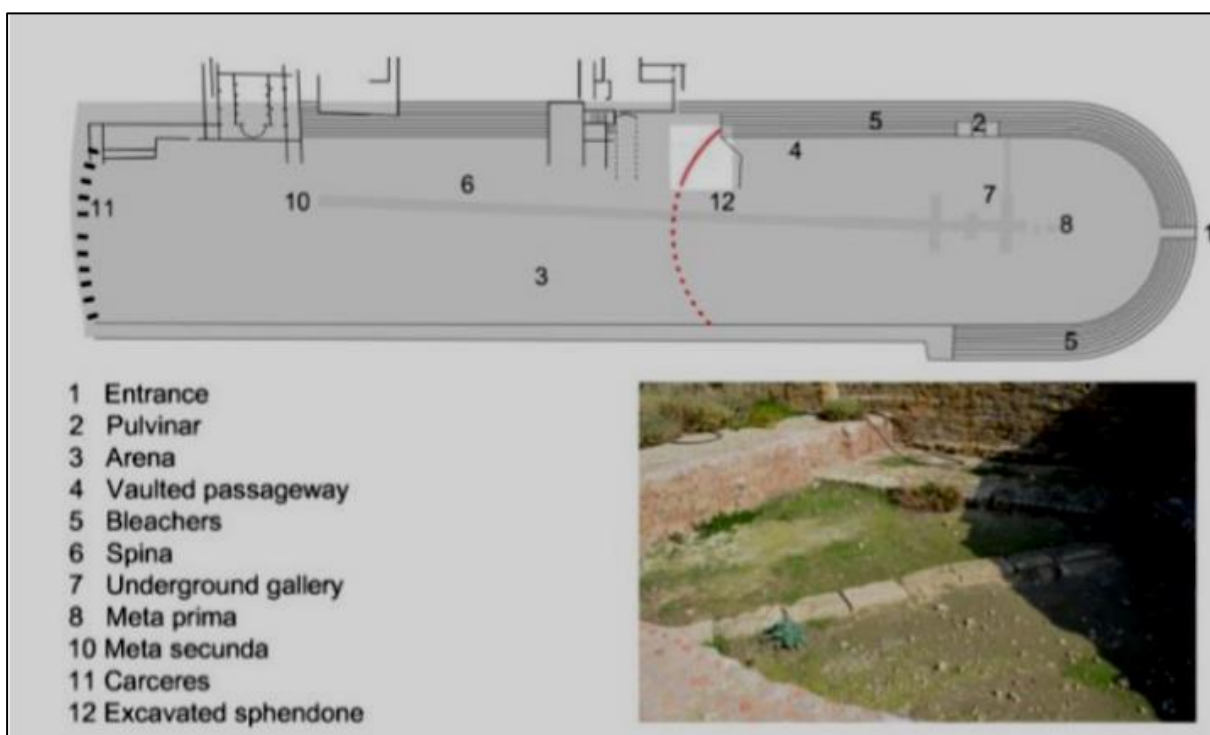
E assim, houve, para começar, um grande festival de dedicação e arranjos dos mais luxuosos. Pois ele havia anunciado uma competição de música e exercícios atléticos, e havia preparado um grande número de gladiadores e feras e também corridas de cavalos (*hippôn te dromon*), nos próprios espetáculos que podem ser vistos em Roma e em vários outros lugares. E este concurso também ele dedicou a César, tendo combinado celebrá-lo a cada cinco anos. E César, acrescentando brilho à sua generosidade (de Herodes), de suas próprias receitas enviou todo o equipamento necessário para tais jogos. Por conta própria, Júlia, a esposa de César, enviou de Roma muitos de seus maiores tesouros, de modo que a soma total foi considerada como nada menos que quinhentos talentos. Ao ver os pontos turísticos veio à cidade uma grande multidão bem como os enviados pelas comunidades, pelos benefícios que receberam. Herodes deu as boas-vindas a todos e os divertiu com hospedagem, refeições e festas contínuas. Durante o dia, as festas ofereciam a diversão dos espetáculos, enquanto à noite proporcionavam diversões que custavam grandes somas de dinheiro, e assim tornaram sua generosidade famosa, pois em todas as coisas que empreendeu ambicionou superar o que havia sido feito antes. E dizem que o próprio César e Agripa muitas vezes comentavam que a extensão do reino de Herodes não era igual à sua magnanimidade, pois ele merecia ser rei de toda a *Syria* e do Egito. [Tradução livre] (JOSEFO, *Guerra Judaica*, 16.137-41).

De acordo com Patrich (2011), a estrutura em formato de “U” foi construída no eixo norte-sul, paralelo ao litoral, o que corresponde à descrição das obras de Josefo.

A pedra de *kurkar* local serviu exclusivamente como material de construção, e a arena tinha aproximadamente 300 metros de comprimento por 50,5 metros de largura, e estava a 2,20 metros acima do nível do mar. Estava delimitado ao leste, sul e oeste pelos assentos (*cavea*), em filas com capacidade para cerca de 10.000 espectadores. A população de Cesareia Marítima durante a Primeira Revolta Judaica está estimada em cerca de 50.000 habitantes (SCHALIT, 1964: 172), sendo que por volta de 66 EC, quando a revolta irrompeu, mais de 20.000 judeus foram assassinados pelos não-judeus de Cesareia Marítima, segundo Josefo (*Guerra Judaica*, 2.457).

Segundo Patrich (2011; 32), parte da arena do Hipo-Estádio foi encurtada (Fig. 30; cf. REA-37), e é razoável supor que com o fim da revolta, em 70 EC, Tito tenha aprisionado os cativos de guerra por um inverno inteiro neste complexo murado, e não na prisão no palácio do governador (*praetorium*), conforme afirmação de Josefo (*Guerra Judaica*, 7. 20).

**Fig. 30 – Transformação tipológica do Hipo-Estádio em Cesareia Marítima**



Fonte: Porto (2017: 125)

Conforme Porto (2017: 125), a alteração tipológica do circo em Hipo-Estádio em Cesareia Marítima ocorreu quando um novo *shendone* foi adicionado (em vermelho), a fim de

reduzir o *dromos* e convertê-lo em uma *arena*. Assim, tinha-se: 1. Entrada; 2. Pulvinar<sup>60</sup> 3. Arena; 4. Passagem abobadada; 5. Arquibancadas; 6. *Espina*<sup>61</sup>; 7. Galeria do subpavimento; 8. *Meta prima*; 10. *Meta secunda*; 11. *Carceres*; 12. *Sphendone* escavado. (ADEMBRI, 2015: 22 apud PORTO, 2017).

Foi neste Hipo-Estádio que Tito realizou, em outubro de 70 da Era Comum, celebrações em homenagem ao décimo oitavo aniversário de seu irmão Domiciano, no qual mais de 2.500 de seus prisioneiros judeus foram massacrados, sendo forçados a lutar com feras, em duelos de espada homem a homem, ou sendo içados em uma estaca – tipos tradicionais de entretenimento romano – (JOSEFO, *Guerra Judaica*, 7,37-8). Logo, pode-se deduzir que o número de cativos presos em Cesareia Marítima, nessa época, foi muito grande.

De acordo com Porto (2017: 123):

[...] os restos de um teatro e de um anfiteatro foram descobertos na costa sul do porto [...]; no entanto, o nome “anfiteatro” usado por Josefo não está de acordo com a forma da estrutura descoberta naquele ponto. Essa incongruência, assim como o uso de vários termos para definir um único edifício em um lugar específico, também é recorrente em outros lugares em seus escritos. [...] Entre o extremo sul do porto e a área próxima ao teatro ficava um monumental hipódromo de 10 mil assentos no eixo norte-sul, paralelo ao litoral (Fig. 2 e 3). O edifício que Josefo chamava de “anfiteatro” era uma estrutura retangular (medidas exteriores de cerca de 312 × 69 m) cuja curta extremidade sul formava um semicírculo (*sphendone*) e em cuja extremidade oposta ficavam os portões de largada (*carceres*) (Weiss 2014: 17). As filas de assentos foram construídas contra uma parede maciça de nove metros de espessura ao redor da arena (300 × 50 m).

Patrich (2011: 33), esclarece que além das corridas de bigas, *munera* e *ventiones*, os espetáculos romanos constituíam um componente integral dos jogos instituídos por Herodes. Dessa forma, compreendemos que esses espetáculos poderiam estar inseridos em um contexto de patronato das elites locais com o Império, em conjunto com o culto imperial.

Dentro desse contexto de evergetismo local, as estruturas arquitetônicas da cidade, também estavam orientadas dentro dos projetos construtivos de Herodes em Cesareia Marítima (ou em Jerusalém). Dessa forma, segundo Knapp (2008), a construção de grandes e complexas estruturas como as de Cesareia Marítima requer compromisso a longo prazo, controle de recursos e investimento em trabalho e mão de obra especializada, assim, a organização do espaço urbano é um emaranhado biossociomaterial fluído e culturalmente apreendido, no qual

---

<sup>60</sup> Porto (2017), esclarece que *Pulvinar* era um banco elevado e conspícuo em que o patrocinador dos jogos (em latim: *editor*) geralmente se sentava ao lado das imagens dos deuses para assistirem aos espetáculos.

<sup>61</sup> *Id. Ibid. Espina* (em latim: *spina*) ou espinha era a seção que ficava no meio do hipódromo, geralmente decorada por colunas, estátuas e obeliscos. Os pontos de virada nas duas extremidades da espina eram geralmente decorados por postes cônicos chamados *metas*.



estruturas de poder e negociações são elementos amalgamados às expressões ideológicas na paisagem construída, que estimulavam a memória coletiva e auxiliavam na construção de identidades.

As evidências arqueológicas apontam para a possibilidade da existência de um aqueduto na cidade em período herodiano. Alguns arqueólogos, no entanto, debatem sobre a possibilidade deste aqueduto ter sido construído à época dos procuradores, ou, talvez ainda, sob os Flavianos (LEVINE, 1975: 31-35; PATRICH; AMIT 2002: 16-18).

Porath (2002: 120), com base na composição do gesso impermeável do aqueduto (de época pós-herodiana), e a partir de um exame da cronologia do sistema de abastecimento e armazenamento de água na cidade, concluiu que o aqueduto deva ter sido construído pelos procuradores, ou, no mais tardar, à época de Vespasiano. No entanto, embora a composição do gesso possa ser indicativa, não é uma ferramenta de datação definitiva.

O aqueduto tem cerca de 7,5 km de comprimento, começa na nascente *Shuni* (11,80 metros acima do nível do mar), e está a aproximadamente 6 km a nordeste de Cesareia Marítima.

A grande estrutura arquitetônica do aqueduto, segundo Patrich (2011: 36), pode ser dividida em quatro seções, construídas em três métodos diferentes: (i) A primeira seção, passando pelo extremo sul do Monte Carmelo, é um canal de alvenaria; (ii) A segunda e a quarta seções são aquedutos em arco, sendo que a segunda cruza através de uma depressão pantanosa e a quarta através das dunas de areia que se estendem ao longo da costa ao norte de Cesareia (iii) A terceira seção é um túnel escavado na rocha, com 442 metros de comprimento, cortando o *kurkar* na extensão de *Jisr ez-Zarqa*.

Os trabalhos de conservação realizados pelo IAA em 1992/3 nos arcos do aqueduto indicam que eles repousam sobre um trecho contínuo da parede de fundação, com aproximadamente 3,5 metros de espessura, com topo graduado, uma vez que se constatou que não havia fundação separada para os pilares de cada arco.

O túnel *Jisr ez-Zarqa* (c. 0,9 metros de largura por 1,8 metros de altura), foi revestido na parte inferior e nas laterais (até 1,6 metros do chão), com gesso impermeável de cal, e tinha quinze poços de ventilação (6,6–13,4 metros de profundidade; 11,5–37,4 metros distantes um do outro), através dos quais foi originalmente cortado em ambas as direções. Tais poços são conhecidos do aqueduto helenístico de *Acre-Ptolemais* e do sistema de abastecimento de água de Herodes em Jerusalém.

Na extremidade oeste do túnel, o telhado era feito de duas pedras inclinadas, formando um teto triangular. O curso do aqueduto dentro das paredes não é conhecido, então presume-se que seja conduzido ao sul, no topo da muralha da cidade. Os pontos de destino, que seriam reservatórios da cidade, como em Jerusalém, também não são conhecidos. Uma rede de canos de chumbo e terracota que fornecem água corrente para casas particulares, banhos, fontes públicas e latrinas são construções mais recentes. Porath (2002), que data o aqueduto para o período dos procuradores, afirma que as casas particulares, incluindo o Palácio de Herodes, tiveram primeiro (até a primeira metade do primeiro século) poços e cisternas, e que a água corrente dos aquedutos foi instalação posterior (PORATH, 2002: 124).

Dessa forma, sintetizando as informações, as principais estruturas herodianas em Cesareia Marítima, arqueologicamente comprovadas são:

**Porto – Sebastos** – As primeiras investigações do antigo porto de *Sebastos* foram feitas em 1959-1960, quando Edwin Link identificou o quebra-mares submerso do porto herodiano chamado *Sebastos*.

**Hipo-Estádio** – Em 1973 e 1974, John Humphrey da JECM, conduziu o estudo do Hipódromo de Cesareia Marítima.

**Sinagoga** – Em 1945, J. Ory pesquisador do *British Mandate Department of Antiquities*, publicou estudos referentes à Sinagoga Bizantina, após a evidenciação de sua cultura material, durante uma tempestade de inverno na área da Cidade Antiga, os quais foram complementados por M. Avi-Yonah, junto com escavações na área leste, em 1956 e 1962 pela *Hebrew University Jerusalem* (HUIJ).

**Teatro Romano** – A *Missione Archaeologica Italiana* (MAI), sob a direção de Antonio Frova, o escavou em 1959.

**Anfiteatro** – Na década de 1950, B. Reifenberg reconheceu em uma fotografia aérea, a impressão oval do anfiteatro na porção nordeste da antiga cidade.

**Palácio Promontório** – Durante os anos de 1975-76 e 1979, o estudioso Netzer começou a explorar o "Palácio Promontório", o qual na sua visão poderia ser o palácio real que Josefo mencionou existir na cidade, construído por Herodes.

**Aqueduto** – Em 1985 Yosef Porath, pela IAA, conduziu uma série de escavações de resgate em Cesareia Marítima e arredores, as quais exploraram vários aspectos do sistema de aquedutos da cidade.

**Templo de Augusto e Roma** – Primeiras escavações realizadas pelo Prof. A. Negev durante o final da década de 1950.

Na fotografia aérea de Cesareia Marítima, é possível a observação de três linhas murais, sendo a mais interna dos períodos árabes/cruzados; o externo é bizantino, e no meio estão os vestígios da muralha herodiana.

Segundo Patrich (2011: 38), a expansão da cidade além da muralha herodiana apresenta duas estruturas mais proeminentes, além da parede herodiana e ainda reconhecíveis nas fotografias aéreas, as quais são o circo/hipódromo romano no sudeste e o anfiteatro oval no nordeste. O circo romano foi construído durante o governo de Adriano, e abaixo dele foram encontrados vestígios materiais de moradias, datados do primeiro e segundo séculos da Era Comum.

A data de construção do anfiteatro oval é desconhecida, mas é comumente datada como sendo do segundo ou terceiro século da EC. Ao sul foram descobertos os restos de outro teatro romano (muito grande para ser um *Odeum*), aparentemente construído no segundo século da EC.

Os projetos de construção em Cesareia Marítima sob Adriano englobaram um aqueduto que foi adicionado à cidade ("Canal B"), por unidades militares, porque a cidade estava se expandindo. Todavia, a essa altura, a muralha da cidade herodiana ainda não havia desaparecido. As escavações indicam que a muralha ao sul não foi desmontada, nem o cemitério romano foi coberto até o início do século IV, em resultado da expansão da cidade naquela área. Também ao norte, a muralha herodiana resistiu até o século IV, uma vez que a muralha da cidade no período bizantino, está a uma distância considerável da muralha anterior, mas não foi construída até o século V (PATRICH, 2011: 54).

De acordo com Roller (1983), a área da cidade reservada aos cemitérios de cremação, com cinzas depositadas em ânforas de período helenístico, foi exposta em várias áreas a leste e ao sul da muralha de período cruzado, subjacente ao nível herodiano.

Um cemitério não judeu de sepulturas helenísticas em cista, talhadas na rocha *kurkar*, foi descoberto abaixo da seção oeste do terraço superior do Palácio de Herodes (GLEASON *et al.*, 1998: 28). Assim, a cidade helenística da Torre de Estratão estava cercada por sepulturas de não judeus, cujas regras eram diferentes daquelas relativas às tumbas judaicas.

Segundo Porath (2000), até o momento, os sepultamentos do período romano só foram descobertos ao sul da cidade, os quais foram construídos contra a muralha da cidade herodiana e incluem túmulos de cremação. Portanto, também neste caso, estamos lidando com túmulos de não judeus. Eles datam de depois da destruição do Segundo Templo, do final do primeiro século ao terceiro século da EC.

A lei judaica orienta o distanciamento de sepulturas judaicas de pelo menos 50 côvados (cerca de 25 metros) dos muros da cidade, assim, uma faixa mais remota de sepulturas, datada dos períodos romano tardio e bizantino, foi encontrada além da muralha da cidade bizantina, a várias centenas de metros dela. Elas foram descobertas durante a construção dos novos bairros residenciais de Cesareia Marítima, bem como na zona industrial de *Or Aqiva* e ainda mais distante.

A maioria dos túmulos judaicos do período romano-bizantino descobertos até agora em Cesareia Marítima foram encontrados nesta faixa de terra, além da muralha da cidade bizantina.

Observamos no traçado organizacional de Cesareia Marítima, elementos de monumentalização da paisagem construída, como subsídios para vivenciar, compartilhar e rememorar a materialização da memória compartilhada do lugar (assim como a monumentalização presente em moedas). Dessa forma, a multiplicidade de identidades romanas e provinciais permitiram a emulação cultural no campo das interações sociais, cujas estruturas de poder e negociações mediaram as relações coletivas, impactadas pela presença militar na *Judaea-Palaestina*, assim, o domínio simbólico e a resistência ao Império, não se limitaram no âmbito da luta armada, mas também na esfera cultural, social e simbólica, observadas na relação entre elite provincial e imperial, bem como nos demais agentes sociais envolvidos no processo da dominação romana.

# CAPÍTULO 5

## ESTRUTURAS DE PODER E NEGOCIAÇÕES OBSERVADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS NUMISMÁTICOS

A província *Judaea-Palaestina* do século I AEC ao II EC (recorte temporal desta pesquisa), foi alvo de inúmeras intervenções externas, o que no campo das emissões monetárias contribuiu para a oscilação entre as cunhagens sob a autoridade dos dominadores e de poderes menores e/ou subalternos (ao poder ou em oposição a ele).

De acordo com Porto (2007: 78), de modo geral (ainda que existissem exceções), quem tinha a prerrogativa da emissão de moedas em prata e ouro, eram os poderes externos, ou seja, sob a gestão dos dominadores da região como um todo. Assim, a elite local fabricava numerário de menor valor monetário, de uso mais restrito, em geral em bronze.

Dessa forma, para compreensão das denominações monetárias utilizadas neste capítulo, recorreremos ao quadro *Denominações monetárias presentes na Judaea-Palaestina*, Fig. 31 abaixo.

A referida figura apresenta a *denominação*, sua *equivalência* e *descrição*, dados que permitem a compreensão das instâncias econômicas das moedas, favorecendo o entendimento da esfera econômica no que tange a produção e circulação monetária e o consequente fluxo de mercadorias nas cidades. Assim, ainda que determinada liga metálica das moedas fosse diferente, havia um padrão socialmente preestabelecido de similaridade entre elas, que garantia as trocas mercadológicas de maneira isonômica, do ponto de vista de pesos e medidas.

**Fig. 31 – Moedas que circularam na *Judaea-Palaestina***

Emissões judaicas		
Denominação	Equivalência	Descrição
<i>Lepton</i>	2 <i>Lepta</i> = 1 <i>Quadrans</i> (cf. denominações romanas)	Metal = Bronze; Cunhada durante o período hasmoneu (provavelmente por Hircano I); O plural de <i>lepton</i> é <i>lepta</i>
<i>Prutah</i>	1/384 de <i>shekel</i> durante o período hasmoneu até o Herodiano (134 AEC – 6 EC); 1/256 de <i>shekel</i> durante o período romano (6-70 EC); 1 <i>Prutah</i> = 2 <i>Lepta</i>	Metal = Bronze; Cunhada durante o período hasmoneu (provavelmente por Hircano I); O plural de <i>prutah</i> é <i>prutot</i> ; Equivalente ao <i>quadrans</i> romano.

<i>Gerah</i> ( <i>Ma'ah</i> )	1/20 de <i>Shekel</i> (às vezes descrito como 1/24 de <i>Shekel</i> )	Metal = Prata; Também conhecida como <i>Giru</i> . O <i>gerah</i> (em Hebraico) é também conhecido como um <i>ma'ah</i> (em Aramaico). Citações bíblicas: Lev. 27:25; Num. 3:47, 18:16; Eze. 45:12.
<i>Bekah</i>	1/2 <i>Shekel</i>	Metal = Prata; Meio <i>shekel</i> foi cunhado por pouco tempo durante o período hasmoneu (provavelmente começou com Alexandre Janeu); Equivalente a 10 (ou 12) <i>gerahs</i> .
<i>Pim</i>	2/3 <i>Shekel</i>	Metal = Prata; Mencionada apenas em I Samuel 13:21; Desconhecida até escavações em Gazara (Gezer, entre 1902-1905 e 1907-1909).
<i>Shekel</i>	<b>Unidade monetária base (peso aproximado= 12g);</b> Vale cerca de 3 1/3 denários	<i>Shekels</i> de prata foram os mais comuns. Ainda hoje é a unidade monetária base em Israel;
<i>Mina</i>	1 <i>Mina</i> = 50 <i>Shekels</i>	Trata-se de unidade de peso de qualquer metal (ouro, prata, bronze, ferro, dentre outros); Não é uma moeda.
<i>Talent</i> (talento)	1 <i>Talent</i> = 60 <i>Minas</i>	Trata-se de unidade de peso de qualquer metal (ouro, prata, bronze, ferro, dentre outros). Não é uma moeda; Um talento era originalmente o equivalente a 3.600 <i>shekels</i> . Chegou a valer 3.000 <i>shekels</i> ao final do cativo Babilônico.
<b>Emissões gregas</b>		
<i>Drachm</i> (dracma)	<b>Unidade monetária base (peso aproximado= 4,36 g).</b>	Metal= Prata; Plural de <i>drachm</i> é <i>drachmae</i> (ou <i>drachms</i> ); Equivalente aproximadamente ao denário romano; Quatro <i>drachms</i> (1 <i>tetradrachm</i> ou tetradracma) equivalem a 1 <i>shekel</i> judaico.
<i>Didrachm</i> (didracma)	2 <i>Drachmae</i>	Metal = Prata; Também conhecido como 1 <i>Stater</i> .
<i>Stater</i>	Prata = normalmente 2 ou 4 <i>Drachmae</i> ; Ouro = 20-28 <i>Drachmae</i> ; <i>Electrum</i> = dependia da porcentagem da composição da liga metálica.	<i>Electrum</i> (a mistura de ouro e prata); Equivale a 1 <i>didrachm</i> (Alexandrino) ou 1 <i>tetradrachm</i> (Ático/Ateniense); Cunhado a partir do século VIII AC até cerca do ano 50 EC; Existia subdenominações de 1/6, 1/4, 1/10, 1/12 e 1/24 de <i>staters</i>
<i>Tetradrachm</i> (tetradracma)	4 <i>Drachmae</i>	Metal = Prata; Cunhada pela <i>pólis</i> de Atenas cerca de 450 AEC.
<i>Mina</i>	100 <i>Drachmae</i>	Trata-se de unidade de peso; Não é uma moeda.
<i>Talent</i> (talento)	6.000 <i>Drachmae</i>	Trata-se de unidade de peso; Não é uma moeda.

Emissões romanas		
<i>Uncia*</i>	1/12 de 1 “As”	Metal = Bronze; *Cunhada somente durante a República; O plural de <i>uncia</i> é <i>unciae</i> .
<i>Quadrans</i>	1/4 (ou 3/12) 1 “As”; Equivale a 2 <i>Lepta</i> Judaicos	Metal = Bronze; Também conhecido como 1 <i>kodrantes</i>
<i>Triens*</i>	1/3 (ou 4/12) de 1 “As”	Metal = Bronze; *Cunhada somente durante a República; A última cunhagem foi por volta de 87 AEC; O plural de <i>triens</i> é <i>trientes</i> .
<i>Quincunx*</i>	5/12 de 1 “As”	Metal = Bronze; *Cunhada somente durante a República, por volta de 218 a 204 AEC;
<i>Semis</i>	1/2 (ou 6/12) de 1 “As”	Metal = Oriccalco <sup>62</sup> ; O plural de <i>semis</i> é <i>semisses</i>
<i>As</i>	<b>Unidade monetária base (peso aproximado= 327 g);</b> 1/10 de 1 Denário no início da República; 1/16 de 1 Denário no início do Império.	Metal = Bronze; O plural de “As” é <i>Asses</i> ; Conhecido como <i>assarion</i> (grego).
<i>Dupondius</i>	2 Asses ou 1/8 de 1 Denário	Metal = Oriccalco
<i>Sestertius</i>	4 Asses ou ¼ de 1 Denário	Originalmente em prata, mas tornou-se cunhado em oricalco sob o Império; O plural de <i>Sestertius</i> é <i>Sestertii</i>
<i>Quinarius</i> (Prata)	8 Asses ou 1/2 de 1 Denário	Prata (1/2 Denário); Ouro (1/2 <i>Aureus</i> ); Cunhado por poucos anos depois de 211 AEC, e então produzido esporadicamente até o terceiro século EC; O plural de <i>Quinarius</i> é <i>Quinari</i> .
<i>Denarius</i>	10 Asses no início da República; 16 Asses no início do Império.	Metal = Prata; O plural de <i>denarius</i> (denário) é <i>denarii</i> ; Equivale a 1 <i>drachm</i> (grego).
<i>Cistophorus</i>	3 Denários	Metal = Prata; Cunhado originalmente na antiga Pérgamo por volta de 175 AEC.
<i>Quinarius</i> (ouro)**	12,5 Denários 1/2 de 1 <i>Aureus</i>	Prata (1/2 Denário); Ouro (1/2 <i>Aureus</i> ); Não foi cunhado na República.
<i>Aureus</i>	25 Denários	Metal = ouro. O plural de <i>Aureus</i> é <i>Aurei</i> . Produção começou no fim da República.
<i>Talent</i> (talento)	240 <i>Aurei</i> 6.000 Denários	Trata-se de unidade de peso; Não é uma moeda.

Fonte: Adaptação de **Ancient Money Calculator**. Disponível em: < <https://www.testamentpress.com/ancient-money-calculator.html> > Acesso em 18/8/2021.

Observamos a variedade de denominações e possíveis conversões monetárias na figura acima, e assim, esclarecemos que durante o recorte temporal escolhido para este estudo, vários

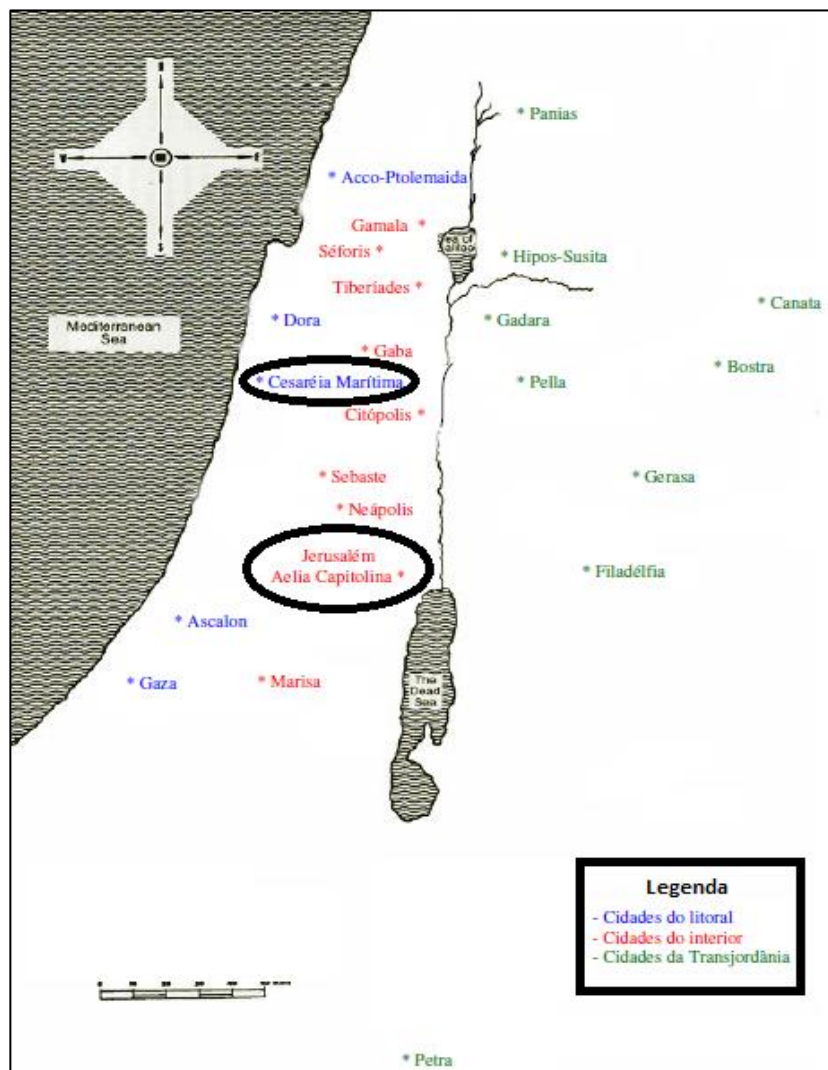
<sup>62</sup> De acordo com Kormikiari e Porto (2019: 60), a liga metálica denominada **oricalco** refere-se à algumas moedas do período dos flavianos “as moedas de oricalco (também conhecidas como moedas de latão). Estas moedas eram compostas por uma liga metálica com metais que ninguém sabe ao certo do que se tratavam, se era uma combinação entre ouro e prata, entre cobre e zinco ou entre cobre e estanho. Dentre as moedas de oricalco destacam-se nesta época os quinários, os sestércios e os dupondios”.

foram os governantes que emitiram moedas na *Judaea-Palaestina*, dessa forma, compreendemos que a autorização para a cunhagem monetária em Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima nos permite inferir sobre as estruturas de poder e negociação na região. Logo, a associação existente entre a autoridade imperial e as cidades autorizadas a bater moedas herdaram, a princípio, os mecanismos utilizados pelos Selêucidas, que preferiam as cidades que já possuíam uma oficina monetária e uma estrutura deixada pelo império persa na região. Assim, tanto o critério de autorização de cunhagem nessas cidades, quanto a elevação do *status* administrativo delas, estavam diretamente relacionadas às alianças estabelecidas por meio de negociações que muitas vezes ocorriam de forma amistosa. Logo, os romanos utilizaram-se de uma estratégia semelhante à helenística e autorizavam a cunhagem de moedas, de acordo com a relação de confiança e no jogo de alianças locais, na evidenciação das estruturas de poder e negociação que permeavam a concessão das oficinas locais de emitirem moedas próprias (PORTO, 2007: 80).

Um exemplo de jogo de alianças locais pode ser percebido durante as duas guerras dos romanos contra os judeus, nas quais a autorização para cunhagem se dava de acordo com o tipo de relacionamento entre o Império e a cidade emissora. Enquanto cidades eram punidas por terem se posicionado contra os romanos, tendo sua cunhagem proibida, outras, ao contrário, puderam continuar ou até mesmo iniciar uma nova fase de produção de moedas com a autorização de Roma. Logo, algumas cidades na *Judaea-Palaestina* tiveram o direito a emitir moedas, conforme Fig. 32 a seguir.



**Fig. 32 – Cidades cunhadoras de moedas na *Judaea-Palaestina* entre os séculos II AEC ao II EC. Em destaque Cesareia Marítima e Jerusalém/Aelia Capitolina**



Fonte: Porto (2007: 8)

No período romano muitas cidades cunhavam suas próprias moedas, que geralmente representavam nos aversos o imperador ou um membro da família imperial e, nos reversos, imagens que representavam o universo cultural local (LICHTENBERGER, 2017: 197). Portanto, as moedas, especialmente os reversos, serviam como suportes físicos das expressões e representações das cidades emissoras, as quais selecionavam seus motivos locais. Esse fator evidencia que as estruturas de poder relacionadas à amoedação da *Judaea-Palaestina*, se davam por meio de negociações que permitiam a emulação dos elementos imagéticos do Império Romano ao universo cultural local. Logo, neste estudo arqueológico, seguimos as proposições da arqueologia pós-processual, simbólica, na compreensão de que a produção de moedas transcendia a finalidade de facilitação nas trocas econômicas, e uma vez que ela seja analisada

dentro de seu contexto histórico-social, a cunhagem monetária torna-se uma fonte primordial de identidades e história cultural.

Dentro da perspectiva argumentativa apresentada acima, entendemos a moeda como fonte de identidades e história cultural porque os símbolos selecionados para compor determinada série monetária, estavam organizados em linguagem figurada. Diante disso, o poder e as negociações se expressavam por meio das representações de divindades, edifícios (geralmente templos), cenas mitológicas ou históricas das tradições das cidades, águias, leões, torres, imperadores ou personagens pertencentes a uma elite político-econômica, que representavam a órbita de ação do poder. Assim, a análise de moedas mostra-se relevante, uma vez que nelas se observa aspectos políticos, locais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos e estéticos de uma dada localidade. Logo, o estudo da amoedação de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima precisa ser pensado além da simples troca comercial ou aquecimento da economia. Trata-se, portanto, de um artefato que representa a materialidade cultural, constituída por camadas sedimentares de interpretações, no qual “*o documento, é assim, pensado arqueologicamente como monumento*” (JENKINS, 2001: 11).

Ao se pensar as identidades e história cultural que estão decodificadas nas escolhas dos signos do poder (CHARTIER, 1990: 220), presentes na iconografia monetária, recorreremos às proposições de Karl-Joachim Hölkenskamp, que esclarece que memórias culturais necessitam de espaços e lugares para acontecer, não só físicos, mas também rituais, festivais, datas comemorativas, imagens e textos.

No caso da *Judaea-Palaestina*, observamos a memória intrinsecamente relacionada à cultura material, cuja pretensão desta tese é elucidar a associação existente entre monumentos (arquitetura e moeda), estruturas de poder e negociações, na compreensão de que o poder, segundo Foucault (2004: 193), deve ser analisado como algo que circula, que só funciona em cadeia. Dessa forma, estruturas de poder e negociações estão materializadas nos elementos arquitetônicos e nas moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, em uma ampla concepção de que monumentalidade e memória são componentes culturais que formavam a paisagem urbana dessas cidades.

A memória cultural provincial era composta em parte por uma “*memória monumental*”, a qual estabelecia significado ao capital simbólico das elites locais, que por sua vez, atuavam na elaboração da monumentalização do espaço urbano, o que na concepção de Bourdieu (2001), permitia que as classes dominantes (ou campos dominantes) fossem beneficiárias deste capital simbólico, e por elas disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que

eram instrumentos por excelência da integração social, que contribuía para a reprodução da ordem social dominante. Assim, esse capital simbólico necessitava de preservação, transmissão, permanente incremento e amplificação pelas elites locais que invocavam um passado glorioso e comum como argumento de controle social.

### **5.1 Histórico de escavações com achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina**

O levantamento dos achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina apresentado neste subtítulo baseia-se em moedas encontradas em onze (11) grandes escavações, trinta e três (33) menores, e catorze (14) tesouros monetários, organizados por D. T. Ariel em 1982, que abrange o período estudado e as grandes escavações em Jerusalém, apresentadas nas Figs. 20 e 21, no Cap. 4 desta tese de doutorado.

Esclarece-se que as denominações ‘grandes escavações’ e ‘escavações menores’ referem-se à divisão empreendida por Ariel (1982). Este estudioso entendeu que as ‘grandes escavações’ apresentavam achados monetários de mais de cinquenta e seis (56) moedas identificáveis, do período helenístico até o romano. Assim, os termos ‘grandes escavações’ e ‘escavações menores’ não se referem ao número de temporadas, ou extensões geográficas atingidas, mas achados monetários inferiores (ou superiores) a cinquenta e seis (56) moedas em contexto arqueológico. Posto que esse critério de organização desenvolvido por Donald Ariel no início dos anos 80 do século XX está consolidado dentro dos estudos numismáticos israelenses, entendemos que seguir essa nomenclatura e forma organizacional dos dados monetários provenientes das escavações em Jerusalém seja o melhor caminho a seguir.

A compilação apresentada por Ariel (1982), traz a padronização e as identificações de moedas feitas por mais de quinze numismatas ao longo de um período de oitenta anos: Avigad (1980); Mazar (1969); Johns (1950); Crowfoot; Fitzgerald (1929); Weill, 1947; Broshi, 1976; Rahmani (1960; 1964; 1967; 1976); Bliss (1898); Saller (1957); Hennessy (1970); Bagatti; Milik (1958); Negbi (1970); Meshorer (1961); Meshorer (1963); Tsferis (1974); Baramki (1932); Klöner (1981); Kenyon (1967); Hamilton; Hussein (1935); Hamilton (1944); Stern (1973); Germer-Duxand (1914); Ben-Arieh; Netzer (1974); Hamilton (1933); Kadman (1967); Sukenik (1949); Tsferis; Berman (1982); Spijkerman (1961); Hill (1938); Hamburger (1954); Reifenberg (1944); Thompson et. al. (1973); Lambert (1927); Illife (1935); Ben-Dor (1948), o que resultou na criação de um quadro geral mais amplo das descobertas monetárias (cf. Fig. 33).

Fig. 33 – Relação dos achados monetários por áreas de escavação em Jerusalém

Nº da área	Área Escavada	Total analisado nesta tese	Pós período Bizantino	Não identificável	Total	Fonte
<b>Grandes escavações (11 áreas)</b>						
1	Muro Sul	2532	4		2536	Meshorer
2	Bairro Judeu	2122	189	77	2388	Meshorer
3	Cidadela (1934-38)	2038	831	2050	4919	Baramld
4	Qalandia	266	2	8	276	Ariel
5	Tyropeon 1927	269	24	135	428	Lambert
6	Ophel (Hebrew University)	240	14	37	291	Ben-Dor; Ariel
7	Muro Ocidental	213	117	209	539	Ariel
8	Monte Sião	147		186	333	Broshi
9	Cidadela (1968-69)	134	5	61	200	Rahmani
10	Ramat Rabel	95	18	22	135	Rahmani
11	Jerusalem 1894-97	58	39		97	Dowling-Clark
	<b>Total</b>	<b>8114</b>	<b>1243</b>	<b>2785</b>	<b>12142</b>	
<b>Escavações menores (33 áreas)</b>						
12	Armenian Garden	6	14	5	25	Broshi
13	Ha-Ari Street	1			1	
14	Bethany	32	55		87	Saller
15	Cidadela	1			1	
16	Portão de Damasco	1			1	
17	Dominus Flevit	40		79	119	Spijkerman
18	Frech Hill					
19	Givat Hamivtar	2			2	
20	Givat Ram	16			16	Meshorer
21	Hasmonean Tower	6			6	Meshorer
22	Portão de Herodes	4			4	Meshorer
23	Tumba de Herodes	2			2	Meshorer
24	Tumba de Jason	55			55	Rahmani
25	Jebel Muqaber	1			1	Meshorer
26	Karm al-Shaikh	30	13		43	Baramld
27	Mamilla	1			1	
28	May Naftoah	1			1	
29	Variadas - Kenyon	2			2	Meshorer
30	Monte Scopus	1			1	
31	Monte Sião (Aelia Capitolina)	1			1	
32	Estrada de Nablus			2	2	
33	Nahal Raqafot	1			1	Rahmani
34	Muro Norte	22	18		40	Baramld
35	Qatamon Tet	1			1	
36	Ramat Rahel	1			1	Meshorer
37	St. Peter Gallicanto	2			2	
38	Sanhedrya	1			1	
39	Shmuel Hanavi Street	2			2	
40	Talpiyot					
41	Terceiro Muro	13			13	Sharabani
42	Tyropeon 1933	3	3		6	
43	Valley of the Cross	2			2	
44	Y.M.C.A	3			3	
	<b>Total</b>	<b>254</b>	<b>103</b>	<b>86</b>	<b>443</b>	
<b>Tesouros Monetários (14 achados)</b>						
45	Tesouro monetário Bethany	14			14	Saller
46	Tesouro monetário Bizantino	136		636 EC		Spaer
47	Tesouro monetário Cidadela	5		614 EC		Rahmani
48	Tesouro monetário Hebrew University I	7		70 EC		Ben-Dor
49	Tesouro monetário Hebrew University IX	9		30 AEC		Sukenik
50	Tesouro monetário Bairro Judeu (prata)	13		69 EC		Meshorer
51	Tesouro monetário Bairro Judeu (bronze)	31		37 AEC		Meshorer
52	Tesouro monetário Meqor Hayim	7		106 EC		Berman
53	Tesouro monetário Monte das Oliveiras	16		70 EC		Spijkerman
54	Tesouro monetário St. Stephen	87		70 EC		Hill
55	Tesouro monetário Schalit	75		253 EC		Hamburger
56	Tesouro monetário Siloam	12		68 EC		Reifenberg
57	Tesouro monetário Monte do Templo	19				Meshorer
58	Tesouro monetário Tyropeon	311		8		Lambert
	<b>Total</b>	<b>742</b>		<b>14</b>		
	<b>Total</b>	<b>9110</b>	<b>1346</b>	<b>2879</b>	<b>12599</b>	

Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 303-304)

Observa-se na Fig. 33 que a compilação estabelecida por Ariel (1982) na denominação de **grandes escavações, escavações menores e tesouros monetários**, dá-se de forma arbitrária e deve-se pelo número de moedas encontradas por área escavada e pela natureza dos achados.

Como mencionamos acima, o levantamento dos achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina baseia-se em Ariel (1982), o qual apresenta as moedas dos hasmoneus, herodianas, dos procuradores, do período Entre Revoltas e as emissões de Aelia Capitolina, assim como, apresenta também quadros quantitativos de conjuntos monetários que circularam na cidade, mas eram emissões estrangeiras.

Pudemos observar na Fig. 33 que foram apontadas cinquenta e oito (58) áreas de escavação (predeterminadas em ARIEL, 1982), com um montante de doze mil, quinhentas e noventa e nove (12.599) moedas. Destas, apenas nove mil, cento e dez (9.110) foram passíveis de identificação e datação como emissões do período hasmoneu (125-37 AEC) até o final do funcionamento da oficina monetária de Aelia Capitolina em 260 EC. Como pode ser observado na figura, moedas de outros períodos que ultrapassam o escopo do nosso recorte cronológico também foram elencadas (optamos por mantê-las apenas para efeito comparativo das emissões monetárias em Jerusalém/ Aelia Capitolina).

A Fig. 33 evidencia que as **Grandes escavações (onze áreas)** identificaram (para o período recortado nesta tese) oito mil, cento e quatorze (8.114) moedas, sendo a maioria delas provenientes das áreas denominadas **1 – Muro Sul**, com duas mil, quinhentas e trinta e duas (2.532) moedas. Em contraste, a área que menos evidenciou moedas foi a **11 – Jerusalém 1894-97**, com apenas cinquenta e oito (58) unidades monetárias.

Vê-se nas **Escavações menores (33 áreas)**, a totalidade de duzentas e cinquenta e quatro (254) moedas para nosso período de estudo, das quais, a mais numerosa, cinquenta e cinco (55), estavam na área **24 – Tumba de Jason**. Já as áreas **18 – Frech Hill**, **32 – Estrada de Nablus** e **40 – Talpiyot** foram negativas para achados monetários, não apenas para o nosso período, mas para todos os períodos estudados.

A distribuição dos achados monetários mencionados por conjuntos de escavações apresentou a concentração monetárias em três (3) **Grandes escavações** (cf. Fig. 34), a saber:

- 1 – Muro Sul: 2.532 moedas;**
- 2 – Bairro Judeu: 2.122 moedas;**
- 3 – Cidadela (1934-38): 2.038 moedas.**

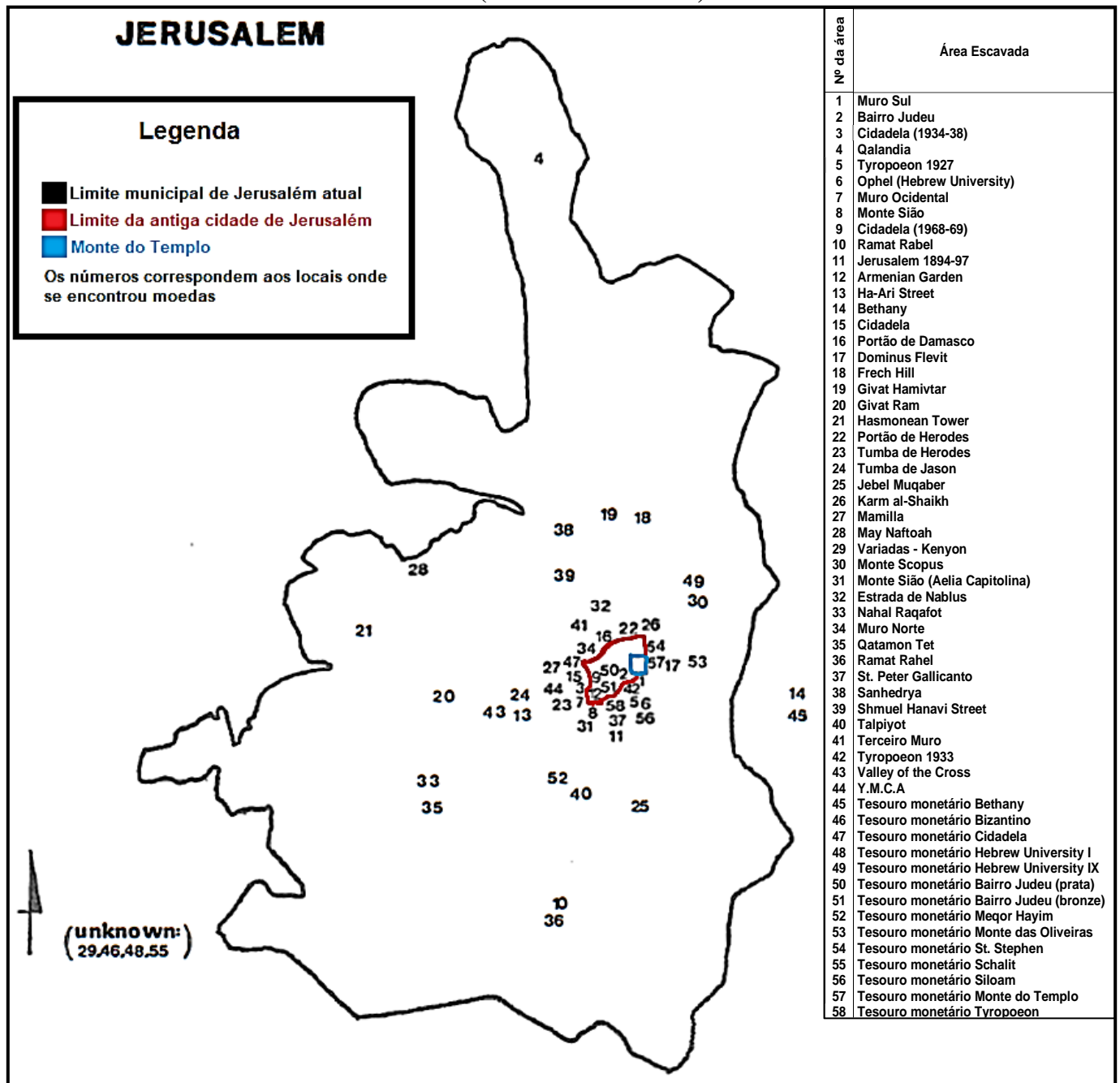
**Fig. 34 – Distribuição de achados monetários por conjuntos de escavações**



Essas três (3) áreas juntas (Fig. 34) totalizam seis mil, seiscentos e noventa e duas (6692) moedas, e correspondem à 82% dos achados monetários deste conjunto de escavações, e aproximadamente setenta e seis por cento (76,46%) do total das áreas pertencentes às **Grandes escavações**.

Esclarecemos que as áreas apresentadas por Ariel (1982), foram nomeadas e numeradas de 1 a 58, e distribuídas em três grandes áreas: **Limites municipais de Jerusalém atual; Limite da antiga cidade de Jerusalém; e Monte do Templo**, conforme Fig. 35 abaixo.

Fig. 35 – Locais onde se encontrou moedas em expedições arqueológicas em Jerusalém (realizadas até 1982)



Fonte: Mapa adaptado de Ariel (1982: 302)

Observamos na Fig. 35 que os limites municipais da Jerusalém moderna excedem a área da antiga cidade, todavia, há concentração de achados monetários, no raio da ocupação territorial dos muros e abrangência urbana nos séculos I AEC ao II EC, incluindo a Cidade de Davi.

Esclarecemos que o quantitativo dos achados monetários, por período histórico, será apresentado na Fig. 36.

**Fig. 36 – Relação de moedas por período e locais de achado**

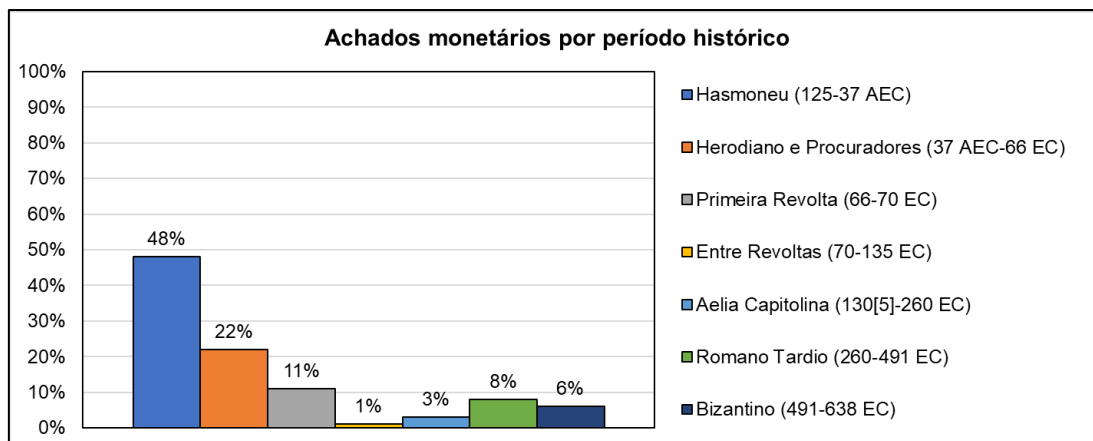
Nº da área	Área Escavada	Hasmoneu (125-37 AEC)	Herodiano e Proclamações (37 AEC-66 EC)	Primeira Revolta (66-70 EC)	Entre Revoltas (70-135 EC)	Aelia Capitolina (130[5]-260 EC)	Romano Tardio (260-491 EC)	Bizantino (491-638 EC)	Total
1	Muro Sul	317	981	631	58	192	222	131	2532
2	Bairro Judeu	1489	435	140	4		26	28	2122
3	Cidadela (1934-38)	1585	90	23	6	6	269	59	2038
4	Qalandia	222	36	6			2		266
5	Tyropoeon 1927	53	40	24	1	7	70	74	269
6	Ophel (Hebrew University)	96	50	36	2	6	27	23	240
7	Muro Ocidental	118	46	6	1	1	23	18	213
8	Monte Sião	55	71	6	2	1	6	6	147
9	Cidadela (1968-69)	19	114		1				134
10	Ramat Rabel	13	17	3		4	34	24	95
11	Jerusalém 1894-97	5	20	18		3	7	5	58
12	Armenian Garden	3		1				2	6
13	Ha-Ari Street	1							1
14	Bethany	7	5	1		2	6	11	32
15	Cidadela		1						1
16	Portão de Damasco		1						1
17	Dominus Flevit	1	6			6	23	4	40
18	Frech Hill								
19	Givat Hamivtar	1		1					2
20	Givat Ram	5	7		1	3			16
21	Hasmonean Tower	4				1		1	6
22	Portão de Herodes		3				1		4
23	Tumba de Herodes		1			1			2
24	Tumba de Jason	7	48						55
25	Jebel Muqaber		1						1
26	Karm al-Shaikh	1	3	2	2	4	11	7	30
27	Mamilla							1	1
28	May Naftoah					1			1
29	Variadas - Kenyon		1					1	2
30	Monte Scopus	1							1
31	Monte Sião (Aelia Capitolina)					1			1
32	Estrada de Nablus								
33	Nahal Raqafot					1			1
34	Muro Norte	2	5	1		1	2	11	22
35	Qatamon Tet						1		1
36	Ramat Rahel				1				1
37	St. Peter Gallicante			2					2
38	Sanhedrya		1						1
39	Shmuel Hanavi Street		1				1		2
40	Talpiyot								
41	Terceiro Muro	4	3		1	2	1	2	13
42	Tyropoeon 1933		3						3
43	Valley of the Cross		1				1		2
44	Y.M.C.A					1	1	1	3
45	Tesouro monetário Bethany				14				14
46	Tesouro monetário Bizantino							136	136
47	Tesouro monetário Cidadela							5	5
48	Tesouro monetário Hebrew University I		5	2					7
49	Tesouro monetário Hebrew University IX	2	7						9
50	Tesouro monetário Bairro Judeu (prata)			13					13
51	Tesouro monetário Bairro Judeu (bronze)	31							31
52	Tesouro monetário Meqor Hayim		3	2	2				7
53	Tesouro monetário Monte das Oliveiras		2	14					16
54	Tesouro monetário St. Stephen	2	21	64					87
55	Tesouro monetário Schalit		1		2	72			75
56	Tesouro monetário Siloam		9	3					12
57	Tesouro monetário Monte do Templo	19							19
58	Tesouro monetário Tyropoeon	311							311
	<b>Total</b>	<b>4374</b>	<b>2039</b>	<b>999</b>	<b>98</b>	<b>316</b>	<b>734</b>	<b>550</b>	<b>9110</b>

Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 303)



Conforme apresentado na Fig. 36, há a predominância dos achados monetários para o período dos hasmoneus (125-37 AEC), seguido pelo período herodiano (37 AEC-66EC), que é menos da metade do período anterior (cf. Fig. 37).

**Fig. 37 – Porcentagem de distribuição de moedas por período histórico**



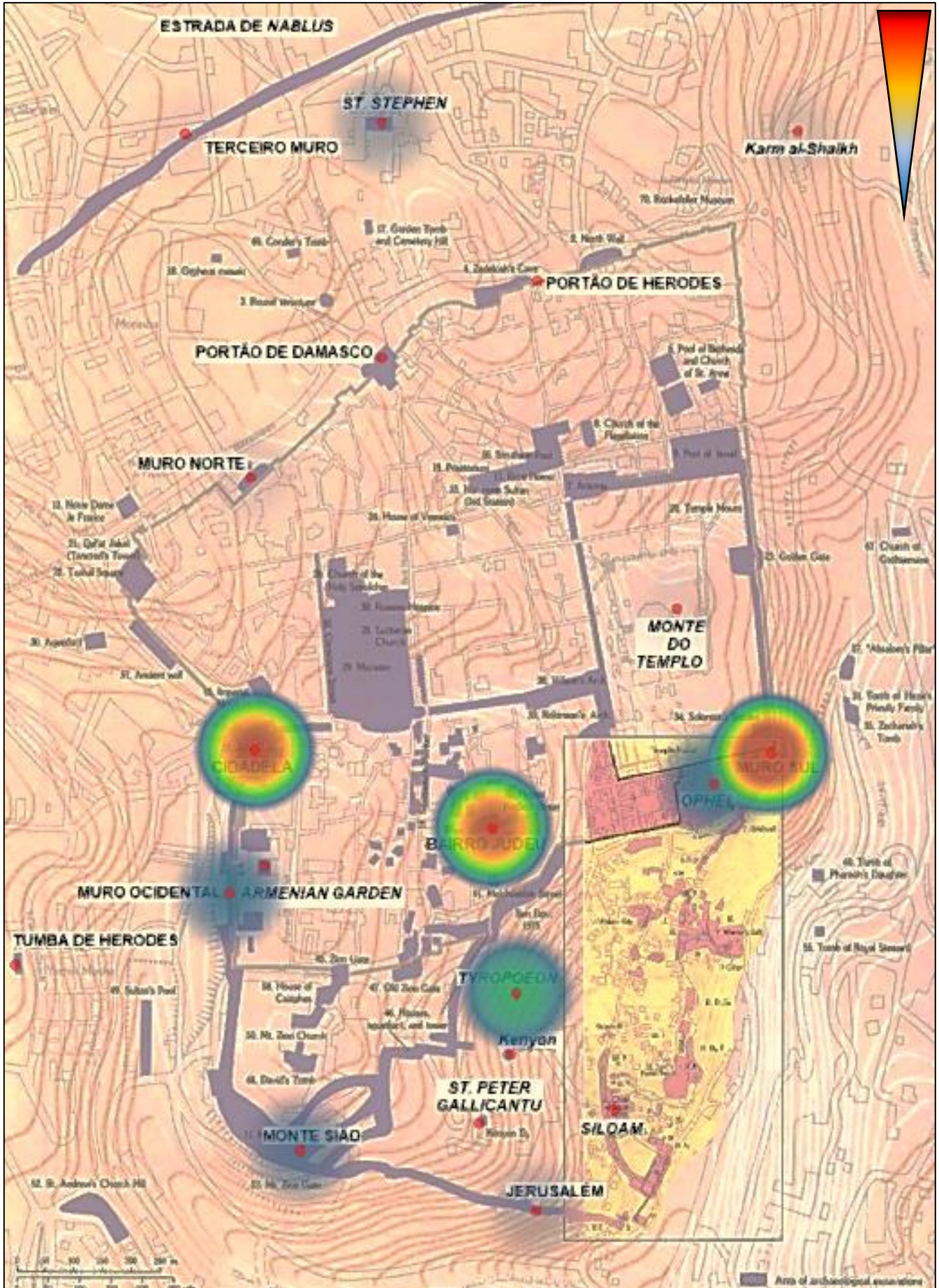
Esclarecemos que a cidade de Jerusalém/Aelia Capitolina (assim como Cesareia Marítima, a qual analisaremos mais adiante) faz parte do recorte geográfico e temporal (século I AEC ao II EC) desta tese. Assim, das cinquenta e oito (58) áreas de escavação identificadas por Ariel (1982), três delas (Cidadela, *Tyropoeon* e Monte Sião) aparecem de forma recorrente. Essas três áreas foram somadas para a verificação da intensidade e quantificação das moedas por local de achado, assim, elas serão apresentadas em conjunto em um mapa de calor (Fig. 38).

**Fig. 38 – Áreas com achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina (séc. I AEC ao VII EC)**

Área da escavação	Total
1 Muro Sul	2532
2 Bairro Judeu	2122
3 Cidadela	2178
4 <i>Tyropoeon</i>	583
5 <i>Ophel</i>	240
6 Muro Ocidental	213
7 Monte Sião	148
8 Jerusalem	58
9 <i>Armenian Garden</i>	6
10 Portão de Damasco	1
11 Portão de Herodes	4
12 Tumba de Herodes	2
13 <i>Karm al-Shaikh</i>	30
14 <i>Kenyon</i>	2
15 Muro Norte	22
16 <i>St. Peter Gallicantó</i>	2
17 Terceiro Muro	13
18 Tesouro Monetário <i>Siloam</i>	12
19 Tesouro Monetário Monte do Templo	19
20 Tesouro Monetário <i>St. Stephen</i>	87
<b>Total</b>	<b>8274</b>

Ressalta-se que das nove mil, cento e dez (9.110) moedas apresentadas na Fig. 36, somente oito mil, duzentos e setenta e quatro (8.274) foram escavadas nos limites espaciais da antiga Jerusalém/Aelia Capitolina do século I AEC ao II EC, conforme Figs. 38 e 39.

Fig. 39 – Mapa de dispersão e quantificação dos achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina



Fonte: Adaptado de Ariel (1982) e Bahat (1990)

Informamos que o Mapa de Calor apresentado na Fig. 39, acima, foi desenvolvido a partir dos mapas das áreas de escavações arqueológicas em Jerusalém (figs. 16 e 17 desta tese), obtidos na obra de Bahat (1990), com a plotagem das informações presentes em Ariel (1982). Assim, utilizamos o programa da Microsoft Office – Excel (no modo tabela) e o *software* Paint (para a obtenção das coordenadas cartesianas da imagem). Logo, por meio do intercruzamento de dados quantitativos, adaptamos as informações dos autores citados anteriormente, e criamos da forma mais didática possível, a plotagem das moedas em seus contextos de achado. Ressaltamos, que o mesmo foi realizado para Cesareia Marítima, no entanto, os dados foram obtidos a partir de Evans (2006), e serão apresentados mais à frente.

A Fig. 38 apresenta os dados quantitativos utilizados no Mapa de Calor (Fig. 39). Dessa forma, ambas figuras representam as áreas de interesse desta tese, com o uso do recurso visual de círculos coloridos (cujas intensidades estão representadas em vermelho de forma circular, enquanto a menor intensidade aparece em azul). Logo, observa-se maiores símbolos gráficos em vermelho e intensidade de cor no Muro Sul (2532 moedas), Bairro Judeu (2122 moedas) e Cidadela (2178 moedas), enquanto outras áreas com menores quantidades de moedas, receberam círculos vermelhos pequenos para a identificação da área com achados numismáticos nas prospecções arqueológicas de Jerusalém/Aelia Capitolina.

A dispersão e intensidade quantitativa das moedas na cidade precisam ser analisadas com cuidado, uma vez que achados monetários são raros em escavações, mas quando encontrados, são passíveis de análise arqueológica, e permitem a compreensão das estruturas de poder e negociações presentes na relação entre moedas e malha urbana. Do mesmo modo, a distribuição temporal dos achados monetários colabora para o entendimento das emissões locais, as quais segundo Ariel (1982: 281), tiveram início em uma oficina monetária instalada por Antíoco VII em Jerusalém, após a morte de Simeão, uma vez que se observa a existência de vinte e seis (26) dessas moedas (as únicas arqueologicamente atestadas para este período como produção local), conforme Fig. 40 a seguir.



**Fig. 40 – Relação dos achados monetários em Jerusalém sob Antíoco VII**

		CHIPRE	PAPHOS	ANTIOQUIA	SIDON	TIRO	AKKO-PTOLEMAIS	JAFFA	ASCALON	GAZA	JERUSALEM	EGITO	INDEFINIDA	TOTAL
AUTORIDADE EMISSORA														
	Antiochus III					1						62		63
	Antiochus III-IV											1		1
	Antiochus III-V											5		5
	Seleucus IV						12					1		1
	Antiochus IV					2						56		68
	Demetrius I													2
	Alexander I											10		10
	Demetrius II					1TM						2		10/1TM
	Antiochus VII			1		2					26			31
	Demetrius II					1/1TM						2		3/1TM
	Alexander II											1		1
	Antiochus IX											1		1
	Séc. II AEC											51		51
	<b>TOTAL</b>			1		6/2TM	12				26	193		238/2TM

\*TM= Tesouro monetário

Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 321)

O filho de Simeão, João Hircano I, aparentemente cunhou as moedas com lírio/âncora em Jerusalém em nome de Antíoco VII, por volta de 132/131 AEC (Fig. 41).

**Fig. 41 – Moeda de João Hircano I emitida em Jerusalém**



Fonte: Hendin 451; Porto 129

A moeda representada na Fig. 41 é um exemplo de evidenciação das estruturas de poder e a partir das negociações e demonstram os interesses dos hasmoneus, que neste momento eram

os detentores do poder na região e, assim, responsáveis pelas escolhas dos símbolos e legendas que deveriam constar nas moedas. Neste sentido, segundo Porto (2007), as moedas emitidas sob esta dinastia apresentavam longas legendas, geralmente em paleo-hebraico, nas quais o caráter de liderança política e religiosa eram expressas em termos como “*Yehohanan o sumo sacerdote e conselho dos judeus*” e “*Yehohanan o sumo sacerdote, cabeça do Conselho dos judeus*”.

Diante das informações mencionadas esclarecemos que as moedas emitidas pelos reis selêucidas circulavam e dominavam os mercados da Judeia, assim, muitas das encontradas na região eram originárias de Antioquia, Tiro e Jerusalém.

Observamos na fig. 48 que este tipo monetário apresentava em seu reverso um lírio, enquanto no anverso vemos a representação de uma âncora, acompanhada da legenda monetária em grego: *ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΑΝΤΙΟΧΟΥ ΕΥΕΡΓΕΤΟΥ*, cuja tradução seria “*do rei Antíoco euergetes, o benfeitor*”.

Para Porto (2007) existe um consenso entre os estudiosos sobre a moeda mencionada, de que ela foi batida em Jerusalém, todavia, esclarecemos que esta moeda foi produzida em nome do rei Selêucida Antíoco VII, na capital do governo de João Hircano I e durante o seu governo (ele tornou-se sumo sacerdote em 135 AEC). Assim, a percepção que se tem pelos motivos iconográficos e pela legenda em grego (não em paleo-hebraico típica do período hasmoneu), apresentados na Fig. 41, é de que nos anos 132-131 AEC (período de sua emissão), as relações entre o rei selêucida e o sumo sacerdote estavam de certa forma amistosas. Logo, essa emissão monetária poderia representar as estruturas de poder e negociações entre as lideranças dos hasmoneus e os selêucidas, evidenciadas nesta moeda. Dessa forma, essa emissão seria de caráter conciliatório de Antíoco VII com os judeus (porque vemos a representação do lírio que é um símbolo judaico, e a âncora ao invés do busto do rei), ou se produzida por João Hircano I, como honorífica ao rei selêucida, como um ato de boa vontade e conciliação expressada na legenda em grego. Portanto, as estruturas de poder e elementos de negociações, estavam presentes nas moedas, e ocorreram antes da intervenção direta romana na região.

De acordo com Barag e Qedar (1980), provavelmente não é coincidência que o primeiro governante hasmoneu a cunhar moedas em Jerusalém também tenha sido o primeiro desta dinastia a receber tropas estrangeiras, uma vez que é preciso ter muita riqueza para manter um exército mercenário permanentemente. Por esse motivo, de acordo com Josefo (*Antiguidades*

*Judaicas* VII, 393; *Guerra Judaica* I, 610), além de ter despendido um alto preço pela paz com Antíoco VII, Hircano I abriu a tumba do rei Davi e removeu dela três mil talentos de prata.

Para Fisher (1975), parte desse dinheiro foi provavelmente trocado pelo bronze necessário para a implantação de uma nova oficina monetária em Jerusalém, já que não há dúvidas de que as moedas de bronze produzidas nesta oficina monetária fossem correntes concomitantemente com as emissões selêucidas em bronze e prata em outras cidades.

Segundo Ariel (1982), as emissões monetárias locais em Jerusalém/Aelia Capitolina, em todos os períodos históricos estudados, foram em bronze, com exceção aos períodos de revolta. Todavia, moedas de outras oficinas monetárias circularam na cidade, o que evidencia a rede de contatos e interações econômicas entre diversos povos, desde o período helenístico, na *Judaea-Palaestina* (Fig. 42).

**Fig. 42 – Moedas estrangeiras encontradas em Jerusalém por período histórico**

Nº	Local	Helenístico (305-126 AEC)	Hasmoneu (125-37 AEC)	Herodiano e Procuradores (37 AEC-66 EC)	Primeira Revolta (66-70 EC)	Entre Revoltas (70-135 EC)	Aelia Capitolina (130[5]-260 EC)	Total
1	Lugdunum			2				2
2	Milão						1	1
3	Roma	2	1	4		6	20	33
4	Éfeso	1						1
5	Side	1						1
6	Mopsus	1						1
7	Cesareia da Capadócia					1		1
8	Sophene	2						2
9	Zeugma						1	1
10	Beroea						1TM	1TM
11	Palmira					2		2
12	Antioquia		1	1 + 13TM = 14 moedas		2 + 6TM = 8 moedas	4 + 4TM = 8 moedas	8 + 23TM = 31 moedas
13	Apamea			1				1
14	Emissa						2TM	2TM
15	Laudiceia						4TM	4TM
16	Gadara						1	1
17	Filadélfia					1TM	4	4 + 1TM = 5 moedas
18	Aradus	1		1				2
19	Beirute			1				1
20	Dora					9	1	10
21	Akko-Ptolemais	1		1			4	6
22	Sidon		2					2
23	Tiro		6 + 2TM = 8 moedas	10 + 44TM = 54 moedas		6	7 + 1TM = 8 moedas	29 + 47TM = 76 moedas
24	Tiberíades					2		2
25	Antipatris						1	1
26	Cesareia Marítima					14	72	86
27	Neapolis						19	19
28	Nysa-Scythopolis						5	5
29	Samaria						1	1
30	Aelia Capitolina						75	75
31	Ascalon	2		1		6	6	15
32	Eleutheropolis						2	2
33	Gaza	2					7	9
34	Raflah						2	2
35	Arabia					1		1
36	Bostra						2	2
37	Petra						3	3
38	Himariyte			1				1
39	Carrhae						1 + 3TM = 4 moedas	1 + 3TM = 4 moedas
40	Alexandria					4	2	6
41	Não identificável			2 + 1TM = 3 moedas		7 + 2TM = 9 moedas	11 + 57TM = 68 moedas	20 + 60TM = 80 moedas
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>10 + 2TM = 12 moedas</b>	<b>25 + 58TM = 83 moedas</b>		<b>58 + 9TM = 67 moedas</b>	<b>252 + 72TM = 324 moedas</b>	<b>360 + 141TM = 501 moedas</b>

TM= Tesouro monetário

Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 317-318).

Esclarecemos que os números (quantificação) apresentados na Fig. 42 representam a quantidade de moedas, enquanto a sigla ‘TM’ refere-se a ‘Tesouro monetário’. Dessa forma quando as duas informações aparecem na mesma célula na Fig. 42, deve-se considerar a somatória das duas informações para a elucidação da totalidade de moedas por cidade e período histórico.

Conforme informações apresentadas anteriormente, a Fig. 42 evidencia o emaranhado biossociomaterial das trocas comerciais, circulação de pessoas e objetos, cujo alcance geográfico das pequenas peças em metal, possibilitou a difusão de um discurso legitimador e monumental, por meio da emulação cultural das cunhagens monetárias locais. Assim, a distribuição de moedas permitia que as estruturas de poder e negociações se estabelecessem em uma rede multidirecional, em que Roma era apenas mais um dos participantes uma vez que se encontrou trinta e três (33) moedas romanas nesta cidade, oitenta e seis (86) da oficina monetária instalada em Cesareia Marítima, e setenta e cinco (75) emissões de Aelia Capitolina. Logo, em uma perspectiva meramente quantitativa, as moedas imperiais romanas atestadas arqueologicamente nessa cidade, não foram as emissões estrangeiras que majoritariamente apareceram em contexto arqueológico. Logo, a circulação e distribuição na malha urbana de moedas estrangeiras, evidencia a força política e econômica dessa cidade, assim como, suas redes comerciais e alcance cultural e ideológico.

Ainda na perspectiva do alcance político, ideológico e econômico de Jerusalém/Aelia Capitolina, apresentamos em complementação ao quadro da Fig. 42 (quantitativo apenas), as respectivas denominações das moedas em prata e em ouro que circularam na cidade do século I AEC ao II EC, conforme Fig. 43 a seguir.



Fig. 43 – Denominações das moedas de prata e ouro por oficina monetária, período e locais de achado

Nº	Oficina monetária	Autoridade emissora	Metal	Denominação	Data de emissão	Local de achado	Nº Repertório Numismático
1	Roma	Rufus	Prata	Denarius	46 AEC	Qalandia	143
2	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	42/1 AEC	Hebrew University Tesouro Monetário IX	144
3	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	40/39 AEC	St. Stephen's	145
4-5	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	38/7 AEC	Hebrew University Tesouro Monetário IX; St. Stephen's	146
6	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	37/6-28/7 AEC	St. Stephen's	147
7-8	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	34/5 AEC	St. Stephen's; Hebrew University Hoard IX	148
9	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	34/3 AEC	Hebrew University Tesouro Monetário IX	149
10	Roma	M. Antonius	Prata	Denarius	32/1 AEC	Muro Sul	150
11-12	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	31/0 AEC	Hebrew University Tesouro Monetário IX; St. Stephen's	151
13-14	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	30-29 AEC	Hebrew University Hoard IX-4; St. Stephen's	152
15	Tiro	Imitação	Prata	Shekel	29/8 AEC	St. Stephen's	153
16-17	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	28/7 AEC	St. Stephen's; Hebrew University Hoard IX	154
18	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	25/4 AEC	St. Stephen's	155
19	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	22/1 AEC	St. Stephen's	156
20	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	19/8 AEC	St. Stephen's	157
21-22	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	13/2 AEC	St. Stephen's-2; Tesouro Monetário Siloam	158
23	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	12/1 AEC	St. Stephen's	159
24-25	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	9/8 AEC	St. Stephen's; Hebrew University Hoard IX	160
26-27	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	7/6 AEC; 3/4 EC	St. Stephens	161
28	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	6/5 EC	Qalandia	162
29	Lugdunum	Augustus	Prata	Denarius	2 AEC-11 EC	Muro Sul	163
30	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	1/2 EC	St. Stephen's	164
31	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	3/4 EC	St. Sstephen's	165
32	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	4/5 EC	St. Sstephen's	166
33-34	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	5/6 EC	St. Stephen's; Hebrew University Hoard IX	167
35	Roma	Tiberius	Prata	Denarius	14-37 EC	Muro Sul	168
36	Lugdunum	Tiberius	Ouro	Aureus	14-37 EC	Muro Sul	169
37	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	17/18 EC	Tesouro Monetário	170
38	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	19/20 EC	St. Stephen's	171
39-40	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	20/1 EC	Muro Sul; Tesouro Monetário Siloam	172
41	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	30/1 EC	Muro Sul	173
42	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	34/5 EC	Muro Sul	174
43	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	39/40 EC	Tesouro Monetário	175
44	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	46/7 EC	Tesouro Monetário	176
45	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	49/50 EC	Muro Sul	177
46	Tiro	Autônomo	Prata	Shekel	50/1 EC	Muro Sul	178

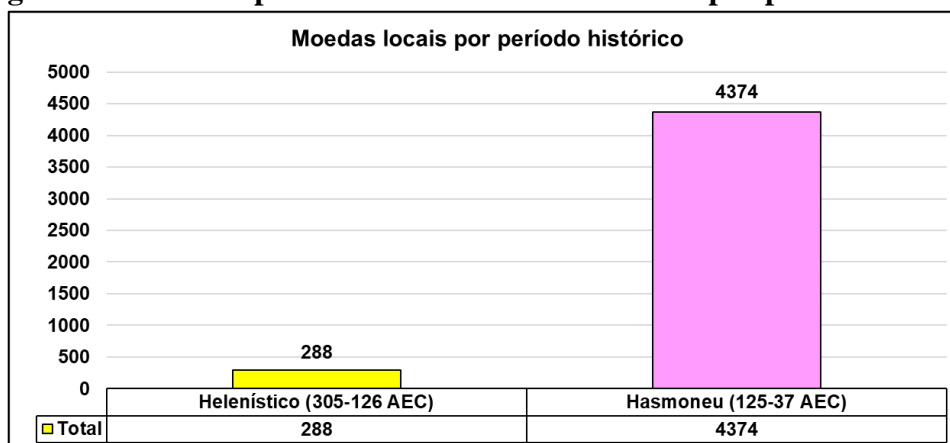
Nº	Oficina monetária	Autoridade emissora	Metal	Denominação	Data de emissão	Local de achado	Nº Repertório Numismático
47	Roma	Nero	Ouro	<i>Aureus</i>	51-54 EC	Bairro Judeu	179
48	Tiro	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>Shekel</i>	52/3 EC	Tesouro Monetário Monte das Oliveiras	180
49	Roma	Nero	Ouro	<i>Aureus</i>	54-68 EC	Muro Sul	181
50	Antioquia	Nero	Prata	<i>Tetradrachm</i>	63 EC	Bairro Judeu	182
51	Tiro	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>Shekel</i>	54/5 EC	Tesouro Monetário	183
52	Antioquia	Nero	Prata	<i>Tetradrachm</i>	61/2 EC	Tesouro Monetário Monte das Oliveiras	184
53	Syria	Nero	Prata	<i>Tetradrachm</i>	61/2 EC	Tesouro Monetário Meqor Hayim	185
54	Syria	Nero	Prata	<i>Tetradrachm</i>	63 EC	Tesouro Monetário Meqor Hayim	186
55		Nero	Prata	<i>Tetradrachm</i>	54-68 EC	Tesouro Monetário Schalit	187
56	Tiro	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>Shekel</i>	64/5 EC	Tesouro Monetário	188
57-60	Jerusalém	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>Shekel</i>	66/7 EC	St. Stephen's	37
61-65	Jerusalém	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>1/2 Shekel</i>	66/7 EC	Tesouro Monetário Monte das Oliveiras	37
66-75	Jerusalém	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>Shekel</i>	67/8 EC	Tesouro Monetário	39
76-81	Jerusalém	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>1/2 Shekel</i>	67/8 EC	Muro Sul	39
82-155	Jerusalém	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>Shekel</i>	68/9 EC	Tesouro Monetário	41
156-157	Jerusalém	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>1/2 Shekel</i>	68/9 EC	St. Peter Gallicantó-2	41
158-159	Jerusalém	<i>Autônomo</i>	Prata	<i>Shekel</i>	69/70 EC	Hebrew University Tesouro Monetário 1-2; Jerusalem 1894-97-1	43
160	Syria	Galba	Prata	<i>Tetradrachm</i>	69 EC	Tesouro Monetário	189
161	Syria	Vespasiano	Prata	<i>Tetradrachm</i>	69/70 EC	Tesouro Monetário Hayim	190
162-163		Vespasiano	Prata	<i>Tetradrachm</i>	69/70 EC	Tesouro Monetário Schalit	191
164	Roma	Vespasiano	Prata	<i>Denarius</i>	73 EC	Muro Sul	192
165	Roma	Trajano	Prata	<i>Denarius</i>	103-111 EC	Muro Sul	193
166-167	Roma ou Cesareia Capadócia	Trajano	Prata	<i>Denarius</i>	106-117 EC	Cidadela 1934-38; Monte Sião	194
168	Cesareia Capadócia	Trajano	Prata	<i>Denarius</i>	112-114 EC	Cidadela 1968-69	195
169	Roma	Adriano	Prata	<i>Denarius</i>	125-128 EC	Muro Sul	196
170	Roma	Sabina	Prata	<i>Denarius</i>	117-138 EC	Muro Sul	197
171	Roma	<i>Antoninus Pius</i>	Prata	<i>Denarius</i>	145-161 EC	Monte Sião	198
172-173	Roma	<i>Faustina Diva</i>	Prata	<i>Denarius</i>	Após 141 EC	Muro Sul	199
174	Roma	<i>M. Aurelius; Diva</i>	Prata	<i>Denarius</i>	Após 180 EC	Muro Sul	200
175-178	Antioquia	<i>Caracalla</i>	Prata	<i>Tetradrachm</i>	198-215 EC	Tesouro Monetário Schalit	201
Total= 178							

Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 312-315)

Observamos nas Figs. 42 e 43 que os achados monetários em prata no período da Primeira Revolta (60-70 EC), foram emissões da oficina em Jerusalém, enquanto a circulação de moedas estrangeiras na cidade teve seu auge (nas moedas arqueologicamente resgatadas), no período de funcionamento da oficina monetária de Aelia Capitolina (252 moedas e 72 em tesouros monetários). Enquanto no período da Primeira Revolta foi o único em que não houve achados monetários para emissões fora de Jerusalém. Informamos a existência de um *Repertório Numismático* (RN) anexo à tese (Tomo II), no qual o número correspondente à cada moeda, se encontra em uma coluna à direita nos quadros.

Mörkholm (1963) esclarece que as emissões locais impactavam diretamente no consumo de moedas estrangeiras na cidade, e assim, a amoedação em bronze do período hasmoneu em Jerusalém (125-37 AEC), constituiu uma mudança radical quando comparado ao helenístico (305-126 AEC), uma vez que o número de achados monetários de emissões locais apresentou um crescimento acentuado de um período para outro (Fig. 44).




**Fig. 44 – Dados comparativos de achados monetários por período histórico**



Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 317-318)

Conforme citado anteriormente, Ariel (1982) afirma que as emissões monetárias locais, em todos os períodos históricos estudados, foram em bronze, com exceção aos períodos de revolta. Assim, a recém-estabelecida oficina monetária de Jerusalém (período hasmoneu) fomentou a amoedação de bronze local, enquanto as moedas de prata e ouro que circulavam na cidade nesta época, foram cunhadas em Roma e Tiro, com achados monetários em bronze de Antioquia e Sídon (Figs. 42 e 45; Tab. 1).

**Tabela 1 – Moedas estrangeiras que circularam em Jerusalém no período hasmoneu**

Local de emissão	Metal	Ano	Anverso	Reverso
Tiro	Prata	42/41 AEC		
			Fonte: BMC 172	
		40/39 AEC		
	Fonte: BMC 175			
		38/7 AEC		
	Fonte: BMC 176			
Roma	Prata	46 AEC		
	Fonte: RCV I# 440			
Antioquia	Bronze	41/40 AEC		
	Fonte: BMC 154			
Sídon	Bronze	107/68 AEC		
	Fonte: BMC #XXII.7/8			

A Tabela 1 foi criada porque as moedas apresentadas nela não fazem parte do período histórico desta tese, e assim, não serão integrantes do *Repertório Numismático* (RN) desta pesquisa.

As emissões estrangeiras citadas anteriormente estão relacionadas às possíveis integrações políticas, econômicas e sociais, e assim, por se tratar de um estudo direcionado pela Arqueologia Contextual, selecionamos em páginas eletrônicas um mapa da configuração geográfica do Império Romano no ano 117 EC (cf. Fig. 45) e, nele, procuramos apresentar as moedas estrangeiras que circularam em Jerusalém/Aelia Capitolina no recorte temporal desta pesquisa. Diante da necessidade de garantir a compreensão do encadeamento imagético e textual, selecionamos de forma amostral (com a redução do tamanho das moedas), achados monetários organizados em conjunto por cidade emissora. Logo, o nosso objetivo é proporcionar a visualização dos elementos iconográficos das moedas em seu contexto de achado. Assim, preocupamo-nos em não repetir moedas, bem como, plotamos no mapa, apenas uma moeda de Tiro, porque todas as emissões dessa cidade (tabuladas nesta tese), apresentam o mesmo motivo iconográfico de anverso e reverso das demais.

A Fig. 45 apresenta a numeração de cada moeda no *Repertório Numismático* (RN), e devem ser analisadas como duas imagens por moeda (anverso e reverso). Esclarecemos, que o mapa citado contém legenda para melhor compreensão e leitura das informações.



Fig. 45 – Emissões estrangeiras em ouro e prata (séc. IAEC ao II EC) encontradas em Jerusalém/Aelia Capitolina



Observa-se na Fig. 45 e Tab. 1 que o metal utilizado nas moedas de Tiro e Roma eram em prata, enquanto as de Antioquia e Sídón eram em bronze, com representações de águia, deusa Vênus, Cupido, Zeus, Nike e cetro, enquanto as emissões do período hasmoneu (em bronze), com motivos iconográficos locais (cf. Repertório Numismático Fig. 1-6), não se assemelhavam ao universo imagético das moedas estrangeiras (nas moedas locais, neste período, não há a imagem do busto do governante no anverso), o que reforça a ideia de que a amoedação servia como espaço portátil de monumentalização da cultura local.

O total de moedas estrangeiras que circularam na cidade, no período hasmoneu, foi de dez (10) moedas encontradas em contexto urbano e duas (02) moedas encontradas em tesouro monetário, de um total de quatro mil, trezentos e setenta e quatro (4.374) moedas para esse período. Assim, verificamos que as emissões locais totalizaram quatro mil, trezentos e sessenta e duas (4.362) moedas (se subtrairmos as doze moedas estrangeiras atestadas arqueologicamente). Logo, os achados monetários permitem a inferência de que as cunhagens provinciais (ainda que circulassem em outras cidades), serviam principalmente, para atender as necessidades internas da cidade emissora, já que a maioria delas eram locais. Assim, os motivos iconográficos selecionados para compor as moedas, eram códigos discursivos passíveis de decodificação dos indivíduos daquela cidade, os quais poderiam ser signos emulados e ressignificado nos locais em que circulassem.

Posterior às argumentações referentes as emissões monetárias do período hasmoneu, temos as moedas emitidas durante a administração de Herodes, o Grande, Herodes Arquelau, dos Procuradores e o tipo de Agripa I (MESHORER, *JC* 88), que estiveram em circulação simultaneamente em Jerusalém durante o período herodiano. Assim, a evidência da distribuição dessas moedas sugere que todas elas foram cunhadas na cidade, por meio da continuação da cunhagem local em bronze, desde o período hasmoneu (ARIEL, 1982: 287), conforme Fig. 46 a seguir.



**Fig. 46 – Relação de moedas locais por autoridade emissora**

Nº	Autoridade emissora	Total	Nº Repertório Numismático
<b>Período Herodiano</b>			
1	Herodes, o Grande	462	7-14
2	Herodes Arquelau	126	15-19
3	Herodes Antipas	1	-
4	Herodes Agripa I	463	20
5	Herodes Agripa II	3	98
Total		1055	
<b>Período dos Procuradores</b>			
6	<i>Coponius-Ambibulus</i>	116	21-22
7	<i>Coponius</i>	14	21
8	<i>Ambibulus</i>	102	22
9	<i>Valerius Gratus</i>	116	23-28
10	Pôncio Pilatos	173	29-33
11	<i>Antonius Felix</i>	380	34-35
Total		901	
Total		1956	

**Fonte:** Adaptado de Ariel (1982: 322-323)

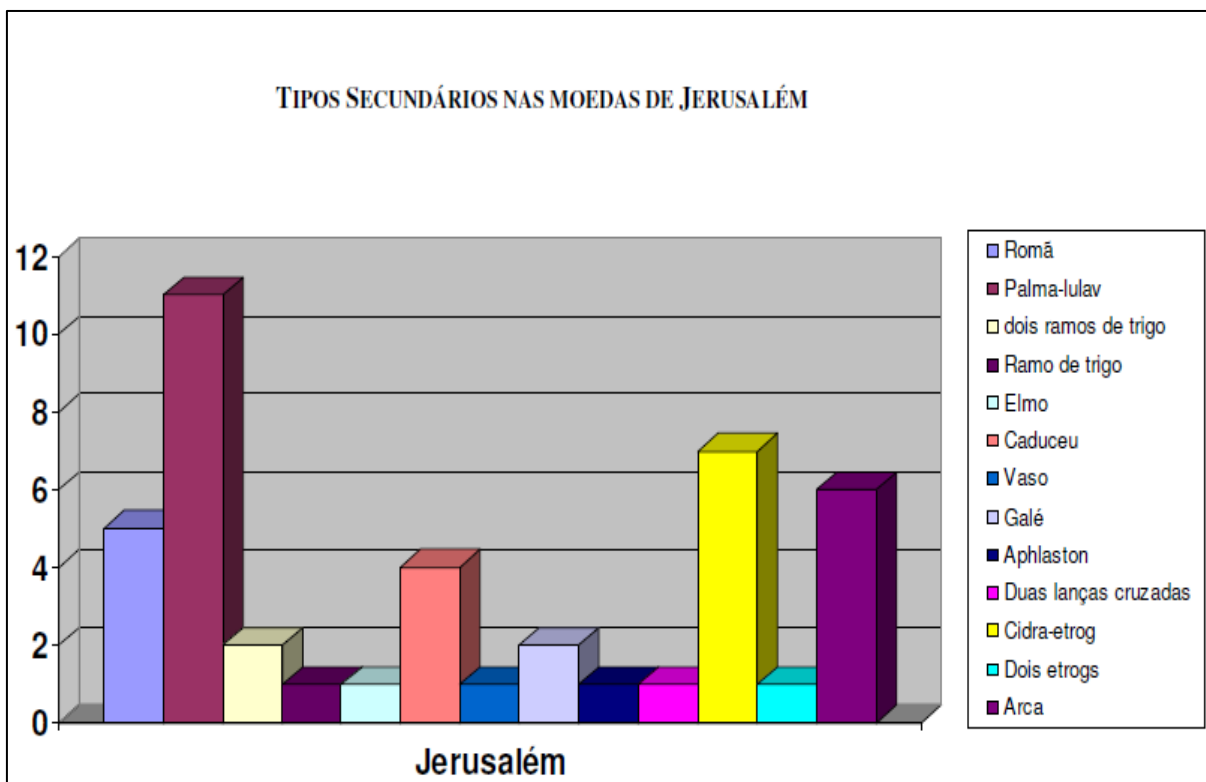
De acordo com Porto (2007: 129), há uma certa uniformidade para a distribuição dos tipos monetários entre os hasmoneus (Tabela 1), herodianos (ver Fig. 46; RN 7 a 20 e 98), como para as emissões dos procuradores (RN 21 a 35) vistos acima (Fig. 46), das duas revoltas dos judeus e em menor quantidade as emitidas sob Adriano, quando Jerusalém já havia sido refundada como colônia Aelia Capitolina.

Conforme entendimento externado por Rapoport (1968: 64-75), o número de moedas observadas na Fig. 46 (1055 herodianas e 901 dos procuradores), evidencia a manutenção das cunhagens locais em bronze (exceto na Primeira Revolta), com a circulação de algumas moedas estrangeiras em prata e ouro. Logo, entendemos pela quantidade de achados monetários que as moedas do período herodiano foram provavelmente cunhadas em Jerusalém, uma vez que ele herdou a oficina monetária local, instalada no período hasmoneu.

Finalizamos as ilações sobre o quantitativo das moedas emitidas no período hasmoneu, e iniciamos as argumentações referentes aos motivos iconográficos das emissões de Jerusalém/Aelia Capitolina nos períodos hasmoneu, herodiano, dos procuradores, Primeira Revolta e Segunda Revolta. Entendemos que essas moedas possuem representações iconográficas de muitos símbolos entendidos como judaicos, conforme nos mostram as Figs. 47 e 48, a seguir.



**Fig. 47- Iconografia judaica nos tipos secundários nas moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina**

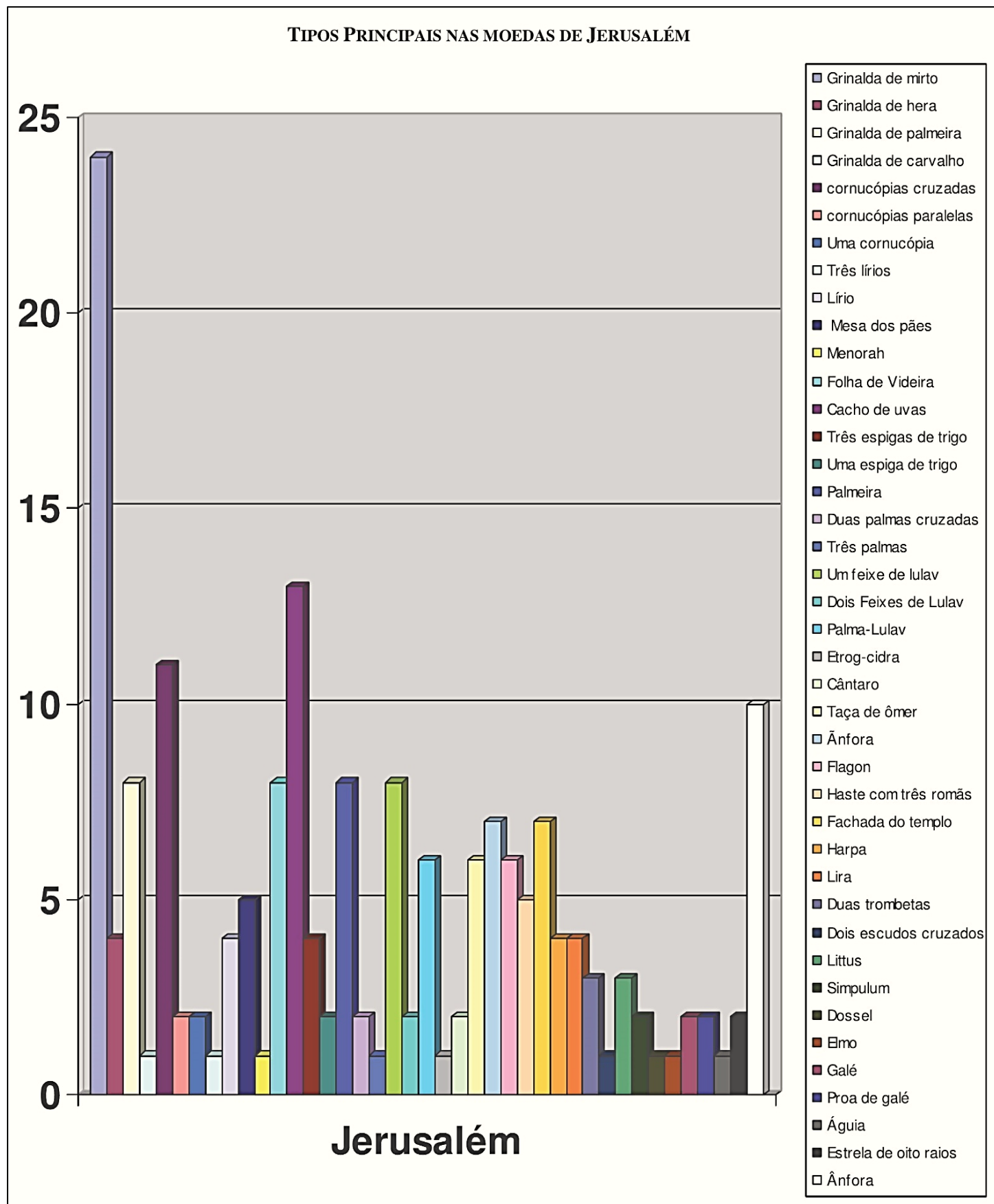


Fonte: Porto (2007: 131)

Observamos na Fig. 47, que o motivo iconográfico mais utilizado nos tipos secundários das moedas de Jerusalém/Aelia capitolina foi ‘Palma-*lulav*’. Outros elementos imagéticos também apareceram nessas emissões como: romã, dois ramos de trigo, ramo de trigo, elmo, caduceu, vaso, galé, *Aphlaston*, duas lanças cruzadas, cidra-*etrog*, dois *etrogs* e arca.

Semelhante aos motivos mencionados, os tipos principais apresentam uma multiplicidade imagético, conforme Fig. 48, a seguir:

Fig. 48- Iconografia judaica nos tipos principais nas moedas de Jerusalém/Aelia



Fonte: Porto (2007: 130-131)

Observamos nas Figs. 47 e 48 que os dois gráficos (tanto o dos tipos principais da cidade quanto o dos tipos secundários), que dos quarenta e um (41) tipos principais tabulados, seis (6) deles estão entre os não judaicos: o *lituus*, o *simpulum*, o elmo, a galé, a proa de galé e a águia. Enquanto dos treze (13) tipos secundários apresentados por Porto (2007), o caduceu, o *aphlaston*, o vaso, a galé e duas lanças cruzadas não são necessariamente símbolos judaicos. Assim, todos os outros motivos iconográficos representados nas Figs. 47 e 48 são considerados por Porto (2007), como símbolos judaicos, logo, trata-se de emissões locais com a monumentalização de símbolos pertencentes ao universo cultural local, o que torna a moeda instrumento de disseminação e emulação cultural, na evidenciação das estruturas de poder e negociações a partir de emaranhados biossociomateriais de circulação e apropriação de objetos em contexto urbano.

Conforme se observa na Fig. 43, os achados monetários evidenciaram a circulação de moedas em prata e ouro majoritariamente produzidas em oficinas estrangeiras (*Lugdunum*, Antioquia, Síria, Roma e Cesareia Capadócia), na totalização de noventa e três (93) moedas, enquanto em Jerusalém (emissões durante a Primeira Revolta), resgatou-se em contexto arqueológico oitenta e cinco (85) emissões locais.

Os elementos iconográficos apresentados nos períodos hasmoneu, herodiano, dos procuradores, Primeira Revolta e Segunda Revolta, estão associados à tradição da cunhagem local, pela escolha da representação do lírio como tipo principal desde as moedas *Yehud*<sup>63</sup>.

Como pode ser observado na figura 48, o lírio foi escolhido para compor o campo monetário de diversas moedas batidas em Jerusalém. Conforme Porto (2007: 134), são as inúmeras menções do lírio como elemento judaico em fontes importantes como na Bíblia, na *Mishna* e na literatura antiga, as quais o relacionam ao contexto religioso, e sua presença nos templos durante os rituais de sacrifício. Assim, de acordo com o autor citado anteriormente, o texto de 1 Reis, sobre o templo erguido por Salomão em Jerusalém descreve que “*os capitéis que sobremontavam as colunas no pórtico, tinham a forma de lírios*” (1Reis 7: 19), conforme carta de Aristeas que relata o tempo de Ptolomeu II, Filadelfo (e foi escrita uma ou duas gerações depois, entre 260 e 261 AEC), informa que os utensílios doados ao templo por seu rei incluíam uma mesa de ouro na qual se colocavam os pães, e que possuía pernas em estilo de lírios (Aristeas 68 e 75).

---

<sup>63</sup> De acordo com Porto (2007: 131), as moedas produzidas na satrapia da Judeia recebiam o nome *Yehud* pelo fato de possuírem uma inscrição paleo-hebraica *YHD*. Assim, “*YHD*” era então o título oficial do reino de Judá sob o governo Persa.

Alguns capiteis em estilo de lírio dos reis de Israel e Judá foram encontrados em escavações do período do Primeiro Templo, em Hazor, Megido, Samaria e Jerusalém (PORTO, 2007: 134), assim, acreditamos que a associação do lírio aos judeus foi consolidada no período do Primeiro Templo, uma vez que, neste período, além do templo, os lírios foram representados em construções públicas e palácios reais.

Este motivo continuou popular durante o período do Segundo Templo, logo, no período hasmoneu, o lírio foi um símbolo proeminente da arte judaica, representado nas moedas produzidas por João Hircano I e por Alexandre Janeu.

Segundo Porto (2007), durante os dois séculos que precedem a destruição do Segundo Templo, o lírio aparece como um adorno dominante sobre as fundações arquitetônicas, joias, moedas e particularmente sobre os sarcófagos judeus, e foi amplamente utilizado nas emissões monetárias do século I AEC ao I EC.

Outro símbolo que se destacou nas moedas produzidas desde o período herodiano até a Segunda Revolta (séc. II EC), foi a representação da folha da parreira e/ou de cacho de uvas, o que de acordo com Flávio Josefo estava presente na decoração do Templo reconstruído por Herodes: “*acima da entrada aquelas videiras douradas, a partir da qual penderam os cachos de uva tão altos quanto um homem*” (JOSEFO *A Guerra dos Judeus*, V, 5) e “*sobre a cornija, propaga uma videira dourada com cachos de uva caindo por sobre ela*” (JOSEFO *Antiguidades Judaicas*, XV, 12)

A representação da uva aparece nos motivos iconográficos das moedas de Herodes Arquelau, do procurador Valério Grato, da Primeira e Segunda Revolta dos Judeus contra os romanos, assim como, a palmeira (e seu ramo (*lulav*), como um feixe dos ramos, ou como a própria árvore), aparece em várias moedas no período herodiano, dos procuradores, Primeira e Segunda Revolta. Dessa forma, as representações de motivos iconográficos judaicos neste período são amplamente difundidas nas cunhagens locais, como elementos de identidade, negociações e emulação cultural.

Importante esclarecermos que após a saída de Arquelau do poder em 6 EC, a *Judaea-Palaestina* foi governada por procuradores romanos que preferiam residir em Cesareia Marítima, fato que levou muitos numismatas a proporem a ideia de que a principal oficina monetária desta província tivesse sido transferida para esta cidade (HILL, 1914).

Para Ariel (1982), a afirmação da transferência das emissões locais de Jerusalém para Cesareia Marítima, das principais cunhagens no período dos procuradores na *Judaea-Palaestina* se refere à uma conclusão apressada, uma vez que a presença da oficina monetária

existente em Jerusalém (em operação há pelo menos um século) e a ausência de oficina monetária regular em Cesareia Marítima antes da Primeira Revolta, são fatores a serem considerados na localização da oficina monetária no período dos procuradores. Para o autor, outras considerações que precisam ser analisadas são a similaridade de fabricação, denominação e tipos monetários.

No que diz respeito à fabricação e denominação, Meshorer (2001), afirma que as moedas dos procuradores se assemelham às moedas emitidas por Herodes Arquelau e na Primeira Revolta em Jerusalém, e não às de Cesareia Marítima de *Gaius Ummidius Quadratus*<sup>64</sup> e Nero. Logo, as moedas dos procuradores são a maioria semelhante à grande emissão da moeda de Agripa I, com motivos iconográficos de três espigas de milho (MESHORER, *JC* 88), a qual é comumente atribuída a cunhagem em Jerusalém por causa de sua dessemelhança às moedas fabricadas em Paneas, Cesareia Marítima e Tiberíades (para acessar as emissões de Agripa I, consultar o Repertório Numismático em anexo).

A presença de pelo menos quatrocentos e cinquenta (450) moedas do tipo de Agripa I nas escavações arqueológicas, apoia a conclusão da manutenção da oficina monetária local, operada pelos procuradores em Jerusalém, uma vez que a natureza anicônica das moedas emitidas pelos procuradores, reforça a ideia da origem delas nesta oficina monetária. Nesta perspectiva, observamos que as estruturas de poder e negociação estão intrínsecas na amoedação de Jerusalém, uma vez que a natureza anicônica de emissões monetárias eram características locais (observadas nas emissões dos hasmoneus) e não imperiais. Dessa forma, compreendemos que a escolha dos motivos iconográficos, presentes nas moedas da *Judaea-Palaestina*, eram elementos de emulação cultural, logo, ocorria em uma complexa rede multidirecional nas relações de poder do centro com a periferia do império, e não de cima para baixo.

Os achados monetários comprovam que a produção de moedas de bronze tornou-se predominantemente local, a partir do período hasmoneu, e aparentemente, continuou essa predominância em Jerusalém, durante os reinados de Herodes, Arquelau, os procuradores e Agripa I, até 58 EC. Logo, a moeda de bronze que circulava em Jerusalém durante o período

---

<sup>64</sup> Segundo Hamburger (1970: 84), *Quadratus* assumiu a administração da Síria em 51 EC. Durante o reinado de Cláudio, duas autoridades foram oficializadas na Síria: *Cassius Longinus* (47-49 EC) e *Umidius Quadratus* (50-60 EC), todavia o primeiro não emitiu moedas. *Quadratus* foi chamado à *Judaea-Palaestina* em 52 EC pelo procurador *Ventidius Cumanus* (48-52 EC), a fim de que ele suprimisse os distúrbios que eclodiram no conflito entre os samaritanos e os judeus (cf. JOSEFO, *Antiguidades Judaicas*, XX, 125-13). Para o autor, possivelmente, nessa época que a moeda com a cabeça de Cláudio e a âncora ou leme no reverso foi cunhada por *Quadratus* em Cesareia Marítima.

citado acima, era exclusivamente local, enquanto as moedas de prata (Figs. 54) eram *shekels* de Tiro, que foram contemporâneas, no final do período herodiano, aos tetradracmas provinciais romanos cunhados em Antioquia (ARIEL, 1982: 289-290).

O período da Primeira Revolta (66-70 EC), possibilitou mudanças na emissão e circulação de moedas na cidade, por meio da produção em prata e bronze autorizadas pelas autoridades judaicas em Jerusalém (Fig. 46), e não por Roma, assim como, utilizou-se de inúmeros motivos iconográficos judaicos nas moedas. Logo, os períodos de revoltas reforçaram a utilização da amoedação local como elemento intrínseco às estruturas de poder e negociação, quando se observa na cunhagem monetária a apropriação local do direito de cunhagem em prata, e assim, a emulação dos componentes regulatórios e de coesão social mediados pela cunhagem de moedas na região.

Conforme se observa na Fig. 49, os achados monetários no período da Primeira Revolta, inauguraram o início de cunhagens em prata em Jerusalém.

**Fig. 49 – Moedas da Primeira Revolta encontradas em Jerusalém**

<b>Moedas da Primeira Revolta (66-70 EC)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Denominação</b>	<b>Total</b>	<b>Nº Repertório Numismático</b>
1	<i>Shekel</i>	4TM	37
1	<i>1/2 Shekel</i>	1 + 4TM = 5 moedas	37
2	<i>Shekel</i>	1 + 9TM = 10 moedas	39
2	<i>1/2 Shekel</i>	6TM	39
2	<i>Prutah</i>	573	40
3	<i>Shekel</i>	3 + 71TM = 74 moedas	41
3	<i>1/2 Shekel</i>	2	41
3	<i>Prutah</i>	179	42
2 ou 3	<i>Prutah</i>	11	40/42
	<i>Bronze</i>	2	45
4	<i>Shekel</i>	2TM	43
4	<i>"Half"</i>	6	46
4	<i>"Quarter"</i>	7	44
4	<i>"Quarter"</i>	107	47
4		1	-
5	<i>Shekel</i>	2	48
<b>Total</b>		<b>895 + 96TM = 991 moedas</b>	
<b>TM= Tesouro monetário</b>			

Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 317-318)

Segundo Kadman (1960: 106-8), essas moedas da Fig. 49, sem dúvida, tornaram-se correntes no mercado local, e estas cunhagens monetárias seguiram um padrão (dentro do

Império Romano), observado somente em cidades independentes, ou que estivessem sitiadas e que precisassem manter o uso de moedas de prata e bronze para suas necessidades fiscais.

Para Ariel (1982: 290) um ponto interessante nos achados monetários em Jerusalém é a ausência quase completa das minúsculas moedas que Kadman e Kindler (1963), atribuíram à oficina monetária de Jerusalém. Segundo Meshorer (*JC*, No. 157), apenas duas dessas moedas foram identificadas em Jerusalém, e assim, para o autor, essas pequenas moedas não foram cunhadas em Jerusalém, mas em Cesareia Marítima.

De acordo com Ariel (1982) quantitativamente, Jerusalém produziu cerca de duzentas e cinquenta e quatro mil, oitocentas e sessenta (254.860) moedas por ano (durante 3 ½ anos de revolta), sem incluir os tesouros monetários, neste período. Assim, o autor afirma que este número é cinco vezes maior do que a produção local do período hasmoneu. Provavelmente, este número deve-se, também, as necessidades militares do período, que exigiam uma alta produção de moeda durante a guerra. No entanto, a explicação mais significativa para o alto número de moedas da Primeira Revolta encontradas em Jerusalém é a enorme destruição que "limitou" a cidade em escombros em 70 EC (mantendo as moedas em seus locais de descarte), e do fato dessas moedas não serem mais aceitas pelas autoridades após o fim da revolta, o que provavelmente, deve ter diminuído significativamente seu valor de mercado.

Esses fatores auxiliam na explicação do número de achados monetários em Jerusalém, dessas moedas de bronze da Primeira Revolta (991 moedas), e permitem a compreensão de que as estruturas de poder e negociação, presentes na amoedação durante os períodos de conflito na *Judaea-Palaestina*, também foram elementos de legitimação das identidades locais pelos revoltosos, amplamente publicizados nas escolhas imagéticas e multimodais<sup>65</sup> das moedas, em uma nítida emulação do uso ideológico da numismática, introduzida na região no período persa.

Conforme proposições de Follet (1968: 54-77), o período posterior à Primeira Revolta (de 70 a 130 EC), foi marcado pela interrupção na cunhagem local, que foi retomada (entre 130-135 EC), com a abertura da oficina monetária de Aelia Capitolina.

Para Ariel (1982), sem uma oficina monetária local, e como Jerusalém estava em ruínas, a quantidade de moedas em circulação caiu drasticamente, o que impactou diretamente nos achados monetários em escavações arqueológicas atribuídos para este período. Assim, o

---

<sup>65</sup> Cf. Sales (2018), o termo técnico "Multimodalidade" surgiu na década de 1920, criado em um novo campo – a psicologia da percepção – denotando os diferentes efeitos de percepções sensoriais (VAN LEEUWEN, 2011). Dessa forma, a Linguística Sistêmico-Funcional emprega esse termo para definir o fenômeno linguístico do texto composto (imagem e texto) ou **multimodal**. Na década de 1990, inspirada pelo linguista M.A.K. Halliday (1978, 1994), foi adotado e ampliado o termo "multimodalidade", que, assim, foi introduzido na Linguística Aplicada.

pequeno número de moedas encontradas nesse período, são provenientes de uma grande variedade de oficinas monetárias não locais.

No período compreendido entre a Primeira e a Segunda Revolta, as forças romanas ocuparam e administraram Jerusalém. Além de poucas moedas cunhadas pelos nabateus (Fig. 50), apenas moedas romanas tinham circulação aceitáveis na cidade. Era improvável que alguém em Jerusalém usasse, depois de 70 EC, as moedas emitidas durante a Primeira Revolta; isso poderia de alguma forma gerar represálias das autoridades (ARIEL, 1982: 291).

**Fig. 50 – Moedas dos Nabateus encontradas em Jerusalém**

<b>Moedas dos Nabateus</b>		
<b>Autoridade emissora</b>	<b>Total</b>	<b>Nº Repertório Numismático</b>
<b>(2 bustos/ 2 cornucópias)</b>		
<b>Aretas II</b>	<b>2</b>	<b>202</b>
<b>Aretas IV</b>	<b>1</b>	
<b>Aretas IV/ Shuqilat</b>	<b>2</b>	
<b>Aretas IV/ Shuqilat</b>	<b>1</b>	
<b>Malichus II/ Shuqilat</b>	<b>1 + 1TM = 2 moedas</b>	
<b>Rabbel II/ Gamilat</b>	<b>8 + 1TM = 9 moedas</b>	
<b>Total</b>	<b>15 + 2TM = 17 moedas</b>	
<b>TM= Tesouro monetário</b>		

Fonte: Adaptado de Ariel (1982: 323)

Segundo Follet (1968), as moedas encontradas no período entre revoltas, durante as escavações arqueológicas foram apenas noventa e oito, o que é um número pequeno, quando comparado com os períodos em que Jerusalém tinha uma oficina monetária local. Assim, a quantidade de moedas encontradas na cidade assemelhou-se ao número de moedas resgatadas nas escavações arqueológicas no período helenístico (288 moedas), quando a economia monetária acabara de ser uma opção nas trocas comerciais em Jerusalém.

Conforme Kirkman (1957: 45-48), no período após a destruição da cidade em 70 EC, não há evidência literária ou arqueológica, de qualquer esforço conjunto para a reconstrução de Jerusalém, ou qualquer parte dela, e assim, o fato de não haver oficina monetária local pode ter refletido na falta de interesse dos romanos na reconstrução da cidade. No entanto, consideramos que grande parte da *Judaea-Palestina* sofreu com Primeira Revolta de alguma forma, e assim, Jerusalém não foi o único local cujas moedas refletiram as más condições econômicas da região



(entre 70-135 EC), em relação a outros períodos, já que Samaria também apresentou um pequeno número de achados monetários desta época (KIRKMAN, 1957).

Segundo Ariel (1982), as escavações arqueológicas encontraram em Jerusalém, moedas de bronze cunhadas em Ascalon, Gaza, Dora, Cesareia Marítima (incluindo cinco moedas da série *Judaea Capta* cf. MESHORER, *JC* 235, 236, 237 e 238), Tiberíades, Paneas (moedas de Agripa II), Tiro, Arábia, Filadélfia, Petra (incluindo moedas dos nabateus – Fig. 50), Antioquia, Palmira e Alexandria. Assim, apesar da variedade geral, a maior porcentagem de moedas vinha da região costeira, cujas oficinas monetárias eram geralmente mais prolíficas (ARIEL, 1982: 292).

Conforme Barag (1980: 30-33), as moedas de Akko-Ptolemais estão ausentes dos achados monetários em Jerusalém no período do governo de Cláudio a Caracala, todavia, essa ausência, em contraste com os números relativamente grandes de moedas em períodos anteriores, complementa a compreensão de que provavelmente, neste período, ocorreu o crescimento das emissões monetárias em Cesareia Marítima, que se tornou a capital administrativa da *Judaea-Palaestina*.

De acordo com o autor mencionado, durante a dominação romana, os achados monetários não evidenciaram resultados muito diferentes para cada uma dessas cidades (do ano 70 ao 135 EC), uma vez que em Jerusalém se encontrou quatorze (14) moedas de Cesareia Marítima (5 de Nero da época da Primeira Revolta, 5 moedas da série *Judaea Capta* e 4 *minimas*).

Para Ariel (1982), outro grupo importante de achados monetários em Jerusalém durante este período, é composto por onze (11) moedas com contramarcas da Décima Legião *Fretensis*. Trata-se de um conjunto significativo porque estes artefatos foram encontrados na cidade em que a Décima Legião Romana estava estacionada, no momento provável em que estas moedas foram cunhadas.

Segundo Barag (1980), o estudo numismático possibilitou a mensuração do alcance geográfico da revolta de Bar Kokhba, por meio do exame dos locais de descoberta dessas moedas, que revelou uma distribuição espacial bastante restrita. Trata-se de quatro (04) moedas (MESHORER, *JC* 195 e 211), as quais quando tabuladas junto às 13.629 moedas sistematicamente inspecionadas e atribuídas à Jerusalém/Aelia Capitolina, indicam que essas moedas não estavam em circulação na cidade, o que coloca em dúvida a ocupação de Jerusalém por Bar Kokhba.

Conforme proposições de Mildenberg (1963: 43), no que se refere às moedas de prata do período entre as duas revoltas, encontrou-se nas escavações arqueológicas denários romanos e tetradracmas provinciais de Antioquia e Tiro, assim como de Cesareia na Capadócia. Compreende-se, portanto, que neste período Jerusalém estava em ruínas e provavelmente seu povoamento era escasso. Lembremo-nos que neste momento Jerusalém abrigava a Décima Legião Romana, e não era a cidade responsável pelas questões administrativas da província, mas Cesareia Marítima.

Segundo Ariel (1982), talvez Jerusalém não tenha sido ocupada pelas forças de Bar Kokhba, que operavam no terreno acidentado ao seu redor. Assim, para o autor, é possível que Jerusalém tenha sido refundada como Aelia Capitolina e iniciado a emissão de moedas, antes do final da Segunda Revolta em 135 EC.

A reabertura da oficina monetária local marcou o início de um novo ciclo de cunhagem de moedas em Jerusalém/Aelia Capitolina, que foi iniciado em 130/135 EC, e finalizado em 260 EC, quando essa cidade se juntou ao mundo romano no âmbito monetário.

A impressão histórica geral de Jerusalém/Aelia Capitolina neste período, é a de que era um centro provincial e base legionária, na qual a emissão monetária permaneceu em uso por muito tempo.

Conforme Barag (1980), o declínio no valor real das moedas de prata resultou em uma reavaliação das moedas em bronze, o que fez com que as moedas de bronze permanecessem em circulação por longos períodos. Isso pode ser constatado por meio dos tesouros monetários em bronze encontrados na região nesta época, o que contrasta numericamente com os depósitos de bronze, de períodos anteriores encontrados em Jerusalém.

De acordo com Levine (1972: 136), o domínio da circulação de moedas provenientes de Cesareia Marítima já estava estabelecido no período entre as guerras. As moedas dessas duas oficinas monetárias (Aelia Capitolina e Cesareia Marítima), correspondem a quase metade (46%) do número total de moedas encontradas em Aelia Capitolina neste período.

Em termos absolutos, Cesareia Marítima e Neápolis tiveram uma produção monetária maior do que Aelia Capitolina, durante o período de seu funcionamento até 260 EC, todavia, as moedas cunhadas nesta cidade foram prolíficas o suficiente para dominar localmente a emissão monetária da região.

## 5.2 Histórico de escavações com achados monetários em Cesareia Marítima

O levantamento dos achados monetários em Cesareia Marítima apresentado neste capítulo baseia-se nos estudos desenvolvidos por Jane DeRose Evans (2006), os quais apresentam o primeiro relato das moedas helenísticas, romanas e bizantinas das escavações do JECM (*The Joint Expedition to Caesarea Maritima*), e uma tentativa de inserir essas moedas em seu contexto de achado, para a compreensão da amoedação de Cesareia Marítima na *Judaea-Palaestina*. Essa pesquisa refere-se à presença de mais de oito mil (8.000) moedas encontradas nas escavações das Expedições Conjuntas em Cesareia Marítima, das quais cerca de duas mil, seiscentos e vinte e sete (2.627) eram datáveis em algum grau entre os anos 350 AEC até 640 EC.

De acordo com Evans (2006: 7), das moedas estudadas, quase todas eram em bronze, todavia, houve a descoberta de uma moeda de prata (tetradracma de Tiro, datado de 138-129 AEC, sob Antíoco VII - Fig. 51) e duas de ouro (a – *solidus* de Antioquia, datado de 364-367 EC – Fig.52; b – *tremissis* de Constantinopla, datado de 518-527 EC – Fig. 53).

**Fig. 51 - Tetradracma de Tiro**



Fonte: SNG Israel 2075

**Fig. 52 - Solidus de Antioquia**



Fonte: RIC 2a-i

**Fig. 53 - Tremissis de Constantinopla**



Fonte: *SBCV* 145

É possível observar nos achados monetários que a cunhagem em Cesareia Marítima era exclusivamente em bronze, e que as denominações em ouro e prata que circularam nesta cidade foram emitidas em oficinas monetárias fora de seus limites territoriais. Tal fato se assemelha ao que foi observado no subtítulo anterior, referente a amoedação de Jerusalém/Aelia Capitolina.

Esclarecemos que mesmo as moedas emitidas em outras cidades eram em bronze ou oricalco, conforme Tab. 2, a seguir.

Tabela 2 – Emissões estrangeiras que circularam em Cesareia Marítima (séc. I AEC-II EC)

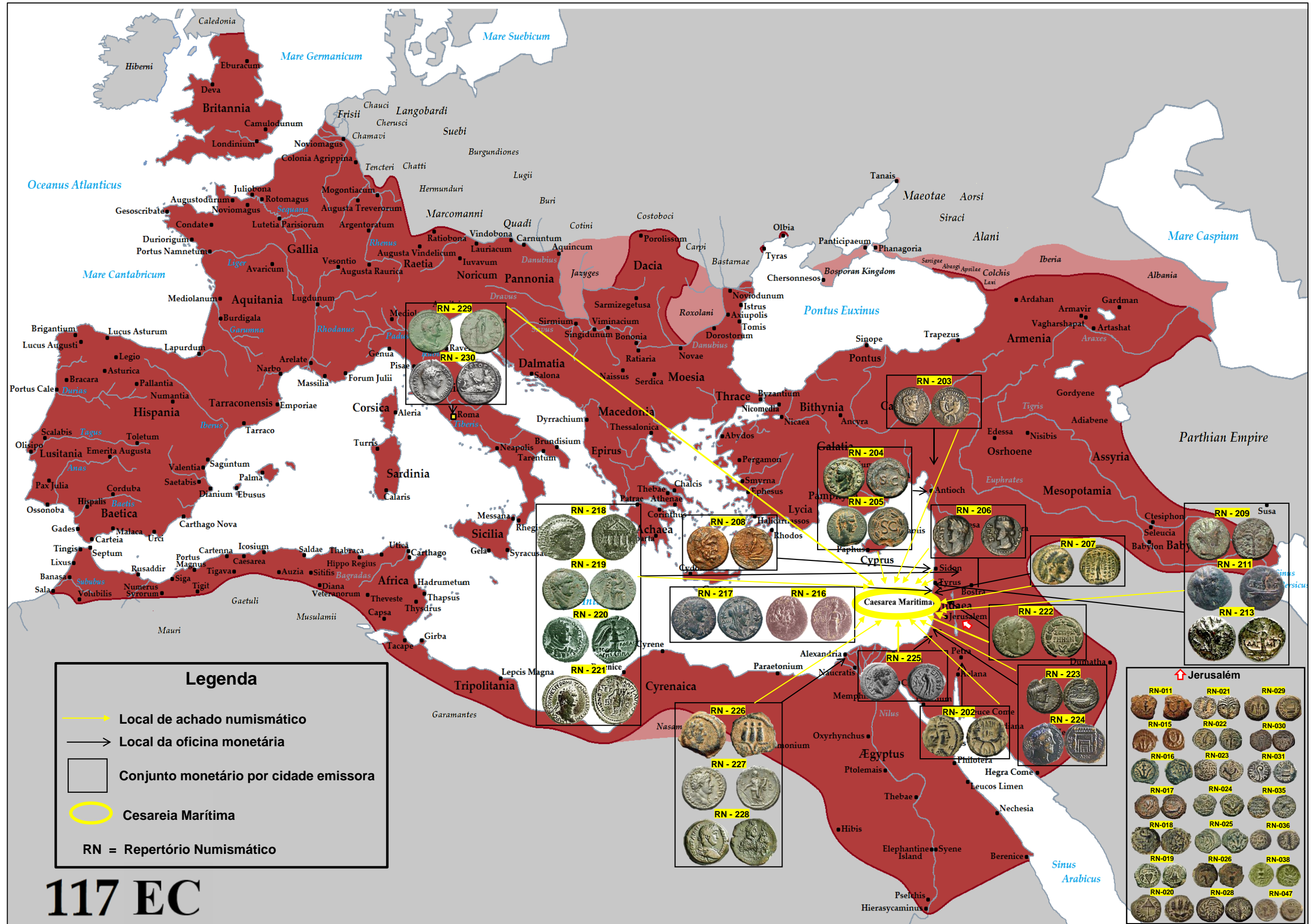
Nº	Oficina monetária	Autoridade emissora	Metal	Denominação	Data de emissão	Local de achado	Total de moedas	Nº Repertório Numismático
1	<i>Commagene</i>	<i>Tiberius</i>	Oricalco	<i>Dupondius</i>	19/20 EC	C; G; H	3	203
2	Antioquia	Domiciano	Bronze	<i>Semis</i>	81/2 EC	A	1	204
3	Antioquia	Nerva	Bronze	Bronze	97 EC	A	1	205
4	<i>Kanata</i>	Domiciano	Bronze	Bronze	93/4 EC	A	1	206
5	Akko-Ptolomais	Nero	Bronze	<i>As</i>	66-67 EC	A	1	207
6	<i>Sidon</i>		Bronze	Bronze	10/9 AEC	A	1	208
7	Tiro	Autônomo	Bronze	Bronze	64/5-119 EC	A	1	209
8	Tiro	Autônomo	Bronze	Bronze	93/4 EC	H	1	210
9	Tiro	Autônomo	Bronze	Bronze	98/9 EC	A	1	211
10	Tiro	Autônomo	Bronze	Bronze	104/109 EC	A	2	212
11	Tiro	Autônomo	Bronze	Bronze	114/5 EC	G	1	213
12	Tiro	Autônomo	Bronze	Bronze	115/119 EC	A	1	214
13	Tiro	Autônomo	Bronze	Bronze	1/300 EC	A; G	3	215
14	<i>Dora</i>	Trajano	Bronze	<i>As</i>	111/112 EC	A	1	216
15	<i>Dora</i>	Antoninos Pio	Bronze	<i>As</i>	144/5 EC	A	1	217
16	<i>Paneas</i>	Herodes Filipe II	Bronze	<i>Bronze</i>	4 AEC-34 EC	C	1	218
17	<i>Paneas</i>	Domiciano	Bronze	<i>As</i>	74/5 EC	A	1	219
18	<i>Paneas</i>	Domiciano	Bronze	<i>As</i>	70-75 EC	A	4	220
19	<i>Paneas</i>	Domiciano	Bronze	<i>As</i>	83/4 EC	A	1	221
20	Séforis	Trajano	Bronze	<i>As</i>	98-119 EC	A; B; C	3	222
21	Jerusalém	Herodes, o Grande	Bronze	<i>Prutah</i>	40/4 AEC	A; G	15	11
22	Jerusalém	Herodes Arquelau	Bronze	<i>Prutah</i>	4 AEC-6 EC	G	1	15
23	Jerusalém	Herodes Arquelau	Bronze	<i>Prutah</i>	4 AEC-6 EC	G	5	16
24	Jerusalém	Herodes Arquelau	Bronze	<i>Prutah</i>	4 AEC-6 EC	G	4	17
25	Jerusalém	Herodes Arquelau	Bronze	<i>Prutah</i>	4 AEC-6 EC	G	10	18
26	Jerusalém	Herodes Arquelau	Bronze	<i>Prutah</i>	4 AEC-6 EC	G	11	19
27	Jerusalém	Coponius	Bronze	<i>Prutah</i>	6 EC	G	2	21
28	Jerusalém	Ambíbulus	Bronze	<i>Prutah</i>	9 EC	G	5	22
29	Jerusalém	Tibério	Bronze	<i>Prutah</i>	15 EC	G	1	23
30	Jerusalém	Tibério	Bronze	<i>Prutah</i>	16 EC	G	2	24
31	Jerusalém	Tibério	Bronze	<i>Prutah</i>	16 EC	G	2	25
32	Jerusalém	Tibério	Bronze	<i>Prutah</i>	17 EC	G	1	26
33	Jerusalém	Tibério	Bronze	<i>Prutah</i>	17-24 EC	G	8	28
34	Jerusalém	Pôncio Pilatos	Bronze	<i>Prutah</i>	29 EC	G	3	29
35	Jerusalém	Pôncio Pilatos	Bronze	<i>Prutah</i>	30 EC	G	5	30
36	Jerusalém	Pôncio Pilatos	Bronze	<i>Prutah</i>	30-31 EC	G	1	31
37	Jerusalém	Agripa I	Bronze	<i>Prutah</i>	41/42 EC	G	24	20
38	Jerusalém	Antonio Felix	Bronze	<i>Prutah</i>	54 EC	G	4	35
39	Jerusalém	<i>Festus</i>	Bronze	<i>Prutah</i>	59 EC	G	27	36
40	Jerusalém	Judeus da Primeira Revolta	Bronze	<i>Prutah</i>	67 EC	PA	1	38
41	Jerusalém	Judeus da Primeira Revolta	Bronze	Bronze	69 EC	G	1	47
42	Ascalon		Bronze	Bronze	72/3 EC	A	1	223
43	Ascalon		Bronze	Bronze	150/1-218/9 EC	G	1	224
44	Gaza	Adriano	Bronze	<i>As</i>	132/133 EC	A	1	225
45	<i>Nabataea</i>	Aretas IV	Bronze	<i>Bronze</i>	16 EC	A	1	202
46	Alexandria	Trajano	Bronze	<i>As</i>	113/4 EC	A	6	227
47	Alexandria	Adriano	Bronze	<i>As</i>	117/135 EC	A	1	228
55	Roma	Adriano	Oricalco	<i>Sestertius</i>	121/122 EC	G; L	1	229
56	Roma	Adriano	Oricalco	<i>Dupondius</i>	134/135 EC	C; L	1	230
<b>Total</b>								<b>176</b>

Fonte: Adaptado de Evans (2006)

As emissões estrangeiras citadas anteriormente, também estão relacionadas às possíveis instâncias de negociações e integrações políticas, econômicas e sociais. Logo, a mesma lógica argumentativa apresentada na Fig. 45, foi utilizada na Fig. 54, abaixo. Assim, a Fig. 54 apresenta a numeração de cada moeda do *Repertório Numismático* (RN) que devem ser analisadas como duas imagens por moeda (anverso e reverso). Esclarecemos, que o mapa citado contém legenda para melhor compreensão e leitura das informações.



Fig. 54 – Emissões estrangeiras (séc. I AEC ao II EC) encontradas em Cesareia Marítima

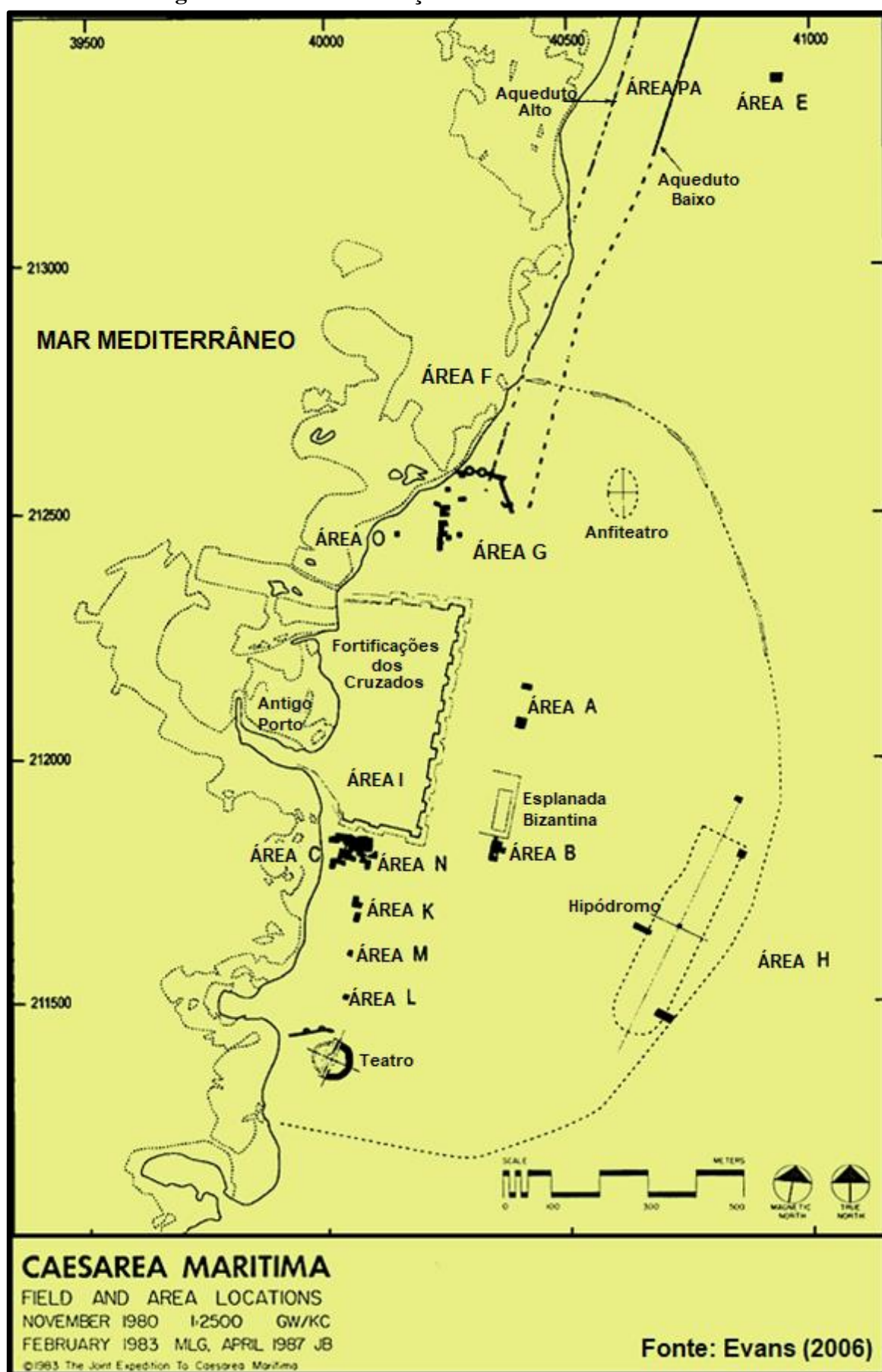


Os achados monetários em Cesareia Marítima, plotados na Fig. 54, evidenciaram que as moedas em ouro e prata estrangeiras que circulavam na cidade, foram emitidas em oficinas monetárias em um raio de proximidade menor quando comparado à Jerusalém/Aelia Capitolina, assim, aparentemente, as estruturas de poder e negociações, passíveis de apropriação, ressignificação, emulação e difusão, tinham menores possibilidades de dispersão nas cunhagens de Cesareia Marítima. Todavia, o número de cidades que emitiram moedas que foram encontradas em Cesareia Marítima, evidencia o poder político e econômico da cidade. Essas relações de poder observadas na amoedação local, provavelmente, davam-se por ser ela uma cidade portuária (que deve ter apresentado uma grande efervescência econômica), localizada em rotas comerciais no Mediterrâneo e aliada aos romanos durante as revoltas judaicas.

O menor raio das redes de circulação monetária na cidade, foram dados obtidos nas pesquisas de Kadman (1957), que apresentou uma ampla discussão sobre os tipos monetários, denominações e cronologia, assim, como nos estudos de Hamburger (1955; 1970), Lampinen (1999), Levine (1975), Hohlfelder (1983) e Frova (1965), que forneceram diferentes e cruciais informações sobre as descobertas monetárias em escavações arqueológicas nesta cidade (Fig. 55).



Fig. 55 – Áreas de escavações da JECM em Cesarea Marítima



A Fig. 55 apresenta a localização de áreas de escavações, nomeadas por símbolos alfabéticos (**A, B, C, E, F, G, H, K, L, M, N, O, I, PA**) os quais servirão para a identificação dos contextos de achados monetários utilizados neste capítulo, e que foram escavados pela JECM de 1971 a 1987, sob o patrocínio da *American Schools of Oriental Research* (ASOR) e dirigida pelo Professor Robert J. Bull da *Drew University*. Tratou-se da força de trabalho de mais de dois mil (2.000) voluntários, principalmente de professores e alunos de vinte e quatro (24) universidades americanas e canadenses, e foi realizada durante doze sessões completas entre 1971 e 1987, e alguns trabalhos limitados em 1990, 1992, 1993 e 1995. Neste período o JECM empreendeu escavações em cento e quinze (115) áreas, das quais a maioria estava localizada entre a costa do Mar Mediterrâneo e a curva semicircular da muralha da cidade herodiana (romana).

Enfatizamos que as áreas escavadas pelo JECM foram identificadas por letras do alfabeto (**A, B, C** ou **CC, E, F, G, H, I, K** ou **KK, L, N** ou **NN, O** e **PA**). Assim, apresentamos abaixo o Quadro 1, que identifica quais estruturas arquitetônicas estavam presentes em cada área de prospecção arqueológica.

**Quadro 1 – Estruturas arquitetônicas por área de escavação**

Área	Estrutura Arquitetônica
<b>A</b>	Área residencial
<b>B</b>	Esplanada bizantina
<b>C ou CC</b>	Zona das abóbadas junto ao porto (antigo <i>carceres</i> do Hipódromo-Estádio)
<b>E</b>	Área desértica
<b>F</b>	Subaquática
<b>G</b>	Área residencial
<b>H</b>	Hipódromo
<b>I</b>	Templo de Augusto e Roma
<b>K ou KK</b>	Zona das abóbadas junto ao porto (antigo <i>carceres</i> do Hipódromo-Estádio)
<b>L</b>	Parte do <i>cardo</i> ocidental e <i>decumanus</i>
<b>N ou NN</b>	Zona das abóbadas junto ao porto (antigo <i>carceres</i> do Hipódromo-Estádio)
<b>O</b>	Sinagoga
<b>PA</b>	Aqueduto Alto

Fonte: Adaptado de Evans (2006)

Ressaltamos que mediante as informações mencionadas, para a realização do levantamento dos achados numismáticos, as expedições conjuntas realizadas na cidade consideraram os dados dos estudos arqueológicos na região desde 1950, que foram complementados pelas temporadas de escavações de 1971 a 1987, com temporadas de estudo em 1977, 1981, 1985 e 1986 pela JECM. Para a compilação e registro dos resultados

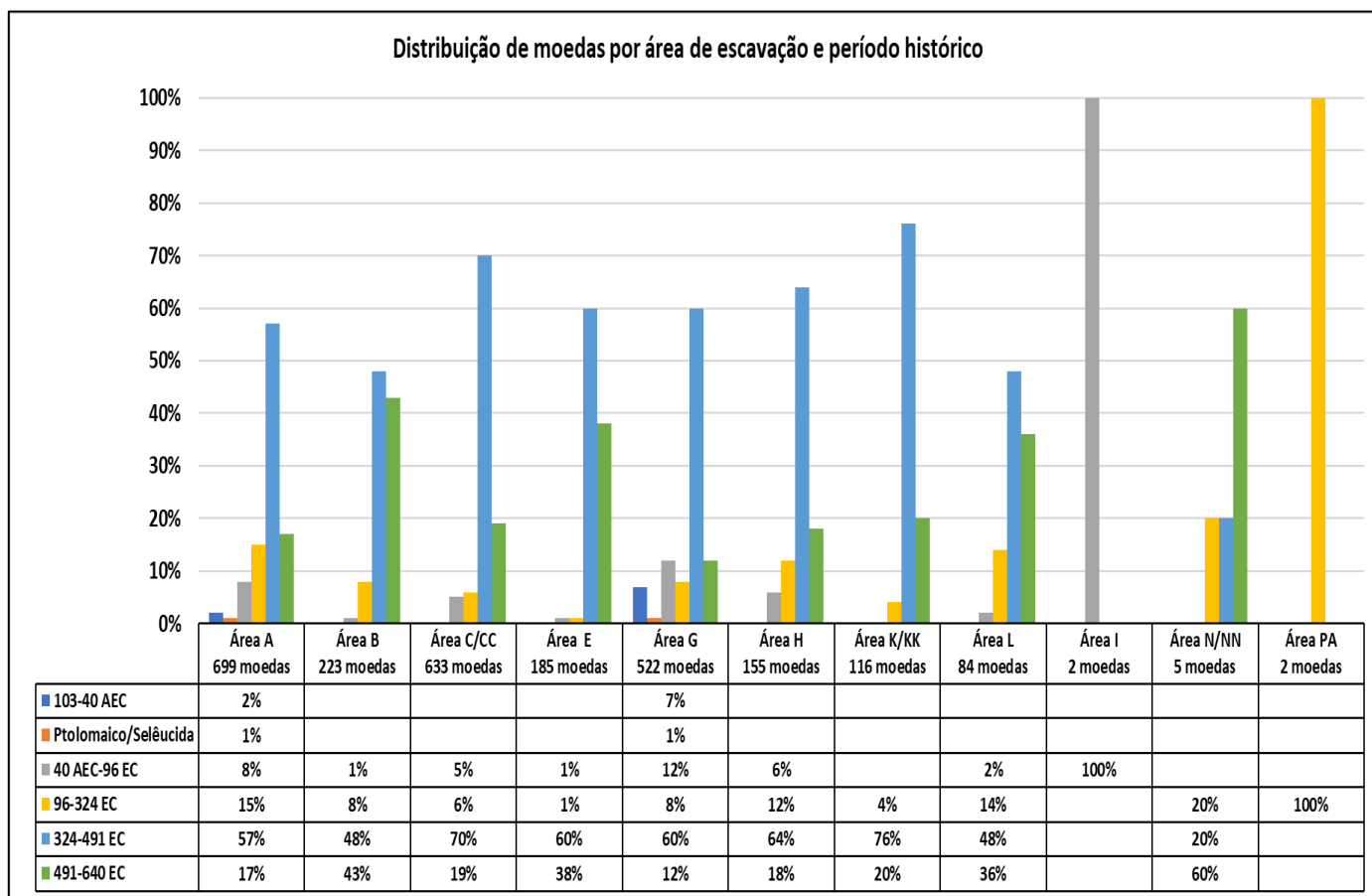
preliminares das moedas de Cesareia Marítima emitidas do século I AEC ao II EC, obtidos em escavação realizadas por outras instituições de pesquisa (e não pela ASOR), consideramos os estudos realizados por Bull e Toombs (1972); Bull (1973, 1974, 1975, 1978, 1981, 1982, 1984); Humphrey (1974, 1975, 1986); Toombs (1978); Bull, Krentz e Storvick, (1986); Vann (1992); Lehman e Holum (2000); Levine (1975a, 1975b); Foerster (1975); Holum et. al. (1992); Holum (1999); Holum e Raban (1993); Kadman (1957); Hamburger (1959, 1968, 1970); Lampinen (1999); Levine (1975); Hohlfelder (1983); Ariel (1982) e Frova (1965).

Os achados monetários do século I AEC em Cesareia Marítima, compreendem, inicialmente, seis (6) moedas emitidas por Alexandre Janeu pela oficina do período hasmoneu em Jerusalém, que datam de 103-76 AEC. Considerando que as moedas de Alexandre Janeu são as mais comuns encontradas em sítios da *Judaea-Palaestina* no período hasmoneu, apenas seis (6) exemplares é considerado um número baixo para Cesareia Marítima. Estas moedas dos hasmoneus tinham como motivos iconográficos, tipos anicônicos como âncoras, estrelas e círculos, dessa forma, percebemos o mesmo padrão observado em moedas de Jerusalém neste período, o que reforça a ideia de que as estruturas de poder e negociações permeava a emulação cultural, observada nas escolhas imagéticas nas duas cidades.

De acordo com Meshorer (2001), o baixo número de moedas de Alexandre Janeu encontrado em Cesareia Marítima, implica no entendimento de que, talvez, as emissões em bronze dos selêucidas ainda estivessem em uso na cidade durante o período hasmoneu.

As moedas mencionadas foram encontradas isoladamente e espalhadas nas áreas **A** e **G** (áreas residenciais), e na zona das abóbadas junto ao porto (**C/CC**). Os outros setores mostraram uma gama impressionante de moedas neste estrato geológico, principalmente para o período romano e bizantino, conforme Fig. 56 a seguir.

**Fig. 56 – Porcentagem de moedas por período e locais de achado**

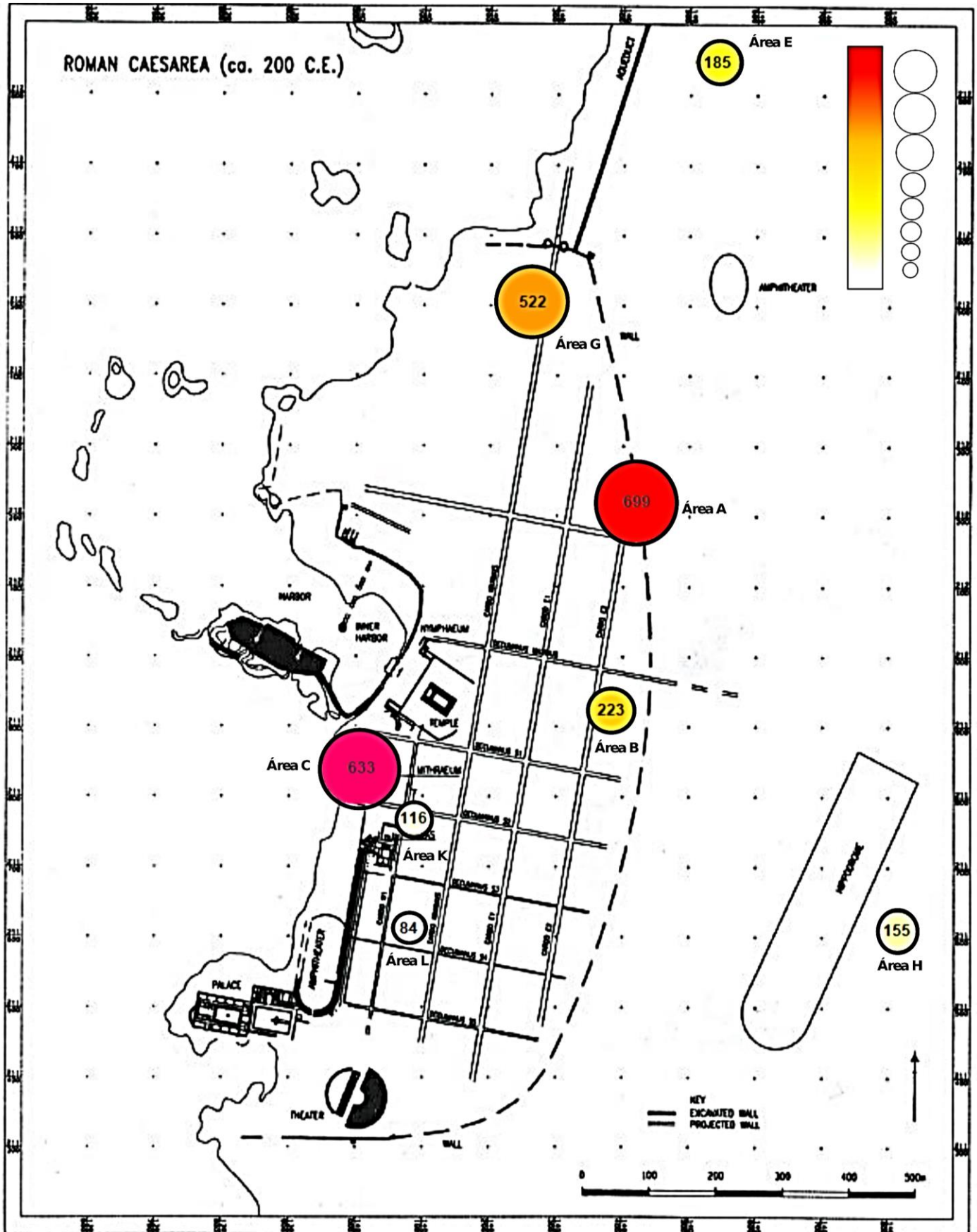


Fonte: Adaptado de Evans (2006) e Raban (1996)

Observamos na Fig. 56 que a distribuição das moedas no período hasmoneu (103-40 AEC), representou apenas um por cento (1%) das descobertas nas áreas residenciais **A** e **G**, o que Blakely (1988), atribuiu a um possível abandono da área **G** durante as primeiras décadas do século I AEC, uma vez que moedas datadas após 164 AEC e antes do terceiro século EC são raras em toda a cidade. Portanto, as evidências monetárias pouco contribuem para a compreensão da história local neste período.

Para melhor compreensão da Fig. 56 criou-se um mapa de calor apresentado que demonstra que a maioria das moedas do século II EC foram encontradas nas áreas **A, B, C, G, H, L** e **N**. (cf. Fig. 57).

Fig. 57 – Distribuição dos achados monetários de Cesareia Marítima (JECM)



Fonte: Plotagem das escavações da JECM (EVANS, 2006)

De acordo com Evans (2006: 11), Cesareia Marítima foi construída para ser uma “*vitrine de Herodes, o Grande*”, por isso, ele a construiu entre 22 e 10/9 AEC. Todas as moedas do período herodiano encontradas em escavações eram *prutah* (Fig. 11 do Repertório Numismático), com cornucópia dupla e caduceu, conforme fig. 58.

**Fig. 58 – *Prutah* com duas cornucópias cruzadas, caduceu e âncora – Herodes, o Grande**



Fonte: Porto 145

Observamos que este tipo monetário mantém o padrão anicônico, e mesmo usando alguns símbolos de moedas dos hasmoneus, como uma concessão às poderosas forças políticas na *Judaea-Palaestina*, Herodes inseriu seu nome nelas, cunhando “[*moeda*] do Rei Herodes”, ou simplesmente “Rei Herodes = *HPΩΔΟΥ ΒΑΣΙΛΕΩΣ*”, em grego. Para Evans (2006: 11), o caduceu e a cornucópia dupla devem ser lidos como antigos símbolos de prosperidade, enquanto a âncora simbolizava poderio naval. Assim, as moedas do Período herodiano encontradas em Cesareia Marítima variavam em tamanhos, e tinham entre 11 e 17 mm, sendo também de baixo peso (variando de 0,47 a 1,92 gramas).

Apenas duas outras moedas do período de Augusto foram encontradas nessa cidade, uma de *Berytus* e uma de Sídon, ambas pequenas moedas de bronze, semelhantes em tamanho, as emissões do período herodiano (cf. Fig. 59 e 60).



**Fig. 59 – Moeda em bronze cunhada em *Berytus***



Fonte: *RPC I*: 4538

**Fig. 60 – Moeda em bronze cunhada em Sídon**



Fonte: *RPC I*: 4538

A maioria das moedas do Período herodiano foram encontradas na área **G**, sendo que três (3) estavam na área **A**, o que torna essas duas áreas os locais com maiores achados monetários do segundo século AEC ao final do período romano. Também foram encontradas moedas nas áreas **L** e **C**, sendo que na área **L** se encontra parte do *cardo* ocidental e do *decumanus*, em um local que se tornou, posteriormente uma área industrial e comercial, enquanto a porção **C** refere-se à área dos armazéns abobadados construídos pela primeira vez por Herodes, o Grande.

Para muitos numismatas, o baixo número de moedas do século I AEC encontrado nesta cidade, deve-se ao fato de que somente após a Primeira Revolta (66-70 EC), a oficina monetária de Jerusalém, foi transferida permanentemente para Cesareia Marítima.

Para Meshorer (2001), a oficina monetária nesta cidade foi aberta antes do período mencionado, e teria ocorrido durante o reinado de Cláudio, quando moedas de bronze

receberam o busto do imperador Cláudio, e uma âncora, no reinado de Agripa I (entre 37-44 EC. Cf. Fig. 98 do *Repertório Numismático*).

Para Levine (1975), os símbolos marítimos nas moedas de Herodes (e de seu sucessor Arquelau), demonstram que estas moedas em bronze foram cunhadas em Cesareia Marítima, uma vez que proas, âncoras e lemes só são usados como tipos monetários em cidades portuárias.

Segundo Sutherland (1967), é importante considerar que talvez os procuradores romanos desejassem a oficina monetária na mesma cidade que fosse o centro administrativo de seus governos, todavia, o número de moedas atestadas em escavações arqueológicas, causa alguma discordância quanto à data de inauguração da oficina monetária nesta cidade. Logo, são em maior número as moedas herodianas encontradas em Jerusalém, embora este quadro possa mudar à medida que mais níveis herodianos sejam escavados em Cesareia Marítima.

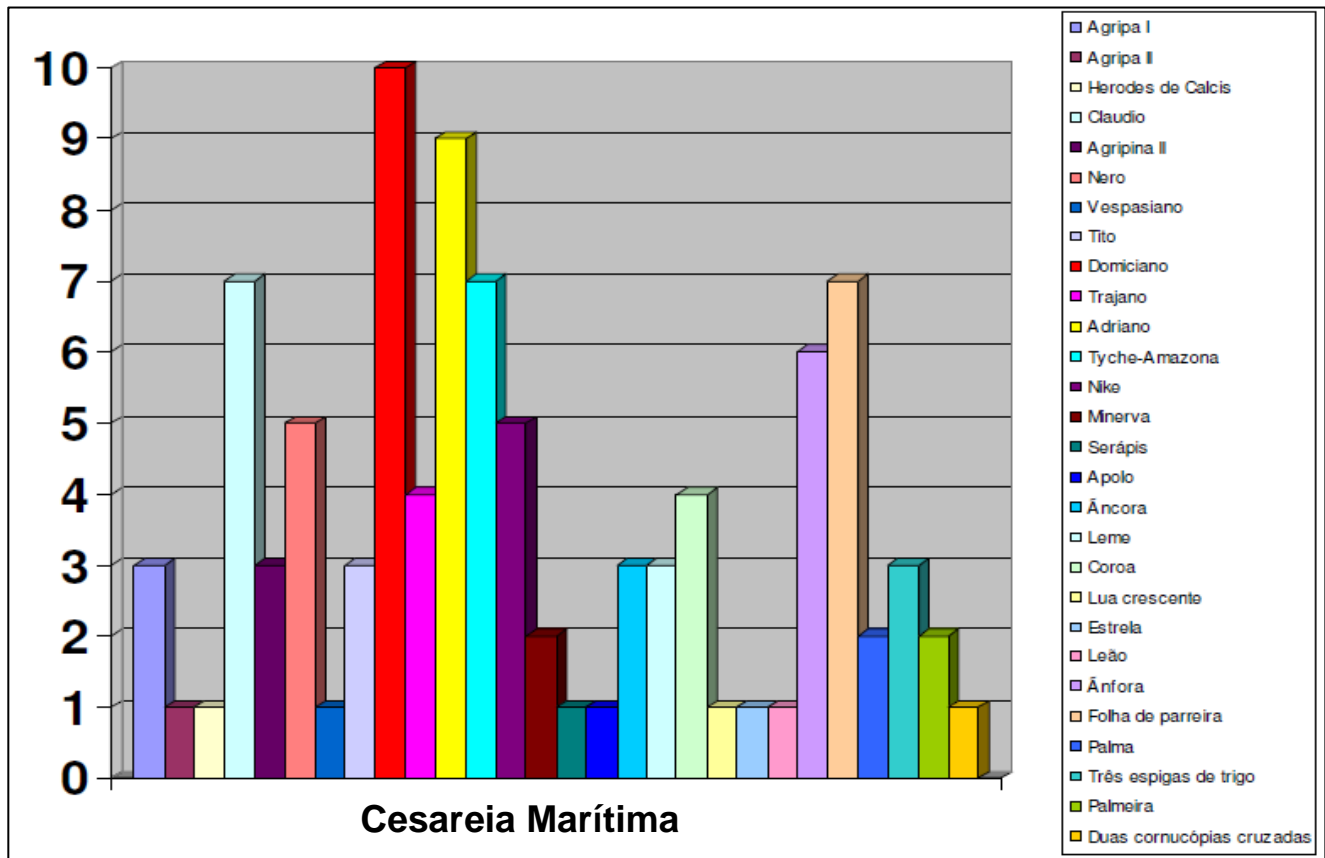
Na verdade, Evans (2006: 13), esclarece que inferir sobre a abertura de uma oficina monetária em determinada cidade, pelo número de moedas encontradas em um determinado local, pode ser totalmente sem sentido, e assim outros argumentos podem ser mais significativos.

Para Ariel e Carradice (1982), uma maneira mais segura de se determinar a emissão monetária localmente, é a análise dos paralelos estilísticos entre as moedas dos procuradores e dos hasmoneus. Assim, a verificação da continuação de cunhagens com tipos anicônicos, pode demonstrar que a casa da moeda permaneceu em Jerusalém mesmo durante o período dos procuradores.

A análise de paralelos estilísticos percorre os motivos iconográficos dos tipos principais e secundários, conforme Figs. 61 e 62 abaixo.



**Fig. 61 – Tipos principais nas moedas de Cesareia Marítima**



Fonte: Porto (2007: 116)

De acordo com Porto (2007: 118), observamos na tabulação apresentada na Fig. 69 que nos tipos principais se destacam as representações do imperador Domiciano em primeiro lugar, Adriano em segundo e Cláudio em terceiro.

A análise dos tipos secundários (fig. 61), permite a compreensão da predileção na representação imagética dos atributos das divindades e símbolos culturais, símbolos relativos à guerra e símbolos marítimos.

Conforme se observa na Figura 61, Tyche-Amazona é a divindade com maior recorrência nos tipos principais das moedas de Cesareia Marítima. Logo, Kadman (1957: 53-56) informou que a deusa é frequentemente representada nas moedas da cidade. Segundo Hill (1912: 2-4), a divindade geralmente é retratada nas moedas usando uma coroa de torres ou um *kalathos* (cesta) em sua cabeça, vestida com um *peplos* curto, com seu pé direito repousado sobre a proa de um navio. Em algumas moedas vê-se uma figura masculina que segura uma âncora, perto da perna esquerda de Tyche, na personificação do mar Mediterrâneo, ou mais exatamente, do porto de Cesareia Marítima (RINGEL, 1972-75: 19-22). A deusa é representada segurando em uma de suas mãos um *protome* (compreende a parte superior do peitoral (tronco)

e a cabeça), enquanto ela se apoia em sua outra mão um leme ou uma lança, que a associa à representação da deusa Astarte (KADMAN, 1957: 52; RINGEL, 1972-75:19).<sup>66</sup>

De acordo com Porto (2007: 223-224):

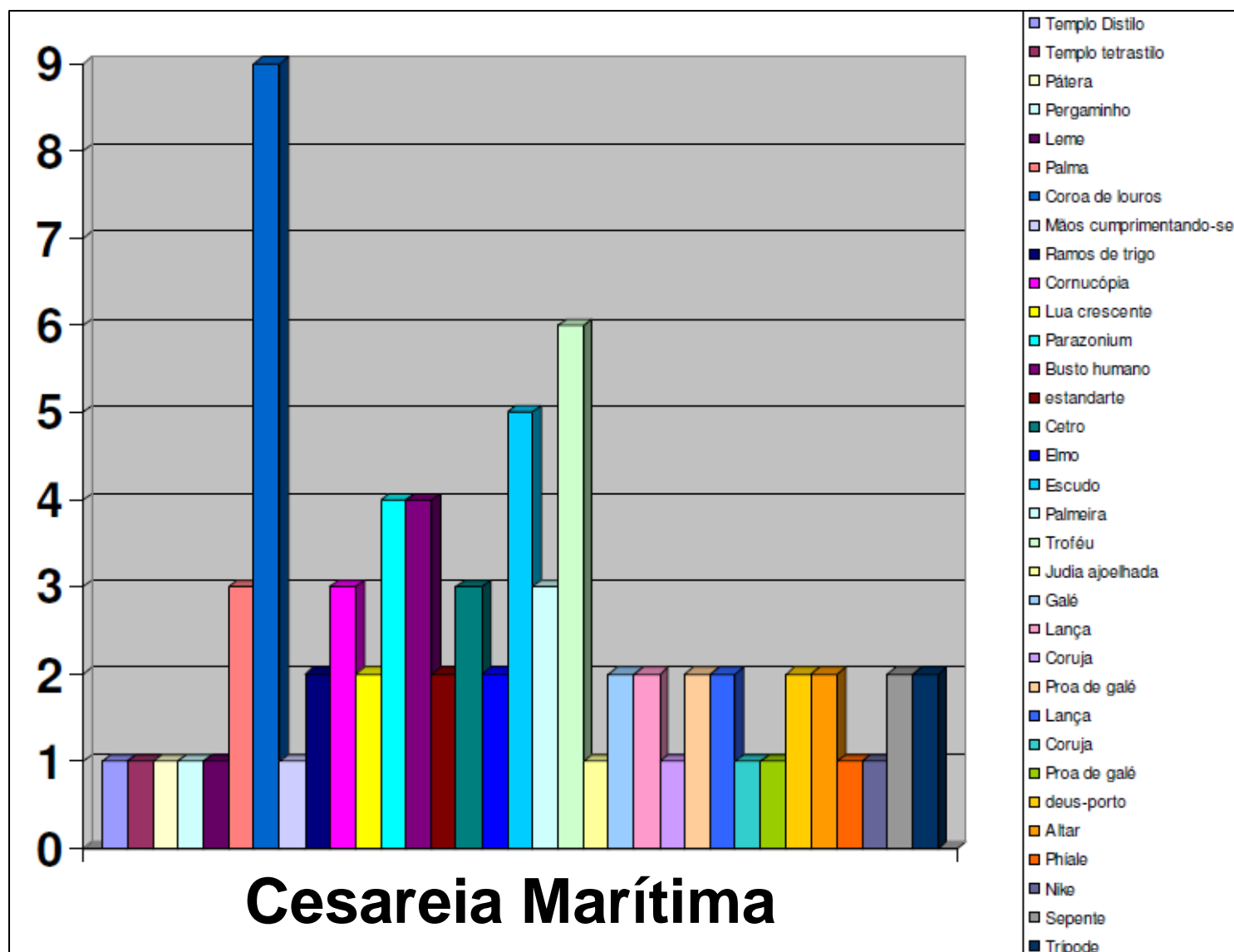
O tipo de Tyche-Amazona, representada armada como um soldado romano, foi criado como uma resposta direta à Primeira Revolta e expressa a tentativa de forçar uma ‘Romanização’ sobre os judeus que contestavam a assimilação cultural e um esforço para manter uma política independente. Tyche aparece somente nas cidades judaicas ao longo da costa: Em Cesareia, onde os judeus reivindicaram superioridade porque foi fundada por Herodes; em Jope, que permaneceu por longos períodos nas mãos dos judeus e se transformou no centro de rebelião contra os romanos durante a primeira e a segunda revolta; e em *Anthedon*, fundada por Herodes, onde Tyche apareceu durante o período Severiano.

Segundo Porto (2007), em algumas cidades judaicas do interior (Tiberíades e Séforis), o tipo monetário de Amazona aparece principalmente durante ou depois dos períodos de revoltas. Todavia, nas cidades helenísticas, do interior e na Transjordânia, os símbolos militares e políticos relacionados à Tyche desaparecerem e a deusa passa a representar fertilidade ao invés da guerra. Porto (2007) ressalta que Tyche-Amazona é absolutamente ausente no universo cultural das cidades costeiras não judaicas. Assim, algumas cidades aliaram-se ao governo romano, e superaram os judeus no domínio territorial na região, logo, essas cidades obtiveram maiores privilégios junto ao Império Romano como a elevação do *status* administrativo da cidade, certas isenções de taxas e a autorização de cunhar moedas. (PORTO, 2007: 224).

---

<sup>66</sup> De acordo com Hill (1912: 3) e Kadman (1957: 51-52) a representação de Tyche nas moedas não é exclusividade de Cesareia Marítima. A deusa também pode ser encontrada nas moedas de Tiberíades, Neápoles, Jerusalém e outras cidades nas duas margens do rio Jordão. Para melhor compreensão do culto à Tyche em Cesareia Marítima ver Rivka Gersht (1984).

Fig. 62– Tipos secundários nas moedas de Cesareia Marítima



Fonte: Porto (2007: 117)

No entanto, para Evans (2006: 13), basear-se nas evidências estilísticas pode ser perigoso, uma vez que os artesãos da oficina monetária em Jerusalém, poderiam ter sido transferidos para Cesareia Marítima, e continuado as cunhagens, sem grandes transformações estilísticas.

A autora informa que as evidências monetárias nas escavações em Cesareia Marítima são ambíguas, uma vez que dos vinte e três (23) tipos cunhados pelos procuradores e Agripa I, dezenove (19) foram encontrados em prospecções arqueológicas, enquanto em Cesareia Marítima, foram identificados dezessete (17). Da mesma forma que 99% das moedas, do século I EC, evidenciadas em Jerusalém, são do período dos procuradores, em Cesareia Marítima são 92%.

Nas proposições de Evans (2006), com base na mudança dos *flans*<sup>67</sup> e dos motivos iconográficos, talvez, a oficina monetária de Cesareia Marítima tenha iniciado a sua produção, com o bronze de Agripa I, sob Nero, no qual se observa *Tyche* no reverso, assim, nenhum *prutah* foi cunhado nesta cidade, que iniciou a cunhagem localmente (com certeza), após a Primeira Revolta.

Conforme a argumentação dos autores, observamos a dificuldade em se precisar o início da produção monetária em Cesareia Marítima, mas percebemos que elementos identitários e locais, foram apropriados nas emissões monetárias, e dessa forma, ainda que Cesareia Marítima e Jerusalém fossem cidades da província *Judaea-Palaestina*, a trajetória histórico-cultural de cada uma delas, promoveu a emulação das estruturas de poder, na mediação das negociações locais com o Império, de maneiras próprias e díspares entre elas.

As moedas do filho de Herodes, Arquelau, foram cunhadas entre 4 AEC e 6 EC, e são abundantemente encontradas em escavações arqueológicas em Cesareia Marítima, sendo que dos sete tipos atribuídos ao seu reinado, quatro foram encontrados nesta cidade, apenas uma moeda de seu irmão Filipe e nenhuma de Antipas (Cf. Figs. 11; 15; 16; 17; 18; 19 e 218 do *Repertório Numismático*).

De acordo com Evans (2006: 13), Herodes Arquelau manteve os motivos iconográficos helenizantes de seu pai, enfatizando os símbolos marítimos, como a âncora, a proa e a galé. Segundo Evans, Arquelau emitiu uma moeda com a imagem de um cacho de uvas (símbolo judaico), juntamente com um capacete de influência grega, na qual colocou seu título político “Etnarca” (em grego). Trata-se de emissões em bronze, com o uso de *flan*, cujo diâmetro varia de 11 a 18 mm e pesavam entre 0,38 e 2,36 gramas.

Agripa I cunhou as primeiras moedas que certamente podem ser atribuídas a emissões em Cesareia Marítima, uma vez que trazem a inscrição (em grego) "*Cesareia a cidade próxima ao porto Sebastos*". O reverso desse tipo é uma *Tyche* apoiando a mão em um leme e segurando um ramo de palmeira. Nessa moeda a deusa é representada com um *peplos* longo (sem a coroa em torre), e com uma inscrição na moeda que identifica a deusa (Fig. 95 do *Repertório Numismático*).

Segundo Levine (1975), a representação de *Tyche* passou a ser o motivo iconográfico mais usado durante o primeiro século EC, mas a deusa assumiu uma forma diferente nas moedas posteriores. O busto de Agripa I aparece no anverso, acompanhado por seu nome e títulos em

---

<sup>67</sup> disco de metal redondo que está pronto para ser cunhado como uma moeda.

grego "*Philocaesar*", ou "amigo de César, todavia, nenhuma dessas moedas foi encontrada nas escavações da cidade.

Estilisticamente, as moedas em bronze de Agripa I são muito diferentes do pequeno *prutah* também cunhado durante seu reinado. Estas moedas no estilo hasmoneu/herodiano também foram cunhadas por Agripa I, na oficina monetária de Jerusalém, nas quais se observa um dossel (uma referência antiga à realeza) e três ramos de trigo (Fig. 20 do *Repertório Numismático*).

As emissões monetárias de Agripa I, as moedas de Filipe, e posteriormente, com as cunhagens dos procuradores, Cesareia Marítima praticamente encerrou o uso de moedas de bronze estrangeiras.

Para o período entre 14 e 69 EC apenas seis (6) moedas estrangeiras foram encontradas na cidade (*Commagene*, Antioquia e *Nabataea*, todas do século I EC), mas nenhuma delas foi encontrada isoladamente em seus locais de achado nas áreas **A**, **B**, **C** e **G**, assim como, as moedas do hipódromo (área **H**), uma vez que elas estavam misturadas às emissões locais em bronze do final do período romano.

De acordo com Evans (2006: 14), durante as escavações da área **A**, observou-se um depósito peculiar, que era composto por treze (13) moedas datadas de 54-59 EC, enquanto duas (2) dessas emissões eram selêucidas, as outras onze (11) eram do início do período imperial.

O *prutah* dos procuradores (certamente cunhado em Jerusalém), seguia as técnicas das emissões dos hasmoneus/herodiana, bem como na iconografia e no tamanho dos *flans*. Nessas cunhagens houve a manutenção dos tipos anicônicos antigos, como o ramo de palmeira e cornucópias duplas. Os tipos normalmente incluíam a data de reinado (comum em emissões orientais), e o nome do imperador em grego (Figs. 21-36 do *Repertório Numismático*).

De acordo com Meshorer (1998: 91), os motivos iconográficos selecionados por Pilatos, não eram sensíveis à população judaica, uma vez que ele usava símbolos do universo religioso dos romanos (*lituus* e *simpulum*)<sup>68</sup>, embora ele se abstivesse de colocar a cabeça do imperador nas moedas (Figs. 29-33 *Repertório Numismático*).

Ambos os procuradores nomeados por Augusto (Copônio e Ambíbulo), cunharam moedas com espigas de cevada e uma palmeira, diferenciadas apenas pela data de emissão (Figs. 21-22 do *Repertório Numismático*). Dessas moedas, quatorze (14) foram encontradas na

---

<sup>68</sup> De acordo com Porto (2007: 261), *lituus* era a representação de um bastão augural, enquanto *simpulum* seria de uma colher ou concha cerimonial.

área residencial **A**, no estrato que incluía moedas helenísticas muito anteriores às moedas romanas tardias, e apenas uma (1) na área **C**.

Foram encontradas trinta e três (33) moedas de Grato e Pilatos (Figs. 23-33 do *Repertório Numismático*), principalmente nas áreas **G** e **A** (onde as moedas dos procuradores foram encontradas em conjunto com outras emissões), e algumas na área comercial **C** (onde a maioria estavam isoladas em seus estratos). Uma delas foi encontrada na área **B**, e duas outras encontradas no preenchimento geológico do hipódromo (**H**).

As moedas encontradas no hipódromo (**H**), foram associadas à cerâmica do primeiro século EC, e acredita-se que o local possa ter sido usado durante o reinado de Herodes, o Grande, para espetáculos.

De acordo com Hamburger (1970), *Gaius Ummidius Quadratus* cunhou moedas em Cesareia Marítima em 52 EC, todavia, nenhuma de suas moedas raras foi encontrada nas escavações, as quais apresentam no anverso o busto do imperador Cláudio, com a inscrição em latim *CLAVDIVS CAESAR AVG PM TR P IMP PP* (Cláudio Cesar Augusto, Pontífice Máximo, detentor do poder tribunicio, Imperador e Pai da Pátria), e no reverso apresenta uma âncora ou leme, sem inscrição discernível.

Caso Hamburger esteja correto, este seria o primeiro uso do latim nas moedas de Cesareia Marítima, e a legenda também seria incomum por seguir tão de perto a terminologia e a datação romana ao listar os atuais cargos do imperador. Esta emissão em especial, é extremamente intrigante, uma vez que, nessa época, Cesareia Marítima ainda não era uma colônia romana.

A procedência das moedas pode ser o fator decisivo na atribuição à cunhagem estilisticamente, uma vez que as moedas se assemelham às cunhadas em Paneas. As emissões de Agripa II (37-44 EC), foram cunhadas majoritariamente em Paneas, todavia, a oficina monetária de Cesareia Marítima também produziu moedas em bronze, sob Nero (Figs. 102-109 do *Repertório Numismático*). Após o fim do reinado de Agripa II, o governo por um procurador foi restabelecido e durou vinte e dois (22) anos, até o início da Primeira Revolta em 66 EC.

De acordo com Evans (2006: 14), nem todos os procuradores cunharam moedas, todavia, os que emitiram, substituíram muitas moedas da cidade no final do século I EC. Dessa forma, apenas uma moeda batida fora de Cesareia Marítima e Jerusalém, foi encontrada datada dessa época (moeda de *Akko-Ptolemais*).

O pequeno *prutah* emitido pelo procurador Antonio Felix (52-60 EC), manteve os antigos tipos orientais dos ramos de palmeira, com grandes inscrições no anverso, em grego, de Cláudio e sua esposa Agripina (Cf. Fig. 35 do *Repertório Numismático*).

As moedas emitidas sob Cláudio e Nero (Figs. 98-109 do *Repertório Numismático*) foram encontradas principalmente nas áreas **A** e **G**, todavia, apenas as que foram achadas sozinhas em seus estratos, porque a maioria delas foi encontrada misturada às moedas muito posteriores.

Segundo Ariel (1982), a Primeira Revolta começou depois que os habitantes não judeus massacraram os judeus que viviam naquele lugar, mas duas emissões desse período foram encontradas nas escavações. De acordo com o autor, a oficina monetária em Cesareia Marítima iniciou amplamente suas cunhagens após a Primeira Revolta, e manteve-se quase continuamente até 253 EC.

Após o Templo de Jerusalém ser destruído pelas tropas lideradas por Tito em 70 EC, seu pai, o imperador Vespasiano, lançou uma série de moedas comemorando esta vitória romana sobre os judeus.

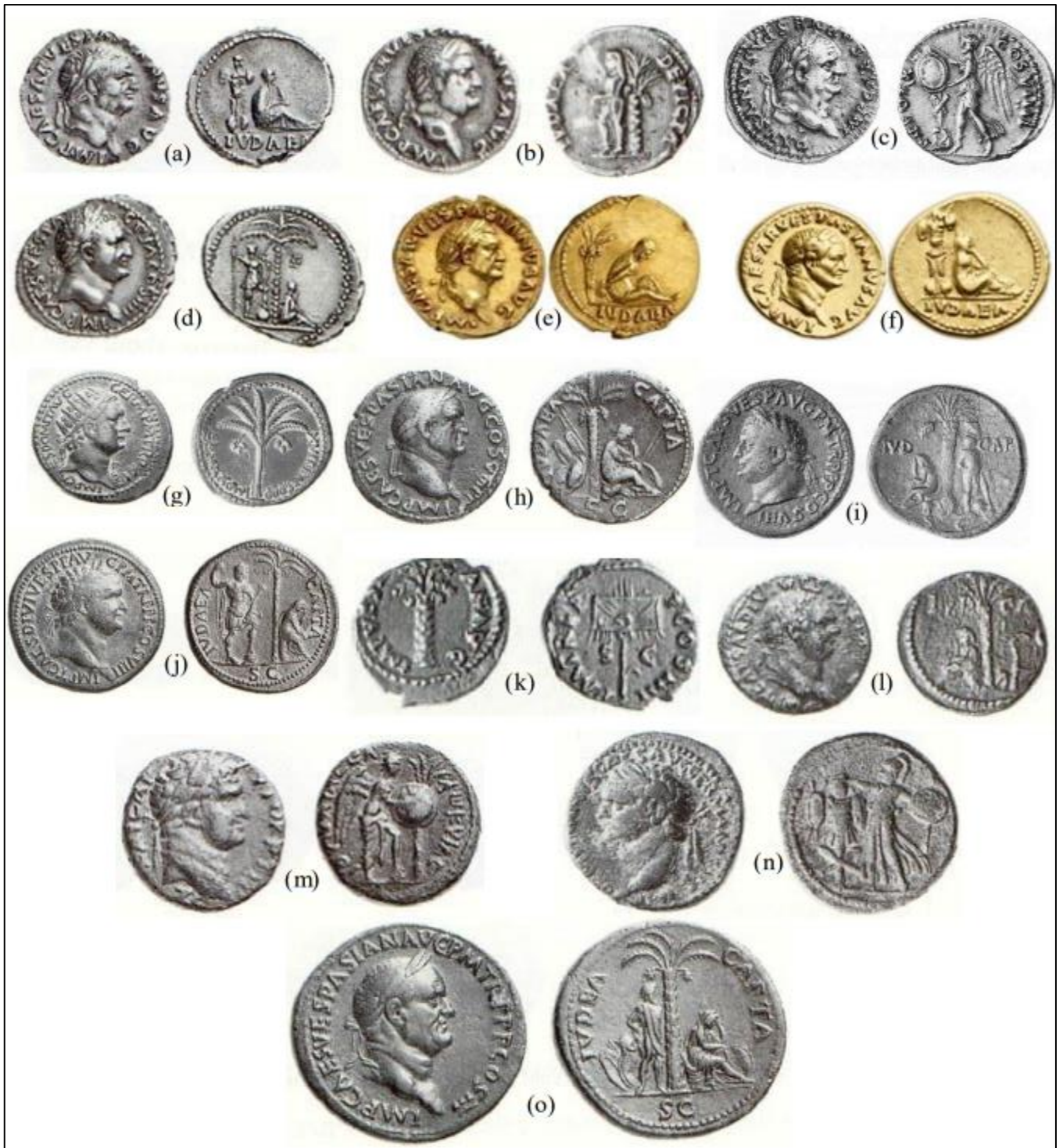
A série de moedas ficou conhecida como “*Judaea Capta*”, e teve sua produção mantida por aproximadamente vinte e cinco (25) anos sob Vespasiano e seus dois filhos que o sucederam no poder – Tito e Domiciano.

Os elementos figurativos básicos das moedas dessa série, são uma palmeira e uma figura feminina (representação imagética da província *Judaea*), sentada em uma atitude de extrema tristeza e submissão.

Há moedas da série *Judaea Capta* emitidas por Vespasiano, que ilustram a Judeia chorando sob um troféu romano e a inscrição “*IVDAEA*”. Outras moedas de Vespasiano mostram a Judeia sentada ao lado de uma palmeira, ou ao lado de uma palmeira com as mãos amarradas. Alguns desses signos aparecem também em moedas de ouro.

Apresentamos abaixo (fig. 63), o conjunto de moedas da série monetária *Judaea Capta* trabalhada por Porto (2007) e que foi compilada por nós, em nossa dissertação de mestrado, em um único bloco de imagem (SALES, 2018).

Fig. 63 – Série monetária *Judaea Capta*



Fonte: Porto (2007); Sales (2018)

As emissões da série *Judaea Capta*, como mencionado acima, permaneceram em circulação por aproximadamente vinte e cinco (25) anos. Desta forma, no período denominado Entre Revoltas (70 EC a 132 EC), predominaram na *Judaea-Palaestina* emissões imperiais



romanas, ou seja, isso se deu porque as cidades que participaram do conflito contra Roma foram impedidas de emitir suas próprias moedas, sendo obrigadas a consumir somente emissões romanas ou as cunhagens de seus aliados. Assim, observamos nesta proibição das cunhagens locais a utilização da moeda como estruturas de poder e negociações, uma vez que evidenciava a força político-ideológica que possuíam esses pequenos objetos (PORTO, 2007).

As cidades que durante o conflito e depois da supressão da revolta mantiveram a produção das moedas imperiais na região foram: Gaza, Ascalon, Cesareia Marítima e Akko-Ptolemais, na região costeira, e Gaba, Tiberíades, Eleuterópolis e Neápolis, no interior. Estas mantiveram este privilégio pois são cidades que se posicionaram ao lado de Roma no conflito com os judeus revoltosos.

Evans (2006: 15), argumenta que o local de cunhagem da série *Judaea Capta* (Fig. 63), sob os Flavianos foi recentemente questionado, uma vez que essa emissão, lembrava incisivamente, a derrota da *Judaea-Palaestina*, por meio dos motivos iconográficos que representavam uma Nike (que simbolizava a vitória romana), ou a personificação da província, sofrendo sob um troféu de armas (esse tipo de moedas, dificilmente seria cunhado dentro dos limites territoriais da província derrotada). Sob Vespasiano e Tito as legendas continuaram a ser escritas em grego, mas sob Domiciano, o novo *status* administrativo (colônia), era escrito em latim *COL[onia] FLA[via] AVG[usta] CAES[area]*.

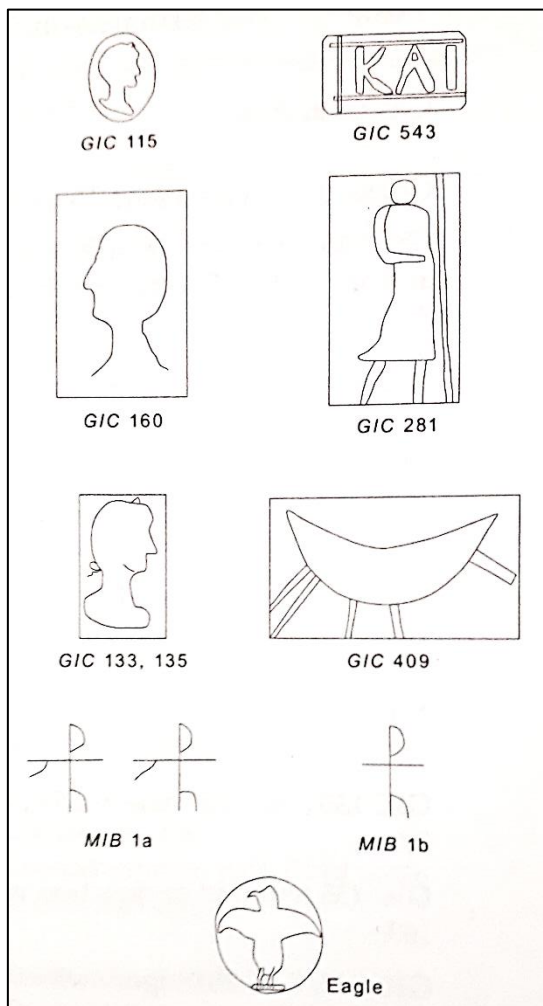
Segundo Carradice (1982), nesse período, as imagens que preenchiam os campos do anverso e reverso, apresentavam legendas com letras bem definidas, cujo estilo se assemelhava a produção monetária de Paneas e Antioquia, o que poderia sugerir o fluxo de artesãos entre as oficinas monetárias mencionadas.

Ao contrário do período anterior, o período flaviano em Cesareia Marítima, foi marcado pela circulação de moedas de muitas oficinas monetárias diferentes (Moedas de Antioquia, Kanata, Paneas, Ascalon e Jerusalém), provavelmente devido à movimentação de tropas e pessoas ao término da Primeira Revolta. Essas moedas foram encontradas, principalmente, na área **A**; outras na área **G** e **PA** (**PA**= sondagem ao lado do aqueduto alto); e na área **C**.

Observamos no gráfico da Fig. 43, que as moedas do século I AEC até I EC representam de um a doze por cento das moedas em todas as áreas de escavação, exceto na **K**, onde elas estão totalmente ausentes.

De acordo com Evans (2006: 15), dezenove (19) moedas imperiais foram contramarcadas<sup>69</sup>, conforme Fig. 64.

**Fig. 64 – Representações das contramarcas das moedas encontradas em Cesareia Marítima**



Fonte: Evans (2006: 15)

Segundo Howgego (1985), a maioria das contramarcas imperiais nas moedas desta cidade, consistiam em um busto masculino, laureado à direita, em uma limitação retangular. O autor encontrou estas contramarcas (nomeadas *Greek Imperial Countermarks – GIC*), somente em moedas flavianas, dessa forma, as escavações realizadas de 1971-1987, contribuíram consideravelmente, no número conhecido destas marcações. Assim, a contramarcagem pode ter

<sup>69</sup> Evans (2006: 14), esclarece que contramarcagem é o processo de colocar um pequeno selo no anverso ou reverso de uma moeda, o qual pode ser epigráfico ou figurativo.

sido feita localmente. A maioria das moedas contramarcadas estavam extremamente gastas, testemunhando um longo período de uso, ainda que a contramarca estivesse bastante nítida.

Para Evans (2006: 15), a contramarca poderia ter sido feita durante o reinado de Nerva (96-98 EC), quando a oficina monetária da cidade, ainda não produzia moedas.

Foram encontradas dez (10) moedas com a versão *GIC*<sup>70</sup> 133; três (3) *GIC* 135 apareceram, sendo uma sozinha; uma em combinação com a *GIC* 281; e uma em combinação com *GIC* 409. Uma (1) moeda de Nero (68/69 EC), foi encontrada marcada três vezes, com as letras *KAI* (*GIC* 543), e duas vezes com a marca *GIC* 115. A contramarcação *GIC* 115 é frequentemente encontrada em combinação com as letras *KAI*, o que pode sugerir que elas foram produzidas e estampadas ao mesmo tempo.

Howgego (1985) observou que a contramarca *KAI* pode ter sido usada antes da cidade receber o *status* de colônia, quando as inscrições nas moedas da oficina monetária de Cesareia Marítima mudaram para o latim.

Embora a oficina monetária em Cesareia Marítima tenha operado até 253 EC, não foram encontradas nas escavações arqueológicas, moedas cunhadas entre 96-98 EC e 235-244 EC, e os achados monetário são diminutos para este período.

As moedas de bronze do século II, cunhadas nessa cidade, continuaram a evidenciar suas conexões com Roma. Sob Trajano, a oficina monetária local produziu reversos que representavam o imperador, em alusão votiva em frente a um altar.

Os reversos sob Adriano encontrados nesse sítio, tinham Apolo em pé em um altar e um busto de Serápis, deus egípcio, que também era usado nas cunhagens monetárias de Dióspolis, Neápolis, Aelia Capitolina e Eleuterópolis, sob Antonino Pio. Serápis continuou a ser usado em moedas de Cesareia Marítima ao longo dos séculos II e III EC.

As *minimas* foram provavelmente cunhadas em Cesareia Marítima no século II EC e, embora Hamburger (1970) tenha relatado ter encontrado muitas dessas moedas nessa cidade, poucas foram recuperadas nas escavações, todavia, todas foram encontradas na área **A**.

Segundo Evans (2006: 18), após 161 EC, o motivo iconográfico de reverso mais utilizado é o deus Serapis. Informamos, ainda, que nenhuma moeda da Revolta de Bar Kokhba foi encontrada neste local. Assim, após a Segunda Revolta, o número de moedas aumentou acentuadamente, com uma concentração especial no reinado de Trajano e Adriano (a maioria são *minimas* o que explicaria sua perda).

---

<sup>70</sup> Howgego (1985) nomeou a contramarcação imperial grega como *Greek Imperial Countermarks – GIC*; e Hahn (1973-81), criou o termo *Moneta Imperii Byzantini – MIB* para as contramarcações em moedas imperiais bizantinas.

De acordo com os cálculos de Levine (1975), o número de tipos usados por ano mostra um aumento circunstancial no segundo século EC (Fig. 65).

**Fig. 65 – Tipos de Reverso por ano na oficina monetária de Cesareia Marítima (81-253 EC)**

<b>Imperador</b>	<b>Nº de tipos</b>	<b>Tipos por ano</b>	<b>Nº de reversos JECM</b>
<i>Domitian</i>	8	0,5	1
<i>Trajano/Adriano</i>	15	2,7	7
<i>Antoninus</i>	5	0,2	
<i>Marcus Aurelius</i>	14	0,7	1
<i>Verus</i>	6	0,8	1?
<i>Commodus</i>	5	0,4	
<i>Septimius Severus</i>	3	0,2	
<i>Caracalla</i>	8	1	
<i>Macrinus/ Diadumenianus</i>	6	6	1
<i>Elagabalus</i>	7	1,8	1
<i>Severus Alexander</i>	21	1,6	1
<i>Philip</i>	15	3	3
<i>Trajano Décio</i>	75	25	3
<i>Trebonius Gallus</i>	33	16,5	0
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>60,4</b>	<b>18</b>

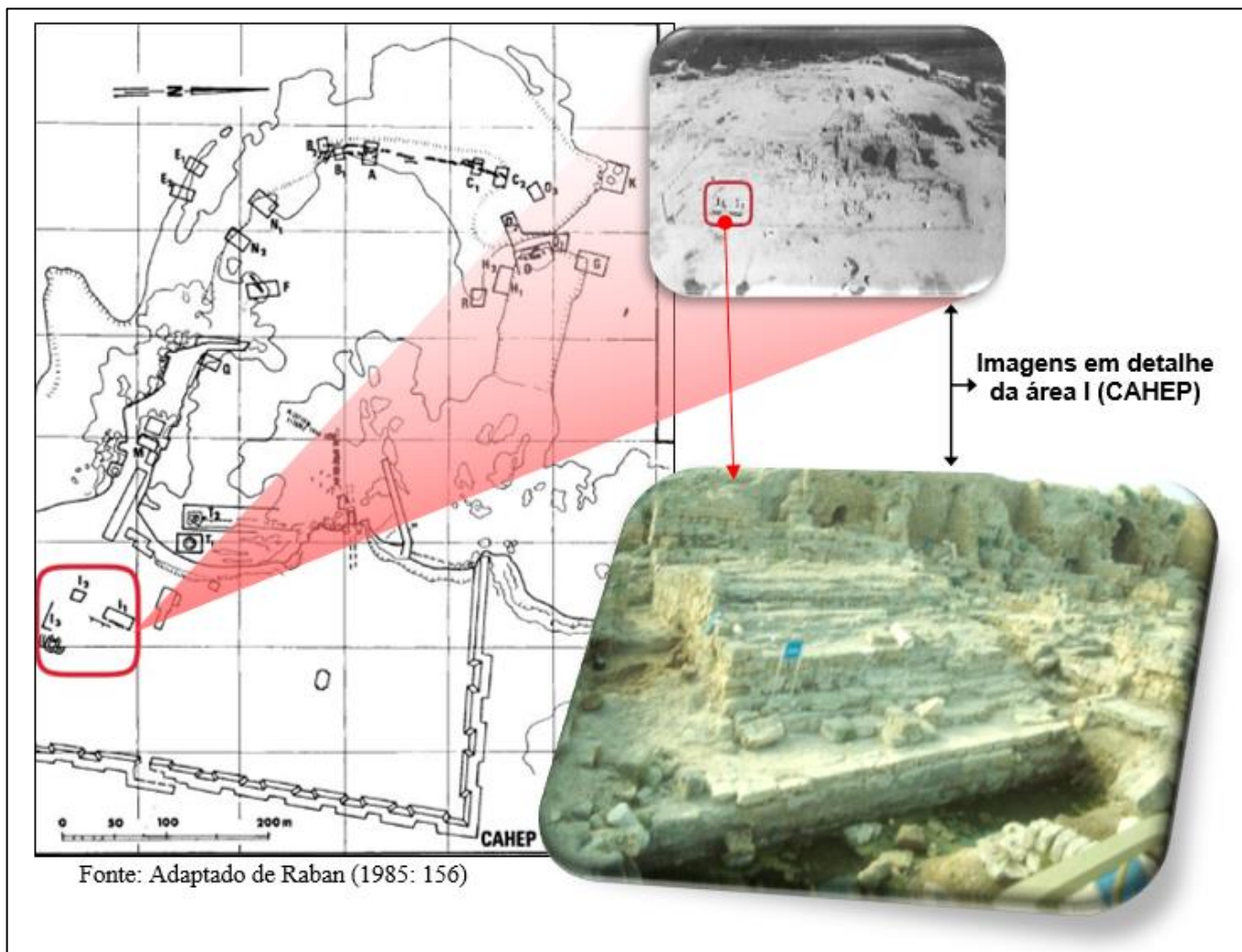
Fonte: Evans (2006: 19)

Conforme Gitler (1991), houve uma cessação quase completa de cunhagens na *Judaea-Palaestina* na segunda metade do século II EC, especialmente entre 166/7-175/6, possivelmente devido à recessão e à peste. Assim, à medida em que o volume de moedas estrangeiras que circulavam em Cesareia Marítima, no período flaviano aumentava, também havia o aumento do número de oficinas monetárias representadas nesta cidade (Gaba, Tiro, Dora, Séforis, Gaza, pequenos bronzes de Alexandria e Roma).

Esclarecemos que muitas expedições arqueológicas foram realizadas em Cesareia Marítima, além das desenvolvidas pelo JECM (1971-1987), todavia, durante a leitura dos relatórios de escavações, observamos nos dados apresentados pela CAHEP (1979 a 1984), a presença de achados monetários, na área denominada **I**, esta área está localizada a cerca de 100 m a sudeste da praia, na bacia intermediária do antigo porto (Fig. 74), ou seja, a oeste do complexo de paredes que foi escavado pelo Prof. A. Negev ao final de 1950. Este arqueólogo identificou os remanescentes construtivos da área como sendo o pír romano, uma vez que se trata do complexo ao sul do pódio do templo de Augusto e Roma (NEGEV, 1975: 274).

À vista disso, na figura 66, abaixo, adaptamos três (03) imagens distintas em uma (01), sendo uma planta desenvolvida pelo CAHEP com detalhe da área de escavação da plataforma do templo circundada em vermelho, outra, detalhe (zoom) da área de escavação da plataforma do templo, e por fim, uma fotografia que mostra a escadaria do templo e logo abaixo a trincheira em que se encontraram os achados monetários.

**Fig. 66 – Áreas escavadas pelo CAHEP – 1979-1984**

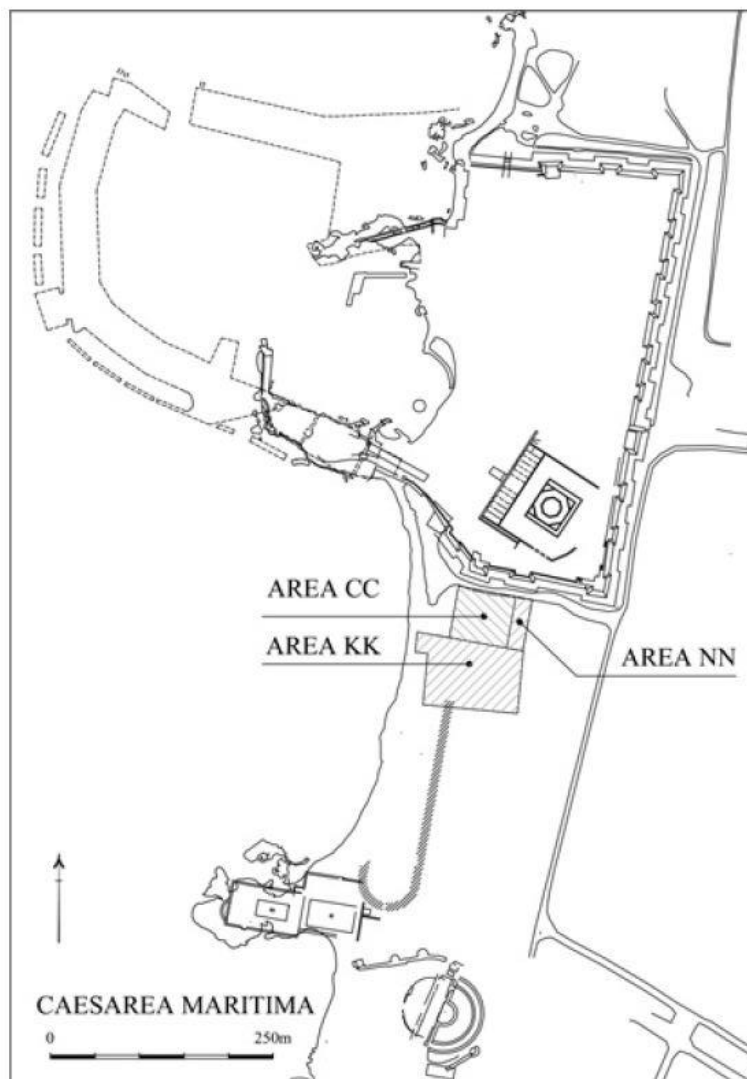


Na área **I**, mencionada logo acima, foram encontradas duas (2) moedas produzidas localmente durante o último ano de reinado de Nero (68 EC) (cf. Fig. 102 e 103 do *Repertório Numismático* desta tese).

Outras pesquisas que evidenciaram achados monetários dentro do período que estudamos foram as escavações arqueológicas iniciadas por A. Negev ao sul da cidade dos cruzados em 1960-61, em uma área utilizada para pastagens.

Para finalizar este capítulo esclarecemos que os estudos mencionados foram complementados por escavações nas áreas identificadas como **CC**, **KK** e **NN** (Fig. 67), sob a coordenação de Joseph Patrich, durante os anos 1993-1998 e 2000-2001.

**Fig. 67 – Mapa de localização das áreas escavadas CC, KK e NN**



Fonte: Patrich (2011: 348)

As pesquisas nas áreas **CC**, **KK** e **NN** compreenderam parte do espaço ocupado pelo antigo Hipo-Estádio construído por Herodes. Nestas áreas foram identificadas três (3) fases construtivas para o arranjo das portas de partida. Assim, na **Fase I** observou-se três (3) subfases, enquanto as duas (2) fases posteriores (**II** e **III**), não possuem subfases.

Uma moeda de Trajano (98-117 EC) foi encontrada no preenchimento da arena 3,20 m acima do nível do mar, o que possibilitou a datação da **Fase II** (área dos *carceres*<sup>71</sup> que fechavam a arena ao norte) como sendo dos séculos I/II EC, ou seja, sob Trajano, ou no início do período de Adriano.

Outra moeda de Septímio Severo (198-211 EC) foi encontrada abaixo da arena 3,40 m acima do nível do mar. Este achado permitiu datar a **Fase III** da construção do Hipo-Estádio como sendo correlata ao reinado deste imperador.

Diante das informações apresentadas, esclarecemos que o próximo capítulo analisará o entrecruzamento dos dados numismáticos e das estruturas arquitetônicas para a finalização das análises desta tese.

---

<sup>71</sup> De acordo com Patrich (2011), o início dos portões do hipódromo é denominado *carceres*.

# CAPÍTULO 6

## ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DO INTERCRUZAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E NUMISMÁTICOS

Este capítulo refere-se à análise da presença romana na *Judaea-Palaestina*, especificamente nas duas cidades – Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima – objetos desta pesquisa, no recorte temporal dos séculos I AEC ao II EC, por meio da compreensão das estruturas de poder e negociações observáveis na emissão e circulação monetária em seu contexto urbano.

Para a compreensão dos vestígios arqueológicos nessas cidades, procuramos eleger o mapeamento dos achados monetários como elemento norteador para a definição da materialidade em contexto urbano, passível de análise arqueológica.

Consideramos relevante esclarecer que a seleção das estruturas para a composição do *Repertório de Estruturas Arquitetônicas* (REA) deu-se pela presença de moedas relativas ao recorte cronológico de nossa tese, ou seja, século I AEC ao II EC. Estas moedas desveladas pelas escavações arqueológicas, correspondem a: Jerusalém/Aelia Capitolina: total= **9110** moedas, sendo 8609 locais e 501 estrangeiras; e Cesareia Marítima: total= **2627** moedas, sendo 2451 locais e 176 estrangeiras. Assim, as estruturas consideradas em Jerusalém/Aelia Capitolina foram o Complexo do Monte do Templo e o Portão de Adriano/Portão de Damasco; enquanto as estruturas consideradas para Cesareia Marítima foram o Aqueduto, o Hipo-Estádio e o Templo de Augusto e Roma.

Foi considerada a presença de moedas na estrutura, assim como a realidade histórica e arqueológica específica de cada cidade, o que justificam os vestígios edificados pertencentes à tese. Igualmente se observa no *Repertório Numismático* (RN), composto por artefatos devidamente resgatados em estudos passíveis de análise arqueológica.

As estruturas arquitetônicas escolhidas apresentaram achados monetários e seguimos também a lógica do seu possível relacionamento com o poderio político e econômico do Império Romano, na observação de sua localização na paisagem, dimensão, visibilidade, materiais construtivos e menções em textos históricos. Neste sentido, nosso *Repertório*



*Numismático*, é composto por duas frentes de fontes: 1) Quanto às moedas nos contextos de achado utilizamos a totalidade das moedas analisadas por Ariel (1982) e Evans (2006). 2) Quanto às moedas em termos de iconografia nosso *Repertório Numismático* valeu-se dos catálogos BMC, *Roman Provincial Coinage – RPC*, *Corpus Nummorum Palestinensium*, *Roman Imperial Coinage – RIC*, dentre outros (Cf. Referências)

As análises apresentadas neste capítulo alinham-se aos estudos desenvolvidos por Ian Hodder, que afirma que os arqueólogos não têm o direito de interpretar as pré-histórias (estendemos este entendimento para a Arqueologia Histórica) de outros grupos étnicos e culturais, e que, ao invés disso, deveriam apenas fornecer aos indivíduos desses grupos a habilidade de construir as suas próprias visões do passado (HODDER, 1986). Dessa forma, trata-se de uma pesquisa de Arqueologia contextual, simbólica, cognitiva, uma vez que analisa as moedas em seus contextos de achados, inseridas nas malhas urbanas de Cesareia Marítima e Jerusalém/Aelia Capitolina.

Trata-se, do mesmo modo, de uma pesquisa influenciada pelas novas propostas pós-coloniais compartilhada por teóricos como Said (1978), Spivak (1999) e Bhabha (1998), que têm desconstruído a hegemonia discursiva daquela visão polarizada das relações entre centro e periferia.

Ressaltamos que a maioria dos estudos nesta direção tem como foco as ex-colônias ocidentais da modernidade, situadas especialmente na África, Ásia e Américas, o que coloca o Brasil no meio destas discussões, na compreensão da necessidade da análise dos discursos textuais (verbais e não-verbais), além de expressões de poder e negociações observadas na materialidade das estruturas arquitetônicas e nos achados monetários, relacionados aos elementos do colonialismo moderno.

Contudo, há o risco de se incorrer em anacronismos, com o uso comparativo da Antiguidade Clássica com o colonialismo praticado na modernidade. Assim, cabe à Arqueologia a tarefa de escrever uma visão alternativa da História que reavalie pressupostos muitas vezes pré-conceituais acerca da atuação de grupos colonizados, especialmente nas fundações gregas e províncias romanas (CORNELLE; FAHLANDER, 2007).

Metodologicamente, este capítulo apresenta análises pautadas em dados da Arqueologia pós-processual e da História Social, na contribuição do debate contemporâneo acerca das interações culturais do Mediterrâneo na Antiguidade. Reconhecemos que os trabalhos dos numismatas israelenses são em grande medida processualistas, no modo como realizam a sistematização dos dados. Assim, esta tese, inevitavelmente, por meio dos dados estatísticos

dos achados monetários, também utiliza pressupostos analíticos em uma perspectiva processualista. Todavia, esta pesquisa inova ao realizar, também, análises dos motivos iconográficos das moedas relacionados aos seus contextos de achado e a busca pelas reverberações simbólicas das análises por nós empreendidas, o que alinha essa pesquisa à corrente pós-processual. Para isso, a pesquisa está articulada em três partes que se complementam: 1) Teorias arqueológicas referentes ao contato cultural. 2) O uso de dados estatísticos dos achados monetários e sua relação com a organização urbana. 3) Estudo de Casos – Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima.

Portanto, esta pesquisa de cunho interpretativo examina e inter-relaciona, do ponto de vista crítico, os catálogos numismáticos, os relatórios de escavações e artigos científicos que trazem informações sobre as moedas encontradas *in situ* de peças que foram cunhadas entre os séculos I AEC ao II EC nas cidades mencionadas. Essas fontes todas e a metodologia empregada dá-se de modo a se obter informações referentes às cidades cunhadoras, às autoridades emissoras, datação, metal utilizado, informações de anverso e reverso, iconografia e legendas.

Realizamos ainda o mapeamento dos locais de circulação monetária, a partir da plotagem das moedas nos locais onde elas foram encontradas nas escavações arqueológicas. Tal investigação foi realizada por meio da análise de dados arqueológicos/numismáticos disponibilizados nas revistas científicas, nos relatórios de escavações, em trabalhos acadêmicos, dentre outros. Logo, seguimos a montagem do *corpus* documental com o desenvolvimento de gráficos e tabelas relacionais, e do intercruzamento das informações provenientes do levantamento dos relatórios de escavação, bem como, da interpretação crítica das fontes textuais.

Os dados dos relatórios de escavações utilizados nesta pesquisa, foram os levantamentos dos achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina apresentados por Donald T. Ariel (1982), que se baseia em moedas encontradas em onze (11) grandes escavações, trinta e três (33) menores, e catorze (14) tesouros monetários, e nas expedições conjuntas realizadas em Cesareia Marítima desde 1950, e que foram complementadas pelas temporadas de escavações de 1971 a 1987, com temporadas de estudo em 1977, 1981, 1985 e 1986 pela JECM, que considerou as pesquisas desenvolvidas por Bull e Toombs (1972); Bull (1973,1974, 1975, 1978, 1981, 1982, 1984); Humphrey (1974, 1975, 1986); Toombs (1978); Bull, Krentz e Storvick, (1986); Vann (1992); Lehman e Holum (2000); Levine (1975a, 1975b); Foerster (1975); Holum et. al.(1992); Holum (1999); Holum e Raban (1993); Kadman (1957);

Hamburger (1959, 1968, 1970); Lampinen (1999); Levine (1975); Hohlfelder (1983); Ariel (1982) e Frova (1965).

Outras importantes publicações científicas consultadas foram os dados arqueológicos disponibilizados pelas revistas *Israel Exploration Society – a Israel Exploration Journal* e a *Qadmoniot: A Journal for the Antiquities of Eretz-Israel and Bible Lands* –, que têm importante espaço acadêmico e interdisciplinar destinados às pesquisas arqueológicas, históricas e geográficas sobre Israel e região. Seus artigos abrangem uma ampla gama cronológica, desde os períodos pré-históricos até a contemporaneidade.

As informações referentes aos estudos numismáticos em Israel foram consultadas em publicações da *Israel Numismatic Society*, cuja revista *Israel Numismatic Research*, tem permitido o acesso a dados relacionados às pesquisas multidisciplinares em áreas como Arqueologia, História e Iconografia de moedas antigas, medievais e modernas desta região. O foco da pesquisa numismática desta revista científica de Israel relaciona-se aos estudos de moedas que circularam no sul do Levante, desde a Antiguidade até a Era Moderna.

A partir do *corpus* documental citado anteriormente, são apresentadas as análises relacionadas às estruturas de poder e negociações, passíveis de inferências arqueológicas, quanto à organização espacial e dispersão dos achados monetários, por meio do intercruzamento das informações estatísticas presentes em dois repertórios desenvolvidos nesta pesquisa – *Repertório Numismático (RN)* e *Repertório de Estruturas Arquitetônicas (REA)*.

Ressaltamos a importância do uso de inovações tecnológicas nas pesquisas arqueológicas, uma vez que possibilitam inúmeras contribuições reflexivas, diante do manuseio de programas de análise de dados relacionais, da possibilidade da publicização e do livre acesso aos dados e difusão do conhecimento, na promoção da extroversão científica das futuras e novas leituras de um mesmo objeto de estudo. Assim, a produção de bancos de dados assume um papel fundamental para a elaboração de catálogos de referência, e promove uma maior variabilidade de interpretações, já que a cultura material constitui, dessa forma, um veículo de informações, e que os objetos carregam mensagens com usos e funções específicas, sejam elas práticas e imediatas, sejam elas simbólicas e ideológicas (RENFREW; BAHN, 1993; TRIGGER, 2004; NEUSTUPNÝ, 1993).

Acreditamos que a quantidade e variedade qualitativa de material proveniente das pesquisas arqueológicas permitiram a criação de ferramentas de análise estatística e de indexação que facilitaram e viabilizaram a compreensão dos dados. A análise quantitativa

tornou manejável uma vasta gama de informações e permitiu a identificação das distribuições e variações dos dados nesta pesquisa.

Dentre os trabalhos recentes desenvolvidos no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, que utilizaram banco de dados relacionais, destacamos o de Juliana Figueira da Hora, sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari, que analisou a cerâmica de figuras negras tasienses de forma a esclarecer as relações sociais e religiosas imbuídas nos objetos (HORA, 2018), e o da Claudia Gradim, que investigou as relações entre os romanos e a população egípcia, do século I AEC ao século VI EC, por meio do estudo dos banhos e práticas balneárias públicas (GRADIM, 2019). Ainda nesta perspectiva, mencionamos a dissertação de mestrado de Victoria Arroyo (2021), ambos sob a orientação do Prof. Dr. Vagner Carneiro Porto, que a partir da Arqueologia Contextual instrumentalizada com a criação de um banco de dados relacional analisou as *Mudanças e permanências no mobiliário funerário em cemitérios de não-elite do Reino Novo e do Terceiro Período Intermediário: um estudo sobre o papel dos amuletos*.

Observa-se neste contexto de produções científicas atuais, com o uso de banco de dados relacional, que a criação de repertórios de referência pode surgir como uma importante ferramenta de organização e análise de material arqueológico, em especial, para a sua divulgação e consulta.

Sabemos que desde os anos 1990, e principalmente, no início dos anos 2000, a utilização de recursos tecnológicos e digitais para a elaboração de catálogos e bases de dados por meio de *softwares*, como o *Microsoft Access* e *FoxPro*, desenvolvidos pela Microsoft, e *FileMaker Pro*, desenvolvidos pela FileMaker Inc., filial da empresa *Apple*, intensificaram-se na Arqueologia como recursos metodológicos determinantes no processo de construção e desconstrução dos fatos históricos (MARQUES; DAVID, 2013).

O *Repertório Numismático (RN)* e o *Repertório de Estruturas Arquitetônicas (REA)* desta pesquisa, foram desenvolvidos por meio da criação de dois (02) bancos de dados no *software Microsoft Access*. Estes repertórios organizaram informações temáticas e cronológicas, produtos de uma seleção de dados que serão analisados neste capítulo, advindas de gráficos produzidos no programa do *pacote office da Microsoft*, denominado *excel*, que possibilitou o inter cruzamento de dados e de um processo de escolha de temas a serem interpretados.

As fichas catalográficas criadas a partir destes bancos de dados apresentam informações contendo imagens e referências descritivas voltadas para a discussão neste capítulo da tese, onde os repertórios e os dados foram apresentados e discutidos em subcapítulos específicos.

Ressaltamos que os resultados alcançados por meio dessas análises serão depositados no Repositório de Dados Científicos da Universidade de São Paulo (<https://uspdigital.usp.br/repositorio/>), e também no banco de dados do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial - LARP, com o qual esse estudo está em consonância. Dessa forma, esta pesquisa arqueológica poderá contribuir com a organização da Base de Dados do LARP (*Barolo*), repositório intranet e com o *Mapa Interativo* do LARP que vêm reunindo diversas informações e estudos arqueológicos sobre as províncias romanas, trazendo grandes contribuições para a área.

Trata-se do uso de dados referente apenas à organização das duas cidades da província *Judaea-Palaestina*, objeto desta pesquisa, durante o período romano (do século I AEC ao II EC), isto é, suas disposições internas, seu sistema urbanístico, as relações entre seus habitantes e as possíveis interações sociais possibilitadas ou incentivadas por suas estruturas urbano-arquitetônicas observadas também na circulação, emissões e iconografia das moedas dessas cidades estudadas.

Portanto, as estruturas arquitetônicas de período romano na *Judaea-Palaestina* selecionadas nesta tese, ou seja, de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, seguem as análises do componente simbólico presente na *monumentalidade* das edificações em relação às demais e nas suas localizações em locais privilegiados quanto às suas visibilidades pelo número maior de indivíduos (HIRATA, 2012).

Trata-se do intercruzamento das informações presentes no registro arqueológico e na fonte textual, na identificação de possível dispêndio excepcional de recursos e de energia – o consumo conspícuo – na construção, por exemplo, do Templo de Augusto e Roma em Cesareia Marítima e da reconstrução do Templo de Jerusalém por Herodes, o Grande, como elementos arquitetônicos que apresentam a monumentalidade como manifestação concreta e duradoura do poder de um governante e de sua cidade. Agregamos a essa análise da Arqueologia Contextual observadas no espaço construído, as informações oferecidas pela iconografia das moedas. Todas essas informações somam forças no sentido de possibilitar um melhor entendimento das relações de poder e das esferas de negociações estabelecidas no contexto urbano destas duas cidades.

## 6.1 Dados

Foram tabuladas por nós em 2021, onze mil, setecentas e trinta e sete (11.737) moedas, das quais nove mil, cento e dez (9.110) foram recuperadas em escavações em Jerusalém/Aelia Capitolina, e analisadas por Donald T. Ariel (1982), conforme Quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 – Achados Monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina**

Período Histórico	Período Histórico							
Jerusalém/Aelia Capitolina	Jerusalém/Aelia Capitolina							
Cidade	Hasmoneu (125-37 AEC)	Herodiano e Procuradores (37 AEC-66 EC)	Primeira Revolta (66-70 EC)	Entre Revoltas (70-135 EC)	Aelia Capitolina (130[5]-260 EC)	Romano Tardio (260-491 EC)	Bizantino (491-638 EC)	Total
	4374	2039	999	98	316	734	550	9110
Total	48%	22%	11%	1%	3%	8%	6%	

Para Cesareia Marítima tabulamos duas mil, seiscentos e vinte e sete (2.627), que foram apresentadas por Jane DeRose Evans (2006). Ver Quadro 3, abaixo:

**Quadro 3 – Achados Monetários em Cesareia Marítima**

Período Histórico	Período Histórico						
Cesareia Marítima	Cesareia Marítima						
	Ptolomaico/ Selêucida	103-40 AEC	40 AEC-96 EC	96-324 EC	324-491 EC	491-640 EC	Total
	12	51	169	242	1601	552	2627
Total	1%	2%	6%	9%	61%	21%	

Para a compreensão dos locais de achado monetário, elegemos o recorte espacial dos limites muralhados que as cidades alcançaram entre o século I AEC e II EC, e da dispersão das moedas nessa malha urbana, assim, a distribuição em Jerusalém/Aelia Capitolina deu-se conforme Quadro 4:

**Quadro 4 – Áreas com achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina**

<b>Áreas de escavação - séculos I AEC ao II EC</b>	
<b>Jerusalém/Aelia Capitolina</b>	
1	<b>Muro Sul</b>
2	<b>Bairro Judeu</b>
3	<b>Cidadela</b>
4	<b><i>Tyropoeon</i></b>
5	<b><i>Ophel</i></b>
6	<b>Muro Ocidental</b>
7	<b>Monte Sião</b>
8	<b>Jerusalém</b>
9	<b>Armenian Garden</b>
10	<b>Portão de Damasco</b>
11	<b>Portão de Herodes</b>
12	<b>Tumba de Herodes</b>
13	<b><i>Karm al-Shaikh</i></b>
14	<b><i>Kenyon</i></b>
15	<b>Muro Norte</b>
16	<b><i>St. Peter Gallicantio</i></b>
17	<b>Terceiro Muro</b>
18	<b>Tesouro Monetário <i>Siloam</i></b>
19	<b>Tesouro Monetário Monte do Templo</b>
20	<b>Tesouro Monetário <i>ST. Stephen</i></b>

Observa-se no Quadro 4 que das cinquenta e oito (58) áreas escavadas em Jerusalém/Aelia Capitolina (grandes escavações (11 áreas), escavações menores (33 áreas), mais os tesouros monetários (14), apenas vinte (20), encontram-se no limite muralhado da cidade até o século II EC, ou são as mesmas áreas, com temporadas de escavações diferentes (foi considerada a somatória de todos os achados monetários por área), as quais foram analisadas individualmente.

Quanto à Cesareia Marítima, foram consideradas onze (11) áreas de escavação com a presença de moedas do século I AEC até o II EC (Quadro 5).

**Quadro 5 – Áreas com achados monetários em Cesareia Marítima**

<b>Áreas de escavação - séculos I AEC ao II</b>	
<b>Cesareia Marítima</b>	
1	A
2	B
3	C
4	E
5	G
6	H
7	K
8	L
9	I
10	N
11	PA (Aqueduto Alto)

Esclarecemos que o recorte temporal desta pesquisa é do século I AEC ao II EC, assim, partindo da macro para a microestrutura informativa foi preciso afinar ainda mais a pesquisa.

Conforme tabulação de dados, o **Quadro 6** apresenta sete mil, duzentas e oitenta e uma (7.281) moedas, para o recorte temporal do século I AEC ao II EC em Jerusalém/Aelia Capitolina.

**Quadro 6 – Achados monetários de Jerusalém/Aelia Capitolina – séculos I AEC ao II EC**

<b>Áreas de escavação - séculos I AEC ao II EC</b>		
<b>Jerusalém/Aelia Capitolina</b>		
1	Muro Sul	2179
2	Bairro Judeu	2112
3	Cidadela	1845
4	<i>Tyropoeon</i>	439
5	<i>Ophel</i>	190
6	Muro Ocidental	172
7	Monte Sião	136
8	Jerusalém	46
9	Armenian Garden	4
10	Portão de Damasco	1
11	Portão de Herodes	3
12	Tumba de Herodes	2
13	<i>Karm al-Shaikh</i>	12
14	<i>Kenyon</i>	1
15	Muro Norte	9
16	<i>St. Peter Gallicantos</i>	2
17	Terceiro Muro	10
18	Tesouro Monetário <i>Siloam</i>	12
19	Tesouro Monetário Monte do Templo	19
20	Tesouro Monetário <i>ST. Stephen</i>	87
<b>Total</b>		<b>7281</b>



O Quadro 7 apresenta, para Cesareia Marítima, quatrocentos e sessenta (460) moedas, para o mesmo período histórico mencionado.

**Quadro 7 – Achados monetários de Cesareia Marítima – séculos I AEC ao II EC**

<b>Áreas de escavação - séculos I AEC ao II EC</b>		
<b>Cesareia Marítima</b>		
1	A	175
2	B	20
3	C	70
4	E	4
5	G	140
6	H	28
7	K	5
8	L	13
9	I	2
10	N	1
11	PA (Aquaduto Alto)	2
<b>Total</b>		<b>460</b>

Informamos que da totalidade de moedas encontradas em Jerusalém/Aelia Capitolina, para o recorte temporal desta pesquisa (7281 moedas), quinhentas e uma (501) moedas foram emissões estrangeiras (6,89 %), das quais oitenta e três (83) delas, eram emissões em prata ou ouro. Assim, da totalidade de moedas escavadas em Jerusalém, seis mil, setecentas e oitenta (6.780) moedas, eram emissões locais (93,11 %), das quais noventa e cinco (95), eram emissões em prata do período de revoltas, totalizando seis mil, seiscentas e oitenta e cinco (6.685) emissões locais em bronze.

Quanto à Cesareia Marítima das quatrocentos e sessenta (460) moedas, para o mesmo período, houve o registro de cento e setenta e seis (176) moedas estrangeiras (38,26%), das quais apenas três (03) eram em oricalco, e o restante em bronze, logo, as emissões locais totalizaram duzentos e oitenta e quatro (284) moedas (61,74%) (todas em bronze).

Os próximos dois quadros (Quadro 8 e quadro 9), apresentam a distribuição dos achados monetários por período histórico nas duas cidades desta tese.

Quadro 8 – Achados monetários por área e períodos históricos – Jerusalém/Aelia Capitolina

Jerusalém/Aelia Capitolina - Achados monetários por área e período histórico								
Nº	Id. Ariel (1982)	Área Escavada	Hasmoneu (125-37 AEC)	Herodiano e Procuradores (37 AEC-66 EC)	Primeira Revolta (66-70 EC)	Entre Revoltas (70-135 EC)	Aelia Capitolina (130[5]-260 EC)	Total
1	1	Muro Sul	317	981	631	58	192	2179
2	2	Bairro Judeu	1489	435	140	4		2112
	50	Tesouro monetário Bairro Judeu (prata)			13			
	51	Tesouro monetário Bairro Judeu (bronze)	31					
3	3	Cidadela (1934-38)	1585	90	23	6	6	1845
	9	Cidadela (1968-69)	19	114		1		
	15	Cidadela		1				
4	5	<i>Tyropoeon</i> 1927	53	40	24	1	7	439
	42	<i>Tyropoeon</i> 1933		3				
	58	Tesouro monetário <i>Tyropoeon</i>	311					
5	6	<i>Ophel</i> (Hebrew University)	96	50	36	2	6	190
6	7	Muro Ocidental	118	46	6	1	1	172
7	8	Monte Sião	55	71	6	2	1	136
	31	Monte Sião (Aelia Capitolina)					1	
8	11	Jerusalém 1894-97	5	20	18		3	46
9	12	<i>Armenian Garden</i>	3		1			4
10	16	Portão de Damasco		1				1
11	22	Portão de Herodes		3				3
12	23	Tumba de Herodes		1			1	2
13	26	<i>Karm al-Shaikh</i>	1	3	2	2	4	12
14	29	Variadas - <i>Kenyon</i>		1				1
15	34	Muro Norte	2	5	1		1	9
16	37	<i>St. Peter Gallicantó</i>			2			2
17	41	Terceiro Muro	4	3		1	2	10
18	54	Tesouro monetário <i>St. Stephen</i>	2	21	64			87
19	56	Tesouro monetário <i>Siloam</i>		9	3			12
20	57	Tesouro monetário Monte do Templo	19					19
Total por período histórico			4110	1898	970	78	225	7281

**Quadro 9 – Achados monetários por área e períodos de escavação – Cesareia Marítima**

<b>Achados monetários por área e períodos históricos Cesareia Marítima</b>					
<b>Nº</b>	<b>Áreas</b>	<b>103-40 AEC</b>	<b>40 AEC-96 EC</b>	<b>96-324 EC</b>	<b>Total</b>
1	A	14	56	105	175
2	B		2	18	20
3	C		32	38	70
4	E		2	2	4
5	G	37	61	42	140
6	H		9	19	28
7	K			5	5
8	L		2	11	13
9	I		2		2
10	N			1	1
11	PA (Aquaduto Alto)			2	2
<b>Total por período histórico</b>		<b>51</b>	<b>166</b>	<b>243</b>	<b>460</b>

## 6.2 Procedimentos de análise

A pesquisa tem o apoio das teorias apresentadas até aqui, que estão apresentadas em grupo, mas não esgotam as contribuições dos demais autores citados anteriormente. Assim, as análises atuam por meio das seguintes categorias de análise, conforme mostra o Quadro 10.

**Quadro 10 – Procedimentos de análise**

<b>Autores</b>	<b>Procedimentos</b>
Hodder (1982; 1986; 1996; 2020) Ingold (2012)	Arqueologia pós-processual Arqueologia Contextual Emaranhados biossociomateriais Agência humana e do objeto
Lacroix (1974)	Origem mítico-religiosa
Kormikiari (1995; 2001; 2009)	Localização Produção e circulação

Caltabiano (1998) Florenzano	Símbolo (imagem e letra/legenda) Iconografia da cunhagem (anverso e reverso)
Pérez (1986) Carlan (2014)	Discurso ideológico Relação imagem e legenda
Porto (2007) Kushnir-Stein (1990)	<i>Status</i> administrativo Refundação/nomeação da cidade Título de poder
Kormikiari (1995; 2001; 2009) Rapoport (1982) Hirata (2010) Tolfo (2017)	Territorialidade Urbanidade Cidades Plano urbanístico
Jimenez (2014) Hora (2018)	<i>Mimesis</i> Emulação
Fleming (2001; 2008; 2014) Rocha (2004; 2005; 2012) Bastos (2011; 2016) Funari (2005; 2006; 2008)	Arqueologia Clássica Estudos históricos e arqueológicos da <i>Judaea-Palaestina</i>
Foucault (1977; 1979; 1980; 1995; 2004) Bourdieu (2001) Mattingly (2004) Revell (2009) Hingley (2000)	Redes de poder Poder simbólico Identidades provinciais
Hölkeskamp (2004) Barbosa (2018) Kemmers e Myrberg (2011) Meadows e Williams (2001)	Memória e monumento

Enfocamos as análises nas estruturas de poder e nas esferas de negociações por meio da verificação dos achados monetários em seu contexto arqueológico, assim, cada estrutura arquitetônica que apresente moedas recebe nesta tese uma interpretação sobre esse processo analítico.

Ressaltamos, ainda, que a organização do espaço construído apresenta uma infinidade de estruturas arquitetônicas, que abrangem ruas, casas, reservatórios de água, templos, teatros,

hipódromos, dentre outros. Todavia, pela necessidade de definirmos um recorte para a pesquisa, optamos por focar nossa atenção nos projetos construtivos monumentais (de Herodes, o Grande e de Adriano) posto que estes relacionam-se muito fortemente à noção de *humanitas* preconizada pelos romanos. Assim, nossa atenção voltou-se para moedas encontradas no contexto das estruturas arquitetônicas relacionadas à monumentalização em grande escala do espaço construído, por meio de elementos edificados de grande proporção espacial (templos, hipódromo, teatros, fortalezas, dentre outros).

Selecionamos essas estruturas monumentais (que têm grande visibilidade na paisagem, e são construções de uso coletivo), para dialogar com as moedas, que também são monumentos em si, mas são apresentados em pequena escala. Dessa forma, objetivamos compreender as instâncias simbólicas relacionadas às estruturas de poder e elementos de negociações, por meio, de vestígios materiais díspares em proporções, mas igualmente passíveis de lembrar, legitimar, integrar e mediar a emulação cultural dentro das relações assimétricas no Império Romano.

### **6.3 Análise e discussão dos resultados**

#### *6.3.1 Análise da materialidade relacionada à oficina monetária local*

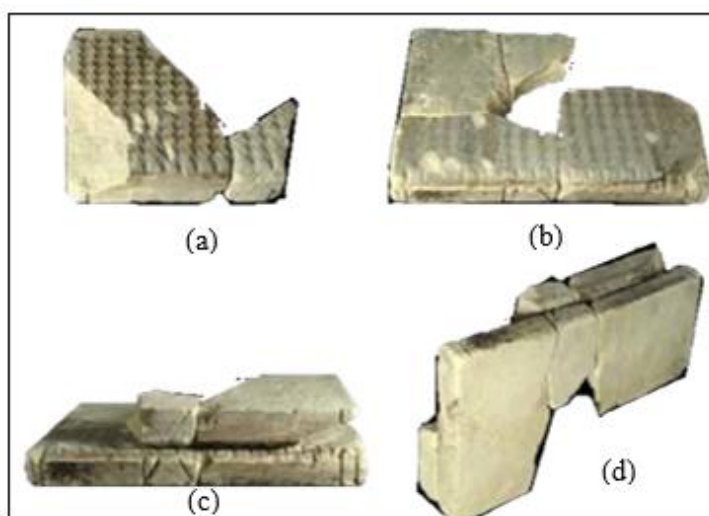
Começamos esta parte por esclarecer que Jerusalém/Aelia Capitolina tinha sua própria oficina monetária, que de acordo com Ariel (1982: 281), foi estabelecida quando o filho de Simeão, João Hircano I, aparentemente cunhou as moedas com lírio/âncora em Jerusalém em nome de Antíoco VII, por volta de 132/131 AEC (Fig. 48). Assim, o número majoritário de achados monetários estrangeiros em Cesareia Marítima ter origem na oficina monetária de Jerusalém, se torna compreensível.

Informamos ainda que as evidências materiais referentes à tecnologia empregada na produção de moedas antigas, foi arqueologicamente atestada em Jerusalém, e entendemos que a existência de uma oficina monetária local permeia a discussão referente às estruturas de poder e negociações a partir da análise da migração na Antiguidade de inovações tecnológicas em algumas cidades da *Judaea-Palaestina*, através dos tempos.

De acordo com Ariel (2012: 43), a tecnologia monetária empregada nas cunhagens antigas (tipologia, funcionalidade e cronologia dos moldes), permite a conclusão de que alguns moldes foram dedicados quase que exclusivamente à produção de moedas de metal e *flans*<sup>72</sup>. Assim, os antigos *flans* e moldes de moedas eram feitos principalmente de dois materiais: pedra e barro (cf. Fig. 68).

Durante escavações arqueológicas da *Israel Antiquities Authority* foram descobertos vários testemunhos da cunhagem de moedas em Jerusalém.

**Fig. 68 – Quatro moldes de pedra encontrados em Jerusalém**

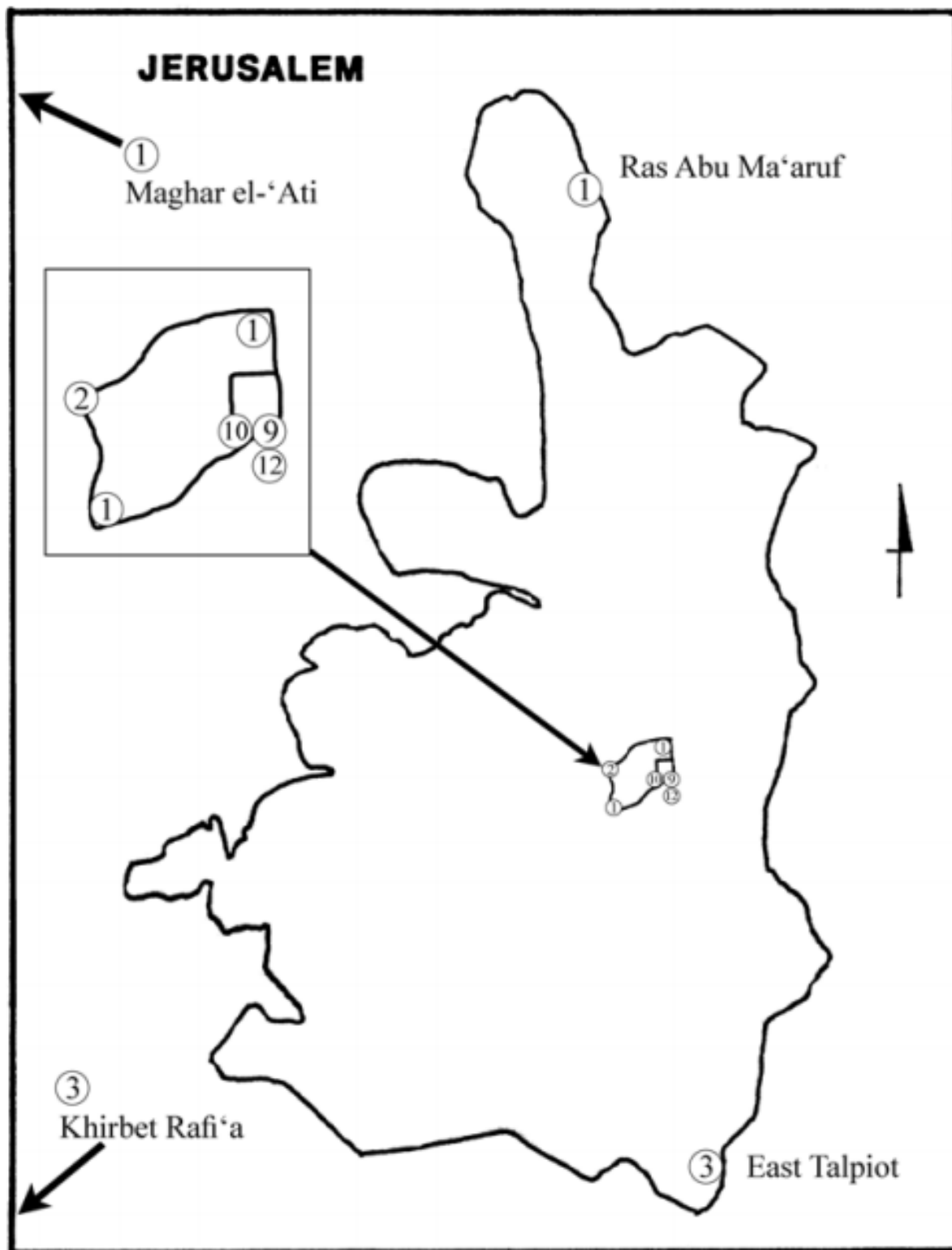


Fonte: Ariel (2012)

Os moldes (a, b, c, d), foram feitos de pedra ou barro, e foram atestados arqueologicamente conforme Ariel (2012), que disponibilizou um mapa com a dispersão desses achados arqueológicos em Jerusalém (Fig. 69).

<sup>72</sup> Segundo Porto (2007): “*cunhos são duas peças metálicas de dureza superior à do disco metálico, cada uma das quais gravada, na superfície impressora, com a iconografia e epigrafia em incuso correspondente ao tipo monetário de uma das faces da moeda a ser cunhada. Uma vez que as cunhagens ocorrem com os discos metálicos colocados em posição horizontal, temos um cunho superior (troquel ou mordente), e um cunho inferior (pilha ou dormente). O cunho inferior é fixo, onde se apoia o disco (flan), enquanto o superior é móvel (podendo ser usado por percussão ou por pressão mantida durante um curto período*”.

Fig. 69 – Mapa dos achados arqueológicos de moldes monetários em Jerusalém



Fonte: Ariel (2012)

Em nosso entendimento, a localização de alguns moldes em Jerusalém permite a compreensão da importância econômica, social, política e religiosa dessa cidade, uma vez que neste espaço e neste contexto arqueológico, pode-se inferir diversas possibilidades relacionadas

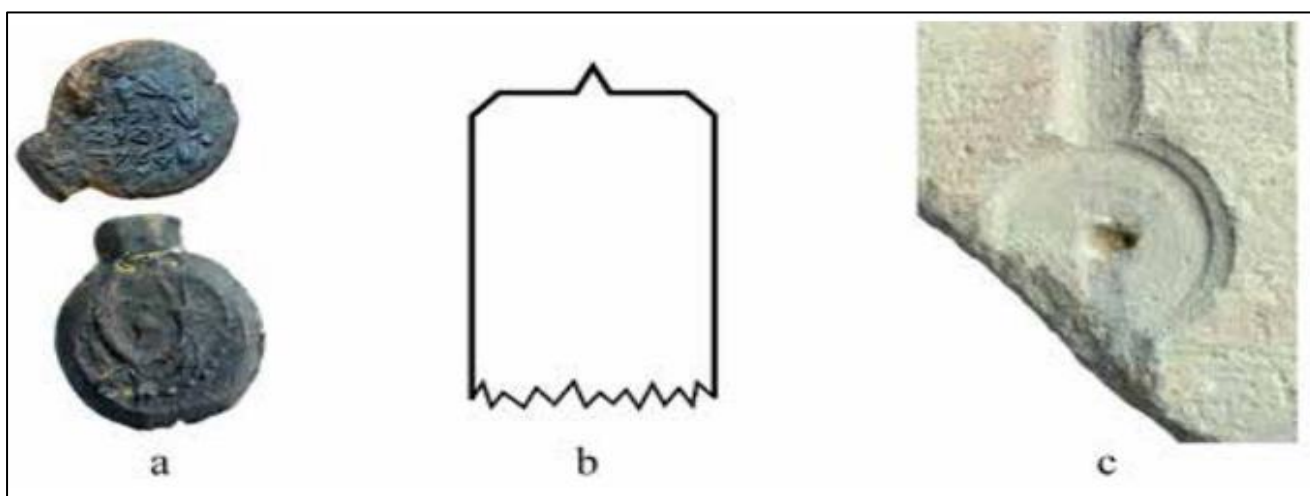
à Arqueologia Cognitiva e à Arqueologia Contextual, que direcionam as análises desta tese e fazem parte do escopo de nossas preocupações, quanto às possibilidades interpretativas de moedas em contexto urbano.

A Distribuição dos achados arqueológicos de moldes em Jerusalém corresponde aos moldes encontrados no Muro Sul (9), *Ophel* (10), *Tyropoeon* (12), Muro Ocidental (1), Cidadela (2) e Muro Norte (1) (ARIEL, 2012).

Um breve retorno textual à Fig. 35 (página 173 desta tese), possibilitará a visualização dos maiores achados monetários para as mesmas áreas em que se encontraram os moldes de cunhagens em contexto urbano. Logo, os achados de moedas em Jerusalém/Aelia Capitolina, estão intrinsecamente relacionados ao contexto da localização da oficina monetária local. Ressaltamos, ainda, que no mapa de distribuição de achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina, observa-se a predominância deles no Muro Sul, mas verificamos que a maioria das moedas foram encontradas na antiga cidade ou no seu entorno próximo, o que caracteriza a centralização das emissões e circulação nos limites urbanos da cidade.

É digno de nota que a cultura material evidencia a existência de uma autoridade emissora em Jerusalém, conforme afirmação mencionada da alta quantidade de achados monetários do entorno da cidade e dos moldes arqueologicamente atestados no local. No caso da imagem abaixo (Fig. 70), autoridade emissora em questão é o rei da Judeia Alexandre Janeu (103 AEC a 76 AEC).

**Fig. 70 – Materialidade da produção de moedas em Jerusalém/Aelia Capitolina**

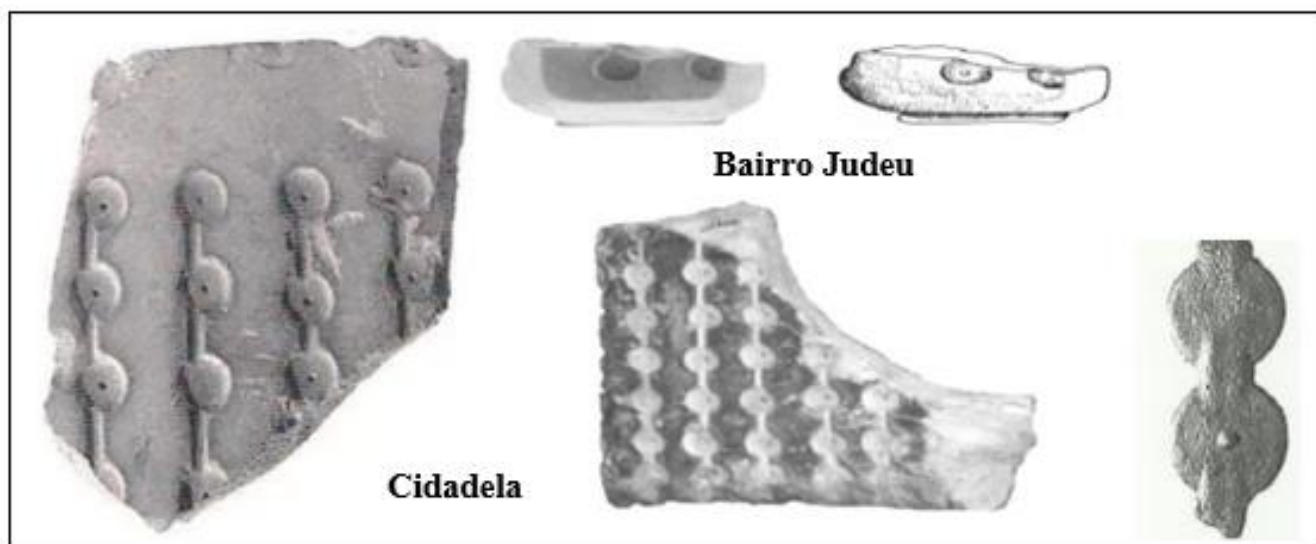


(a) Moeda de Alexandre Janeu; (b) desenho de broca usada na produção de cavidades cônicas; (c) fragmento de molde com perfuração central encontrado na Cidade de David. Fonte: Rosenberg apud Ariel (2012).



Nas escavações arqueológicas do Bairro Judeu e da Cidadela foram descobertos moldes de pedra utilizados para a fundição de metais na fabricação de moedas produzidas por Antígono e Pôncio Pilatos, conforme vê-se na Fig. 71.

**Fig. 71 – Moldes de pedra para produção de moedas**



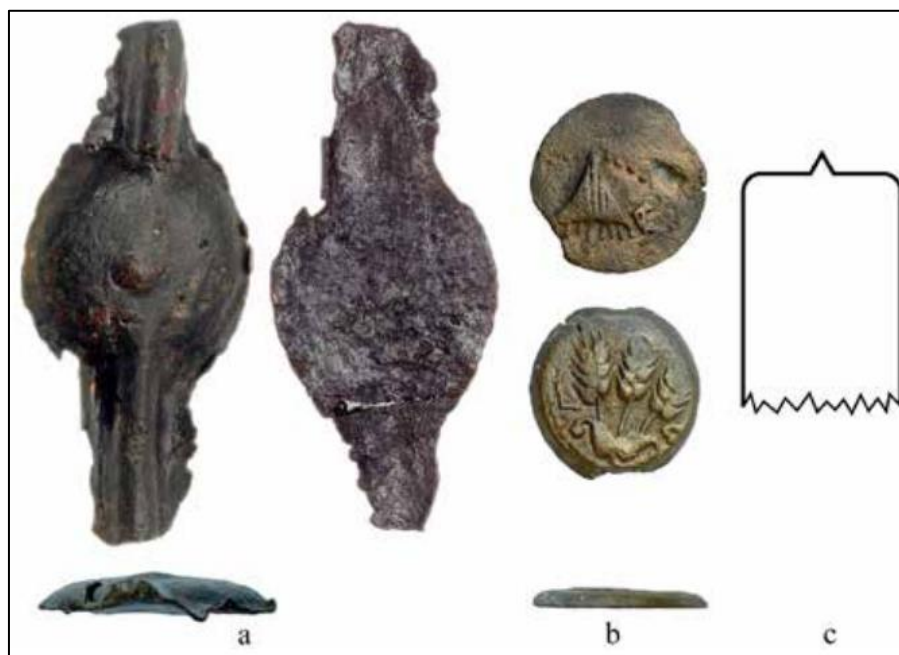
Fonte: Zlotnik (2012)

Entendemos que os vestígios materiais da produção de moedas em Jerusalém/Aelia Capitolina nas áreas denominadas Bairro Judeu e Cidadela, permitem a compreensão do expressivo número de achados monetários (que são raros em contexto arqueológico), para esta cidade. Deste modo, podemos observar que as estruturas de poder e negociações presentes na amoedação da *Judaea-Palaestina*, mostram-se arraigados à organização urbana, uma vez que verificamos no uso do espaço construído de áreas residenciais (Bairro Judaico, *Tyropoeon*, *Ophel* – relacionado à Cidade Baixa), de culto (Muro Sul, associado ao Complexo do Monte do Templo), e fortificações (Cidadela, associada à Torre *Phasael*), que as redes de poder se estabelecem de maneiras multidirecionadas e fluidas, sem limites de âmbito espaciais e cronológicos. Esta lógica dá-se uma vez que os emaranhados biossociomateriais, relacionados à agência do indivíduo e dos objetos, ultrapassam a funcionalidade objetiva das coisas, e permite algum tipo de significação, somente quando analisado de maneira sistêmica e contextual.

De acordo com os achados monetários, as moedas dos períodos hasmoneu, herodiano, dos procuradores e da Primeira Revolta Judaica contra os romanos, demonstram características semelhantes de métodos de cunhagem às que operavam sob a autoridade emissora em Jerusalém

(Fig. 72). Esses indícios demonstram a continuidade da cunhagem nesta cidade, por pelo menos duzentos (200) anos (ZLOTNIK, 2012: 11).

**Fig. 72 – Disco metálico (*flan*) e moedas produzidas em Jerusalém sob Agripa I**



(a) *Flan* curvado e afunilado da Judeia; (b) moedas de Agripa I (41-42 EC); (c) reconstrução de broca usada para produção de moedas em Jerusalém. Fonte: Rosenberg apud Ariel (2012).

Para Ariel (2012: 42-43), o uso da tecnologia de moldagem de *flans* interligados pode estar relacionado ao crescimento da produção de moedas de metais básicos, desde o período helenístico, assim, esta tecnologia monetária foi arqueologicamente atestada nas moedas do período ptolomaico (no Egito), e possivelmente até o século III EC no período romano na *Judaea-Palaestina*.

Importante salientar que embora alguns numismatas compreendam a existência de uma oficina monetária em Cesareia Marítima antes da Primeira Revolta (66-70 EC), não há evidências arqueológicas suficientes que garantam estas afirmações, todavia, não há dúvidas da produção de moedas em Jerusalém desde o século I AEC.

De acordo com Alla Kushnir-Stein (2000–2002), a oficina monetária em Jerusalém produziu moedas até 69/70 EC, quando outras oficinas monetárias já haviam deixado de produzir essas moedas há pelo menos um século antes (KUSHNIR-STEIN, 2000-2002: 80). Logo, a autora afirma que a cunhagem com o uso de moldes em que os *flans* ficam interligados em Jerusalém cessou quando a cidade foi destruída pelos romanos em 70 EC.

Uma análise mais profunda da circulação monetária tanto em Jerusalém/Aelia Capitolina, quanto em Cesareia Marítima permite a observação quantitativa de moedas nas áreas residenciais (Bairro Judeu, *Tyropoeon*, áreas A e G), o que poderia indicar maior monetarização da economia desde o período hasmoneu, com o fluxo de moedas em áreas de assentamentos destinados à moradia, assim como em áreas de efervescência de trocas de mercadorias e/ou de espetacularização pública, o que garantiu às emissões monetárias maior interferência no cotidiano doméstico, e melhor aderência às questões do universo político, econômico e cultural local.

Observamos neste emaranhado biossociomaterial de pessoas e coisas, que as redes de poder e negociações também estavam presentes nas emissões monetárias estrangeiras, as quais, no campo das complexidades das relações interpessoais e de objetos, e na ocorrência da circulação de moeda estrangeira na cidade, possibilitam a compreensão de um universo político-econômico e cultural fluido, amalgamado e multidirecionado de relações entre províncias, cidades, pessoas e coisas, muitas vezes distantes da monumentalização imperial.

Salientamos também a importância de as análises das moedas ocorrerem mediante a seus contextos de achado. Neste sentido, as análises são pautadas nas estruturas de poder e negociações passíveis de investigação arqueológicas, com base na bibliografia apresentada e discutida nos capítulos anteriores, com ênfase nas estruturas arquitetônicas monumentais (edificações em grande escala e de uso coletivo) que são limitadas pela organização espacial muralhada.

Para a compreensão do contexto dos achados monetários, foram identificadas por nós, em março de 2021, seis (06) estruturas arquitetônicas em grande escala em Jerusalém/Aelia Capitolina, a saber: 1) Portão de Adriano/Portão de Damasco; 2) Complexo do Monte do Templo; 3) Palácio de Herodes; 4) Fortaleza Antonia; 5) *Cardo maximus*; 6) *Decumanus maximus*<sup>73</sup>. E onze (11) para Cesareia Marítima: 1) Teatro; 2) Templo de Augusto e Roma; 3) Palácio Promontório; 4) Hipo-Estádio; 5) *Cardo maximus*; 6) *Decumanus maximus*; 7) Sinagoga; 8) Aqueduto; 9) Anfiteatro; 10) Antigo Porto; 11) Hipódromo. Todavia, somente as estruturas com achados monetários são objetos de análises nesta pesquisa, do mesmo modo que esses elementos construtivos precisam estar inseridos na malha urbana muralhada das duas cidades, no recorte temporal desta tese, já mencionado anteriormente. Dessa forma, no caso de

---

<sup>73</sup> O *cardo maximus* e o *decumanus maximus* entraram no grupo das estruturas arquitetônicas de grande escala, porque foram soluções romanas no sentido utilitário e da sensação de grandeza, manifestados na paisagem das cidades estudadas. Ressaltamos que a cidade antiga era delimitada por uma muralha e ordenada por duas grandes vias: o *cardo* (eixo norte-sul), e o *decumanus* (eixo leste-oeste). Assim, a importância concedida às vias de circulação e abastecimento das cidades estava relacionada à ordenação da malha urbana.

Jerusalém/Aelia Capitolina, somente o Portão de Adriano/Portão de Damasco e o Complexo do Monte do Templo, puderam compor o escopo de nossas análises neste capítulo da tese. Seguindo essa mesma linha, para Cesareia Marítima elegemos o Hipo-Estádio e o Templo de Augusto e Roma.

Para uma melhor compreensão e visão geral da construção ideológica das estruturas de poder e negociações presentes, a partir dos elementos arquitetônicos provinciais do século I AEC ao II EC de Jerusalém /Aelia Capitolina elencados, organizamos o Quadro 11, a seguir:

**Quadro 11 – Estruturas arquitetônicas de Jerusalém/Aelia Capitolina em que houve o registro de achados de moedas dentro do período recortado**

Nº	Autoridade/Local	Autoridade/local	Quantidade de achados monetários	Descrição
1	Portão de Adriano/Portão de Damasco	Jerusalém/Aelia Capitolina Séc. II EC	01 moeda	Os vestígios do Portão de Adriano são visíveis sob o moderno Portão de Damasco. Das três passagens em arco originais (de Adriano), apenas a pequena oriental sobreviveu, com sua torre em flanco.
2	Complexo do Monte do Templo	Herodes/Jerusalém Séc. I AEC	2179 moedas	A estrutura monumental do Complexo do Monte do Templo era composta pelos muros de contenção e o próprio Templo. Escavações à oeste e ao sul das paredes do Monte do Templo revelaram evidências materiais de ruas e de casas que indicam o caráter público dos arredores imediatos do Monte do Templo.

Para compreensão das estruturas arquitetônicas de Cesareia Marítima, passíveis de análise nesta tese, organizamos o Quadro 12, que evidencia as edificações que apresentaram moedas emitidas no recorte temporal desta pesquisa, e encontravam-se inseridas na organização espacial dessa cidade.

**Quadro 12 – Estruturas arquitetônicas de Cesareia Marítima em que houve o registro de achados de moedas dentro do período recortado**

Nº	Autoridade/Local	Autoridade/local	Quantidade de achados monetários	Descrição
1	Hipo-Estádio	Herodes/Cesareia Marítima Séc. I AEC	76 moedas	O plano construtivo do Hipo-Estádio foi alterado quando um novo <i>shendone</i> foi adicionado, a fim de reduzir o <i>dromos</i> e convertê-lo em uma <i>arena</i> .

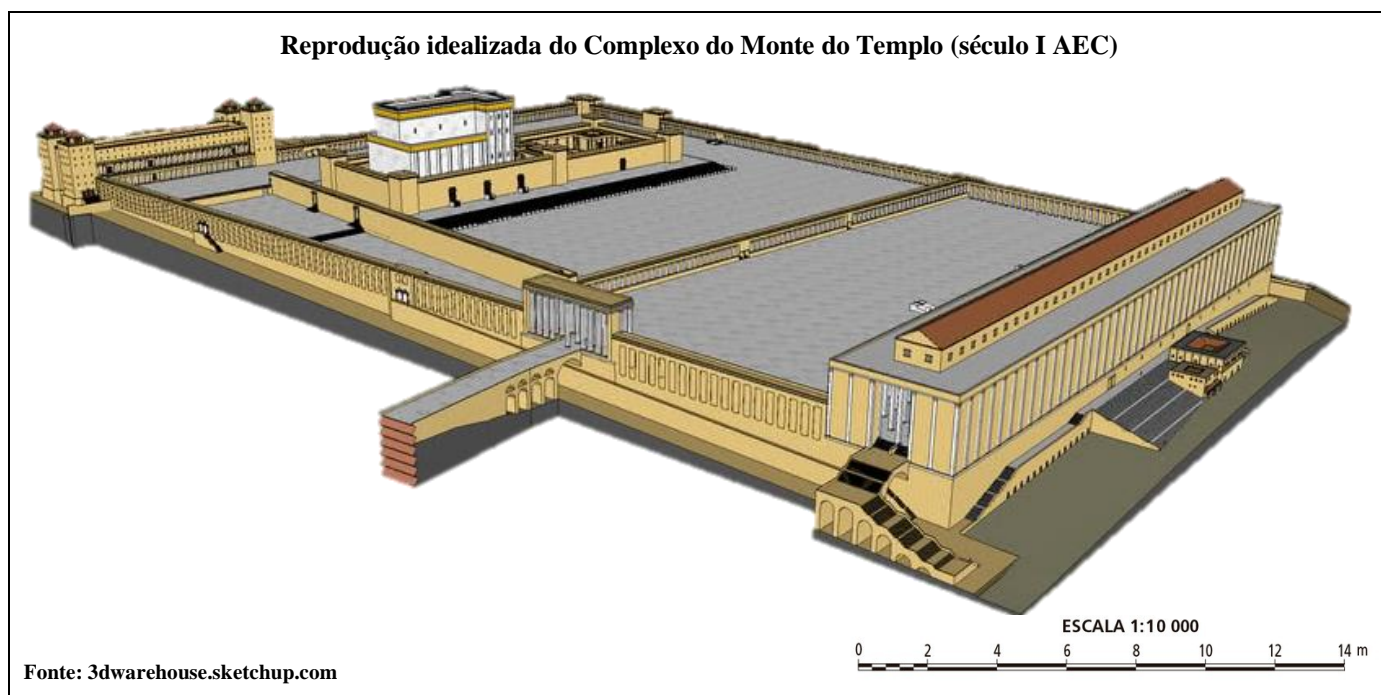
				Assim, tinha-se: 1. Entrada; 2. Pulvinar 3. Arena; 4. Passagem abobadada; 5. Arquibancadas; 6. <i>Espina</i> , 7. Galeria do subpavimento; 8. <i>Meta prima</i> ; 9. <i>Meta secunda</i> ; 10. <i>Carceres</i> ; 11. <i>Sphendone</i> escavado.
2	Templo de Augusto e Roma	Herodes/Cesareia Marítima Séc. I AEC	02 moedas	O <i>temenos</i> do templo estava a uma elevação de cerca de doze metros acima do nível do mar, voltado para a entrada do porto e fora do eixo em relação à malha viária. A plataforma foi estendida e nivelada no topo do outeiro natural por meio de abóbadas longitudinais, e uma rede de paredes preenchidas com areia. O topo foi preenchido com <i>kurkar</i> , e as fundações do templo foram preservadas a uma elevação máxima de 11,37 metros. Presume-se que seu pódio e pavimento eram na verdade de 1 a 2 metros mais altos, tendo sido removidos após o abandono do templo no período cristão.

### 6.3.2 Análise das estruturas arquitetônicas de Jerusalém/Aelia Capitolina

Nesta seção, examinamos as estruturas construtivas, para a verificação das formas com que se davam as estruturas de poder e negociações no espaço construído, em Aelia Capitolina/Jerusalém, dos séculos I AEC ao II EC, à luz das teorias arqueológicas e numismáticas e das estratégias metodológicas que propusemos para esta tese.

No quadro 13, abaixo, apresentamos análises das estruturas de poder e negociações observadas nos elementos construtivos de Jerusalém/Aelia Capitolina.

### Quadro 13 – Análise das estruturas arquitetônicas de Aelia Capitolina/ Jerusalém

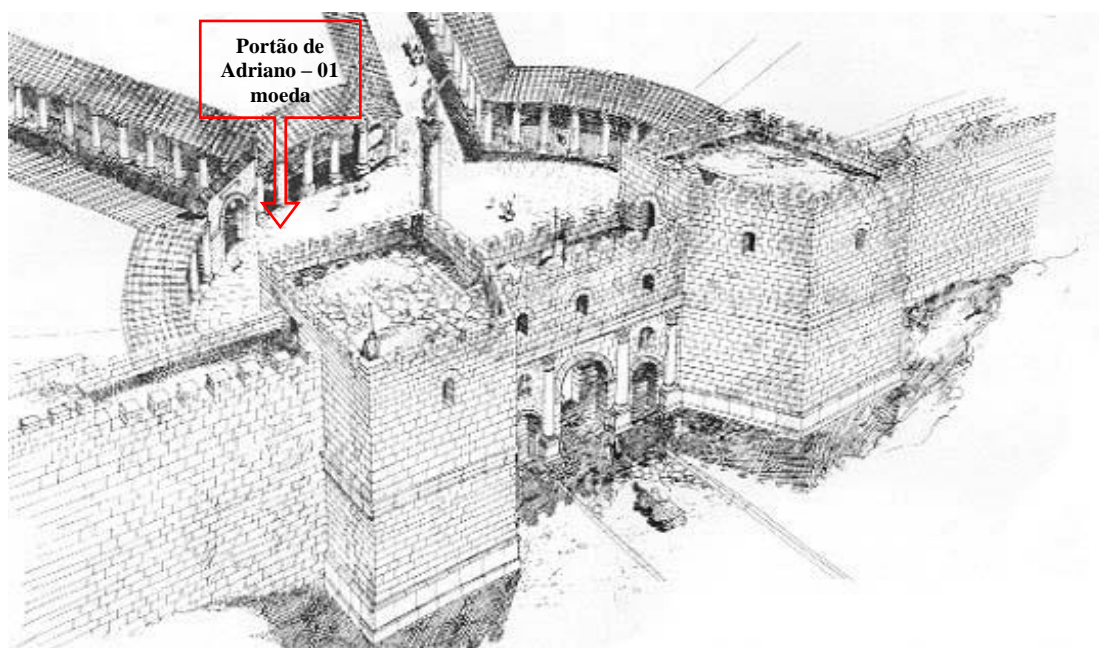




**Enfoque da análise:** achados monetários inseridos no contexto da estrutura arquitetônica do Complexo do Monte do Templo

**Interpretação:** Observamos evidências de estruturas de poder e negociações pela localização na paisagem deste Complexo do Monte do Templo, que se destaca na organização do espaço construído, uma vez que está topograficamente na área mais elevada da cidade. Mantem-se a evidência da monumentalidade de todo o arranjo espacial deste complexo pelo número de moedas encontradas nele. Esta área foi a que apresentou o maior número de moedas em contexto arqueológico, totalizando duas mil, cento e setenta e nove (2179) moedas, datadas do século I AEC ao II EC. Esclarecemos que o templo na Antiguidade tinha função de casa de câmbio, e em alguns casos, como no templo dedicado à Juno Moneta, era o local que produzia moedas<sup>74</sup>. Assim, a existência de 2179 moedas demonstra um grande fluxo de pessoas e mercadorias, que proporcionavam grande movimentação econômica. Reforçamos que as instâncias econômicas sempre estão em consonância com o poder político, assim, um mercado monetarizado, estava diretamente relacionado à força política e econômica da cidade. A ocupação destes espaços traduz a movimentação do dia a dia das pessoas, a configuração do ser humano neste espaço construído como preconiza cada qual a sua maneira Amos Rapoport (1982) e Louise Revell (2009). Temos que destacar ainda que o Templo de Jerusalém foi saqueado e destruído pelos romanos no ano 70 EC, mas os achados monetários apontam para a utilização da área envoltória após a destruição dele. Observamos o emaranhado biossociomaterial nesta estrutura, assim como, a função de trazer à memória o passado vivenciado pelo coletivo. A fachada do Templo de Jerusalém foi um dos motivos iconográficos utilizado nas emissões da Segunda Revolta. Assim, as estruturas de poder e negociações relacionavam-se à posição na paisagem, usos do local, visibilidade, representação em moedas e governante construtor, logo, as escolhas arquitetônicas de materiais e visibilidade estavam relacionadas à monumentalização de memórias, as quais resistiam ao esquecimento e à passagem do tempo. As moedas que circulavam por esta estrutura, pelos vieses político, econômico e cultural, reforçavam as identidades locais, por meio da mediação entre a elite local e Roma.

#### Reprodução do Portão de Adriano – Aelia Capitolina (século II EC)



Fonte: Menahem Magen. Disponível em: <https://www.baslibrary.org/biblical-archaeology-review/14/3/4>

**Enfoque da análise:** achado monetário inserido no contexto da estrutura arquitetônica do Portão de Adriano/Portão de Damasco

**Interpretação:** Observamos evidências de estruturas de poder e negociações por ter sido um dos portões de entrada à colônia muralhada de Aelia Capitolina. Esse portão está sob o moderno Portão de Damasco (bem abaixo do nível da rua). Por sua localização na paisagem se destaca na organização do espaço construído. Mantem-se a evidência da monumentalidade de todo o arranjo espacial deste portão, que foi junto com sua praça oval representado no Mapa de Madaba (Fig. 4). Nesta área foi

<sup>74</sup> Para aprofundar esta temática ver: HAMILTON, Neil Q. Temple Cleansing and Temple Bank. *Journal of Biblical Literature*. Vol. 83, No. 4 (Dec., 1964), p. 365-372. Também BROMBERG, Benjamin. Temple Banking in Rome. *The Economic History Review*. Vol. 10, No. 2 (Nov., 1940), p. 128-131.

encontrada apenas uma (01) moeda, datada do período herodiano. E, apesar de ter sido escavada, até o momento, apenas uma moeda nesta estrutura (nada impede que escavações futuras desvelem outras destas peças), observamos o emaranhado biossociomaterial nesta estrutura, assim como, a função de trazer à memória o passado vivenciado pelo coletivo, já que foi representado em outra localidade em um significativo mapa. Assim, as estruturas de poder e negociações relacionavam-se à posição na paisagem, usos do local, visibilidade, representação em outro lugar e governante construtor, logo, as escolhas arquitetônicas de materiais e visibilidade estavam relacionadas à monumentalização de memórias, que resistiam ao esquecimento e à passagem do tempo. A moeda encontrada nesta estrutura soma-se ao entendimento de reforço a respeito das identidades locais, por meio da mediação entre a elite local e Roma, uma vez que a moeda encontrada não está relacionada ao seu período de construção, o que evidencia a fluidez da monumentalização em moedas, que por serem espaços portáteis de reprodução de memória, não têm limitação de caráter cronológico.

### 6.3.2 Análise das estruturas arquitetônicas de Cesareia Marítima

Nesta seção, examinamos as estruturas construtivas, para a verificação das formas com que se davam as estruturas de poder e negociações no espaço construído, em Cesareia Marítima, dos séculos I AEC ao II EC, à luz da fundamentação teórica apresentada nos capítulos iniciais desta tese.

No quadro 14 apresentamos análises das estruturas de poder e negociações observadas nos elementos construtivos de Cesareia Marítima.

#### Quadro 14 – Análise das estruturas arquitetônicas de Cesareia Marítima

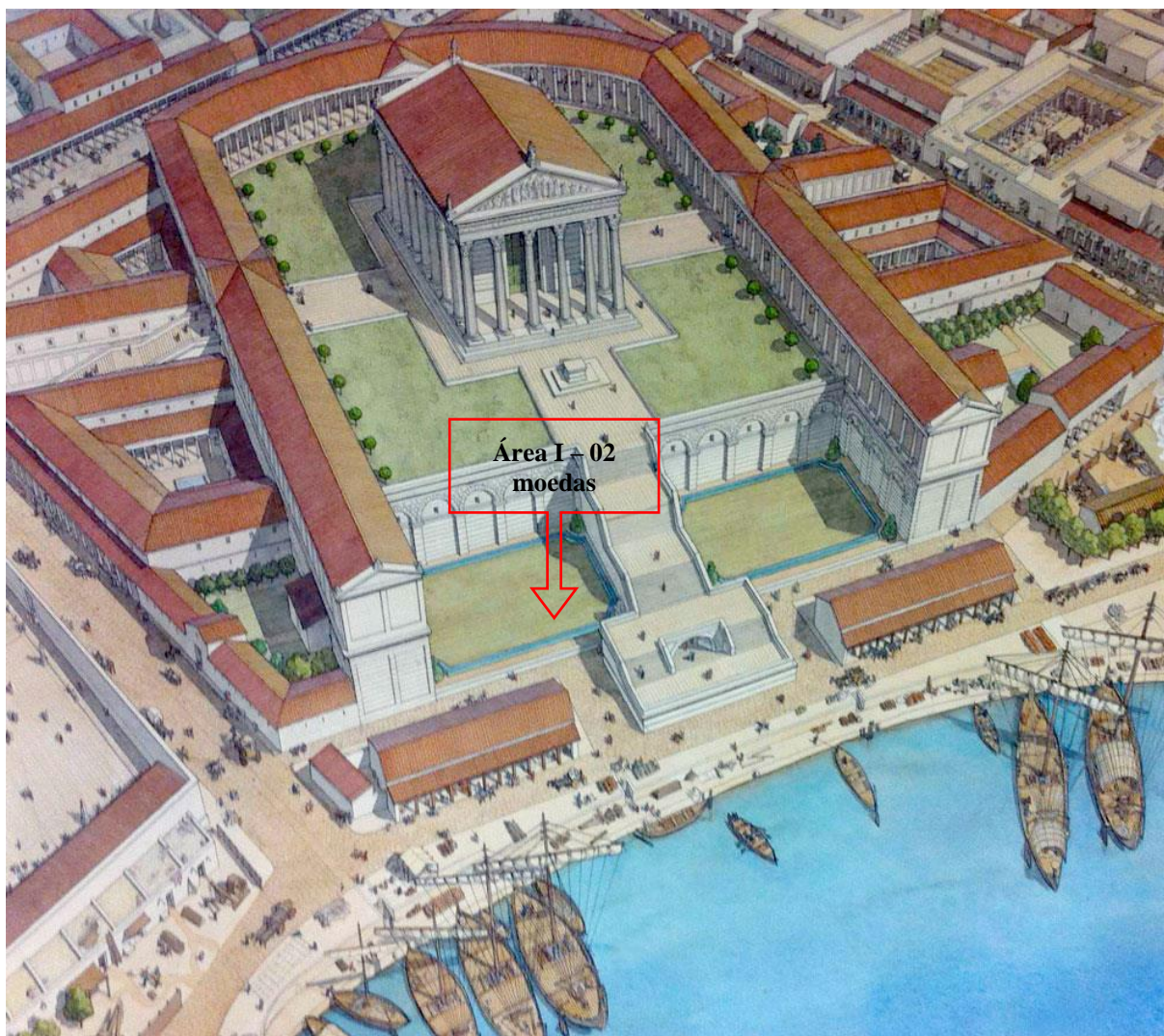




### Enfoque da análise: Achados monetários em contexto de estrutura arquitetônica de espetáculos públicos

**Interpretação:** Observamos evidências de estruturas de poder e negociações pela localização na paisagem deste Hipo-Estádio, que se destaca na organização do espaço construído, uma vez que está topograficamente na faixa litorânea da cidade. Mantém-se a evidenciação da monumentalidade de todo o arranjo espacial deste local de evento público pelo número de moedas encontradas nele. Esta área apresentou achados monetários em contexto arqueológico, totalizando setenta e seis (76) moedas, datadas do século I AEC ao II EC. Sabemos que este hipódromo teve sua área reduzida, mas os achados monetários apontam para a utilização de uma parte de sua área que se tornou *horreum*. Observamos o emaranhado biossociomaterial nesta estrutura, por meio da função de trazer à memória as grandes festividades e atos públicos, assim como, o armazenamento de mercadorias. Destacamos a diversidade das moedas encontradas neste local, que evidenciam a pluralidade cultural e a força política do governante no poder. Demonstra também a força da economia por evidenciar o vigor de determinado sistema ponderal, que estava difundido e mantinha fácil aceitação. Assim, as estruturas de poder e negociação relacionavam-se à posição na paisagem, usos do local, visibilidade e governante construtor; logo, as escolhas arquitetônicas de materiais e visibilidade estavam relacionadas à monumentalização de memórias, que estavam associadas ao processo de espetacularização e comemoração de eventos históricos, na ressignificação do espetáculo como marco histórico. As moedas encontradas nesta estrutura reforçavam as identidades locais, as redes de contato entre as cidades provinciais, a circulação de moedas e mercadorias, e assim, a difusão das identidades locais por meio da relação existente entre a elite local, outras cidades e Roma.

### Reprodução do Templo de Augusto e Roma (século I AEC)



Fonte: Disponível em <<https://jeanclaudegolvin.com/en/caesarea/>> Acesso em 10/03/2021



### **Enfoque da análise: Estrutura arquitetônica e achado monetário em estrutura de culto**

**Interpretação:** Observamos evidências de estruturas de poder e negociações por ter sido um lugar diferenciado na topografia e orientação nos pontos cardeais da cidade. A sua localização na paisagem se destaca no posicionamento, no ângulo desta edificação. Trata-se da evidente decisão de se proporcionar destaque na paisagem associada à visibilidade. Assim, as pessoas que viessem do mar veriam este templo, assim como, de qualquer parte da cidade, pelos arranjos feitos pelos seus construtores em deixá-lo acima do nível do mar. Nesta área foram encontradas, dentro do período recortado na pesquisa, duas (02) moedas, sendo uma delas de Trajano (98-117 EC), e a outra de Septímio Severo (198-211 EC). Observamos o emaranhado biomaterial nesta estrutura, assim como, as relações de clientelismo entre Herodes e Roma, já que ele dedicou essa edificação à deusa Roma, e ao próprio imperador Augusto. Logo, as estruturas de poder e as negociações observadas nesta estrutura arquitetônica deve-se à sua posição na paisagem, aos usos do local, visibilidade, e relações de clientelismo do governante construtor. Dessa forma, as escolhas arquitetônicas de materiais e visibilidade estavam relacionadas à monumentalização de memórias (considere-se a perpetuação da memória imperial que perpassa os reinados de Trajano e Septímio Severo), ao culto ao imperador e processos de negociações que possibilitaram a autorização e o custeio dos projetos construtivos de Herodes, que ao alterar a paisagem local, monumentalizou sua figura amalgamada à ideia de expansão territorial proporcionada por relacionamento cordial e de submissão ao poder romano. As moedas encontradas nesta estrutura reforçavam as relações amistosas com Roma, e a existência de uma oficina monetária local. Essas moedas e seu contexto de achado nos permitem inferir também que tanto no século I EC quanto no século II da EC o templo erigido por Herodes estava a pleno vigor, seja do ponto de vista religioso, econômico, seja da perpetuação de uma memória que precisava ser disseminada por meio da *humanitas* romana à porção Oriental do Império.

## **6.4 Análise comparativa de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima**

As análises foram pautadas nas epistemologias da Arqueologia Pós-processual e na compreensão do emaranhado biossociomaterial que possibilitaram a percepção dos aspectos primordiais dos elementos que compõem o discurso monetário e da compreensão dos aspectos ideológicos que envolviam as relações interpessoais no mundo antigo. Assim, as escolhas das imagens das moedas provinciais, por um lado, e a inserção das moedas na organização do espaço construído, por outro, fazem parte do método de análise a que nos propomos: do entendimento da totalidade material e suas representações nas relações sociopolíticas, histórico-sociais, religiosas e econômicas na *Judaea-Palaestina*.

Como já se pôde observar ao longo deste trabalho, os recorrentes achados monetários ao longo de décadas de escavações arqueológicas, permitiram a consolidação das informações relacionadas à iconografia das moedas das cidades produtoras da *Judaea-Palaestina* e nossas duas cidades pesquisadas não poderiam estar fora dessas constatações. Neste sentido, a análise dos achados monetários e sua dispersão por Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, permitem a verificação dos motivos iconográficos das moedas emitidas e que circularam por estas, assim como permitem também a constatação das áreas em que mais houve ocorrência de moedas, desde o período da intervenção direta romana (século I AEC), ao século II EC (quando, no caso de Jerusalém, esta cidade se torna a colônia Aelia Capitolina).

Desta feita, geramos o Quadro 15, o qual apresenta as duas cidades e os achados monetários no recorte temporal mencionado, assim como a distribuição de moedas por áreas de escavações. Esclarecemos que esses mesmos dados foram apresentados separados acima, mas aqui, optamos por mantê-los juntos para melhor visualização e comparação dos dados apresentados para as duas cidades.

**Quadro 15 – Quadro comparativo – Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima**

Cidade	Área	Período Histórico				Total	
		103-40 AEC	40 AEC-96 EC	96-324 EC			
Cesareia Marítima	A	14	56	105		175	
	B		2	18		20	
	C		32	38		70	
	E		2	2		4	
	G	37	61	42		140	
	H		9	19		28	
	K		0	5		5	
	L		2	11		13	
	I		2			2	
	N		0	1		1	
	PA (Aquaduto Alto)		0		2		2
Total		51	166	243		460	
		Hasmoneu (125-37 AEC)	Herodiano e Procuradores (37 AEC-66 EC)	Primeira Revolta (66-70 EC)	Entre Revoltas (70-135 EC)	Aelia Capitolina (130[5]-260 EC)	
Jerusalém/Aelia Capitolina	Muro Sul	317	981	631	58	192	2179
	Bairro Judeu	1489	435	140	4		2112
	Tesouro monetário Bairro Judeu (prata)			13			
	Tesouro monetário Bairro Judeu (bronze)	31					
	Cidadela (1934-38)	1585	90	23	6	6	1845
	Cidadela (1968-69)	19	114		1		
	Cidadela		1				
	Tyropoeon 1927	53	40	24	1	7	439
	Tyropoeon 1933		3				
	Tesouro monetário Tyropoeon	311					
	Ophel (Hebrew University)	96	50	36	2	6	190
	Muro Ocidental	118	46	6	1	1	172
	Monte Sião	55	71	6	2	1	136
	Monte Sião (Aelia Capitolina)					1	
	Jerusalém 1894-97	5	20	18		3	46
	Armenian Garden	3		1			4
	Portão de Damasco		1				1
	Portão de Herodes		3				3
	Tumba de Herodes		1			1	2
	Karm al-Shaikh	1	3	2	2	4	12
	Variadas - Kenyon		1				1
	Muro Norte	2	5	1		1	9
	St. Peter Gallicanto			2			2
Terceiro Muro	4	3		1	2	10	
Tesouro monetário St. Stephen	2	21	64			87	
Tesouro monetário Siloam		9	3			12	
Tesouro monetário Monte do Templo	19					19	
Total		4110	1898	970	78	225	7281

Nas emissões dos períodos hasmoneu, herodiano, dos procuradores, Primeira Revolta, Segunda Revolta (Quadro 15), percebe-se a totalidade de sete mil e cinquenta e seis (7.056)<sup>75</sup> achados monetários em Jerusalém/Aelia Capitolina dos séculos I AEC ao II da EC, nos quais prevalecia nas emissões locais motivos anicônicos, associados ao universo simbólico dos judeus. Neste mesmo período, as emissões estrangeiras na cidade totalizaram cento e setenta e cinco (175) moedas, nas quais os tipos principais e secundários eram representações das autoridades emissoras, cornucópias duplas, *Liberalitas*, tabuleiro, *palladium*, Vênus, Cupido, *Melqart*, águia, galé com remadores, estandarte legionário, proa, lanças, escudos, *simpulum*, *lituus*, Lívia, cetro, ramo de oliveira, Concórdia, patera, cornucópia, raio, ramos de louro, palma, Vitória, *Genius* e altar.

Nas emissões monetárias no mesmo período mencionado, em Cesareia Marítima, observa-se a presença de duzentas e dezessete (243) moedas, das quais cento e setenta e quatro (174) eram emissões estrangeiras em bronze e oricalco, com representações de símbolos judaicos das emissões de Jerusalém/Aelia Capitolina (principalmente nos períodos de revolta), cornucópias duplas, coroa de louros, Tyche com coroa de torres, palma, *kalathos*, Nike, proa, galé, Astarte, roda de leme, estandarte legionário, fachada de templo tetrastilo sobre plataforma, lírios, Moneta, galé com remos, Hércules, clava, pele de leão, coroa, Serápis e carneiro.

A variedade dos motivos iconográficos das moedas que circularam nestas cidades, representava a multiplicidade cultural local, que por meio da circulação monetária, de emissões estrangeiras, possibilitavam interações culturais, nas quais Roma não era o elemento central, mas parte integrante, de alianças políticas e econômicas locais e estrangeiras. Assim, numericamente, as relações entre Cesareia Marítima e Jerusalém/Aelia Capitolina estão presentes nos achados monetários, já que o maior número de moedas estrangeiras que circularam em Cesareia Marítima eram emissões da oficina monetária de Jerusalém/Aelia Capitolina, o que denota o poderio político-econômico dessa cidade na região. Assim como, no período entre revoltas, e quando Jerusalém tornou-se a colônia Aelia Capitolina, foram registradas oitenta e seis (86), emissões de Cesareia Marítima na cidade de Jerusalém. Logo, as relações político-econômica entre essas duas cidades são evidenciadas nas moedas analisadas em contexto de achado.

As duas cidades desta tese influenciaram política e economicamente as outras cidades da *Judaea-Palaestina*. Assim, a dispersão de moedas pelo espaço urbano estava associada à

---

<sup>75</sup> Esclarecemos que duzentas e vinte e cinco (225) moedas do total de sete mil, duzentas e oitenta e uma (7281) apresentadas no quadro 15 pertencem ao grupo de moedas do período correspondente ao momento em que a cidade foi convertida em *colonia* Aelia Capitolina.

algumas estruturas arquitetônicas na paisagem provincial, que possibilitavam a magnificação do espaço construído, em consonância com a monumentalização do espaço portátil das moedas. Nesse sentido, a moedas mantêm em si uma dupla função: 1) É cultura material passível de valor de mercado e facilitadora de trocas mercadológicas de bens e serviços; 2) É um monumento por si só, que às vezes tem em seus campos discursivos a representação de estruturas arquitetônicas monumentais.

A monumentalização do espaço construído exigia o dispêndio de grandes montantes financeiros gastos com mão-de-obra qualificada e importação de materiais, o que necessitava de um Estado centralizador e equilibrado financeiramente, enquanto a materialização da memória local em moedas, era um aparato inserido em redes de poder e negociações, mais acessíveis à elite provincial, que permitia maior liberdade nas escolhas imagéticas, no aparato visual e de representação de caráter geracional, no processo comunicativo de integração e difusão de identidades locais.

O entendimento exarado nesta pesquisa é de que a funcionalidade da amoedação da *Judaea-Palaestina* relacionou-se ao universo ideológico ao qual ela estava associada. Do mesmo modo, não se pode dissociar a produção, circulação e iconografia monetária dos sistemas ponderais gregos e romanos, dos valores monetários empregados na região que tiveram nas sociedades grega e romana suas origens. Assim, as moedas emitidas localmente e as estrangeiras que circulavam na região, estavam associadas à origem etimológica do léxico ‘moeda’ na Antiguidade Clássica.

O termo “moeda” originou-se de dois léxicos principais: (1) Do verbo latino *moneo* que significa “avisar”, “advertir”, mas que pode exercer a função de “lembrar” e “fazer pensar”, assim, do mesmo verbo origina-se o epíteto da deusa Juno Moneta, associada na República Romana às cunhagens monetárias (BARBOSA, 2018).

Entendemos que outra palavra associada ao verbo *moneo* é o termo *monumentum*, que segundo Andrew Meadows e Jonathan Williams (2001), pode ser compreendido como uma convenção romana relacionada à *memória* e ao *monumento*. Logo, assim como as estruturas arquitetônicas monumentais que ocupam o espaço urbano, as moedas tinham a função de agirem como (re)avivadoras da “*memória coletiva*” (HALBWACHS, 1992; ASSMAN; CZAPLICKA 1995).



A relação reavivadora de memórias coletivas e monumentalista da moeda e das estruturas arquitetônicas é tão intrínseca que Hill (1989), Price e Trell (1977), esclarecem que

os romanos inovaram nas cunhagens monetárias com inclusão de edificações nos motivos iconográficos monetários.

Havia a predileção pela representação de templos e/ou imagens votivas (Fig. 83), as quais muitas vezes demonstravam a primazia da religião na expressão das identidades locais nas moedas. Assim, observamos nos padrões estabelecidos para as emissões imperiais e provinciais, a vívida predominância de edifícios religiosos (embora outras estruturas como pontes e portões também fossem representadas).

A prática de colocar edifícios em moedas, como inovação essencialmente romana reflete a preocupação com as construções e o controle da organização do espaço construído. É o caso dos achados monetários nas duas cidades desta tese (moedas locais e estrangeiras), com representações de estruturas arquitetônicas (Fig. 73), como demonstrado abaixo:

**Fig. 73 – Achados monetários com representações de estruturas arquitetônicas**

Local de achado	Descrição	Moeda	Nº RN
Muro Sul; Bairro Judeu; Cidadela; Tyropoeon; Ophel; Muro Ocidental; Monte Sião; Karm al-Shaikh	Jerusalém/Aelia Capitolina Judeus da Segunda Revolta (132-135 EC) Fachada do templo de Jerusalém		49
Muro Sul; Bairro Judeu; Cidadela; Tyropoeon; Ophel; Muro Ocidental; Monte Sião; Karm al-Shaikh	Jerusalém/Aelia Capitolina Judeus da Segunda Revolta (132-135 EC) Fachada do templo de Jerusalém		75
Muro Sul; Bairro Judeu; Cidadela; Tyropoeon; Ophel; Muro Ocidental; Monte Sião; Karm al-Shaikh	Jerusalém/Aelia Capitolina Judeus da Segunda Revolta (132-135 EC) Fachada do templo de Jerusalém		76
Muro Sul; Cidadela; Tyropoeon; Ophel; Muro Ocidental; Monte Sião; Karm al-Shaikh	Jerusalém/Aelia Capitolina Imperador Adriano (117 – 138 EC) Templo de Júpiter-Capitolino, com duas colunas		85
Muro Sul; Cidadela; Tyropoeon; Áreas A; G	Cesareia Marítima Dinastia Herodiana. Herodes Agripa I (42/3 EC) Fachada de templo distilo		94

Muro Sul; Cidadela; Tyropoeon; A; G	Cesareia Marítima Imperador Trajano (98-117 EC). Estátua de Tyche-Amazona (Tyche de Cesareia), dentro de templo tetrastilo semicircular com colunas coríntias		135
Área C	Paneas Herodes Filipe II (4 AEC-34 EC) Fachada de templo tetrastilo construído sobre plataforma (o <i>Augusteum</i> em Paneas)		218
Área G	150/1-218/9 EC Ascalon Templo com quatro portas decoradas, uma dentro da outra; pilares em forma de figuras humanas		224

Segundo Burnett (1999), a prática de representar monumentos de maneira mais geral, se espalhou por grande parte do universo cultural grego, todavia, a representação romana de uma edificação estava geralmente relacionada ao ato temporal (no passado ou presente), de dedicação ou restauração de um edifício por um financiador (ou um de seus ancestrais), ou por um imperador. No meio grego, a representação arquitetônica, geralmente, fazia alusão ao culto em geral, para expressar identidade coletiva, e sem referência específica à atividade de construção ou algum outro evento.

Nas proposições de Anderson (1991) o uso de monumentos em moedas (como pode ser observado na Fig. 73, acima) pode ter simbolizado a herança comunal (como entre os gregos), mas o passado representado nas moedas geralmente fazia alusões ao mito ou à história de determinada comunidade.

Nesta perspectiva, a historicidade de um determinado local poderia ser usada para construção de identidades, logo, o passado poderia ser duplamente utilizado: i) Poderia ser específico de uma localidade; ii) Poderia servir para localizar um determinado lugar dentro do mito.

Faz-se necessário refletir que a cunhagem monetária servia para a facilitação das trocas de mercadorias, assim como poderia ser usada para a transmissão de uma mensagem ideológica, por meio da disposição gráfica dos motivos imagéticos e textuais, selecionados para compor determinada emissão de moedas. Assim, as moedas estavam inseridas em um complexo e polissêmico universo cultural, em que pessoas e coisas se interrelacionavam em um

emaranhado biossociomaterial atemporal, onde passado e presente estavam amalgamados, assim como as instâncias sócio-históricas, econômicas, políticas, religiosas e espaciais lastreavam a construção da identidade local.

A cunhagem não é a representação de todo o universo cultural das províncias, uma vez que o discurso representado nas moedas estava associado às escolhas políticas e deliberadas e, uma vez que era, também, selecionada por aqueles que estavam no controle das estruturas de poder.

Segundo Weiss (2005), a cunhagem cívica era um aspecto da autogestão das cidades de estilo grego no Oriente romano. Essas cidades eram administradas pelas aristocracias locais que operavam em uma estrutura geral definida por Roma e supervisionada por governadores provinciais e, em última instância, pelo imperador. Assim, essa ausência de centralização de emissões monetárias nas províncias romanas, permitia um certo grau de ‘liberdade’ às cidades e às elites locais na escolha dos motivos iconográficos das moedas.

Dentro do universo das emissões locais, destacamos as emissões da Primeira e da Segunda Revolta Judaica, que utilizou também a prata como suporte material para as cunhagens.

Inserido no universo da monumentalização do passado, as moedas da revolta de Bar Kokhba se destacaram por associar os anseios locais à figura mitológica e heroica do rei Davi.

Conforme fontes judaicas e os livros do Antigo Testamento (1 e 2 Samuel; 1 e 2 Crônicas; 1 e 2 Reis), Jerusalém era uma cidade dos jebuseus, a qual tornou-se sagrada após sua captura por Davi e a transferência da Arca da Aliança à uma tenda na cidade.

De acordo com as emissões da Segunda Revolta, observamos a alusão ao episódio que tornou Jerusalém a ‘Cidade de Davi’. Nestas moedas (cf. *Repertório Numismático*, Figs. 49-84), a questão da temporalidade reside no início da revolta como elemento associado à consagração de Jerusalém por Davi.

Os motivos iconográficos remetem à figura heroica e mitológica de Davi, no episódio da transferência da Arca da Aliança da casa de Eleazar (na qual ficou por 20 anos), ao seu local sagrado sob uma tenda (1 Samuel, 7:1-4). Assim, a sacralidade da cidade e de seu espaço construído se manifestou por meio da construção de uma edificação para receber um artefato sagrado (Arca da Aliança), o que direcionou a organização do espaço urbano e as relações espaciais nas diversas áreas da cidade. Logo, houve a transferência da sacralidade da mítica Arca da Aliança para a própria cidade.

A legitimação da conquista de Jerusalém por Davi é narrada no texto bíblico, que faz a associação da presença do Deus de Davi na figura da própria arca.

A narrativa bíblica esclarece que a chegada da Arca da Aliança foi recebida com toda sorte de instrumentos como harpas, saltérios, tambores, pandeiros, címbalos e trombetas. (2 Samuel, 6: 1-23).

O passado grandioso e a crença de que a liberdade de Jerusalém ocorreria por meio da redenção do povo por auxílio divino, fortaleceu no final do período do Segundo Templo, as ideias messiânicas, que incorporavam uma multiplicidade de crenças religiosas que, uma vez oriundas das escrituras sagradas, ainda consistiam em ideias confusas e fragmentárias.

O pluralismo religioso foi campo fecundo no pós-exílio, e direcionaram novos rumos teológicos que seriam assumidos pelas lideranças judaicas emergentes na Judeia. No auge dessa efervescência religiosa, ocorrida a partir do advento das lutas dos macabeus (século II AEC), algumas ideias messiânicas começaram a se cristalizar sob a liderança de alguns sábios. Todavia, no primeiro século EC os movimentos e figuras de natureza messiânica encarnaram o ideal da redenção judaica sob o domínio romano na proliferação de profetas e messias num nível nunca visto antes.

Na construção das identidades locais nas emissões monetárias da revolta de Bar Kokhba evidencia-se a monumentalização do espaço portátil da moeda, com o uso de motivos iconográficos pertencentes ao universo religioso judaico, na consagração da cidade de Jerusalém por Davi. Assim, entendemos a emulação dos processos comunicativos presentes nas moedas pelos revoltosos do segundo século EC.

As legendas dessas moedas traziam em paleo-hebraico temas pertencentes à redenção de Jerusalém, por meio da salvação divina, que se faria presente na libertação da cidade do jugo romano. Termos como Eleazar (que guardou a arca da aliança por vinte anos), príncipe, redenção, liberdade, estão associados às representações botânicas da Festa do Tabernáculo, à uva, à arca da aliança, aos instrumentos musicais, dentre outros. Assim, a redenção e a liberdade de Jerusalém poderiam ser alcançadas pelos revoltosos, sem a necessidade da materialidade do templo que fora destruído em 70 EC.

A presença de moedas em contexto urbano, especificamente das moedas de Bar Kokhba, no local que até 70 EC abrigava o Templo de Jerusalém, é extremamente importante. A moeda como monumento, e com os motivos iconográficos relacionados ao templo destruído pelos romanos, facilmente poderia representar o próprio monumento que não mais existia. Logo, a moeda desempenhava o papel do próprio templo. Por um lado, as emissões monetárias da



Segunda Revolta traziam representações do templo perdido, e por outro, servia como monumento, na instância de rememorar o poder da sacralidade atribuída à essa edificação religiosa, e seu destaque na paisagem construída.

Esclarecemos que independente de nossa interpretação do conjunto iconográfico dessa emissão monetária, certamente a população a qual se destinou a mensagem desta moeda, conseguia decodificar os processos comunicativos e representativos do universo cultural local, materializado nos motivos imagéticos deste achado monetário.

A mitologia e o sagrado serviam na reivindicação de uma posição dentro de uma concepção de mundo mais ampla, com referência a um passado compartilhado, permeado por heróis e mitos fundadores e, às vezes, articulados às relações específicas com outras cidades e regiões, dessa forma, as estruturas de poder e negociações se estabeleciam localmente, de forma descentralizada, multidirecionada e fluida, na evidenciação de que a monetarização de uma cidade não era simplesmente uma maneira de se fortalecer ou promover o comércio na região, mas também, abstrações individualizadas no intercâmbio de ideias no espaço urbano.

A observação das estruturas de poder presentes nas moedas de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, destaca-se, também, por meio das autorizações romanas de cunhagens locais, que envolvia o grau de negociações entre Roma e as cidades.

Os romanos utilizavam-se das relações amistosas para autorizar o funcionamento de uma oficina monetária em determinado local, o que fortalecia o desenvolvimento econômico e social da cidade, assim como, a elevação de determinado *status* administrativo. Todavia, cidades revoltosas poderiam ter o direito de cunhar moedas suspenso, o que foi observado tanto em Jerusalém, quanto em Cesareia Marítima. Após a Primeira Revolta (66-70 EC), a oficina monetária de Jerusalém foi proibida de emitir moedas (o que é arqueologicamente atestado), até ser refundada como colônia Aelia Capitolina por Adriano. Em contrapartida, após a Primeira Revolta e a destruição do templo em Jerusalém, Cesareia Marítima tornou-se a capital da província *Judaea-Palaestina* e foi elevada ao *status* de colônia romana por Vespasiano, tendo seus direitos e privilégios estendidos por Tito, e sendo denominada *Colonia Prima Flavia Augusta Caesarea* (KADMAN, 1957: 23).

Os achados monetários para o período mencionado atestam a ausência de produção de moedas em Jerusalém e o início de emissões regulares em Cesareia Marítima.

A monetarização local (tanto para Cesareia Marítima quanto Jerusalém/Aelia Capitolina) era predominantemente em bronze, o que permitia maior intercâmbio cultural entre as cidades provinciais. Para o recorte histórico desta pesquisa (séculos I AEC ao II EC), Ariel

(1982) quantificou quinhentas e uma (501) moedas estrangeiras em Jerusalém/Aelia Capitolina, das quais trinta e três (33) eram emissões romanas (13 delas em ouro ou prata), enquanto Evans (2006) atestou cento e setenta e seis (176) moedas estrangeiras em Cesareia Marítima (sendo duas (2) romanas em oricalco). Logo, a documentação numismática evidenciou que as estruturas de poder são deslocadas da centralidade imperial, no intercâmbio cultural entre cidades com o mesmo *status* administrativo, ou não, e assim, as relações polissêmicas eram estruturadas em um raio de influência maior.

Dentro desse universo de relações assimétricas entre o império e as províncias, destacamos a possibilidade de que o lugar também fosse personificado. Assim, as divindades associadas à população de uma determinada cidade, tornavam-se onipresentes nas emissões monetárias e nas múltiplas maneiras de se pensar a realidade local, associadas à cidade, seu espaço territorial e seus habitantes. Dessa forma, em Cesareia Marítima, a deusa *Tyche* foi uma representação que acompanhou motivos iconográficos relacionados à posição portuária da cidade (galé, leme e âncora), logo, o aumento da frequência e da diversidade das representações do lugar pode ser visto, ao lado da geografia, como uma afirmação de localidade que serviu para fixar aos habitantes um lugar no universo imperial. Do mesmo modo, a província *Judaea-Palaestina* foi materializada na série *Judaea Capta*, com a moeda exercendo o papel da monumentalização das vitórias romanas sob a província, na clara alusão de um lugar derrotado e subjugado.

As análises relacionadas às estruturas de poder e negociações mencionadas promovem a compreensão da existência do intercâmbio conceitual e a formação de narrativas históricas multivocais, na tentativa de interpretar o universo cultural daqueles povos provinciais amalgamados à cultura imperial, e silenciados pela emulação simbólica dos espaços compartilhados.

A cunhagem provincial, como produto de elites locais, profundamente cooptadas pela legitimação do universo romano, oferece pouco espaço para detectar sinais de dissonância dentro da conversação imperial, assim, reconhecemos que muitos traços culturais das províncias foram absorvidos pelo Império, já que o poder de monumentalização dos espaços construídos, e dos discos metálicos, estavam sob o controle do dominador. Todavia, não existe domínio pleno, que não permita resistência, e assim, os motivos imagéticos nos reversos da maioria das moedas provinciais, representavam um *locus* de memória comunal, que compartilhava características essenciais com outros locais de memória sancionada publicamente, como as edificações monumentais. Na melhor das hipóteses, a cunhagem

provincial fornecia uma ideia dos aspectos das identidades provinciais pelos quais Roma não se sentia ameaçada: os cultos religiosos, os heróis, a geografia e faunas locais que não perturbavam o *status quo* da dominação imperial.

Reconhecemos a existência das limitações argumentativas e de análises de moedas em contexto urbano, uma vez que, este artefato é raramente encontrado em escavações arqueológicas, e sua ausência não significa que não tenha existido em determinado local.

Sabemos que o material de análise do arqueólogo é fragmentário e se remete a ruínas, áreas de descarte e abandono e, sendo a moeda produzida em material com valor de mercado, em formato diminuto, com liga metálica de fácil aceitação e circulação, que poderia ser reutilizada e retirada de circulação, qualquer conclusão apressada, seria extremamente temerária.

O mesmo se observa na organização do espaço construído, que sendo organizado por uma autoridade governamental, ou liderança comunitária, é uma apreensão cultural passível de desgaste, abandono, reutilização, adaptação e exposição às intempéries climáticas, assim, as moedas e as edificações como monumentalizações da memória coletiva, adaptam-se e são ressignificadas sem a necessidade de limitações espaciais, temporais e étnicas. Logo, essas apropriações da memória local foram emuladas na forma de concessões e restrições imperiais, que às vezes eram encorajadas (dentro de limites que não desafiassem a autoridade imperial), no contexto das relações província-império, imbricadas à religião; ao uso da monumentalidade como expressão atemporal e identitária; à representação do passado (mitológico e histórico); à codificação do tempo como elemento social passível de reinicialização e ruptura; à estruturação e representação do espaço e do lugar; à escolha da língua; e por fim, ao grau de identidade/conexão com o poder imperial.

# CONCLUSÃO

Ao término desta tese de doutorado, reflito o quão preciosas e necessárias têm sido as leituras e discussões acadêmicas, empreendidas nessa incrível, extensa e árdua jornada na Universidade de São Paulo.

Iniciei a escrita desta pesquisa narrando um breve prefácio, que externou parte do meu sentimento pela oportunidade em matricular-me em um curso de pós-graduação *stricto sensu*, e com o apoio de meu orientador e minha fundamentação teórica considerei ser esta tese um esforço coletivo, por isso, a escrevi majoritariamente na primeira pessoa do plural.

Diante dos desafios e das hipóteses alçadas para esta pesquisa, demonstramos com o apoio de nosso referencial teórico, que os achados monetários em contexto urbano de Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia Marítima do século I AEC ao II EC, faziam parte de um universo cultural permeado por uma rede multidirecional de estruturas de poder advindas das relações e negociações da *Judaea-Palaestina* com o Império.

Dessa forma, pude propor a articulação das teorias arqueológicas e numismáticas, e assim, consegui evidenciar mecanismos epistemológicos e metodológicos que são suportes primordiais para a leitura crítica de moedas em seu contexto de achado, que vão além das relações econômicas advindas do emaranhado biossociomaterial no mundo antigo.

Conforme argumentações mencionadas, a proposta metodológica inicial deste estudo inovou ao articular os achados monetários e seus respectivos motivos iconográficos ao seu contexto deposicional no espaço construído. Portanto, considero que as reflexões feitas com embasamento nas abordagens teóricas e metodológicas na convergência da Arqueologia Contextual, simbólica, cognitiva com a numismática foram primordiais na compreensão dos aspectos iconográficos e textuais das moedas provinciais em contexto urbano.

Nesse sentido, a utilização metodológica da numismática se mostrou relevante para esta pesquisa, uma vez que apresentou a construção da disposição gráfica e do que é tratado na moeda, bem como das múltiplas estratégias discursivas utilizadas na cunhagem monetária para materializar a posição ideológica da elite local e a monumentalização de um suposto passado compartilhado.

Esclareço que as análises desta tese foram direcionadas por dois questionamentos principais: i) Qual o impacto da presença romana nas cidades Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima observado em dois veículos oficiais do Estado: a moeda e a malha urbana?

ii) Qual a contribuição da amoedação e da fundação/refundação dessas duas cidades da província *Judaea-Palaestina*, para veiculação e legitimação do poder imperial na região, nos séculos I AEC ao II EC?

Destacamos que as discussões iniciais desta pesquisa evidenciavam o caráter oficial e de Estado quanto à ordenação da malha urbana e às produções monetárias de duas cidades da *Judaea-Palaestina*. Todavia, a conceituação e análises fundamentadas em dinâmicas biossociomateriais, como negociações e emulações permitiram a compreensão do complexo enlace dos elementos locais e imperiais, na evidência de que poder e resistência ultrapassam posições culturais maniqueístas e monolíticas. Assim, a organização urbana e as moedas estão inseridas em um universo polissêmico, dinâmico e fluído, que faz das relações interpessoais, políticas e econômicas novas formas de vivenciar a dominação romana. Logo, as cidades provinciais não são miniaturas de Roma, no sentido de serem cópias *ipsis litteris*, ou as mesmas antes da ocupação do Império, mas emulações multivocais e multidirecionais pertencentes à complexa rede de estruturas de poder e negociações atemporais.

Diante das argumentações anteriores, observando os *modus operandi* das elites de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, entendo que estas divergiram na forma como estabeleceram as relações locais com os romanos, mas de forma semelhante, utilizaram-se de alianças e negociações para a autorização de emissões monetárias em oficinas locais, assim como, para o custeio e seleção das estruturas arquitetônicas presentes na ordenação urbana em padrões localmente significativos. Dessa forma, o singular percurso histórico de cada cidade impactou a maneira como os romanos se relacionavam com elas e vice-versa.

Seguindo minha fundamentação teórica quanto ao impacto da presença romana nas cidades Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima observado nos dois veículos oficiais do Estado: a moeda e a malha urbana, que a emulação foi um elemento de integração e identitário, que permeou o complexo processo relacional entre província e império. Assim, tanto a moeda, quanto o espaço construído, evidenciaram as estruturas de poder e negociações, que estiveram presentes no recorte cronológico desta tese, com maior intensidade e alternadamente entre as duas cidades, dependendo do momento histórico e do jogo político de cada realidade individualmente. Logo, o caráter religioso de Jerusalém/Aelia Capitolina influenciou as escolhas imagéticas das emissões monetárias locais, bem como, na distribuição dos elementos construtivos na paisagem da cidade. Igualmente, Cesareia Marítima e sua posição litorânea favoreceu o fluxo de bens e serviços na região.

Trata-se de duas cidades que no período romano foram em algum momento a capital da *Judaea-Palaestina*, mas não pelos mesmos motivos. Enquanto Jerusalém apresentava importância secular mediante dominação estrangeira, Cesareia Marítima recebeu destaque na região após sua fundação por Herodes, o Grande no século I AEC (sob dominação romana).

Com relação à segunda pergunta sobre a contribuição da amoedação e da fundação/refundação dessas duas cidades da província *Judaea-Palaestina*, para veiculação e legitimação do poder imperial na região, nos séculos I AEC ao II EC, verificamos pelas epistemologias numismáticas de Lacroix (1974), Caltabiano (1998), Porto (2007), Kormikiari (1995; 2001; 2009) e Pérez (1986) e pelas análises empreendidas, o entendimento de que as imagens monetárias das moedas produzidas e que circularam nas duas cidades desta tese, são representações discursivas de dominação e negociações, uma vez que, imagens, símbolos e palavras legitimavam o poder romano sobre as províncias.

A escolha de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima deu-se porque no recorte temporal desta pesquisa, ambas, em algum momento, foram, como acima mencionado, a capital da província, e assim, poderiam fornecer um panorama das relações e negociações de Roma com a região.

Diante do exposto, as divergências e convergências das cidades em relação ao domínio romano foram apresentadas nos capítulos de análise, a partir da observação de que a fragilidade e o descontentamento imperial com Jerusalém culminaram na Primeira Revolta Judaica de 66-70 EC, que por sua vez, atestou na fonte numismática o início das emissões monetárias em Cesareia Marítima.

No período entre revoltas (71-131 EC), a evidência numismática apresenta o aumento de emissões monetárias em Cesareia Marítima em detrimento de Jerusalém que só voltou a cunhar moedas quando foi refundada como Colônia Aelia Capitolina. Dessa forma, observamos que as relações das duas cidades com Roma estão diretamente associadas, uma vez que a autorização de cunhagens locais, fundação/refundação e a elevação do *status* administrativo de Cesareia Marítima estão diretamente relacionados à conflituosa integração de Roma com Jerusalém.

Conforme mencionado, a oficina monetária em Cesareia Marítima começou a emitir moedas provinciais romanas sob Nero, ou seja, durante a Primeira Revolta dos Judeus contra os romanos. Assim, compreendemos que o envolvimento de Jerusalém no conflito contra Roma possibilitou a autorização das cunhagens de moedas em Cesareia Marítima. Logo, as relações político-econômicas das duas cidades com o poder imperial estão diretamente associadas, uma

vez que, após a supressão da revolta judaica, Vespasiano elevou o *status* administrativo de Cesareia Marítima à Colônia e chamou-a *Colonia Prima Flavia Augusta Caesarea*. A importância desse fato foi mencionada na *Midrashim Rabba* (1, 31): “*Depois que Jerusalém foi destruída, Cesareia tornou-se uma Colônia*” [Tradução livre] (MESHORER, 1985: 20).

Destacamos que o nome de Cesareia Marítima aparece pela primeira vez em uma moeda batida entre 43-44 EC (moeda **RN-095**), durante o reino de Herodes Agripa I, cujo motivo iconográfico apresenta a deusa Tyche segurando um leme. A divindade está circundada pela inscrição *KAICAPIA H PPOC TW CEBACTW LIMHN[I]*: “*Cesareia, na qual está à disposição, o porto de Augusto*”. Assim, a relevância de Cesareia Marítima no universo provincial também se dava por sua posição litorânea e seu porto, que possibilitavam o intercâmbio de pessoas, bens e serviços em uma amalgamada e complexa rede de trocas econômicas, influências políticas, integrações culturais e legitimação do poder vigente.

Diante das argumentações apresentadas nesta tese, acreditamos que esta pesquisa possa contribuir de forma satisfatória para as epistemologias arqueológicas com relação à análise monetária em contexto de achado, já que apresentou suportes analíticos eficazes na leitura contextual dos motivos iconográficos de anverso e reverso das moedas de Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia Marítima.

Como pôde ser observado na Introdução e nos capítulos iniciais desta tese, o Estado da Arte das pesquisas arqueológicas pós-processuais e pós-coloniais apresentou-se frente às relações de poder existentes entre Roma e suas províncias orientais. Assim, compreendemos que esta pesquisa teve êxito em transpor os problemas enfrentados pela Arqueologia Clássica no final do século XIX, início do século XX, com o uso de um referencial teórico que permitiu a compreensão da moeda e suas representações culturais, a partir de sua análise contextual.

Para garantir a progressão e fluidez argumentativa, o Segundo Capítulo apresentou a base teórica para as análises socioculturais das estruturas de poder e negociações, amparadas fundamentalmente nas teorias de Foucault (1979, 2009 e 1999) e Bourdieu (1996, 1998, 1999 e 2001), dentre outros, no entendimento das relações sociais amalgamadas nas redes de poderes emanados nas trocas de mercadorias e na apropriação do espaço construído.

A utilização de conceitos sobre territorialidade e urbanismo próprios da organização da malha urbana de Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia Marítima nos séculos I AEC ao II EC, foi apresentada no Terceiro Capítulo desta pesquisa, que se preocupou na contextualização das estruturas construtivas nessa província desde o período herodiano, para o entendimento da monumentalização da paisagem como elemento de persuasão, coesão e estratificação social.

Para que houvesse a progressão temática, o Quarto Capítulo restringiu-se à apresentação das estruturas arquitetônicas, atestadas arqueologicamente nas duas cidades desta tese. Dessa forma, o Quinto Capítulo apresentou as emissões monetárias de Jerusalém/Aelia Capitolina e Cesareia Marítima, e de moedas estrangeiras que circularam nessas cidades no século I AEC ao II EC, na construção quantitativa e gráfica de recorrências, mudanças e permanências nas escolhas textuais e imagéticas das moedas provinciais.

Diante disso, o Sexto Capítulo evidenciou as ferramentas metodológicas das análises das imagens e textos das cunhagens monetárias em contexto de achado, que julgamos de extrema relevância na construção estrutural gráfica do significado que compõe a imagem monetária como um todo. Logo, em se tratando de uma leitura crítica dos elementos presentes nas moedas associados à dispersão delas no contexto urbano, percebemos que os elementos que compõem a unidade gráfica de anverso e reverso representavam figuras de prestígio (imperador ou alguém de sua família), ou até mesmo a questão mítica (representada por deuses e elementos locais). Assim, entendemos que as moedas, embora facilitassem as trocas de bens e serviços e tivessem um valor ponderal, estavam também inseridas em um contexto cultural que transmitia à sociedade aspectos ideológicos, com a finalidade de ‘monumentalizar’, ‘rememorar’ e legitimar o domínio romano na região.

Consideramos crucial o entendimento dos elementos que compõem o discurso monetário e a compreensão dos aspectos ideológicos que envolviam as relações interpessoais no mundo antigo. Assim, tanto o espaço construído quanto o sistema monetário, propiciam a compreensão da materialidade e suas representações nas relações sociopolíticas, histórico-sociais, religiosas e econômicas na *Judaea-Palaestina*.

Acreditamos, dessa forma, que sempre haja a possibilidade de se repensar outros modos de teorizar e fazer análises de moedas em contexto urbano, e que se possa chegar de fato à reflexões em que a investigação seja fundamentalmente centrada no contexto de achado. Este caminhar nos remete às mudanças relacionadas à vida sociocultural, política e histórica, sempre arraigadas de interesses ideológicos.

Finalizamos esta tese, com o sentimento de que a Arqueologia é uma ciência extraordinária, que dialoga com uma infinidade de outras áreas do conhecimento. E que ela tem proporcionado, nas últimas décadas, estudos voltados às contingências e vicissitudes sociopolíticas, históricas e culturais, sem limites geográficos e cronológicos.



## REFERÊNCIAS

### *Fontes Textuais*

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

**BÍBLIA HEBRAICA**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

CICERO, M. T. **Selected Political Speeches**, Penguin Books Ltd, Great Britain, 1969.

DION CASSIO. **Roman History**. Livro LXIX. Paris, Les Belles Lettres, 1995.

ESTRABÃO. **Geografia**, Livro X, Capítulo 4, 10

EUSÉBIO DE CESAREIA. **História Eclesiástica**. Livro IV 6. Cambridge, Harvard University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. **Vida de Constantino**. Tradução de Martín Gurruchaga. Madrid: Gredos, 1994.

FLAVIO JOSEFO. **Guerra de Los Judios: y destruccion del templo y ciudad de Jerusalem**. Barcelona, Iberia, 1948.

\_\_\_\_\_. **Jewish antiquities**. London, Heinemann, 1950.

\_\_\_\_\_. **História dos Hebreus (Obra completa)** – 11ª Edição, Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2007.

\_\_\_\_\_. Seleções de Flávio Josefo: **Autobiografia; Resposta a Ápio; Antiguidades judaicas; Guerras judaicas**. Tradução: P. Vicente Pedroso. São Paulo, Ed. Das Américas, 1974.

GOLDWURM, HERSH (org.). **Talmud Bavli**. Publications Ltd: USA/Australia/South Africa/Europe, 2001.

HERÓDOTO. **Histórias**. Livro I – Clio. Tradução, Introdução e Notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2015

NEUSNER, J. **The Mishnah**. New Haven and London: Yale University Press, 1988.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

PLÍNIO, o Velho. **The Natural History**. Cambridge: Harvard Unv. Press, 1967.

TÁCITO, Públio Cornélio. **As Histórias**. Trad. de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Athena, 1937.

TITO LIVIO. **Histoire romaine**. Texte ét. par J. Bayet. Paris, Les Belles Lettres, 1952.

VARRÃO. **De lingua Latina**. Edição de M.-A. M. Casquero. Barcelona/Madrid: Ánthropos/Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.

VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

### *Revistas Científicas*

**ATIQOT**, Israel Antiquities Authority.

**DISCOVERIES IN THE JUDAEAN DESERT**, Universidade Hebraica de Jerusalém.

**EXCAVATIONS AND SURVEYS IN ISRAEL**, Israel Antiquities Authority.

**ISRAEL EXPLORATION JOURNAL**, Israel Exploration Society.

**ISRAEL NUMISMATIC RESEARCH**, Israel Numismatic Society.

**QADMONIOT, JOURNAL FOR THE ANTIQUITIES OF ERETZ-ISRAEL AND BIBLE LANDS**, Israel Exploration Society.

### *Fontes numismáticas*

**BARAMKI, D. C. The Coin Collection of the American University of Beirut Museum: Palestine and Phoenicia**. Beirute, Líbano: American University of Beirut, 1974.

**BMC Cyprus to Palestine**. A catalogue of The Greek Coins in the British Museum. Por G. F. Hill. Londres, 1904.

**BMC Galatia to Syria**. A catalogue of The Greek Coins in the British Museum. Por Warwick Wroth. Londres, 1899.

**BMC RE**. Coins of the Roman Empire in the British Museum. Por Harold Mattingly. Londres, 1929.

**BURNETT, A.; AMANDRY, M.; CARRADICE, I. Roman Provincial Coinage II**. From Vespasian to Domitian (AD 69–96). London and Paris, 1999.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Roman Provincial Coinage – RPC I: Supplement 1**. Londres-París, 1998.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Roman Provincial Coinage – RPC I: Supplement 2**. Londres-París, 2006.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; SPOERRI, M. **Roman Provincial Coinage – RPC I: Supplement 3**. New York, 2014.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Roman Provincial Coinage – RPC I-III: Consolidated Supplement I-III**. Oxford, UK, 2015.

- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_.; RIPOLLÈS, P. P. **Roman Provincial Coinage I**. From the death of Caesar to the death of Vitellius (44 BC–AD 69). London and Paris, 1992.
- BUTCHER, K.; POINTING, M. **The Metallurgy of Roman Silver Coinage: From the Reform of Nero to the Reform of Trajan**. Cambridge, 2015.
- CARRADICE, I. A. SNG British Isles VI. Corpus Christi College Cambridge. The Lewis Collection II. **The Greek Imperial Coins**, London, 1992.
- CRAWFORD, M. H. Roman Republican Coinage. Vol. I e II. Cambridge, UK, 1974.
- GRIERSON, P.; MAYS, M. **Catalogue of Late Roman Coins in the Dumbarton Oaks Collection**. Washington, 1992.
- HAMBURGER, H. Minute Coins from Caesarea. ‘*Atiqot* [ES] 1:115–138, 1955.
- HENDIN, D. Guide to Biblical Coins, 5th Edition. New York, 2010.
- HOWGEGO, C. **Greek Imperial Countermark. Studies in the Provincial Coinage of the Roman Empire**, London, 1985.
- \_\_\_\_\_.; HEUCHERT, V.; BURNETT, A. (Eds), **Coinage and Identity in the Roman Provinces**. Oxford, 2005.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; MAIRAT, J. **Roman Provincial Coinage Online**. Oxford, since 2005.
- KADMAN, L. **Corpus Nummorum Palestinensium I**, The Coins of Aelia Capitolina, Jerusalem, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Corpus Nummorum Palestinensium II**, The Coins of Caesarea Maritima, Jerusalem, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Corpus Nummorum Palestinensium IV**, The Coins of Akko Ptolemais, Jerusalem, 1961.
- MATTINGLY, H. **Roman Coins, from de earliest times to the fall of the Western Empire**. Londres, 1928 [1977].
- \_\_\_\_\_.; SUTHERLAND, C.H.V.; et. al. **Roman Imperial Coinage – RIC IX**. Londres, 1951.
- \_\_\_\_\_.; SYDENHAM, E.A. **Roman Imperial Coinage – RIC IVa**. Londres, 1936.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC IVb**. Londres, 1939.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC IVc**. Londres, 1949.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC II**. Londres, 1929 [1997].
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC III**. Londres, 1930.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; WEBB, P. H. **Roman Imperial Coinage – RIC Va**. Londres, 1927 [1972].
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC Vb**. Londres, 1933 [1972].
- MESHORER, Y. **Ancient Jewish Coinage**. 2 Vols. New York, 1982.

- \_\_\_\_\_. **City-Coins of Eretz-Israel and the Decapolis in the Roman Period**, Jerusalem, 1985.
- \_\_\_\_\_. **The Coinage of Aelia Capitolina**, Jerusalem, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Treasury of Jewish Coins from the Persian Period to Bar Kokhba**. Jerusalem, 2001.
- METER, D. V. **The Handbook of Roman Imperial Coins**. New York, 1991 [2000].
- MILDENBERG, L. **The Coinage of the Bar Kokhba War**. Typos VI. Aarau, 1984.
- MILNE, J. G. **A Catalogue of the Alexandrian Coins in the Ashmolean Museum**, Oxford, 1933, [reprint with supplement, 1971].
- \_\_\_\_\_. **Kolophon and its Coinage: a Study**, NNM, vol. 96, New York, 1941.
- PRICE, M. J.; TRELL, B. L. **Coins and their Cities**, London, 1977.
- PRIEUR, K.; PRIEUR, M. **The Syro-Phoenician Tetradrachms and their fractions from 57 BC to AD 258**, Lancaster PA and London, 2000.
- RIPOLLÈS, P. P. **The G.D. Lorichs Collection – SNG**. Stockholm, 2003.
- \_\_\_\_\_.; BURNETT, A.; AMANDRY, M.; CARRADICE, I.; BUTCHER, M. S. **Roman Provincial Coinage. Consolidated Supplement I–III (1992–2015)**, RPC online, 2015.
- ROSENBERGER, M. **The Rosenberger Israel Collection I–III**, Jerusalem, 1972–77
- \_\_\_\_\_. **The Coinage of Eastern Palestine and Legionary Countermarks, Bar-Kochba Overstrucks** Jerusalem, 1978.
- Roman Provincial Coinage online**. Disponível em: < <https://rpc.ashmus.ox.ac.uk/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.
- ROUVIER, J. "Numismatique des Villes de la Phénicie". **Journal International d'Archéologie Numismatique**. Atenas, 1900-1904.
- SAULCY, F. de. **Numismatique de la Terre Sainte: description des monnaies autonomes et impériales de la Palestine et de l'Arabie Pétrée**. Paris, 1874.
- SEAR, D. R. **Roman Coins and their values – RCV**. 4th revised, 1988.
- \_\_\_\_\_. **The History and Coinage of the Roman Emperors 49 - 27 BC**. London, 1998.
- SPIJKERMAN, A. **A hoard of Syrian tetradrachms and eastern antoniniani from Capharnaum**, *Studium Biblicum Franciscanum Liber Annuus IX*, 1958–9, p. 283–329
- \_\_\_\_\_. **The Coins of the Decapolis and Provincia Arabia**, Jerusalem, 1978.
- SUTHERLAND, C.H.V.; CARSON, R.A.G. **Roman Imperial Coinage – RIC I**. Londres, 1984.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC VII**. Londres, 1966.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC VI**. Londres, 1967.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Roman Imperial Coinage – RIC VIII**. Londres, 1981.

SYDENHAM, E. A. **The Roman monetary system**. Londres, 1919.

**Sylloge Nummorum Graecorum online**. Disponível em: <<http://www.sylloge-nummorum-graecorum.org/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

### ***Bibliografia***

ADAIME, V. A. **Mudanças e permanências no mobiliário funerário em cemitérios de não-elite do Reino Novo e do Terceiro Período Intermediário: um estudo sobre o papel dos amuletos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ALDROVANDI, C. E. V.; CUSTODIO, C. T.; SCATENA, R. M.; TAUHYL, A. P. “Modelos imagéticos urbanos e a compreensão da sociomorfogênese da cidade antiga” In: C. E. V. Aldrovandi, M. C. N. Kormikiari, E. V. Hirata. (orgs). **Estudos sobre o Espaço na Antiguidade**. São Paulo: Edusp, FAPESP, 2011, p. 105-124.

**ANCIENTE MONEY CALCULATOR**. Disponível em: < <https://www.testamentpress.com/ancient-money-calculator.html>>. Acesso em 18/8/2021.

ALESSO, M. La Carta de Aristeas. In: SAEZ, C.; CASTILLO, G. **La Correspondencia en la Historia: Modelos y Prácticas de Escritura**. Buenos Aires: Calambur, 2002, p. 41-51.

ALLEGRO, J. **O Povo Eleito**. São Paulo: Editora Três, 1976.

ANDERSON, J. D. The impact of Rome on the periphery: the case of Palestina – Roman period (63a.C. – 324 d.C.). In: **The Archaeology of Society in the Holy Land**, New York, Facts on File, 1995, p. 46-469.

ANDRADE, A. L. P. Como Jerusalém se tornou a Cidade Santa. **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar** Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, PI, 2012.

APPLEBAUM, S. **Josephus and the Economic Causes of the Jewish War**. In: Feldman L.H. and G. Hata, eds, **Josephus, the Bible and History**, Detroit, 1989.

- \_\_\_\_\_. APPLEBAUM, S. Economic life in Palestine. *In: SAFRAI, Shumel. **The Jewish people in the first century**: historical geography, political history, social, cultural and religion life and institutions. Vol. 2, Philadelphia: Fortress Press, 1976.*
- ARIEL, D.T. **A Survey of the Coin Finds in Jerusalem** (until the end of Byzantine Period). *Liber Annuus* 32, 1982, p. 273–326.
- \_\_\_\_\_. Which Side is Up? The Jerusalem Mint and its Bevelled Coins. *Jerusalém: **Israel Numismatic Research*** 11, 2016, p. 63-94.
- \_\_\_\_\_. Judean Perspectives of Ancient Mints and Minting Technology. ***Israel Numismatic Research*** 7, 2012, p.43–80.
- ASCHER, F. **Los nuevos principios del urbanismo**. Madrid: Alianza, 2004.
- ASSMANN, J.; CZAPLICKA, J. Collective memory and cultural identity. ***New German Critique***, n. 65, 1995, p. 125-133.
- \_\_\_\_\_. **Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen**. Munich, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Weisheit und Mysterium: Das Bild der Griechen von Ägypten**. Munich, 2000.
- AVIGAD, N. **The Upper City of Jerusalem**. Jerusalem, 1980.
- AVI-YONAH, M. (Ed.). **Israel Exploration Journal**, vol. 8, n. 2, 1958.
- \_\_\_\_\_. 'Notes and News: Caesarea', ***IEJ*** 13, 1963, 146–48.
- \_\_\_\_\_. 'Caesarea', Notes and News', ***IEJ*** 6, 1956, p. 260–61.
- BAGATTI, B.; MILIK, J. T. **Gli Scavi del "Dominus Flevit" I: La Necropoli del Periodo Romano**. Jerusalem, 1958.
- BAR, D. Frontier and periphery in late antique Palestine. ***Greek, Roman, and Byzantine Studies***, v. 44, n. 1, p. 69-92, 2004.
- BARAG, D.; QEDAR, S. The Beginning of Hasmonean Coinage. ***Israel Numismatic Journal*** 4, 1980, p. 8-21.
- BARAMKI, D. C. Note on a Cemetery at Karm al-Shaikh, Jerusalem. ***QDAP*** 1, 1932.
- BAHAT, D. **The Illustrated Atlas of Jerusalem**. New York: Simon & Schuster, 1990.
- BARBOSA, A. "O desastre de Numância e a iconografia numismática: relendo dois denários cunhados em 137 AEC." ***Romanitas: Revista de Estudos Greco-Latinas*** 11, 2018.
- BARNAVI, E. (org.). **História universal dos judeus**. Da gênese ao fim do século XX. Belém/São Paulo, Editora Cejup, 1995.
- BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. Roman religion and Roman Empire. *In: **Religions of Rome***. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 313-363.

- BÉDOYÈRE, G. **Os romanos para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2012.
- BEN-ARIEH, S.; NETZER, E. Excavations along the Third Wall of Jerusalem. 1972-1974. **IEJ** **24**, 1974.
- BEN-DOR, S. Some New Seleucid Coins, II. **PEQ** **80**, 1948.
- BEN-TOR, A. Hazor and Chronology of Northern Israel: A Reply to Israel Finkelstein, **BASOR**, n° 317, 2000, p. 9–15.
- BEN-SASSON, H. H. **A History of the Jewish People**, Harvard University Press, 1976.
- BERGIN, B. M. D. Caesarea Maritima. Independent Researcher, Dublin, Ireland. 2018. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/329400253\\_The\\_Innovative\\_Genius\\_of\\_Herod\\_at\\_Caesarea\\_Maritima](https://www.researchgate.net/publication/329400253_The_Innovative_Genius_of_Herod_at_Caesarea_Maritima)> Acesso em janeiro de 2020.
- BERLIN, A. ‘Hellenistic and Roman Pottery, Preliminary Report, 1990’. In: R.L. Vann (ed.), *Caesarea Papers 1: Straton’s Tower, Herod’s Harbor, and the Roman and Byzantine Caesarea* (**JRA Suppl. Ser. 5; Ann Arbor MI**), 1992, p. 112–12.
- BERNAL, M. A imagem da Grécia antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, P. P. (org.). *Repensando o mundo antigo – Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier*. **Textos Didáticos n° 49**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005, p.11-31.
- \_\_\_\_\_. **Black Athena: Afroasiatic Roots of Classical Civilization, Volume I: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1987.
- BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BIJOVSKY, G. Coins. In: Tal, O and Taxel, I (eds.) **Samaritan Cemeteries and Tombs in the Central Coastal Plain** (Ägypten und Altes Testament 82). Münster: Ugarit Verlag, p. 81-98, 2015.
- BLAKELY, J. A. ‘Ceramics and Commerce. Amphorae from Caesarea Maritima’, **BASOR** 271, 1988, p. 31-50.
- BLISS, F. J. **Excavations at Jerusalem 1891-1897**. Palestine Exploration Fund: London, 1898.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papirus, 1998, p. 11-27.
- \_\_\_\_\_. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a.

- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996b
- BRISCO, T. V. **Holman Bible Atlas**. Nashville, Tennessee: Holman Reference, 1998.
- BROGIOLO, G. P.; GAUTHIER, N.; CHRISTIE, N. **Towns and their territories between late Antiquity and the early Middle Ages**. Brill: Leiden; Boston; Köln, 2000.
- BROSHI, M. The population of Western Palestine in the Roman-Byzantine period. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, n° 236, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Excavations on Mount Zion, 1971-2 - Preliminary Report ", **IEJ** 26, 1976.
- BULL, R. J. 'Notes and News: Caesarea', **IEJ** 23, 1973, p. 260–62.
- \_\_\_\_\_. 'A Mithraic Medallion from Caesarea', **IEJ** 24, 1974a, p. 187–90.
- \_\_\_\_\_. 'Notes and News: Caesarea', **IEJ** 24, 1974b, p. 281–82.
- \_\_\_\_\_. 'Césarée Maritime', **RB** 82, 1975, p. 278–80.
- \_\_\_\_\_. 'The Mithraeum at Caesarea Maritima', **études Mithraïques, textes et mémoires** 4, 1978, p. 75–89.
- \_\_\_\_\_. 'The ninth season of excavations at Caesarea Maritima', **AJA** 85, 1981, p. 188.
- \_\_\_\_\_. 'Caesarea Maritima. The search for Herod's city', **BAR** 8, 1982, p. 24–40.
- \_\_\_\_\_. 'Caesarea Maritima 1980, 1982, 1984', **ESI** 3, 1984, p. 15–16.
- \_\_\_\_\_. TOOMBS, L. E. (1972), 'Notes and News: Caesarea', **IEJ** 22, 1972, p. 178–80.
- \_\_\_\_\_. KRENTZ, E.; STORVICK, O. J. 'The Joint Expedition to Caesarea Maritima. Ninth Season, 1980', **BASOR Suppl**, 1986, p. 24: 31–55.
- BURGUIÈRE, A. The fate of the history of *mentalités* in the *Annales*. **Comparative Studies in Society and History**, 24: 424-427, 1982.
- BURÓN ÁLVAREZ, M. El trazado urbano de Asturica Augusta: Génesis y Evolución. *In*: I. Moreno Gallo (Coord.) **Actas do III Congreso de las Obras Públicas Romanas: Nuevos elementos de ingeniería romana** (pp. 289-312). Astorga: Junta de Castilla y León, 2006.
- BURNS, T.; EADIE, J. W. (Ed.). **Urban Centers and Rural Contexts in Late Antiquity**. Michigan State University Press, 2001.
- CAHILL, J.M. Jerusalem at the Time of the United Monarchy: The Archaeological Evidence. *In*: A.G. Vaughn/A.E. Killebrew (eds.). **Jerusalem in Bible and Archaeology: The First Temple Period**, **SBL Symposium Series No. 18**, Atlanta, 2003, p. 13–80.
- CALTABIANO, M. C. Il simbolismo del "Lepre". Influenze ideologico-religiose dell'Egitto sull'area dello Stretto riflesse dal documento monetale, in *L'Egitto in Italia dall'Antichità al Medioevo*. **Atti Congresso Internazionale**, Roma-Pompei, 1998.



- CARLAN, C. U. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. **História**. São Paulo, 27, no. 2, 2008, p. 75-88.
- CARLAN, C. U. Linguagem e imagem: Numismática como documento. **Revista E. F. e H. da Antiguidade**, Campinas, no 28, p. 13-25, 2014.
- CARRADICE. I. Coinage in Judaea in the Flavian Period, A.D. 70–96. **INJ** 6–7, 1982, p.14–21.
- CARTA DE ARISTEAS A FILÓCRATES, 22, em DIEZ MACHO, A., **Apócrifos del Antiguo Testamento II**, Madrid, Cristiandad, 1983-1987, p. 22-23. Cf. ABEL, F.-M., 1952, p. 62-63.
- PRÉAUX, C., *Le monde hellénistique II*, 1987/1988.
- CASEY, J. et al. **Sinope. A Catalogue of the Greek, Roman and Byzantine Coins in Sinop Museum (Turkey) and related Historical and Numismatical Studies**, London, 2010.
- CASTRO VILLALBA, A., *Historia de la Construcción Arquitectónica*, **Quaderns d'Arquitectes** 12, Barcelona, 1995.
- CAVEDONI, C. **Numismatica Biblica o sia Dichiarazione delle monete antiche memorate nell Sante Scritturi**. Modena, 1850.
- CHAMPION, T.C. Theoretical archaeology in Britain. I. Hodder (Ed) **Archaeological Theory in Europe: the last three decades**. Londres, Routledge: 91-128, 1991.
- CHANCEY, M. A.; PORTER, A. L. The Archaeology of Roman Palestine. **Near Eastern Archaeology**, v. 64, n. 4, 2001, p. 164-203.
- CHARTIER, R. **A História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUI, Marilena. **"O que é ideologia** (col. Primeiros Passos)." SP: Brasiliense, 1980.
- CHILDE, G. **"O que aconteceu na história**." Zahar: Rio de Janeiro, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Society and Knowledge**. Westport: Conn. Greenwood, 1954.
- \_\_\_\_\_. **The Urban Revolution**. In: Patterson, T. E.; Orser, C. *Foundations of Social Archaeology*, New York, Altamira Press 2004: 107-116.
- \_\_\_\_\_. Early forms of society. In: SINGER, C.; HOLMYARD, E. J.; HALL, A. R. (ed.). **A History of Technology**. Oxford: Oxford University Press, vol. I, 1954, p. 38-54.
- CLARK, A. J. **Divine qualities**. New York: Oxford University Press Inc, 2007
- CLEGG, S. R. **Frameworks of power**. London: Sage, 1993.
- \_\_\_\_\_. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 32, n. 5, nov./dez. 1992.
- CLOUSE, R. G.; PIERARD, R. V.; YAMAUCHI, E. M. **Dois reinos: a igreja e a cultura interagindo ao longo dos séculos**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

- COHN, E.W. **New Ideas about Jerusalem's Topography**, Jerusalem, 1987.
- CONDER, C.R.; KITCHENER, H.H. Survey of Western Palestine II: Samaria. London: **Palestine Exploration Fund**, 1882.
- CORNELL, P.; FAHLANDER, F. Encounters—materialities—confrontations: an introduction. **Encounters, Materialities, Confrontations: Archaeologies of Social Space and Interaction**, p. 1-14, 2007.
- COSTA JUNIOR, J. G. **Judaea Romana: negociação e resistência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- \_\_\_\_\_. A aplicação do conceito de resistência ideológica nas moedas judaicas da primeira revolta dos Judeus contra os romanos. **Revista Jesus Histórico**, v. 6, 2011, p. 68-80.
- CRAWFORD, M. Money and Exchange in the Roman World. **Journal of Roman Studies**, 60(1), 1974, p. 40-48.
- CROWFOOT, J. W.; FITZGERALD, G. M. Excavations in the Tyropoeon Valley, Jerusalem – 1927. **Palestine Exploration Fund Annual V**, 1929.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **El actor y el sistema: las restricciones de la acción colectiva**. México: Alianza Mexicana, 1990.
- CURCHIN, L. **The Romanization of Central Spain: complexity, diversity, and change in a Provincial Hinterland**. London: Routledge, 2004.
- DA MATA, J. V. T. **A favor do urbanismo e da cidade**. Arqtextos, 2007.
- DAVID, A. R. **Handbook to life in ancient Egypt**. [S.l.]: New York: Facts on File, 1998.
- DEGAN, A. **Judaísmo em Suspensão: O Judaísmo de Flávio Josefo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.
- DE POLIGNAC, F. **Cults, Territory, and the origins of the Greek City-State**. Janet Lloyd (trad.). Chicago, University of Chicago Press, 1995: vii-xiv; 1-10.
- DARIUS, F. A.; HOSOKAWA, Elder. Breve história da arqueologia bíblica: contribuição e crítica estadunidense. **Revista Caminhando**, v. 22, n. 2, jul./dez. 2017, p. 19-29.
- DONNER, H. **The Mosaic Map of Madaba**. Kok Pharos Publishing House, Kampen 1992.
- ECKER, A.; COTTON, H. M. “Special Announcement: A New-Old Monumental Inscription from Jerusalém Honoring Hadrian”. *In: New Studies in the Archaeology of Jerusalém and its Region, Collected Papers*, vol. 8. Jerusalém: Israel Antiquities Authority and the Hebrew University of Jerusalem, 2014, p. 96-101.

- \_\_\_\_\_. "Tituli Picti and Graffiti," in: W. Ameling, H.M. Cotton, W. Eck et al. (eds.), **Corpus Inscriptionum Iudaeae/Palaestinae Vol II – Caesarea and the Middle Coast**, Walter De-Gruyter, Berlin/New York, 2011.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots**. 4<sup>a</sup> ed. Paris: Klincksieck, 2001.
- ESHEL, H.; ZISSU, B. 'Finds from the Bar Kokhba Period in the Caves at Ketef Jericho'. *In*: H. Eshel and D. Amit (eds). **Refuge Caves of the Bar Kokhba Revolt**. Tel-Aviv, 1998.
- EVANS, J. D. **The Joint Expedition to Caesarea Maritima: The Coins and the Hellenistic, Roman, and Byzantine Economies**. Boston, MA: American Schools of Oriental Research, 2006.
- FABRE, P. D. (1965), 'La date de la rédaction du périple de Scylax', **Les études classiques**, vol. 33, 1965, p. 353–66.
- FERNÁNDEZ-ARENAS, José. **Teoría y Metodología de la Historia del Arte**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1984.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.
- FINKELSTEIN, I. **A Great United Monarchy? Archaeological and Historical Perspectives**. *In*: KRATZ, R. G.; SPIECKERMANN, H.; CORZILIUS, B.; PILGER, T. One God - One Cult - One Nation. Archaeological and Biblical Perspectives. New York, NY: de Gruyter, 2010.
- \_\_\_\_\_. HERZOG, Z.; SINGER-AVITZ, L.; USSISHKIN, D. Has King David's Palace in Jerusalem Been Found? Tel Aviv, n° 34, 2007, p. 142–164.
- FISHER, T. "Johannes Hyrcan I. auf Tetradrachmen Antiochos VII?", **ZDPV**, vol. 91, 1975, p. 191-196.
- FLEMING, M. I. D'A. **Aplicação da arqueometria no estudo de coleções arqueológicas**. Revista CPC, São Paulo, n. 6, 2008, p. 219-230.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. **R. Museu Arq. Etn. Supl.**, n. 18, Anais do I Simpósio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial "Representações da romanização no mundo provincial romano", 2014.
- \_\_\_\_\_. Poder Político e cultura material: as vasilhas de metal romanas no contexto imperial e nas áreas periféricas da Europa central e do norte. *In*: BENOIT, H.; FUNARI, P. P. A. (Org.) **Ética e Política no Mundo Antigo**. Campinas: UNICAMP, **Revista FAPESP**, 2001. p. 101-116.
- FLORENZANO, M. B. B. Numismática e História Antiga. **Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga**. João Pessoa, 1984.

- \_\_\_\_\_. A moeda na Grécia arcaica e clássica – séculos VII a IV a.C.: Arqueologia e mudança cultural. **Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, vol. 14, 2004, p. 67-83.
- \_\_\_\_\_; GALVÃO SOBRINHO, C. R. Apolônia e seu território: paisagem rural e mudança social na Palestina dos hasmoneus aos romanos (100 a.C.-135 d.C.). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 12, 2002, p. 81-122.
- FLOWER, H. I. *Fabulae Praetextae in Context: When Were Plays on Contemporary Subjects Performed in Republican Rome?* **The Classical Quarterly**, v. 45, n. 1, 1995: 170- 190.
- \_\_\_\_\_. (ed.). **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FOERSTER, G. 'The Early History of Caesarea'. In: Ch. T. Fritsch (ed.), **Studies in the History of Caesarea Maritima**, BASOR Suppl. 19; Missoula, MA, 1975, p. 9–21.
- FISCHER, R. M. O círculo do poder: as práticas invisíveis de sujeição nas organizações complexas. In: FLEURY, M. T. L. et al. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.
- FLINDER, A. 'A Piscina at Caesarea—A Preliminary Survey', **IEJ**, vol. 26, 1976, p. 77–88.
- \_\_\_\_\_. The Piscinas at Caesarea and Lapithos'. In: A. Raban (ed.), **Harbour Archaeology. Proceedings of the First International Workshop on Ancient Mediterranean Harbours. Caesarea Maritima**. British Archaeological Reports, Inter. Ser. 257; Oxford, 1985, p. 173–8.
- FOLLET, S. "Hadrien en Égypte et en Judée". **Revue de philologie, de littérature, et d'histoire anciennes**, vol. 42, 1968, p. 54-77.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as normas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 1979 [2004].
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. \_\_\_\_\_.
- O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e a hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FROVA, A. *et al.* **Scavi di Caesarea Maritima**. Milano: Instituto lombardo, 1965.
- FUSTEL COULANGES, N. D. **La Cité Antique**. Paris: Duran, 1864.
- FUNARI, P. P. A. Brasileños y romanos: colonialismo, identidades y el rol de la cultura material. In: FUNARI, P. P. A.; PÉREZ-SANCHES, D.; DA SILVA, G. J. (Eds.). *Arqueología*

e Historia del mundo antiguo: contribuciones brasileñas y españolas. Oxford: **BAR Internations Series** 1791, 2008, p. 41-45.

\_\_\_\_\_. La contribution d'une approche postprocessual pour la compréhension de la consommation d'huile d'olive en Bretagne romaine. *Studio Historica*. **Historia Antigua**, v. 26, 2008b, p. 271-302.

\_\_\_\_\_. **Roma Vida Pública e Vida Privada**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1993.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia**. São Paulo: contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. Arqueologia: por quê, para quê, em benefício de quem? III REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos**, 1988, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Cultura material Histórica e Patrimônio**. Campinas, IFCH/Unicamp, Abril/2003.

\_\_\_\_\_. Latin epigraphy, an interdisciplinary approach to the ancient world. **Revista Clássica**, São Paulo, v. 17/18, 2006, p. 311-322.

\_\_\_\_\_. The Economic history of Roman Britain: olive oil contribution to the debate. **História e economia**, v. 1, 2005, p. 29-46.

\_\_\_\_\_. Grécia e Roma: vida pública e vida privada. **Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade**, v. 2, 2002.

\_\_\_\_\_. **Roma Vida Pública e Vida Privada**. 4ª ed. São Paulo: Atual, 1993.

GALBRAITH, J. K. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.

GALINSKY, K. Introduction. In: GALINSKY, Karl (ed) **Memoria romana: memory in Rome, Rome in memory**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2014, p. 1-12.

GALLING, K. 'Die syrisch-palastinische Kuste nach der Beschreibung bei Pseudo-Skylax', **ZDPV**, vol. 61, 1938, p. 66-96.

GALOR, K. **Finding Jerusalem: Archaeology between Science and Ideology**. Oakland, CA: University of California Press, 2017.

GALVÃO SOBRINHO, C.R.; FLORENZANO, M.B.B. Apolônia e seu território: paisagem rural e mudança social na Palestina dos hasmoneus aos romanos (100 a.C.-135 d.C.). **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 12: 81-122, 2002.

GARDNER, J. **Being a Roman Citizen**. Londres: Routledge, 2002

GARRAFFONI, R. S.; CAVICCHIOLI, M.; SILVA, G. J. Escavação arqueológica em uma cidade romana: a experiência de três brasileiros. **Boletim do CPA**, ano VI, n. 11, 2001, p. 149-153.

- GELL, A. **Art and Agency: An Anthropological Theory**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- GERMER-DUXAND, J. La Maison de Caïphe et l'église St. Pierre à Jerusalem. **RB 11**, 1914.
- GERSHT, R. 'Representation of Deities and the Cults of Caesarea'. *In*: Avner Raban and Kenneth G. Holum (eds.), **Caesarea Maritima. A Retrospective after Two Millennia**. Leiden, New York and Koln: Brill, 1996, p. 305–24.
- \_\_\_\_\_. The Tyche of Caesarea Maritima. **Palestine Exploration Quarterly**, vol. 116:2, 1984, p. 110-114.
- GEVA, H. Jerusalem's Population in Antiquity: A Minimalist View. **Tel Aviv**, nº 41, 2014, p. 131–160.
- GIBSON, S. "British Archaeological Work in Jerusalem between 1865 and 1967: An Assessment." *In* Galor and Avni, **Unearthing Jerusalem**, 1921, p. 23–57.
- GITLER, H. Different Aspects of the Quantification of Persian Period Coinages of Palestine. *In*: CALLATAÏ, F. de (ed.). **Quantifying Monetary Supplies in GrecoRoman Times (Pragmateiai 19)**. Bari, 2011, p. 267–284.
- \_\_\_\_\_. Numismatic Evidence on the Visit of Marcus Aurelius to the East. **Israel Numismatic Journal 11**, 1990–1991, p. 35–51.
- GLARE, P. G. W (ed.). **Oxford Latin dictionary**. Oxford, second edition, Oxford University Press, 2012.
- GLEASON, K. L. *et al.* 'The Promontory Palace at Caesarea Maritima: Preliminary Evidence for Herod's Praetorium', **JRA**, vol. 11, 1998, p. 23–52.
- GLOCK, A. "Archaeology as Cultural Survival: The Future of the Palestinian Past." **Journal of Palestine Studies**, vol. 23, no. 3, 1994, p. 70–84.
- GOUVÊA JÚNIOR, M. M. Roma et Barbaries: a evolução do conceito de barbárie na antiga Roma. **PhaoS - Revista de Estudos Clássicos**, nº 12, 2012, p. 5-27.
- GRABBE, L. L. **Judaism from Cyrus to Hadrian**. 2 vols. Minneapolis: Fortress, 1992.
- GRABOIS, P. F. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP)**, v. 19, 2011, p. 7-27.
- GRADIM, C. R. C. **Práticas balneárias no Egito Romano: tradição grega, inovação romana e originalidade egípcia**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2019.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- GRANDAZZI, A. **As Origens de Roma**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- GRANT, M. **The Roman Forum**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1970.

- \_\_\_\_\_. **The Roman Emperors: A Biographical Guide to the Rulers of Imperial Rome, 31 BC–AD 476**. New York: Charles Scribner's Sons, 1985.
- GRIMAL, P. **As Cidades Romanas**. Lisboa: Edições 70, 2003. (Série Lugar da História).
- GUARINELLO, N. L. Império e Imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos. *In*: Feldman, S. A. et al. (Org.). **Os impérios e suas matrizes políticas e culturais**. Vitória e Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008.
- \_\_\_\_\_. Análise espacial de um Edifício Rural Romano - a vila da localidade de Sette Termini no ager pompeianus. **Dédalo**, São Paulo, v. 24, 1985, p. 207-234.
- \_\_\_\_\_. O Império Romano e Nós (Introdução). *In*: MENDES, N. M. & SILVA, G. V.(org.) **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006, p. 13-19.
- \_\_\_\_\_. Modelos Teóricos sobre a Cidade do Mediterrâneo Antigo. *In*: **Estudos sobre a Cidade Antiga**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A história antiga contemporânea**. Contexto, 2013.
- HALBWACHS, M. **On collective memory**. University of Chicago Press, 1992.
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as a social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. Londres: Edward Arnold, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective (Parte A)**. Oxford/Geelong: OUP/ Deakin University Press, 1989.
- HAMBURGER, A. 'A Greco-Samaritan Amulet from Caesarea', **IEJ**, vol. 9, 1959, p. 43–45.
- \_\_\_\_\_. 'Gems from Caesarea Maritima', **Atiqot (English Series)**, 1968.
- \_\_\_\_\_. 'Minute Coins from Caesarea', **Atiqot**, vol. 1, 1955, p. 118–19, 27–31, pls. X–XI.
- \_\_\_\_\_. 'The Coin Issues of the Roman Administration from the Mint of Caesarea Maritima', **IEJ**, vol. 20, 1970, p. 81–91.
- HAMBURGER, H. A Hoard of Syri'an Tetradrachms and Tyrian Bronze Coins from Gush Haiav. **IEJ** 4, 1954.
- HAMILTON, R. W. Excavations Against the North Wall of Jerusalem, 1937-8. **QDAP** 10, 1944.
- \_\_\_\_\_. Street-Levels in the Tyropoeon Valley, II. **QDAP** 2, 1933.
- \_\_\_\_\_.; HUSSEINI, S.A.S. Shaft Tombs on the Nablus Road. Jerusalem, **QDAP** 4, 1935.
- HAROUEL, J. **História do Urbanismo**. Campinas, SP: Papirus editora, 2004. (Série Ofício de Arte e Forma).

- HAUBEN, H. 'Philocles, King of the Sidonians and General of the Ptolemies. *In*: E. Lipinski (ed.), *Phoenicia and the East Mediterranean in the First Millennium B.C. Orientalia Lovaniensia Analecta 22*; Leuven: Peeters, 1987, p. 413–42.
- HENDIN, D. **Guide to Biblical Coins**. 5th ed. New York: Amphora, 2010.
- HENGEL, M.; MARKSCHIES, C. **The 'Hellenization' of Judaea in the First Century after**. Londres: SCM Press, 1989
- HENRY, R. The Conquest and the Time of the Judges. *In*: Henry, R. **Synchronized Chronology. Rethinking Middle East Antiquity**. New York: Algora Publishing, 2003, p. 33-43.
- HENNESSY, J. B. Preliminary Report on Excavations at the Damascus Gate, 1964-1966, **Levant 2**, 1970.
- HILL, G. F. **Catalogue of the Greek Coins in the British Museum: Palestine**, London 1914.
- \_\_\_\_\_. **Some Palestinian Cults in the Greco-Roman Age**. From the Proceedings of the British Academy Vol V. London, 1912.
- \_\_\_\_\_. The Shekels of the First Revolt of the Jews. **QDAP 6**, 1938.
- HINGLEY, R., "Imagens de Roma: uma perspectiva inglesa" (tradução Renata Senna Garraffoni e revisão de Pedro Paulo A. Funari). *In*: Repensando o mundo antigo – Jean-Pierre Vernant e Richard Hingley (Funari, P.P.A. – org.), **Textos Didáticos nº 47**, IFCH/UNICAMP, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Roman officers and English gentlemen: the imperial origins of Roman Archaeology**. London: Routledge, 2000.
- \_\_\_\_\_. Not so Romanized? Tradition, Reinvention or Discovery in the Study of Roman Britain. *World Archaeology*, Vol. 40, No. 3, 2008, p. 427-443.
- HIRATA, E. F. V. "Monumentalidade e representações do poder tirânico no Ocidente grego." **Representações da cidade antiga: categorias históricas e discursos filosóficos**. 2.ª edição, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Arqueologia, religião e poder político no Ocidente grego** (tese de livre-docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- HODDER, I. **The Archaeological Process**. An Introduction. Oxford, Blackwell Publ., 1999.
- HODDER, I. **Reading The Past: Current Approaches To Interpretation In Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Theory And Practice In Archaeology**. Londres, Nova Iorque: Routledge. 1992.



- \_\_\_\_\_. **Symbolic And Structural Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. The Contextual Analysis of Symbolic Meanings. *In*: Hodder, I. (ed.), **The Archaeology of Contextual Meanings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 1-10.
- \_\_\_\_\_. Interpretive Archaeology and Its Role. **American Antiquity**, 56, 1, 1991, p. 7-18.
- \_\_\_\_\_. **Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2012.
- HÖLKESKAMP, K. Exempla und Mos Maiorum. Überlegungen zum kollektiven Gedächtnis der Nobilität. *In*: HÖLKESKAMP, Karl-Joachim. **Senatus Populusque Romanus**. München: Steiner Verlag, 2004, p. 169-198.
- HOLUM, K. G. The Temple Platform: progress on the excavations. *In*: Kenneth G. Holum, Avner Raban, and Joseph Patrich (eds.), **Caesarea Papers 2 (JRA, Suppl. Ser. 35, Ann Arbor: Journal of Roman Archaeology)**, 1999, p. 13–26.
- \_\_\_\_\_. Caesarea Palaestinae. City and Countryside in Late Antiquity. *In*: J. Patrich – O. Peleg Barkat – E. Ben-Yosef (eds.), **Arise, Walk through the Land**. Studies in the Archaeology and History of the Land of Israel in Memory of Yizhar Hirschfeld on the Tenth Anniversary of his Demise. Jerusalem, 2016.
- \_\_\_\_\_. et. al. Roman and Byzantine Caesarea’, in Robert L. Vann (ed.), **Caesarea Papers 1**. Ann Arbor, MI: **Journal of Roman Archaeology**, 1992, p. 79–193.
- \_\_\_\_\_. et. al. Building Power. The Politics of Architecture’, **BAR**, 30 (5), 2004, p. 36–45, 57.
- \_\_\_\_\_. **King Herod's dream: Caesarea on the sea**. Nova York: Norton, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Creativity and cultural improvisation**. Oxford: Berg Publishers, 2008.
- \_\_\_\_\_. **The Life of Lines**, Abingdon: Routledge, 2015.
- \_\_\_\_\_. Raban, A. ‘Caesarea’, *In*: Ephraim Stern (ed.), **The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land**. Jerusalem, 1993.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. HOHLFELDER, R. L.; BULL, R. J. **King Herod's dream: Caesarea on the sea**. Nova York: Norton, 1988.
- HORA, J. F. da. Siracusa: cidade monumental. **Praesentia**, 17, 2016, p. 49-62.
- \_\_\_\_\_. **A cerâmica de figuras negras tasienses no contexto arqueológico: múltipla Ártemis e o feminino na Tasos arcaica**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2018.

- HUMPHREY, J. 'Prolegomena to the Study of the Hippodrome at Caesarea Maritima', **BASOR** 213, 1974, p. 2–45.
- \_\_\_\_\_. 'A Summary of the 1974 Excavations in the Caesarea Hippodrome', **BASOR** 218, 1975, p. 1–24.
- \_\_\_\_\_. **Roman Circuses: Arenas for Chariot Racing**. London: Batsford, 1986.
- ILLIFE, J. H. Cemeteries and a 'Monastery' at the Y.M.C.A. Jerusalem, **QDAP** 4, 1935.
- INGOLD, T. Toward an Ecology of Materials. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 41, 2012, p. 427-442.
- ISAAC, B.; ROLL, I. **Judaea in the Early Years of Hadrian's Reign**. Tel Aviv, Latomus, 1979.
- JAPP, S. **Die Baupolitik Herodes' des Großen: Die Bedeutung der Architektur für die Herrschaftslegitimation eines römischen Klientelkönigs**. Internationale Archéologie 64; Rahden Westfalen: Leidorf, 2000.
- JIMÉNEZ, A. Mímesis/mimicry. Teoría Arqueológica, colonialismo e imitación. *In: El problema de las imitaciones durante la protohistoria en el Mediterráneo Centro-Occidental: del concepto al ejemplo*, Graells; Krueger; Sardà; Sciortino (Eds.). Mainz an Rhein, DAI, Madrid, Abteilung, 2014, p.27-40.
- JOHNS, C. N. "The Citadel, Jerusalem", **QDAP** 14, 1950.
- JOLY, F. D. **Libertate opus est: escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 d.C.)**. São Paulo, Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.
- KADMAN, L. (1957), The Coins of Caesarea Maritima. **Corpus Nummorum Palaestinensium**, vol. 2. Tel Aviv and Jerusalem Schocken, 1957.
- \_\_\_\_\_. **The coins of the Jewish War**. Jerusalem, 1960, p. 106-8.
- \_\_\_\_\_. The Monetary Development of Palestine in the Light of the Coin Hoards. *In: KINDLER, A. (editor), International Numismatic Convention. Jerusalem, 1963 The Patterns of Monetary Development in Phoenecia and Palestine in Antiquity*. Tel Aviv, 1967.
- KAHN, L. King Herod's Temple of Roma and Augustus at Caesarea Maritima. *In: A. Raban and K.G. Holum (ed.), Caesarea Maritima. A Retrospective after Two Millennia*. Leiden, New York and Koln, 1996, p. 130–45.
- KARMON, Y. **Israel: a regional geography**. New York and London: John Wiley & Sons, 1971.

- KEAY, S.J.; TERRENATO, N. (Eds.) **Italy and the West. Comparative Issues in Romanization**. Oxford: Oxbow Books. 2001.
- KEMMERS; MYRBERG. F. Kemmers and N. Myrberg, "Rethinking numismatics. The archaeology of coins", **Archaeological Dialogues** 18.1, 2011, p. 87-108
- KENYON, K. **Jerusalem: Excavating 3000 Years of History**. London 1967.
- KINDLER, A. The status of cities in the Syro-Palestinian Area as Reflected by their coins. **INJ**, 6 –7, 1982/3, p. 79-87.
- KIRKMAN, J. S. The Evidence of the Coins. *In*: J. W. Crowfoot et al. **The Objects from Samaria (Samaria-Sebaste III)**. London, 1957.
- KLONER, A. Burial Caves in Ha'ari Street. Jerusalem, **Er Is** 15, 1981.
- KNAPP, A. B. **Power and Ideology in Prehistoric Cyprus**. *In*: Hellström, P.; Alroth, B. (eds.). Religion and Power in the Ancient Greek World. Boreas, n. 24, Uppsala, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Ideology, archaeology and polity." **Man**, 1988, p. 133-163.
- \_\_\_\_\_. "Monumental Architecture, Identity and Memory". *In*: **Proceedings of the Symposium. Bronze Age Architectural Traditions in the East Mediterranean. Diffusion and Diversity**. Gasteig, Munich, 7-8-May, 2008, pp. 47-59.
- KENYON, K. M. **Jerusalem: Excavating 3000 Years of History**. London: Thames & Hudson, 1967.
- KIPPENBERG, H. **Religião e formação de classes na antiga Judeia**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- KORMIKIARI, M. C. N. **Norte a África autóctone do século III ao I a.C.:** as imagens monetárias reais berberes. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Moedas púnicas em coleções brasileiras:** iconografia e circulação. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. O conceito de "cidade" no mundo antigo e seu significado para o norte da África berbere. **Estudos sobre a cidade antiga**. São Paulo: Edusp, 2009, 137-172.
- \_\_\_\_\_; PORTO, V. C. **Arqueologia como instrumento de aproximação aluno-mundo antigo: para além de uma visão eurocêntrica**. Rio de Janeiro, n. 16, 2019.
- KOTKIN, J. **A cidade:** uma história global. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 9-75.
- KUSHNIR-STEIN, A. **Studies in Greek and Latin Inscriptions on the Palestinian Coinage under the Principate**. Tese de Doutorado. Tel Aviv University: Tel Aviv, 1990.

- \_\_\_\_\_. The Predecessor of Caesarea: On the Identification of Demetrias in South Phoenicia. *In*: John Humphrey (ed.), *The Roman and Byzantine Near East: Some Recent Archaeological Research*. **JRA Suppl. 14**; Ann Arbor, MI: Journal of Roman Archaeology, 1995, p. 9–14.
- \_\_\_\_\_. City Eras on Palestinian Coinage. **Coinage and Identity in the Roman provinces**, 2005, p. 157-161.
- LACROIX, L. **Études d'archéologie numismatique**, Paris, De Boccard. Université de Lyon II. Publications de la Bibliothèque Salomon Reinach, III, 1974.
- LA FLOR, F. R. de. **Emblemas Lecturas de La Imagem Simbólica**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- LAMBERT, C. A Hoard of Jewish Bronze Coins from Ophel. **PEFQst**, 1927.
- LAMPINEN, P. A Further Note on the Coins of Demetrias which is on the sea. *In*: Kenneth G. Holum, Avner Raban, and Joseph Patrich (eds.), **Caesarea Papers 2, JRA Suppl. 35**; Ann Arbor, MI: Journal of Roman Archaeology, 1999, p. 358–59.
- LASSUS, J. **Antioch on the Orontes V: Les portiques d'Antioche**. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- LEHMANN, C. M.; HOLUM, K. G. The Greek and Latin Inscriptions of Caesarea Maritima. **The Joint Expedition to Caesarea Maritima, Excavation Reports, 5**; Boston, MA: The American Schools of Oriental Research, 2000.
- LEMIRE, V. **La soif de Jérusalem: Essai d'hydrohistoire (1840–1948)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011.
- LEMOIS, C. M.; PELLINI, J. R. A Teoria na Prática Arqueológica: uma conversa sob a luz do luar. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 9, n. 1, p. 33-48, 2011.
- LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, 2008, p. 109 – 123.
- LEVI, M. A. **La città antica**. Morfologia e Biografia della Aggregazione Urbana Nell'antichità (Probleme ricerche di storia antica XII). Rome: Bretschneider, 1989.
- LEVINE, L. I. **Jerusalem: Portrait of the City in the Second Temple Period (538 BCE-70 CE)**. Philadelphia: Jewish Publication Society, 2002.
- \_\_\_\_\_. A propos de la foundation de la Tour de Straton, **RB**, vol. 80. 1973, p. 75–81
- \_\_\_\_\_. The Hasmonean Conquest of Straton's Tower, **IEJ24**, 1974, p. 62–69.
- \_\_\_\_\_. The Jewish-Greek Conflict in First Century Caesarea, **JJS25**, 1974b, p. 381–97.
- \_\_\_\_\_. **Caesarea Under Roman Rule**. Leiden: Brill, 1975a.

- \_\_\_\_\_. **Roman Caesarea: An Archaeological-Topographical Study.** Qedem 2; Jerusalem: The Institute of Archaeology, The Hebrew University of Jerusalem, 1975b.
- \_\_\_\_\_. **'R. Abbahu of Caesarea'**. In: Jacob Neusner (ed.), *Christianity, Judaism and Other Greco-Roman Cults: Studies for Morton Smith at Sixty*, Leiden: Brill, 1975c, p. 56–76.
- LEWIN, A. **The archaeology of Ancient Judea and Palestine.** Getty Publications, 2005.
- LICHTENBERGER, A. Coin Iconography and Archaeology: Methodological Considerations about Architectural Depictions of City Coins of Palestine. In: O. Tal – Z. Weiss (eds.), **Expressions of Cult in the Southern Levant in the Greco-Roman Period (Contextualizing the Sacred)**; Turnhout, 2017, p. 197-220.
- MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MAGNESS, J. **The Archaeology of the Holy Land: From the Destruction of Solomon's Temple to the Muslim Conquest.** Cambridge: CUP, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848.
- \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas.** Rio de Janeiro: Editorial Vitoria Ltda, 1961.
- MARQUES, A. E.; DAVID, G. Bases de dados relacionais enquanto ferramenta de investigação em História: Relational databases as a key tool in historical research. In: Rodríguez Bravo, B; Ribeiro, F. (ed.). **VI Encontro Ibérico EDICIC 2013: Globalização, Ciência, Informação.** Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 2013, p. 741-760.
- MARSHALL, F. (Ed.). História Antiga e Arqueologia. Dossiê Projeto Apollonia. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Habitação e Cidade: ordenação do espaço no Mundo Clássico.** **Anos 90**, v. 8, n. 14, p. 113-134, 2000.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. F. **A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades.** 2010.
- MARTIRE, A. et al. **0 A.D. – uma homenagem aos antigos jogos de estratégia.** Disponível em file:///C:/Users/vagner/Downloads/Artigo\_0AD\_Final.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2021.
- MATHISEN, R. P. Barbari, and Cives Romani: Concepts of Citizenship and the Legal Identity of Barbarians in the Later Roman Empire. **The American Historical Review.** The University of Chicago Press on behalf of the American Historical Association, 111, nº. 4, 2006, p. 1011-1040.

- MATTINGLY, D.J. Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire. **Journal of Roman Archaeology**. Supplementary Series Number 23, 2004.
- \_\_\_\_\_. From one Colonialism to another: Imperialism and the Maghreb. *In*: WEBSTER, J.; COOPER, N. (orgs.). **Roman Imperialism: PostColonial Perspectives** (Leicester Archaeology Monographs, 3). Leicester, 1996, p. 49-69.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. *In*: \_\_\_\_\_. *Sociologiae Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.
- MAZAR, A. **Archaeology of the Land of the Bible**. New York: Doubleday, 1990.
- \_\_\_\_\_. Jerusalem in the 10th Century B.C.E.: The Glass Half Full. *In*: Y. Amit/E. Ben Zvi/I. Finkelstein/O. Lipschits (eds.). **Essays on Ancient Israel in Its Near Eastern Context: A Tribute to Nadav Na'aman**, Winona Lake, 2006, p. 255–272.
- MAZAR, B. The Excavations in the Old City of Jerusalem. **Preliminary Reports of the First Season, 1968**. Jerusalem, 1969.
- \_\_\_\_\_. The Excavations in the Old City of Jerusalem Near the Temple Mount. **Preliminary Reports of the Second and Third Season 1969-1970**. Jerusalem, 1971.
- MEADOWS, A.; WILLIAMS, J. Moneta and the Monuments: coinage and politics in Republican Rome. **The Journal of Roman Studies**, v. 91, 2001, p. 27-49.
- MESHORER, Y. **Ancient Jewish Coinage**. Amphora Books, New York, 1982.
- \_\_\_\_\_. **The coinage of Aelia Capitolina**. The Israel Museum Products Ltd., Jerusalém, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A treasury of Jewish coins (TJC): from the Persian period to Bar Kokhba/Yaakov Mehorer**. Yad ben-Zvi Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. An Attic Archaic Coin from Jerusalem. **Atiqot** (English series), 1961.
- \_\_\_\_\_. An Unpublished Coin of Aelia Capitolina. **IEJ** 13, 1963.
- MILDENBERG, L. **Ariel War**. Salzburg: Verlag Sauerlander. 1984.
- \_\_\_\_\_. "The Monetary System of the Bar Kokhba Coinage". **INC**, 1963.
- MILLAR, F. **The Roman Coloniae of the Near East: A Study of Cultural Relations**. *In*: Solin and Kajava, 1990, p. 7-58.
- MINTZBERG, H. **Power and organization life cycles**. *Strategic Management Journal, Academy of Management Review*, Vol. 9, No. 2, 1983.
- MÖRKHOLM, O. **Studies in the Coinage of Antiochus IV of Syria**. Copenhagen, 1963.
- MORSTEIN-MARX, R. **Mass oratory and political power in the late Roman Republic**. Cambridge University Press, 2004.

- MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes 2004.
- MUNZI, M. **L'epica del ritorno: archeologia e politica nella Tripolitania italiana**. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2001.
- NEGBI, O. Chronique archéologique. Jerusalem: Colline française ", **RB 77**, 1970.
- NEGEV, A. (1961), 'Notes and News: Caesarea', **IEJ**, vol. 11, 1961, p. 81–83.
- \_\_\_\_\_. 'The Palimpsest of Caesarea Maritima', **ILN**, Vol. 6483, 1963, p. 728–31.
- \_\_\_\_\_. Caesarea', in Michael Avi-Yonah (ed.), **EAEHL**. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1975, p. 270–85.
- NEUSTUPNÝ, E.; NEUSTUPNY, Evzen. **Archaeological method**. Cambridge University Press, 1993.
- NORA, P. (dir.). **Les lieux de mémoire – I: La République**. Paris: Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, G. R. M. Fortes Herodianos: reflexos de práticas políticas na Paisagem. **R. Museu Arq. Etn.**, 33: 139-150, 2019.
- OSTERMANN, S. Die Münzen der Hasmonäer. Ein kritischer Bericht zur Systematik und Chronologie. **Novum Testamentum et Orbis Antiquus 55**. Freiburg, 2005.
- Oxford Latin Dictionary**. Oxford, Clarendon Press, 1968.
- PACIONE, M. **Urban geography: A global perspective**. Routledge, 2009.
- PATRICH, J. 'Caesarea Maritima: the Provincial Capital of Judaea Palaestina and its Praetoria', 1999 Roman Archaeology Conference (Abstracts). University of Durham, 1999.
- \_\_\_\_\_. The Caesarea Excavations Project—March 1992–June 1994, Combined Caesarea Excavations (A)', **ESI**, vol. 17, 1998, p. 50–57.
- \_\_\_\_\_. **Studies in the Archaeology and History of Caesarea Maritima – Caput Judaeae, Metropolis Palaestinae**. Brill: Boston, 2011.
- PEARSON, M.P.; RICHARDS, C. (Eds.). **Architecture and Order**. Approaches to Social Space. London: Routledge, 1994.
- \_\_\_\_\_. AMIT, D. The Aqueducts of Israel: an Introduction. *In*: D. Amit, J. Patrich, and Y. Hirschfeld (eds.), The Aqueducts of Israel. **JRA Suppl.** Series 46; Portsmouth RI: Journal for Roman Archaeology, 2002, p. 9–20.
- PÉREZ, C. **Monnaie du pouvoir. Pouvoir de la monnaie**. Une pratique discursive originale: le discours figuratif monétaire. Annales Littéraires de l'Université de Besançon, Paris, 1986.

- PERISSATO, F. **Elêusis no Império Romano: Monumentalização do santuário e o culto dos Mistérios Eleusinos no Período Antonino**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- PETTIGREW, A. M. **Strategy formulation as a political process**. *International Studies of Management and Organizations*, [S.l.], v. 7, n. 2, 1977, p. 78-87.
- PINSKY, V. Commentary: a critical role for the history of archaeology. *In*: V. Pinsky; A. Wylie (Eds.) **Critical Traditions in Contemporary Archaeology**. Cambridge, Cambridge University Press: 88-91, 1989.
- PLATNER, Samuel Ball. **A Topographical Dictionary of Ancient Rome**. Londres: Oxford University Press, 1929.
- PORATH, Y. The Evolution of the Urban Plan of Caesarea's Southwest Zone: New Evidence from the Current Excavations. *In*: Avner Raban and Kenneth G. Holm (eds.), **Caesarea Maritima. A Retrospective after Two Millennia**. Leiden, New York and Köln, 1996, p. 105–20.
- \_\_\_\_\_. 'The Caesarea Excavation Project—March 1992–June 1994: Expedition of the Antiquities Authority', **ESI**, vol. 17, 1998, p. 39–49.
- \_\_\_\_\_. The Water-Supply to Caesarea: A Re-assessment. *In*: David Amit, Joseph Patrich, and Yizhar Hirschfeld (eds.), **The Aqueducts of Israel**. **JRA Supp.** Series 46; Portsmouth RI: Journal of Roman Archaeology, 2002, p. 104–29.
- \_\_\_\_\_. 'Caesarea—1994–1999', **HA**, vol. 112, 2000, p. 34–48.
- PORTELLI, A. Apresentação. *In*: FREITAS, Sônia. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: **Humanitas**; I.O.E., 2002.
- PORTO, V. C. A iconografia judaica e as moedas da Judeia. **Lumen et Virtus**: revista de cultura e imagem, v. IV, 2013, p. 22-48.
- \_\_\_\_\_. **As moedas romanas da Península Ibérica e da Síria-Palestina: uma tentativa de diálogo**. *Revista Mare Nostrum*, n. 3, 2012, p.13-32.
- \_\_\_\_\_. **Imagens monetárias na Judeia/Palestina sob dominação romana**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – MAE/USP. São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. Jogos, espetáculos e competições na Palestina romana. **R. Museu Arq. Etn.**, 29, 2017, p. 119-136.
- \_\_\_\_\_. Império Romano e as cidades da Judéia/Palestina: um estudo iconográfico das moedas. *In*: FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. O. (Org.) **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume; **Revista FAPESP**, 2009, p. 107-130.



- \_\_\_\_\_. A cidade como discurso ideológico: monumentalidade nas moedas do Império Romano. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP. Supl.**, São Paulo, n. 18, 2014, p. 79-87.
- \_\_\_\_\_. Material Culture as Amulets: Magical Elements and the Apotropaic in Ancient Roman World. **Philosophy Study**, Vol. 10, No. 8, p. 492-502, 2020.
- \_\_\_\_\_. Interações sociais, políticas e culturais nas cidades costeiras da Judaea-Palaestina entre os séculos I a.C. e III d.C.: entre a documentação textual e arqueológica. *In*: CARVALHO, M.M. **Projeto Temático**. Universidade Estadual de São Paulo – UNESP. São Paulo, 2021.
- POTOLSKY, M. Decadence, nationalism, and the logic of canon formation. **Modern Language Quarterly**, v. 67, n. 2, p. 213-245, 2006.
- POUNDS, N. J. G. The urbanization of the classical world. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 59:1, 1969, 135-157.
- PRIEUR, M.; K. PRIEUR. **A Type Corpus of the Syro-Phoenician Tetradrachms and Their Fractions from 57 BC to AD 253**. London, 2000.
- PRITCHARD, J. B. **Archaeology and Old Testament**. Princeton: Princeton University Press, 1958, p. 57–58.
- RABAN, A. In Search of Strato's Tower. *In*: Robert L. Vann (ed.), **Caesarea Papers 1: Straton's Tower, Herod's Harbor, and the Roman and Byzantine Caesarea (JRA Suppl. Ser. 5; Ann Arbor, MI: Journal of Roman Archaeology)**, 1992, p. 7–22.
- \_\_\_\_\_. "Caesarea Maritima, 1983-84." **International Journal of Nautical Archaeology** 14, no. 2, 1985, p. 155–77.
- RABAN, A.; HOLUM, K. G. (Eds.) **Caesarea Maritima: A Retrospective After Two Millennia**. Leiden, New York, and Koln: Brill, 1996.
- RADOVAN, Z. **Jerusalém**. Disponível em: < <http://biblelandpictures.com/product-category/jerusalem/>>. Acesso em Janeiro de 2020.
- RAJAK, T.; NORTH, J.; LIEU, J. (Ed.) **The Jews among Pagans and Christians in the Roman Empire**. London and New York: Routledge, 1992.
- RAHMANI, L. Y. "Ancient Jerusalem's Funerary Customs and Tombs: Part Four." **The Biblical Archaeologist**, vol. 45, 1982, p. 109–19.
- \_\_\_\_\_. "Description of the Coins". *In*: AHARONI, Y.: **Excavations at Ramat Rahel, Seasons 1959-1960**, Rome, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Excavations at Ramat Rahel, Seasons 1961-1962**. Rome, 1964.
- \_\_\_\_\_. Jason's Tomb. **IEJ** 17, 1967.

- \_\_\_\_\_. Rahmani, Roman Tombs in Nahal Raqafot. **Atiqot** (English series) 11, 1976.
- RAPOPORT, A. **The meaning of the built environment**. Berverly Hills, CA: Sage, 1982.
- \_\_\_\_\_. Solutions in Search of a Problem [The International City Design Competition]. **Places**, v. 6, n. 2, 1990.
- RAPPAPORT, U. "Note sur la chronologie des monnaies hérodiennes", **Revue Numismatique**, 6 serie, vol. 10, 1968, p. 64-75.
- RECH, R. M. Apollonia Romana e sua Villa Maritima. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 17, 2003.
- REIFENBERG, A. A Hoard of Tyrian and Jewish Shekels. **QDAP 11**, 1944.
- REINACH, T. **Les monnaies juives**. Paris, Leroux, in 18°, 1887.
- RENFREW, C.; BAHN, P. Arqueología. **Madrid: Akal**, 1993.
- REZENDE, R. H. R. **Os santuários nas apoikias do Ocidente: organização física e inserção de estruturas de culto no espaço**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.
- REVELL, L. **Roman Imperialism and Local Identities**. Cambridge, Cambridge University Press. 2009.
- RIBEIRO, M. do C. F. **Braga entre a época romana e a Idade Moderna**. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Tese de Doutorado. Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. Braga, Portugal, 2008.
- RINGEL, J. **Césarée de Palestine: Étude Historique et Archéologique**. Paris: Ophrys, 1975.
- \_\_\_\_\_. The Harbor Deity of Caesarea. *סֵפִינִים* / **Sefunim 4**, 1972-1975, p. 19–23.
- ROCHA, I. E. Dominadores e dominados na Palestina do século I. **História**, Franca, v. 23, n. 1-2, 2004, p. 239-258.
- \_\_\_\_\_. Jerusalém: percurso histórico e simbólico. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 1, 2005, p. 129-137.
- \_\_\_\_\_. O poder romano por Flávio Josefo: uma compreensão política e religiosa da submissão. *In: CARVALHO, Margarida M. et al. História militar do Mundo Antigo: guerras e representações*. S. Paulo: Annablume; FAPESP; Campinas: Unicamp, 2012.
- RYKWERT, J. **La idea de ciudad: Antropología de la forma urbana en el Mundo Antigo**. Madri: Hermann Blume, 1985.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. **Introducción a la Historia Antigua**. Madrid: Ediciones Istmo, 1975.

- ROLL, I. Roman Roads to Caesarea Maritima. *In*: Avner Raban and Kenneth G. Holum (eds.), **Caesarea Maritima. A Retrospective After Two Millennia**. Leiden, New York, Koln: Brill, 1996.
- \_\_\_\_\_. ‘The Northern Plain of Sharon in the Hellenistic Period’, **BASOR** **247**, 1982, p. 43–52.
- \_\_\_\_\_. ‘The Problem of the Location of Straton’s Tower’, **BASOR**, 1983, 252: 61–66.
- ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 86p. (Coleção primeiros passos, 203).
- \_\_\_\_\_. et al. **King Herod’s Dream: Caesarea on the Sea**. New York and London: Norton, 1988.
- \_\_\_\_\_. TALL, O. Apollonia-Arsuf. **Final Report of Excavations I**. Tel Aviv, 1999.
- ROLLER, D. W. Hellenistic Pottery from Caesarea Maritima: A Preliminary Study, **BASOR**, nº 238, 1980, p. 35–42.
- \_\_\_\_\_. The Problem of the Location of Straton’s Tower’, **BASOR**, vol. 252, 1983, p. 61–66.
- ROSENAU, H. **A cidade ideal** – Evolução Arquitectonica na Europa. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- ROSENBERGER, M. The Rosenberger Israel Collection I–III, **Jerusalem**, 1972–77
- \_\_\_\_\_. **The Coinage of Eastern Palestine and Legionary Countermarks, Bar-Kochba Overstrucks** Jerusalem, 1978.
- \_\_\_\_\_. The Wall Paintings in the Herodian Palace at Jericho. *In*: K. and G. Foerster Fittschen (ed.), **Judaea and the Greco-Roman World in the Time of Herod in the Light of Archaeological Evidence**, Gottingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1996, p. 121–38.
- SAID, E. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books. Random House, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Orientalism**. 1978 [1995].
- Guarinello SALLER, S. J. **Excavations at Bethany**, 1949-1953, Jerusalem, 1957.
- SALTARELLI, T. C. V. L. Imitação, emulação, modelos e glosas: o paradigma da mimesis na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, p. 251-264, 2009.
- SANTOS, B. de S. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.
- SANTOS, I. D. Um conto de três cidades: a *Urbs; Ammaia*, a colônia *ex nihilo*; e Conimbriga – a adaptação dos *oppida lusitanos*. **R. Museu Arq. Etn.**, 32: 57-78, 2019.

- \_\_\_\_\_. **A Basílica como elemento de Romanização da Gallia Comata no período de dominação romana.** Dissertação de mestrado. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão emoção.** São Paulo. HUCITEC, 2002.
- SCHAFER, P. The Hellenistic and Maccabean Periods. In: HAYES, J. H.; MILLER, J. M. (ed.). **Israelite and Judaeon History.** Philadelphia, 1977.
- SCHALIT, A. **King Herod—Portrait of a Ruler** (Hebrew). Jerusalem: Bialik Institute, 1964.
- SCHÜRER, E. **The History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ**, Volume I. Edinburgh: T&T Clark, 1973.
- SHILOH, Y. Excavations at the City of David, I: 1978–1982, Interim Report of the First Five Seasons. **Qedem** 19. Jerusalem: Institute of Archaeology, Hebrew University, 1984.
- SELIGMAN, J. The Archaeology of Jerusalem—Between Post-Modernism and Delegitimization. **Public Archaeology**, vol. 12, no. 3, 2013, p. 181–99.
- SHANKS, M., TILLEY, C. **Re-constructing Archaeology.** Theory and Practice. Abingdon: Routledge, 1982.
- \_\_\_\_\_.; HODDER, I. Processual, postprocessual and interpretive archaeologies. In: HODDER, I. et al (eds.). **Interpreting archaeology: finding meaning in the past.** New York: Routledge, 1995, p. 12-41.
- SILBERMAN, N. A. “Power, Politics, and the Past: The Social Construction of Antiquity in the Holy Land. In **The Archaeology of Society in the Holy Land**, edited by T. E. Levy, 9–23. London: Leicester University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Between Past and Present: Archaeology, Ideology, and Nationalism in the Modern Middle East.** New York: Holt, 1989.
- SILVA, G. V. da. Limites e contradições do sistema jurídico romano. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 14, 2019, p. 47-69.
- SILVA, T. J. I’m Somebody Else: A Estruturação da Mimesis em *Imitation of Life* de Douglas Sirk. **Estrema-Revista interdisciplinar de Humanidades**, v. 6, n. 6, p. 23-23, 2015.
- SITCHIN, Z. **The Stairway to Heaven.** Mass Market Paperbac, 1980.
- SMALLWOOD, E. M. **Jews Under Roman Rule from Pompey to Diocletian.** Studies in Judaism in Late Antiquity, Brill, 1981.
- SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**, 1776.

- SMITH, A. T. **The Political Landscape - Constellations of Authority in Early Complexes Polities**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003
- SPIJKERMAN, A. Trésor des sicles juifs trouvé au Mont des Oliviers à Jérusalem. **Schweizer Münzblätter** 11, 1961.
- SPIVAK, G. C. **A critique of postcolonial reason: Toward a history of the vanishing present**. Harvard university press, 1999.
- STARK, K.B. **Gaza und die philistäische Küste**. Jena: F. Mauke, 1852.
- STERN, E. (ed.), **The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land**, Jerusalem, 1993.
- \_\_\_\_\_. **The Material Culture of the Land of the Bible in the Persian Period, 588-882 B.C.** Jerusalem, 1973.
- STIEGLITZ, R. R. Straton's Tower and Demetrias Again: One Town or Two? *In*: Kenneth G. Holum, Avner Raban, and Joseph Patrich (eds.), **Caesarea Papers 2, JRA Suppl.** 35; Ann Arbor, MI: Journal of Roman Archaeology, 1999, p. 359–60.
- STRANGE, J. F.: The Capernaum and Herodium Publication. *In*: **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, vol. 226, 1977, p. 65–73.
- SUKENIK, E. L. A Find of Tyrian Shekels on the Grounds of the Hebrew University. *In*: BAER, Y. F. (editor), **Dinaburg Anniversary Volume**. Jerusalem, 1949.
- SUTHELAND, C.H.V. **Roman History and Coinage**. 44 BC-AD 69. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- SYON, D. **Small Change in Hellenistic-Roman Galilee**. The Evidence from Numismatic Site Finds as a Tool for Historical Reconstruction. Jerusalem, 2015.
- TAL, O.; TEIXEIRA-BASTOS, M. **Intentionally Broken Discus Lamps from Roman Apollonia: A New Interpretation**. Tel Aviv, v. 39/1, 2012, p. 105-115.
- TAYLOR, Joshua C. **Learning to Look: A Handbook for the Visual Arts**, 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- TEIXEIRA-BASTOS, M. **Análise e distribuição espacial de lamparinas romanas de disco: o caso das províncias da Palestina e do norte da África**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2016.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia Romana em Israel: o uso da Petrografia Cerâmica para análises de cultura material. **Cadernos do LEPAARQ**, v. XII, n°24, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Cristianização dos Espaços na Antiguidade Tardia: O caso de Apollonia-Arsuf**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2011.

- \_\_\_\_\_. FLEMING, M. I. D. A.; PORTO, V. C. Arqueologia Clássica e as Humanidades Digitais no Brasil. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, 14(27), 10-28, 2017.
- \_\_\_\_\_. ; FUNARI, P. P. A. . A presença de Roma no Oriente: *Iudaea Capta* e as tradições culturais da *Palaestina*. **HVMANITAS**, v. 73, 2019, p. 81-104.
- \_\_\_\_\_.; MENEZES FERREIRA, L.; HODDER, I. Isso não é um artigo: dialogando com Ian Hodder sobre a virada ontológica em Arqueologia. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 118–134, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i2.775. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/775>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- TILLEY, C. **Material Culture and Text: the art of ambiguity**. Londres: Routledge, 1992.
- THOMPSON, M. et. al. *An Inventory of Greek Coin Hoards*. New York, 1973.
- TRIGGER., B. G. “**Monumental architecture: a thermodynamic explanation of symbolic behaviour**” In: *World Archaeology* 22, 1990.
- \_\_\_\_\_. História do Pensamento Arqueológico. **São Paulo: Ed. Odysseus**, 2004.
- TOLFO, T. **A urbanização romana no Noroeste da Hispânia: fontes e especificidades**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. Braga, Portugal, 2017.
- TOOMBS, L. E. The Stratigraphy of Caesarea Maritima. In: R. P. S. Moorey and Peter J. Parr (eds.), **Archaeology in the Levant: Essays for Kathleen Kenyon**. Warminster: Aris & Phillips, 1978, p. 223–32.
- TORELLI, M. Archeologia greca di Sicilia: il ruolo dell’ideologia. In: **Minà, P. Urbanistica e Architettura nella Sicilia Greca**, 2005.
- TRACY, D. de. **Oeuvres complètes**. Ed. Claude Jolly. Volume I: Premiers écrits; Sur l’éducation publique. Paris: Vrin, 2011.
- TSAFERIS, V. A Tower and Fortress near Jerusalem. **IEJ** 24, 1974.
- \_\_\_\_\_.; BERMAN, A. A Burial Cave in Meqor Hayim. **Atiqot** (Hebrew series) 8, 1982.
- VAN LEEUWEN, T. Multimodality. In: SIMPSON, J. (Ed.). **The Routledge handbook of applied linguistics**. New York: Routledge, 2011.
- VANN, R. L. Caesarea Papers 1: Straton’s Tower, Herod’s Harbour, and Roman and Byzantine Caesarea. **JRA Suppl. Series**, 5; Ann Arbor, 1992.
- \_\_\_\_\_. Byzantine Street Construction at Caesarea Maritima. In: Robert L. Hohlfelder (ed.), **City, Town, and Countryside in the Early Byzantine Era**. East European Monographs 120, Byzantine Series 1; Boulder: Distributed by Columbia University Press, 1983, p. 161–74.

- VIEIRA, R. M. L. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional? *In: Anais do Museu Histórico Nacional*, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.
- TUFI, S. R. **Archeologia delle Province Romane**. Roma: Carocci, 2000.
- WATSON, P. J. Archaeology, anthropology, and the culture concept. **American Anthropologist**, Arlington, v. 97, n. 4, p. 683-694, dez., 1995.
- WEBER, M. **La Citta**. Milano, Valentino Bompiani, 1950.
- WEBSTER, J.; COOPER, N. (Eds.). *Roman imperialism: post-colonial perspectives*, Leicester Archaeology Monographs, School of Archaeological Studies, University of Leicester, 1996.
- WEILL, R. **La Cite de David**, Paris, 1947.
- WELCH, K. 'The Stadium at Aphrodisias', **AJA**, vol. 102, 1998, p. 547–69.
- WEXLER-BDOLAH, S. **The Foundation of colonia Aelia Capitolina in the Light of the New Excavation of the Eastern Cardo underneath the Western Wall Plaza**. Jerusalem, 2011.
- WIDENGREN, G. The Persian Period. In: HAYES, J.; MILLER, J. M (Org.). **Israelite and Judean History**. Philadelphia, 1977.
- WILL, E. 'La coupe de Césarée de Palestine au Musée du Louvre'. **Monuments et mémoires**, 65, 1983, p. 1–24.
- \_\_\_\_\_. 'La Tour de Straton: mythes et réalités', **Syria**, n° 64, 1987, p. 245–51.
- \_\_\_\_\_. 'Antioche sur l'Orontes, Metropole de l'Asie', *Syria* 74: 99–113. Wilson, Roger John Antony (1983), **Piazza Armerina**. London, Toronto, Sidney, New York: Granada, 1997.
- WILLIAMS, M. Jews and Jewish Communities in the Roman Empire – Essay Eleven. In: HUSKINSON, J. (Ed.) **Experiencing Rome: culture, identity, and Power in the Roman Empire**. London, Routledge. 2000.
- WIEMERS, G. **Jerusalem: History, Archaeology and Apologetic Proof of Scripture**. Last Hope Books & Publications, 2010.
- WILSON, C. W. **Ordnance Survey of Jerusalem**. Southampton: Ordnance Survey Office, 1865.
- WHITTAKER, C. R. **Land, city and trade in the Roman Empire**: Variorum collected studies series. 1993.
- WISEMAN, D. J. Arqueologia. In: **O Novo Dicionário da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 1962.
- WITT, R. E. 'Isis-Hellas', *PCPS* n.s., 192, 1966, p. 48–69.
- WOOLF, G. **Becoming Roman – The Origins of Provincial Civilization in Gaul**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 7-16.

\_\_\_\_\_ Romanization 2.0 and its alternatives. *Archaeological Dialogues*, Vol. 21, Issue 01, 2014, p. 45-50.

ZEDENO, M. N. "The Archaeology of Territory and Territoriality". *In*: David, B. e Thomas, J. (Eds). **Handbook of Landscape Archaeology**. Tucson: University Arizona Libraries and University, 2008.

ZEHNACKER, H. **Moneta: Recherches sur l'organisation et l'art des émissions monétaires de la République Romaine**. École Française de Rome Palais Farnèse: Rome, 1973.

ZLOTNIKY, Y. Were Jewish Coins Struck on Attached Strips of Flans? **Israel Numismatic Research** 7, 2012, p. 81-93.



## Anexo 1 – Cronologia dos imperadores romanos – século I AEC ao III EC

Dinastia Júlio-Claudiana	
Nome	Reinado
<b>Augusto</b> <i>César Augusto</i>	27 AEC – 14 EC
<b>Tibério</b> <i>Tibério César Augusto</i>	14 – 37 EC
<b>Calígula</b> <i>Caio César Augusto Germânico</i>	37 – 41 EC
<b>Cláudio</b> <i>Tibério Cláudio César Augusto Germânico</i>	41 – 54 EC
<b>Nero</b> <i>Nero Cláudio César Augusto Germânico</i>	54 – 68 EC

Ano dos Quatro Imperadores	
Nome	Reinado
<b>Galba</b> <i>Sérvio Galba César Augusto</i>	68 – 69 EC
<b>Otão</b> <i>Marco Otão César Augusto</i>	69 EC
<b>Vitêlio</b> <i>Aulo Vitêlio Germânico Augusto</i>	69 EC

Dinastia Fláviana	
Nome	Reinado
<b>Vespasiano</b> <i>César Vespasiano Augusto</i>	69 – 79 EC
<b>Tito</b> <i>Tito César Vespasiano Augusto</i>	79 – 81 EC
<b>Domiciano</b> <i>César Domiciano Augusto</i>	81 – 96 EC

Dinastia Nerva-Antonina	
Nome	Reinado
<b>Nerva</b> <i>Nerva César Augusto</i>	96 – 98 EC
<b>Trajano</b> <i>César Nerva Trajano Augusto</i>	98 – 117 EC
<b>Adriano</b> <i>César Trajano Adriano Augusto</i>	117 – 138 EC
<b>Antonino Pio</b> <i>Tito Élio Adriano Antonino Augusto Pio</i>	138 – 161 EC
<b>Marco Aurélio</b> <i>Marco Aurélio Antonino</i>	161 – 180 EC
<b>Lúcio Vero</b> <i>Lúcio Aurélio Vero</i>	161 – 169 EC
<b>Cômodo</b> <i>Lúcio Élio Aurélio Cômodo</i>	176 – 192 EC

**Ano dos Cinco Imperadores**  
*(Os outros imperadores foram Pescênio Níger e Clódio Albino, geralmente considerados usurpadores).*

Nome	Reinado
<b>Pertinax</b> <i>Públio Hélvio Pertinax</i>	193 EC
<b>Didio Juliano</b> <i>Marco Didio Severo Juliano</i>	193 EC

Dinastia Severa	
Nome	Reinado
<b>Sétimo Severo</b> <i>Lúcio Sétimo Severo Pertinax</i>	193 – 211 EC
<b>Caracala</b> <i>Marco Aurélio Antonino</i>	198 – 217 EC
<b>Geta</b> <i>Públio Sétimo Geta</i>	209 – 211 EC
<b>Macrino</b> <i>Marco Opélio Severo Macrino</i>	217 – 218 EC
<b>Diadumeniano</b> <i>Marco Opélio Antonino Diadumeniano</i>	218 EC
<b>HelioGábalos</b> <i>Marco Aurélio Antonino</i>	218 – 222 EC
<b>Severo Alexandre</b> <i>Marco Aurélio Severo Alexandre</i>	222 – 235 EC